

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

TESE

**O CONFLITO ORGANIZADO: UMA ABORDAGEM FACCIONAL DA
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO
RN**

MELQUISEDEQUE DE OLIVEIRA FERNANDES

2015



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O CONFLITO ORGANIZADO: UMA ABORDAGEM FACCIÓNAL
DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS
DO RN**

MELQUISEDEQUE DE OLIVEIRA FERNANDES

Sob a Orientação da Professor

Jorge Osvaldo Romano

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2015

333.31098132
F363c
T

Fernandes, Melquisedeque de Oliveira.

O conflito organizado: uma abordagem faccional da organização produtiva em assentamentos rurais do RN / Melquisedeque de Oliveira Fernandes, 2015.
129 f.

Orientador: Jorge Osvaldo Romano

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 122-129.

1. Reforma agrária - Teses. 2. Assentamentos rurais – Teses. 3. Agricultura familiar – Teses. 4. Organização produtiva – Teses. 5. Políticas públicas – Teses. 6. Fação – Teses. I. Romano, Jorge Osvaldo (orientador). II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MELQUISEDEQUE DE OLIVEIRA FERNANDES

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 14/09/2015

Dr. Jorge Romano. CPDA/UFRRJ (Orientador)

Dra. Claudia Schmitt. CPDA/UFRRJ

Dr. Andrey Ferreira. CPDA/UFRRJ

Dr. John Comerford. PPGAS/UFRJ

Dr. Fernando Bastos. DPP/UFRN

À minha mãe, Cláudia Maria.

AGRADECIMENTOS

A Capes que, com seu programa de bolsas, permitiu que uma pessoa sem proventos próprios, tampouco familiares, realizasse seus estudos numa das cidades de custo de vida mais elevado do mundo – diga-se. Ao meu orientador Jorge Romano, pelo companheirismo. A Andrey e Cláudia, pelas contribuições feitas na qualificação deste trabalho. A minha orientadora da graduação e mestrado, Irene, pela torcida. Ter chegado até aqui também é uma conquista sua. A Marta Pernambuco e Maria Carmem, por abrirem portas. A “família CPDA”, pelo acolhimento. Quem vem de longe sabe o valor que isso tem. A Marcelo, pelo gato, pelas plantinhas e pela cafeteira de duplo expresso.

De forma especial, as minhas amigas e amigos do CPDA. Há uma coisa mágica na amizade que transforma a gente profundamente, e que seria impossível descrever aqui. Saber que vocês entendem o que isso significa é o mesmo que citar nomes. Pela sorte de nossa amizade, sou inteiramente grato.

RESUMO

FERNANDES, Melquisedeque de Oliveira. **O conflito organizado: uma abordagem faccional da organização produtiva em assentamentos rurais do RN**. 2015. 129 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2015.

Este trabalho se propõe a pensar a organização produtiva de famílias assentadas no contato com políticas públicas para agricultura familiar, em dois assentamentos rurais do Rio Grande do Norte. Diversos estudos têm sistematicamente pautado a questão do conflito como um dado inerente à organização nos assentamentos. A esse respeito, há um vazio entre os princípios de uma racionalidade associativa, introduzida como dispositivo comum de gestão da terra, e a maneira como as famílias compõem formas de reciprocidade e comprometimento. Se a racionalidade associativa se baseia na convergência dos interesses dos sujeitos, a heterogeneidade de suas trajetórias de vida e trabalho aponta na direção contrária. Emerge enquanto problemática a maneira como os sujeitos se organizam diante do contato com políticas públicas. É no vazio das reciprocidades contratuais que a dinâmica faccional toma lugar, articulando tecidos sociais que se estabelecem nas próprias relações de conflito. Isso ocorre, sobremaneira, quando começa a surgir no interior dos assentamentos grupos que cerram fileiras contra outros, passando a mobilizar uma série de constrangimentos morais, enquanto criam as fronteiras dos grupos com base em discursos de suporte ou desqualificação da ação do outro. Reforçam, desse modo, afinidades seletivas de amizade, vizinhança, militância e religião, que se articulam com as reciprocidades contratuais do associativismo, oferecendo organicidade para ações comuns. A contribuição deste trabalho materializa o intuito de oferecer uma interpretação à organização produtiva nos assentamentos, como alternativa aos preceitos contratuais do associativismo ou ao “coletivismo” presente nas ações dos mediadores.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Agricultura Familiar; Organização Produtiva; Políticas Públicas; Facção.

ABSTRACT

FERNANDES, Melquisedeque de Oliveira. **Organized conflict: a factional approach to productive organization in rural settlements at RN.** 2015. 129 p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

This paper proposes to reflect over family farmers' productive organization, regarding their access to public policies, in two land reform settlements of Rio Grande do Norte state – Brazil. Several studies have systematically pointed out that the conflict is inherent in the settlements organization. If on one hand the associative rationality is based on the convergence of personal interests, on the other, the heterogeneity of their trajectories of life and labor corroborates in the opposite direction. Emerges as issue the way they compose forms of reciprocity and mutual commitment, not necessarily fitted in terms of rights and duties of associative action. The factional dynamics takes place in this gap, articulating social networks, settled on their own conflict relationships. This happens, mainly, when some groups mobilize several moral constraints, creating the groups boundaries, when supporting or attacking one another. They reinforce, therefore, selective affinities of friendship, neighborhood, militancy and religion, which are linked to the contractual reciprocities, supporting common actions. The goal of this thesis is to offer an alternative approach of productive organization in the settlements, different from contractual arrangements or the "collectivism" present in the mediators actions.

Keywords: Land Reform; Rural Settlements; Family farming; Productive organization; Public Policy; Faction.

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BB - Banco do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento BM - Banco Mundial
BNB - Banco do Nordeste
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social BRB - Banco de Brasília
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA - Central de Abastecimento
CF - Crédito Fundiário
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNSA - Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONTAG -
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.
CPR - Cédula de Produto Rural
CPR (PNCF) - Combate à Pobreza Rural
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DCF - Departamento de Crédito Fundiário
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETAG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GBM - Grupo Banco Mundial
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Instituto Cidadania
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONG - Organismo Não-Governamental
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PADSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural
PGPAF - Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PJR - Pastoral da Juventude Rural
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PND - Programa Nacional de Desenvolvimento
PNDRS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSA - Plano Nacional de Segurança Alimentar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa de Educação da Reforma Agrária
PT - Partido dos Trabalhadores
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SINTRAF - Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio De Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFScar - Universidade Federal de São Carlos
UnB - Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	12
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS: FUNDAMENTOS DA TEORIA CLÁSSICA E A PRODUÇÃO RECENTE SOBRE ASSENTAMENTOS	12
1.1 Os fundamentos do caráter coletivo do campesinato	12
1.2 As produções recentes sobre organização dos assentamentos: espaço social de conflitos e processos em disputa.....	19
1.2.1 Caracterização dos atores políticos a partir do significado de suas ações	24
1.2.2 Caracterização da organização produtiva no assentamento a partir da díade individual e coletivo	30
1.2.3 Caracterização da identidade de assentado a partir de um <i>ethos</i> camponês	35
1.2.4 Caracterização do assentamento enquanto espaço social	38
1.2.4 À guisa de síntese	42
CAPÍTULO II.....	44
AÇÃO PÚBLICA, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO	44
2.1 A emergência do terceiro setor e a centralidade do associativismo	44
2.2 Privatismo administrativo, faccionalismo e os pactos de ação pública no Brasil.....	49
2.3 O associativismo como canal de interlocução jurídica e acesso a recursos	56
2.4 A participação e a instrumentação da ação associativa	60
CAPÍTULO III.....	66
O campesinato potiguar e as políticas públicas nos assentamentos rurais	66
3.1 Reordenamento do espaço agrário potiguar e o papel da ação dos atores sociais	66
3.2 Assentamentos rurais e políticas públicas para agricultura familiar: as novas bases de reprodução social do campesinato	76
CAPÍTULO IV	87
DINÂMICA FACCIÓNAL E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM DOIS ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE.....	87
4.1 O assentamento Gonçalo Soares Coelho em dois tempos.....	87
4.2 O conflito organizado no assentamento Rosário	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Não há nada entre a copa das árvores e o sol. No fundo da paisagem, uma pequena mancha destoava em meio ao que os olhos já estavam acostumados a ver só coqueiros, só cajueiros, capim, paragens e campinas. Perseguindo a pista de postes de energia elétrica, finalmente visualiza-se uma placa branca, já bem desgastada pela ação do tempo, com duas faixas transversais, uma verde e outra amarela, indicando que ali é entrada de um assentamento rural.

Uma estrada de rodagem, larga o suficiente para passar, com folga, dois caminhões, separa fileiras de casas, uma de frente para a outra, tão regularmente ordenadas que mais parecem um pequeno conjunto habitacional rural. Nas casas, as duas quedas d'água sinalizam para a simplicidade do projeto original das habitações. Anexo às paredes já puidas pela ação do tempo, contrastam os alpendres novos – que às vezes abraçam as casas e às vezes apenas antecipam a porta de entrada.

Chegar no assentamento implica ser recebido por cabeças que apontam pelas janelas e portas, num gesto mais ou menos ocasional, dissimulando a curiosidade flagrante. Das cabeças apontam olhos entreabertos – não sei se por causa do reflexo do sol ou como parte da dissimulação – que fitam, alternadamente, o elemento estranho e o horizonte. São essas lembranças que me vêm à memória quando recorro de minha visita aos assentamentos rurais do Rio do Grande do Norte, com os quais estive em contato ao longo de vários finais de semana, durante o curso de mestrado, tornando-se mais esporádicas durante o doutorado.

A chegada do pesquisador não era nem bem-vinda_nem inoportuna: estava ali para propósitos pelos quais ninguém do local tinha, a princípio, interesse. Vencer a indiferença será, conforme muitos relatos de pesquisa atestam, um desafio permanente. Havia sempre algo de destoante e ao mesmo tempo ordinário na presença da van da universidade que levava os pesquisadores para esses núcleos. As crianças que frequentemente corriam de bicicleta pela rodagem principal apenas paravam para nos ver passar e identificar quem irrompia o espaço da brincadeira. Pareciam mais ou menos habituadas ao movimento, de modo que retomavam a recreação, tão logo o carro passava. Alguma ou outra, acometida de incontida curiosidade, iria até o nosso encontro fazer perguntas – com a boca ou com os olhos – e não raro se tornava nosso primeiro informante.

Não éramos os únicos a lhes atrapalhar a brincadeira. Frequentemente circulava pela rodagem principal alguém entrando, alguém saindo de motocicleta; algum “prestacionista” trafegando vagarosamente pelas casas, fazendo ou cobrando dívidas; eventualmente, os chamados “atravessadores” passavam, indo com os bagageiros de suas *pick ups* vazios e voltando com eles cheios. Com um pouco de sorte, poderia se avistar tratores debulhando barulhentosamente pilhas e pilhas de feijão. Quando o sol se alinhava com o horizonte, ver-se-ia um molecote voltando do lote de trabalho, pilotando uma carroça de boi e com uma garrafinha de cachaça alada; atrás dele, um grande fardo de capim elefante, balançando suas franjas verdes, ao ritmo do passo do boi. Esse poderia ser o cotidiano de qualquer assentamento do Rio Grande do Norte: nem agitado nem calmo.

Janelas e portas cerradas frequentemente levantam a suspeita de que dentro delas não há nada além de espera. Um canteiro de rosas muito bem cuidadas denuncia que a espera é curta, ou seja, as pessoas que vivem ali: ou estão no lote de trabalho, ou foram à cidade “resolver” alguma pendência, ou estão por lá prestando suporte a algum parente necessitado. Ainda que as rosas sejam livres de qualquer suspeita, os vizinhos, mas uma vez consultados, dificilmente se negariam em se reportar, com detalhes, ao paradeiro dos moradores. “Vivem

trancados dentro de casa”, diriam, censurando a conduta, “esse povo daí é muito estranho”. Se assim fosse, acrescentariam: “foram na cidade, mas daqui a pouco estão de volta”, solidariamente livrando-os da suspeita de que não residem no assentamento. Também não titubeariam em delatar “essa casa vive fechada”.

Como é típico de qualquer contexto comunitário, a vida no assentamento é marcada por uma espessa rede de fofocas, intrigas, difamações, calúnias, constrangimentos morais de toda ordem e desafetos que marcam as fronteiras de quem está dentro e fora do ciclo de amigos, vizinhos, parceiros “desde a data da ocupação”, “irmãos” da igreja, parentela estendida. Longe de serem estáveis, esses ciclos de convívio são permanentemente mantidos dentro das esferas de interação cotidiana.

A meio volume, um rádio portátil toca brega eletrônico para animar a conversa de alguns homens sentados em volta de uma garrafa de cachaça. Sob eles, um pé de caju que, se for novembro, oferece tira-gosto. Conversam descompromissadamente sobre assuntos do cotidiano ordinário, em meio aos quais mal se identifica uma conversa de negócios... Ocorre que no assentamento a vida comunitária não está deslocada da vida material. As redes de afeto e desafeto, as pessoas com as quais vale a pena ou não trabalhar, quem é confiável, a opinião que se emite e, principalmente, as pessoas ou assuntos sobre os quais não se emite opinião, tudo isso é extensivo da própria forma como as famílias estão organizadas produtivamente.

No alpendre das casas, as mulheres também confabulam, especulam e tecem conjecturas, enquanto debulham feijão verde em vargem, com uma bacia entre as pernas. Elas avaliam agudamente e sentenciam quem entra e quem sai do assentamento, quem eventualmente acompanha, quanto tempo se demora dentro ou fora do lugar. Mantêm-se informadas e compartilham sobre tudo o que acontece, até onde a vista alcança. Quando entrevistadas perto de seus companheiros, falam tacanhamente. Fora da presença deles, são generosas em compartilhar o que sabem sobre a vida local.

Um assentamento é um espaço de fronteiras invisíveis, de que um pesquisador só se dá conta na medida em que as cruza de um lado para outro.

Conforme os dados coletados avançavam na direção dos conflitos comunitários, aumentava a impressão de que os assentados acompanhavam meu itinerário de entrevistas, em tempo real, por um monitor de TV. Na verdade, me seguiam de suas varandas, com o olhar, ou trafegando de moto, e compartilhavam muito rapidamente entre os demais, de maneira que, às vezes, alguém que queria manifestar uma queixa contra outra pessoa começava com “conforme você já deve estar sabendo...”. A seleção dos informantes por si só já os joga no circuito dos conflitos internos: “Você já foi na casa de fulano?”, pergunta o entrevistado. “Bom... Eu não sei, porque não conheço muito as pessoas pelo nome”, responde dissimuladamente o pesquisador. “Foi sim porque eu passei lá e vi você na calçada”, replica.

Por serem extremamente circunstanciais, as divisões nos assentamentos não são nem de longe óbvias. As divisões formais, como a criação de mais de um núcleo associativo e mais de uma agrovila, sinalizam para uma tentativa de estabilização provisória dos conflitos, mas não contêm sua dinâmica. É comum que a coesão e a unidade que mantinham os sujeitos unidos no propósito comum de ocupar a terra, uma vez tendo sido superado esse obstáculo, dêem lugar a um processo de profusão de divergências em relação ao que fazer com os primeiros créditos e financiamentos. O desmembramento da associação original e a criação de agrovilas separadas traduzem a intenção, por parte dos mediadores e dos próprios assentados, de acomodar as tensões em novas fronteiras grupais. Visto em longo prazo, percebe-se um movimento de reaproximações e até mesmo afastamentos internos, de modo que, após alguns anos, as fronteiras físicas das agrovilas e formais das associações já não são representativas da dinâmica dos grupos. Cabe a pergunta com base em que processos pode-se identificar a dinâmica dos grupos dentro dos assentamentos.

As inquietações que deram origem a este trabalho de tese foram se acumulando, ao longo de um projeto que coincidiu com todo o meu período de mestrado. O INCRA-Ambiental surgiu a partir da iniciativa do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RN) de realizar, entre os anos de 2007 e 2009, um levantamento de dados socioeconômicos e ambientais que oferecesse suporte para avaliação e posterior emissão do licenciamento ambiental de 33 áreas de assentamento, distribuídas em diferentes regiões do estado. Assim, firmou-se uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que, por sua vez, foi investida na função de mobilizar equipes interdisciplinares para trabalhar na avaliação do solo, recursos hídricos, fauna, flora, gestão dos recursos naturais, aspectos sociais, econômicos e educacionais do universo das famílias assentadas.

A oportunidade de inserção na equipe de Ciências Sociais e Educação, ao longo desta pesquisa, me possibilitou uma inserção no cotidiano de vários assentamentos do estado. As visitas realizadas sempre aos finais de semana constavam da aplicação de questionários e entrevistas abertas com informantes-chaves. Ao final do projeto, havíamos alimentado um banco de dados com informações atualizadas da reforma agrária potiguar referente a, aproximadamente, 12% dos projetos no Estado.

Em termos de trajetória acadêmica, o resultado global foi uma série de questões que deram origem a esta pesquisa de doutorado. Desde o trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, venho perseguindo a questão da organização produtiva de assentamentos rurais, uma perseguição sempre motivada pela ideia de que as formas como as famílias estão organizadas têm relação direta com as condições de vida no lugar, isto é, as oportunidades de acesso a investimentos internos que se desdobram em melhores condições de reprodução material para os grupos assentados.

Ao passo que amadureciam minhas reflexões sobre o assunto e avolumavam-se leituras sobre o tema, a centralidade da organização produtiva parecia um tema cada vez mais relevante, tanto pela ênfase dos investimentos acadêmicos, dos atores políticos, como para entender as políticas públicas e viabilidade econômica dessas áreas. Nesses casos, as diferentes tentativas de interpretação do assunto são fortemente investidas dos significados de *associativismo* e *participação*. Ao longo do tempo – e esse é um dos pressupostos desta pesquisa – estes significados passaram a ser confundidos com a própria organização das famílias, de modo que associação, participação e organização ganharam um significado comum. Dito de maneira sintética: estar organizado significa dizer que as famílias contam com uma associação cujos membros participam ativamente.

Esse tipo de simplificação do enquadramento da dinâmica organizativa dentro do formato do associativismo tem, pelo menos, dois prejuízos, do ponto de vista analítico. Primeiro, limita as possibilidades de compreender o componente *dinâmico* da organização dos grupos, uma vez que o emolduramento produzido pelo formato associativo tende a ignorar outras linhas de ação que sejam orientadas para propósitos segmentários dentro do coletivo maior, restringir os princípios de agregação a adesão voluntária na forma de membro ou sócio, enfatizar certas concepções cristalizadas de comunitarismo, negando, ao mesmo tempo, o conflito como elemento estruturador da própria dinâmica de organização dos grupos. Segundo, imprime uma visão demasiado normativa à ação coletiva dentro dos assentamentos, constringendo, de certo modo, a pluralidade das formas de ação dentro de alguns princípios que operam, na verdade, como valores e não parâmetros analíticos – exemplo são a horizontalidade, o coletivismo, a unidade.

A preponderância desse formato é, em última instância, o resultado da convergência de pelo menos três investimentos distintos que, ao se encontrarem, “consagram” as associações como – praticamente – único dispositivo jurídico de gestão comum da terra. Um desses investimentos está associado com a presença marcante do MST na disputa pela viabilidade produtiva dos assentamentos e a introdução de um modelo de trabalho coletivo

que remonta às primeiras experiências de cooperativas criadas dentro dos assentamentos, que mais tarde vieram se tornar bandeira do movimento e símbolo da eficiência de certo “comunitarismo”. Outro investimento tem a ver com as mudanças nas bases da sociedade civil no Brasil, no marco da plataforma neoliberal e da descentralização administrativa do Estado, na qual pesou a ênfase na proliferação de uma constelação de associações civis, ao mesmo tempo como forma de ampliar as interfaces da conexão entre sociedade civil e Estado e transferência de suas responsabilidades no que se refere a garantir acesso a direitos. Semelhante foi o processo de criação de associações e cooperativas no Nordeste, como forma de captação de recursos de organismos multinacionais, a fim de aplicá-los no combate à pobreza, a partir de ações de geração de renda. Nessa mesma direção, também foi a atuação da Igreja Católica, mediante suas linhas de ação de caridade, que, posteriormente, vieram a se desdobrar em movimentos sociais. O último investimento relaciona-se à necessidade do Estado de criar uma interface de diálogo institucional entre as formas de luta acumuladas pelos setores camponeses e pelos procedimentos burocráticos e estruturas formais da administração pública.

Evidencia-se que as associações passam, ao longo do tempo, a cumprir três funções diferentes no meio rural, quais sejam: a de bandeira ideológica dos movimentos camponeses, de representação autônoma de certo segmento da sociedade civil e de dispositivo de interface administrativa do Estado. O que efetivamente ocorre é que, na medida em que certos atores políticos passam a monopolizar em torno de si a representação dos segmentos camponeses e a concentrá-la em demandas que são dirigidas ao Estado, criam-se significados mais ou menos uniformes que passam a colonizar todo o contingente muito difuso de associações e cooperativas já existentes e posteriormente criadas.

A produção acadêmica também ofereceu uma cumplicidade adicional nessa direção. Uma parte significativa das interpretações sobre assentamentos rurais vai imprimir as marcas do coletivismo que de alguma forma virá autorizar uma tendência já em curso, de significação comum dos espaços das associações. Parte dos investimentos intelectuais de Lígia Sigaud e Maria da Conceição D’Incao sobre contextos que antecedem a criação de assentamentos rurais é bastante representativa nesse sentido. Uma estudou as transformações introduzidas pela sindicalização de trabalhadores rurais na zona canavieira pernambucana e a outra o cotidiano de acampamentos rurais no Estado de São Paulo. Ao estudar esses processos de luta, elas terão como traço em comum o reforço da premissa básica, já formulada dentro dos movimentos sociais e sindicais, de que a unidade e coesão organizativa implica em melhores resultados políticos - D’INCAO, (1991), (1995) e SIGAUD (2000), (2005).

Somos levados a crer que um grande volume de trabalhos posteriores – uma amostra dos quais analisaremos no capítulo I desta tese – chega a confundir os padrões de organização política originalmente propostos pelos atores do campo com as dinâmicas locais de organização social, o que, por suposto, tem desdobramento na forma de uma interpretação normativa desta última.

Num espectro mais amplo, devemos considerar que individual e coletivo é um dos temas fundadores do debate sociológico. No que se refere ao debate sobre campesinato, a discussão sobre individualização e a coletivização desse segmento é um tema vibrante, desde sua origem, e que na atualidade vai permanecer como uma questão muito cara entre os movimentos sociais, no discurso dos atores e na forma de pensar a ação coletiva dos grupos camponeses. Esse debate tem início, basicamente, a partir da formação das teorias sobre campesinato provocadas pela reação dos chamados populistas russos em relação às teses marxistas.

Andrey Ferreira (2010) elabora uma reflexão sobre a posição teórico-política de Bakunin e Marx a respeito do papel do campesinato e proletariado no processo revolucionário, distinguindo duas matrizes do pensamento social de esquerda que terão forte

impacto na produção subsequente que se dedicará a pensar o caráter insular ou integrado do camponês.

A partir de uma interpretação das obras *A ideologia Alemã* e *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, Ferreira (2010, p. 10) afirma que a “interpretação [marxiana] da evolução histórica centrada nas condições materiais, que começa com a forma da propriedade tribal, passa pela estatal/comunal da antiguidade, pela feudal/estamental e, por fim, chega na propriedade burguesa capitalista” implica num processo de secularização das formas de cooperação das forças produtivas que conduz a mudanças nos padrões de reprodução humana que passam do núcleo familiar para as características típicas da divisão do trabalho e formas de propriedade comuns à sociedade industrial. O isolamento da economia doméstica, característica dos contextos camponeses, tenderia a ser substituído pelo proletariado industrial, cuja cooperação se adensa no ambiente da fábrica, dado o desenvolvimento irresistível do modo de produção capitalista. No *18 Brumário* fica claro a afirmação de um insulamento da economia camponesa. A comparação com um “saco de batatas” é sentencial em relação à incapacidade de cooperação revolucionária que não seja orientada por um ator externo; em oposição, o proletariado, que sendo resultado do desenvolvimento técnico das forças produtivas, corresponde às formas mais complexas de divisão do trabalho que se desdobram em maior cooperação orgânica.

Já em Bakunin não existe o pressuposto do insulamento da economia doméstica camponesa, mas o contrário. Para ele, os camponeses estão na mesma condição popular que o proletariado, uma vez que as relações de trabalho – e, portanto, com o capital – é que definem a condição de classe. Ao arregimentar o trabalho segundo seus propósitos, o capital cria a classe trabalhadora, do campo e da cidade, estabelecendo as bases de uma unidade orgânica e horizontal entre esses setores para uma revolução social. Sob o domínio do capital, tanto o proletariado urbano como os camponeses seriam forçados à cooperação econômica para manutenção de suas próprias condições materiais de vida (FERREIRA, 2010).

As matrizes deste debate terão implicações na maneira como no Brasil foi tecida a construção do campesinato enquanto ator político sob diferentes influências do pensamento de esquerda. Uma questão que será tratada no capítulo I é como essa coletivização ganha um apelo tão fortemente baseado na família e na comunidade, quando a tese marxiana supõe justamente a integração com base na solidariedade orgânica da classe trabalhadora. Esses fundamentos não necessariamente são excludentes, mas traduzem diferentes princípios de agregação e cooperação que remontam, conforme acima referido, às origens da caracterização do campesinato enquanto ator político.

O que realmente interessa para os propósitos deste trabalho de tese é recompor os significados mais ou menos hegemônicos que passaram a colonizar a prática do associativismo nos assentamentos e, por extensão, o monopólio das formas de articulação das famílias assentadas. Tanto associativismo como seu conteúdo correlato, a participação, apresentam ambivalências nas formas como são propostos e experimentados no cotidiano desses núcleos. Enquanto que para os técnicos, agentes públicos e governamentais a ideia de participação é orientada pela eficiência administrativa dos projetos e programas aplicados, com ênfase na tomada de decisões e busca de consenso, para as famílias a participação aparece como a motivação pela busca de autonomia e representação de interesses próprios, que nem sempre coincidem com o consenso e unidade propostos.

O esforço com este trabalho vai em direção a tentar complexificar alguns dos princípios que norteiam a leitura da organização produtiva das famílias. Conferindo centralidade à dimensão do conflito, tentar-se-á oferecer uma análise pouco convencional, dando ênfase aos universos das tensões como elemento estruturador da organização dos grupos presentes nos assentamentos. Isso deverá se contrapor ao que consideramos uma *substancialização* das categorias de participação e associativismo que parecem ter conduzido

a uma explicação normativa e polarizada desses contextos, na qual é flagrante a forma de qualificar as ações dos grupos em termos de “mais organizadas” ou “menos organizadas”, “participativas” ou “não-participativas”, “coletivistas” ou “individualistas”.

As relações interpessoais na forma de amizades, vizinhança, laços de pertencimento religioso ou militância também são estratégicos, do ponto de vista da organização dos grupos. Tentaremos demonstrar que esses “princípios de solidariedade”, reforçados ou enfraquecidos dentro de coalizões de poder, ajudam a fortalecer ou desestruturar grupos, com vista à manutenção de suas posições diferenciais de status social e na busca por condições objetivas de reprodução material.

O projeto de doutorado inicial tentava dar conta dos processos participativos internos observados como movimento de construção de um *cotidiano politizado*, a partir de diferentes projetos/linhas de ação dos atores políticos, que disputam a significação da vida cotidiana das famílias. Preservadas em alguma medida as intenções originais, especialmente no que se refere a uma abordagem qualitativa do cotidiano da organização produtiva dessas áreas, o projeto original mudou, ganhando ênfase na direção de uma abordagem descritiva e qualitativa dos conflitos internos, numa tentativa de aproximação etnográfica da vida associativa, tendo como recurso heurístico o acesso a políticas públicas para agricultura familiar, na oportunidade em que ganhavam grande relevância a aplicação de dois programas em particular: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Este trabalho de tese versa, portanto, sobre as dinâmicas locais de organização social de famílias quando em contato com políticas públicas para agricultura familiar em áreas de assentamento. Na medida em que são orientadas para criar estratégias de acesso a políticas públicas, mediante as quais garantem sua reprodução enquanto grupo, as famílias assentadas são orientadas, pelos atores que desenvolvem ação de suporte/direção dentro dos assentamentos, a se organizarem na forma de associações ou cooperativas. Essas associações e cooperativas funcionam, ao mesmo tempo, como entidade representativa do conjunto das famílias e como canal de interlocução no diálogo externo com setores governamentais, bancos, empresas, assistentes técnicos.

Tem-se em mente que os princípios do associativismo/cooperativismo operam como a moldura em cujas dimensões as famílias estão inicialmente organizadas, especialmente ante o imperativo de acessar créditos, financiamentos e demais formas de investimento no local. Para atender aos pressupostos de organização produtiva, um universo inteiro de reciprocidades, na forma de compromissos mútuos de natureza interpessoal, prende os sujeitos uns aos outros, dentro dos princípios da cooperação econômica. Ao mesmo tempo, produz também afastamentos que os colocam uns em posição de conflito e cujas posições diferenciais são justificáveis por uma variedade de significados que estão presentes tanto no conteúdo ideológico dos atores que disputam compor suas bases de adesão dentro do assentamento até os princípios de solidariedade interpessoal que compõem laços mais ou menos permanentes de lealdades, como: parentesco, vizinhança, amizade e religião. As reciprocidades interpessoais são o que, a fim e a cabo, preenche o espaço das associações.

Em diferentes circunstâncias da história de um assentamento - e estamos aqui falando especialmente da presença de alternativas produtivas - as famílias veem-se diante da necessidade prática de assumirem tarefas, de agirem em comum acordo e de forma articulada, de trocarem serviços e favores, de oferecerem suporte ao trabalho um do outro, de repartirem os rendimentos e daí por diante. O sentido da produção da vida material nesses núcleos, ao mesmo tempo em que carrega significados anteriores que fazem com que essas articulações se deem na ordem do conjunto das reciprocidades que tendem a ser reforçadas por lealdades primordiais (ALAVI; HOBBSAWM, 1976), também é intensamente colonizado por significados introduzidos pelo discurso dos atores sociais, que irão reforçar a dimensão

contratual do associativismo, as reciprocidades impessoais, a racionalidade pragmática – que preenche sua forma presumidamente mais eficiente de reunir os melhores meios para atingir o objetivo coletivo.

Essas duas dimensões remetem ao que Weber (1994) observou como características da dominação burocrática moderna, que se forma pela desintegração dos laços tracionais. Ele se reporta ao caráter racional da cidade medieval do Ocidente, cuja base comunitária se amparava na associação local, militar e politicamente autônoma diante do senhor feudal. Nela, a nova classe de mercadores e artesãos rompe com os laços, tabus e religião cíclicos; isso que posteriormente tornou-se condição para o surgimento do capitalismo. A ideia de associação acabou sendo preenchida por essa forma tipicamente moderna de comunidade, a comunidade nacional, que, segundo Weber, se faz ao espelho da burocracia da empresa capitalista. Complementarmente à tipificação da dominação racional-legal weberiana, a noção de associação também tende a carregar os significados contratualistas de horizontalidade, autodeterminação, igualdade formal perante as leis e demais bases do acordo que marca a passagem do estado de natureza para o estado civil.

De volta à experiência cotidiana, verificamos que a maneira como as famílias se organizam, tanto para fins produtivos como em outras circunstâncias nas quais um esforço comum é solicitado, é extremamente circunstancial e depende, em larga medida, do grau de saturação das articulações anteriores. Conforme um grande volume de trabalhos sobre assentamentos atesta, o momento das ocupações é caracterizado por um alto grau de engajamento e coesão da ação associativa, que, talvez, em razão da aridez das circunstâncias em que ocorre a ação – a ocupação com a finalidade de desapropriar a terra que dará origem ao assentamento – faz com que as estratégias dos atores sejam assimiladas de forma mais ou menos consentida. Isto é, as reciprocidades impessoais, baseadas na igualdade formal dos sujeitos, nos deveres e direitos em relação ao coletivo, passam a se sobrepor aos laços interpessoais de reciprocidade parental ou eletiva. Da mesma forma, o momento que se segue às ocupações e dá início à vida no assentamento, propriamente, é comumente caracterizado por uma saturação do projeto comunitário-coletivista, sendo substituído por um reordenamento das articulações entre os sujeitos na direção de afinidades mais imediatas, em detrimento dos princípios contratuais do associativismo.

Em diferentes contextos, como no período da ocupação e no momento imediatamente posterior à construção do assentamento, a formação de elos significativos capazes de mobilizar a ação comum dos sujeitos coloca no centro da ação reciprocidades menos impessoais (contratuais, associativas ou de militância) ou mais pessoais (lealdades primordiais, afinidades eletivas). O que procuraremos compreender, ao logo desse trabalho de tese, é como essas reciprocidades se complementam diante da necessidade de organização, no contato com políticas públicas para agricultura familiar, e em que medida viabilizam seu acesso.

Os dados sugerem que a combinação entre as diferentes formas de reciprocidade se fazem em condições extremamente circunstanciais. A disposição dos agentes externos, as contrapartidas materiais, o antecedente dos conflitos internos e a capacidade de operar ações em comum acordo são fatores imperativos quando se trata do universo das articulações entre famílias. De todas essas variáveis, certamente a mais importante é a liderança. A ênfase na responsabilidade das funções do presidente das associações é evidente, logo no primeiro contato com os entrevistados. A centralidade do líder revela características muito marcantes da forma como os sujeitos estão formalmente habilitados e interessados em experimentar a participação em suas associações. As funções de líder exigem competências e habilidades distribuídas de maneira muito desigual entre as famílias, sobremaneira relativas ao domínio de códigos formais com os quais se possa realizar a representação e diálogo entre associação de assentados e instâncias externas. Basta remeter que boa parte dos assentados não é

suficientemente escolarizada ou dispõe de algum tipo de experiência antecedente que os habilite no exercício de liderança. A função de presidente demanda tempo de quem a exerce, de maneira que esse tempo comumente é subtraído do trabalho nos lotes. Posto isso, haveria uma maioria de assentados não interessados e/ou pouco habilitados para os cargos de liderança, enquanto que os assim capacitados tenderiam a permanecer na cadeira de dirigente, seja pela escassez de concorrentes, seja pela inércia atribuída ao exercício dessas funções.

Isso que na literatura convencionou-se chamar de *especialização das lideranças*, que ocorre pelo exercício cumulativo dos mandatos, vai de encontro aos pressupostos participacionistas (PATEMAN, 1992), ao presumirem que o exercício da participação cria nos sujeitos qualidades participativas que alimentam um ciclo virtuoso. O imprevisto nesse caso é que a experiência participativa nos assentamentos tem como ponto de partida alguns antecedentes que incluem a maneira como os sujeitos representam a tendem a reproduzir padrões de hierarquia que efetivamente preenchem o comportamento associativo.

Em termos objetivos, cada família parte de uma base comum contando com a distribuição relativamente igual de certos *assets* (SEN, 2000), como equipamentos, crédito e acesso à terra. Ao longo do tempo, algumas tendem a um melhor desempenho em termos produtivos e passem a se destacar entre os demais. Essas famílias frequentemente estarão inclinadas a uma maior aproximação com as lideranças, na intenção de acompanhar de perto as decisões que lhes dizem respeito e ter assim seus interesses assegurados. Os líderes, por sua vez, encontram nestes sujeitos os parceiros imediatamente interessados no sucesso dos projetos, com os quais acabam desenvolvendo relações de cumplicidade, tanto orgânica, no que se refere ao funcionamento da associação e seus respectivos projetos, quanto interpessoais, na forma de laços de amizade.

A relação entre os interesses dos produtores em particular e os laços de compromissos que se desenvolvem entre eles obviamente não é uma relação de causa e efeito, ou seja, enquanto os sujeitos, em razão de sua maior capacidade produtiva, podem ter maior interesse nas funções da associação, estes não necessariamente são levados a desenvolverem relações mais estreitas uns com os outros e com o líder. Contudo, é seguro afirmar que o imperativo de estar organizado os faz acionar e manter relações interpessoais na forma de parentesco, religião, amizade, militância e vizinhança, como forma de garantir a manutenção de reciprocidades necessárias ao desenvolvimento das tarefas organizativo-produtivas.

Um dos pressupostos desta pesquisa é que existe uma combinação muito estreita entre relações interpessoais e a forma de gestão da terra pelas famílias. As articulações que se supõe estarem localizadas no nível dos direitos e deveres associativos e cujo ponto de partida é a igualdade formal de assentado tendem, efetivamente, a ocorrer no plano das conexões de nível pessoal, tanto na relação com o líder quanto na relação entre membros. Neste trabalho, buscaremos compreender como os diferentes padrões de hierarquia e as tensões originárias do contraste entre estes e o “estatuto da igualdade formal de assentado”, ao invés de serem elementos desestruturadores dos grupos, reforçam, dentro de condições concretas, relações de interdependência, formas de reciprocidade e processos instáveis de cooperação.

O que é importante notar aqui, em princípio, é que a horizontalidade, que por sua vez está associada à uniformidade da ação associativa, passa a ser, em razão de uma série de dados empiricamente observados, tão complexa, ao ponto de nos levar à busca de uma interpretação alternativa da ação desses grupos. A linha que perpassa todo esse trabalho é a necessidade de investigar por que e como se dá o contraste entre os princípios normativos de organização das famílias assentadas e as dinâmicas locais que efetivamente movem a ação dos grupos.

Há que se considerar, de imediato, pelo menos duas variáveis, quais sejam: as relações interpessoais entre os assentados e o sentido da orientação ou os significados investidos pelos diferentes atores que se movem na cena dos assentamentos. Em escalas variadas e em

diferentes momentos da trajetória dos assentamentos, essas variáveis operam preenchendo o vazio político relativo às ferramentas necessárias à gestão comum da terra, via associações de produtores. Essas ferramentas, conquanto não estejam presentes na bagagem de vida dos assentados, são introduzidas pelos mediadores políticos de onde parte a própria iniciativa de criar as associações.

Conceitualmente definidos como “portadores de recursos humanos e materiais diferenciados que atuam no assentamento no sentido de orientar as ações organizativas, tanto em torno da produção quanto da política interna” (MEDEIROS et al., 1994), esses mediadores se apresentam na figura dos extensionistas, representantes de movimentos sociais/sindicais, organizações governamentais e não governamentais, universidades, pastorais de base e membros da iniciativa privada. São organizações que, em princípio, estão comprometidas com os interesses dos trabalhadores rurais e se apresentam como ponte entre estes e as entidades superiores de decisão.

Não sendo regular a presença desses atores ao longo da implementação de diferentes projetos produtivos, tampouco são coincidentes os significados que eles investem, na tentativa de articular os sujeitos para o trabalho coletivo, a formação de grupos relativamente opostos dentro de um mesmo assentamento e o conflito que marca o contato entre eles aparece como expressão marcante do modo como, na prática, as famílias constroem oportunidades de acesso a recursos e formas de investimento local. A própria ação dos atores, na direção de agenciar uma base comum de seguidores alinhados com seus princípios de ação já marca, desde o momento das ocupações, movimentos de aproximação e afastamento entre as famílias – embora não seja razoável afirmar que a presença de atores com diferentes linhas ideológicas, por si mesmo produza conflitos internos ou segregação.

Conforme tentaremos sustentar ao longo desta tese, o conflito, ao contrário de ser um traço inconveniente da organização interna dos assentamentos, é o próprio princípio mediante o qual os grupos se estruturam e reúnem melhores condições de acesso a políticas públicas, ainda que, em alguns momentos, isso ocorra à revelia de outros grupos – o que limita a idéia de universalidade do acesso.

Conforme veremos no próximo capítulo, a tentativa de explicação das dinâmicas locais de organização dos grupos na produção acadêmica recente tem buscado nas noções de “ethos camponês”, “economia moral” e “identidade” princípios gerais de solidariedade, cooperação, agregação e pertencimento, fora dos quais as diferentes formas de tensões, conflitos e enfrentamentos aparecem como desvios da “natureza” desses grupos.

Nesse sentido, a noção de facção como chave analítica nos é oportuna em, pelo menos, dois sentidos: primeiro, incorpora a dimensão do conflito como a própria maneira mediante a qual os grupos se estruturam, na disputa por status relativamente diferencial dentro do assentamento, buscando reunir condições materiais e simbólicas para esses propósitos; segundo, porque esse esquema de análise realça a distribuição desigual de recursos que estão na base de organização desses grupos (contatos externos, trânsitos políticos, habilidades técnico-burocráticas).

Três noções serão centrais na interpretação dos dados presentes no Capítulo IV desta tese:

A noção de facção política, segundo a formulação de Ralph Nicholas (1966), entendida como um movimento de concorrência organizada que resulta na formação de grupos centrados nas ações de uma liderança, que arregimenta seguidores oferecendo recompensas para atingir objetivos específicos.

A noção de “clique”, segundo a formulação de Barnes (2010), entendido como uma rede social de alta densidade que reúne pessoas adjacentes e que consentem com os propósitos de uma liderança, aumentando seu poder de alcance e influência.

A noção de quase-grupos, segundo a formulação de Mayer (2010), entendido como

interconexões criadas numa sequência de conjuntos-de-ação, orientados para viabilizar os objetivos de um indivíduo. Sua diferença em relação à facção, por exemplo, é que não se constitui enquanto entidade permanente (grupo), uma vez que surge e se mantém mediante um impulso proposital específico que parte de um ego.

A partir das primeiras visitas de campo no interior de um assentamento rural, localizado nas proximidades da zona metropolitana de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, pudemos acompanhar o processo de constituição dos grupos associativos, os arranjos e articulações internas criados no contato com programas governamentais e não-governamentais de estímulo à produção familiar. Para dar conta das dinâmicas desses grupos buscamos explorar qualitativamente como os assentados compõem formas de cooperação, identificando padrões de reciprocidade, lealdades, rivalidades e disputas. Partindo de entrevistas com as lideranças, realizamos um mapeamento provável dos diferentes padrões de reciprocidade (parentesco, religião, amizade e militância), de onde elegemos informantes-chaves. Obedecendo a uma escala de prioridades, realizamos entrevista com cada informante-chave, perseguindo pistas, até que os dados atingissem certa coerência interna, isto é, uma possível satisfação para as questões levantadas.

A opção pela escala cotidiana das relações comunitárias, com ênfase nas conexões diádicas entre indivíduos, compreende uma tentativa de dar conta da questão principal de nossa pesquisa, qual seja, como a organização dos grupos se relaciona com o acesso às políticas públicas no meio rural entre seus beneficiários. Ainda que nosso investimento analítico se concentre nesta direção, é importante ter em mente que, em escala ampliada, temos aqui uma equação de pelo menos três variáveis: a) o Estado e suas institucionalidades de onde parte a oferta de políticas públicas; b) a sociedade civil e seus agentes políticos que exercem a mediação entre as iniciativas governamentais e o contato com a base assistida; e c) o que, na linguagem dos projetos, chama-se de público alvo, ou seja, o conjunto de indivíduos passíveis de acessar determinados recursos, categorizados segundo critérios de inclusão e exclusão.

Investigar as diferentes dinâmicas de contato entre modelos institucionais de políticas públicas e as formas de organização interna dos assentamentos significa: primeiro, prever melhores condições de acesso e gestão local dessas políticas, e, segundo, avançar no debate da sociologia rural referente às formas de articulação entre atores de assentamentos rurais, buscando superar a díade individual/coletivo, tão presente no universo discursivo dos movimentos sociais do campo e do Estado.

De um lado, as oportunidades de investimento no setor da agricultura familiar, por meio de políticas como o PAA e PNAE, têm sofrido um considerável incremento¹; por outro lado, os principais canais de acesso a esses recursos, quais sejam, as associações e cooperativas de produtores, parecem ter sofrido certa saturação de sua capacidade mediadora entre a base produtiva e as instituições executoras. Investigar amiúde a maneira como os agricultores se organizam entre mecanismos de dinâmicas locais e modelos institucionais de acesso implica i) reconhecimento de fatores de ordem complexa que envolvem o acesso de grupos; ii) fornecer material teórico para pensar o acesso a políticas públicas; iii) compreender as mudanças que tem sido geradas em assentamentos pelo crescimento desses investimentos.

No que se refere estritamente ao diálogo com a literatura especializada sobre assentamento, temos verificado que uma parte significativa dessa produção encontra-se sob forte influência dos códigos discursivos dos movimentos sociais, no que se refere a uma narrativa que credita às formas coletivas de organização a capacidade de tornar os

¹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que teve seus recursos orçados em R\$ 400 milhões no ano de seu lançamento (2003), tendo decrescido no ano seguinte para R\$ 179 milhões, hoje conta com orçamento na linha de R\$ 1,2 bilhão, segundo o Plano Safra para agricultura familiar 2013/2014. Cf.: <http://www.mda.gov.br>.

assentamentos viáveis economicamente. A aplicação desse discurso qualifica as opções feitas pelos assentados mediante a díade “individual ou coletivo”, entre a qual se polariza um rico universo dos arranjos produtivos. Enquanto as opções que podem ser categorizadas como “coletivo” são valoradas semanticamente sob um senso de cooperação e comprometimento comunitário, o universo das opções que envolvem a categoria “individual” tornou-se carregado de estigma, ao ser associado à negação do solidário.

Esse tipo de tensão é um dado empírico latente na realidade dos assentamentos, desde antes da sua formação. A interface entre o individual e o coletivo transforma-se em um tema abordado por grande parte dos autores visitados na revisão bibliográfica presente no capítulo I. A distância entre indivíduo e coletivo torna-se maior, na medida em que entram em disputa as bandeiras ideológicas dos movimentos sociais e os interesses de agentes governamentais no contato com os interesses das famílias assentadas. De um lado, estão aqueles que incorporam e defendem os interesses do movimento, a proposta da coletivização e, de outro, se encontram as famílias que reivindicam a autonomia do trabalho no seu lote, sua casa, seu crédito e não compartilham com o ideário coletivo (PAIVA, 2005).

Esta tese está organizada da seguinte forma: no Capítulo I será efetuado um breve resgate sobre os fundamentos das interpretações sobre a organização do campesinato, seguido de uma revisão de teses de doutorados de diferentes programas de pós-graduação do Brasil, tendo como tema comum a discussão sobre organização produtiva em assentamentos rurais. A tônica do capítulo recai na interpretação do caráter coletivo de setores camponeses. O Capítulo II versa sobre ação pública, contingências e acordos que levam a composição de “pactos de ação” orientados pela necessidade de diálogo de setores da sociedade com o Estado. A ênfase deste capítulo pesa sobre os processos que conduzem à preferência pelo associativismo como tecnologia de governo. No Capítulo III, faz-se uma breve caracterização do campesinato potiguar, a partir do investimento de organização desse segmento, por parte dos atores que agiram no cenário local dos conflitos por terra. O recorte aqui é nos processos de reordenamento do uso da terra no RN, e o modo como os sujeitos daí remanescentes foram agenciados na busca por direitos. O Capítulo IV versa sobre as dinâmicas de organização produtiva de famílias em dois assentamentos do estado em contato com políticas públicas do governo federal. A direção deste capítulo é construir uma interpretação dessas dinâmicas a partir da chave analítica das facções.

CAPÍTULO I

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS: FUNDAMENTOS DA TEORIA CLÁSSICA E A PRODUÇÃO RECENTE SOBRE ASSENTAMENTOS

A díade individual e coletivo é um tema fundante do debate sociológico, desde seu surgimento. No confronto de ideias que se desdobraram a partir da produção clássica de Marx, Durkheim e Weber, a ênfase nas estruturas sociais ou na agência individual enquanto determinantes da vida social têm desdobramentos em várias outras questões da sociologia. A construção do campesinato enquanto objeto teórico é fortemente marcada por essa díade, especialmente no que se refere ao pensamento de esquerda, desde meados do século XIX. Neste ponto, serão estabelecidas as seguintes questões: A partir de que investimentos, teóricos e práticos, se cristalizam os pressupostos de coletivismo associado à organização dos assentamentos de reforma agrária no Brasil? Que visões de mundo disputaram, com mais sucesso, a significação das concepções predominantes de coletivo que tentaram conferir sentido à ação associativa?

1.1 Os fundamentos do caráter coletivo do campesinato

Não há aqui o propósito de reconstruir o debate, da forma como a organização do campesinato aparece na literatura, na qualidade de objeto de análise científica. No entanto, é importante recuperar a penetração de alguns significados que, posteriormente, se tornarão mais ou menos preponderantes na forma de narrar o caráter coletivo desse campesinato. O primeiro deles é a penetração da moral religiosa cristã no pensamento de esquerda.

O coletivismo enquanto valor moral é muito antigo; está associado às disputas, pelo próprio sentido da solidariedade humana, por qualquer investimento de poder que dispute o sentido da ação, quer seja no plano da religião ou da ciência. Na liturgia católica, a própria gênese da humanidade está associada a certa representação do coletivo. Nos domínios celestiais e no paraíso, a natureza é retratada como abundante, de acesso comum e inalienável. Não havendo a propriedade privada, não haveria também trabalho para acumulação. Até que a metáfora da comunhão entre os homens foi findada pelo impulso egoísta de desejo e curiosidade, que motivou Eva a violar o interdito da maçã, rompendo a lei sagrada da convivência harmoniosa com o universo, sendo ela e seu companheiro expulsos do paraíso e condenados, junto com sua prole, a viver do suor do trabalho. Sob o domínio da religião católica, a noção de coletivo, cujo significado exemplar é a “comunhão entre os homens, permaneceu como um desiderato moral transcendental, de uma concórdia universal que se alcança na medida do controle das pulsões egoístas que conduzem à violação das leis divinas.

O idealismo dessa comunhão entre os homens tornar-se-á particularmente expressivo na arte renascentista e no pensamento filosófico dos séculos XVI e XVII. Com o processo de laicização e antropocentrismo, motivado pela razão iluminista, filósofos passam a supor para o plano terrestre a igualdade, concórdia e união que só estavam presentes nos domínios celestiais. Se os ideais rousseauianos de vontade geral e, por trás dela, um “eu comum” encontrava correspondente real na recém conformação dos Estados-nacionais europeus, suas formulações acerca do conteúdo do governo que melhor assegurasse a liberdade entre os homens carrega, certamente, um esforço de encontrar um caminho para converter em realidade o que estava apenas no plano litúrgico.

É somente no século XVIII, depois das revoluções burguesas inaugurarem a

concepção de direitos humanos que experiências de organização política começam a dar conta de aplicação desses ideais teórico-filosóficos. Interessa-nos aqui o movimento dirigido pelos assim chamados socialistas utópicos, que posteriormente inspirariam as obras do socialismo científico. Conjugado a essa matriz de pensamento está o pressuposto de que a comunhão entre os homens está condicionada ao fim da luta social pela apropriação privada do excedente do trabalho humano.

A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas se estendia às condições sociais de vida de cada indivíduo; já não se tratava de abolir os privilégios de classe, mas de destruir as próprias diferenças de classe. Um comunismo ascético, ao modo espartano, que renunciava a todos os gozos da vida: tal foi a primeira forma de manifestação da nova teoria. (ENGELS, 1999, p. 59).

No texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels chama a atenção para o fato de que os filósofos franceses do século XVIII acreditavam no arbítrio de um juiz onipresente, que não era Deus, mas o Estado, a partir de onde proveria o reino da justiça e da razão entre os homens. Entre os contratualistas, abrir mão da liberdade individual era a paga pelo reino da paz e da liberdade coletiva². Com os chamados socialistas utópicos, o projeto de emancipação dos trabalhadores das condições de exploração característicos do primeiro ciclo da revolução industrial ganha concretude a partir de experiências que tentam redefinir a relação capital e trabalho, dentro do próprio ambiente das fábricas. São emblemáticos os experimentos de comunidades em regime cooperativo sob a direção de Robert Owen, primeiramente na Inglaterra e depois, também, nos Estados Unidos. Baseados na propriedade coletiva e na divisão mais horizontal dos rendimentos, os resultados prodigiosos das “colônias comunistas” – no termo de elevadas condições de vida em relação ao que dispunha a classe trabalhadora da época – serviram como um verdadeiro atestado da riqueza produzida pelos operários e da usura presente no lucro dos patrões.

Ainda que pontuais e inscritos num período relativamente curto da história, esses experimentos projetaram, no cenário das contradições entre capital e trabalho, a percepção de auto gerência em relação ao trabalho assalariado. Owen, que não por acaso foi inicialmente um grande filantropo, passou a se dedicar a outras formas de “caridade” que lhe pareciam mais amplas, a partir da crítica ao capitalismo e ao empoderamento da classe trabalhadora como veículo de transformação.

As novas e gigantescas forças produtivas, que até ali só haviam servido para que alguns enriquecessem e as massas fossem escravizadas, lançavam, segundo Owen, as bases para uma reconstrução social e estavam fadadas a trabalhar somente para o bem estar coletivo, com propriedade coletiva de todos os membros da sociedade. (ENGELS, 1999, p. 75)

É com o advento do pensamento marxista que o proletariado é consagrado o ator coletivo por excelência. Sua forma típica de organização política, qual seja, o sindicato e o partido operário, é quem carrega a primazia do projeto emancipatório. Fora da ênfase que esta teoria dava para a oposição de classes na sociedade industrial, setores como o campesinato permaneciam como uma intermitência teórica.

Influenciado por um tipo de leitura marxista, a qual concebia o campesinato como uma classe residual proveniente do modo de produção feudal, o movimento operário e socialista ocidental se deteve a pensar o destino do campesinato mediante seu enquadramento

² Mesmo entre os gregos já figurava a preocupação entre as liberdades individuais e sociais, ao ponto de Aristóteles afirmar em “A Política” que a o homem, sendo um animal político, só se constitui enquanto tal no ambiente da polis.

progressivo entre as estruturas do desenvolvimento capitalista, ou seja, sofrendo uma proletarização ou aburguesamento. Haveria, portanto, um destino inexorável dentro da própria lógica de expansão do capital: a radicalização da pobreza, dada a separação entre os produtores e os meios de produção, associada ao crescimento dos mercados, conduzindo à liberação das forças produtivas rurais e sua respectiva absorção na forma de assalariados urbanos.

É somente na eminência dos conflitos agrários que antecedem a Revolução Russa de 1917 que se consolida verdadeiramente um campo de debate dentro da esquerda, para discutir o papel do campesinato na passagem para o socialismo. Esse debate é provocado por uma série de controvérsias em torno de escritos de Marx, traduzidos e amplamente difundidos na Rússia. Fazendo uso desses textos para analisar as condições de “amadurecimento” das forças revolucionárias internas, os assim chamados populistas russos levantaram para os socialistas ocidentais a questão que indaga se o caminho para o socialismo passa necessariamente pela formação de um proletariado urbano ou se seria possível contornar essa etapa.

Segundo Walicki (1989, p. 137), os populistas russos, ao mesmo tempo em que nutriam um profundo apreço pelos textos de Marx e Engels, se opunham, na verdade, a uma imagem do capitalismo ocidental criada a partir dessas leituras, especialmente nas descrições da expropriação camponesa e do trabalho nas fábricas como uma etapa necessária para o avanço das forças produtivas.

They readily accepted Marx's criticism of "political democracy" but refused to espouse his firm conviction that it was, nevertheless, a long step forward in comparison with autocracy. They were deeply impressed by his exposition of the cruelties of the capitalist development – so deeply, that they could not accept his thesis that the rise of capitalism was, all the cruelties none the less, the greatest progress in human history.

A grande questão que colocava o campesinato no centro do debate era pensar a evolução social das forças produtivas e a superação do atraso econômico da Rússia – e dos países periféricos em geral – através de um caminho de desenvolvimento não capitalista. No fundo, o que está em disputa é a interpretação das condições históricas mediante as quais é possível constituir a unidade política das camadas pobres e, dentre seus segmentos, qual deles reúne as possibilidades de se erguer como ator coletivo em direção a transformações político-econômicas.

Nesse sentido, as opiniões sobre o campesinato russo se dividiam entre, de um lado, os populistas, que eram, ora mais, ora menos, opostos ao avanço do capitalismo no seu país, atribuindo centralidade ao papel do Estado quanto à introdução das mudanças necessárias ao socialismo e, ao mesmo tempo, combate dos inconvenientes da presença capitalista; de outro lado, os liberais russos se alinhavam aos partidários da tradição marxista ocidental, defendendo que o amadurecimento das forças revolucionárias deveria passar por sucessivas fases de desenvolvimento, cumprindo as leis objetivas do materialismo histórico-dialético que conduzem, por si sós, à revolução.

A importância desse embate teórico está em saber se o campesinato pode ou não ter um papel ativo na revolução, uma decisão que pesa sobre o próprio destino das comunas rurais russas. A ideia de um território sobre o qual os camponeses detêm direitos indivisíveis sobre recursos naturais, na forma de uma propriedade de uso cooperativo, representava a verdadeira intermitência do debate: as comunas - ou eram pensadas como unidade econômica e política privilegiada, dado a tendência à coletivização proveniente da própria natureza da propriedade, ou representavam uma ameaça, uma vez que seu caráter insular e fragmentado tornava-as vulneráveis à cooptação por parte de forças conservadoras.

De modo geral, enquanto os populistas russos defendiam que a presença ainda tacanha

do capitalismo e o caráter coletivo do uso da propriedade entre os camponeses representavam uma vantagem na direção do socialismo, os socialistas da linha ocidental defendiam que a proletarização era uma etapa fundamental para a própria articulação política do corpo revolucionário.

Chama à atenção a constatação de que a concepção predominante de coletivo, dentro da tradição marxista, esteve até então associada ao processo Europeu de estruturação das grandes agremiações de massa – sindicato e partido – que passam necessariamente pelo adensamento do proletariado fabril no espaço urbano. Coletivo nesse contexto implica certa coesão e unidade de ação resultante do enfrentamento ao capital.

Já por parte dos populistas russos, a atribuição de um papel revolucionário à comuna rural levou a considerar, dentro do pensamento de esquerda, formas pré-capitalistas de organização como unidades politicamente coesas e ativas, tendo elas também um papel revolucionário. Isso transpõe a metáfora do “saco de batatas”, presente no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, na qual Marx caracteriza o campesinato francês como uma imensa massa de membros que vivem em condições semelhantes, mas são incapazes, pela própria natureza insular e autossuficiente da produção, de produzir uma cooperação menos restrita.

Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas (MARX, 1978, p.114-115).

É importante notar que o que é descrito por Marx como desarticulado e atomizado será, mais tarde, no pensamento de esquerda, homólogo ao que se chamará individual ou individualista. Essa forma de pensar a organização do campesinato, ora como disforme e segmentado, ora como tendência anticapitalista, é uma análise que só pode ser feita quando tomadas como parâmetro as duas matrizes da concepção de coletivo, presentes dentro do pensamento de esquerda: a primeira, relativa à imagem das colônias comunistas dentro do chamado socialismo utópico, e a segunda, o sindicato e o partido dentro do auto intitulado socialismo científico.

Tudo depende do referencial ao qual se tenta aproximar o campesinato: quando a representação de coletivo equivale a unidade política presente na imagem do sindicato ou do partido, logo o campesinato não é coletivo; se a representação de coletivo está associada à imagem construída pelos socialistas utópicos de uma cooperação de caráter comunitário, onde a propriedade dos meios de produção é indivisível, então o campesinato pode ser chamado de coletivo.

Dentro do pensamento marxista,³ a concepção de história compreende o progresso cumulativo das etapas de divisão social do trabalho que, oportunizadas pelo avanço técnico, promoveriam formas mais complexas e imbricadas de cooperação produtiva. A esse respeito, Ferreira (2010) afirma que, dentro dessa matriz de pensamento, a produção camponesa é assemelhada à comunidade tribal, como sendo composta de unidades isoladas e insulares, análogas, portanto, às formas mais simples de divisão do trabalho. O autor levanta ainda a hipótese de que a ênfase no conceito de família seja afetada pela emergência do romantismo característico do movimento de unificação alemã que trouxe para o centro da ideia de nação as tradições gentílicas como forma de conferir unidade orgânica e ideológica ao Estado.

³ O texto “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels, é particularmente ilustrativo ao narrar as diferentes etapas da divisão social do trabalho e as formas de integração que acompanham o desenvolvimento das forças produtivas.

A composição do campesinato enquanto objeto de análise passa, em larga medida, pela caracterização das fronteiras de sua organização produtiva e, a partir daí, de sua capacidade de integração com outros setores da sociedade. A integração ou isolamento do campesinato é, basicamente, o mote das discussões em torno da questão agrária, originalmente na Rússia e depois em todos os países nos quais emergia a problemática das tendências e funções do campesinato no contexto do avanço do capitalismo.

Grosso modo, as interpretações seguirão pendulando entre a ênfase das tendências coletivistas pela solidariedade moral dos grupos tradicionais ou a observação de que esse coletivismo implica formas limitadas de cooperação, que esbarram nos limites da família ou da comunidade, exigindo um ator externo – mercado ou Estado – como agente integrador.

Nas palavras de Abramovay (1990, p. 23 e 36), do ponto de vista marxista o camponês “só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores, bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas”. Para Marx, “As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da sociabilidade contemporânea são a burguesia e o proletariado”. Nessa perspectiva, o destino inexorável do campesinato ante a lógica de expansão do capital seria a aceleração da pobreza, em consequência da crescente expropriação e proletarianização⁴.

Se no marxismo clássico o campesinato dispensa um maior esforço interpretativo, na obra de Alexander Chayanov a organização da economia camponesa será tratada como um fenômeno que conduzirá o autor na busca de suas especificidades. Ele desenvolverá uma concepção de economia camponesa fundamentada na unidade familiar como unidade estrutural, cujos membros praticam a autoexploração, a fim de satisfazer as necessidades domésticas. O ponto central de sua teoria é o balanço entre o grau de autoexploração e a satisfação dos membros da família. Com isso, Chayanov introduz uma concepção de campesinato enquanto grupo que, mesmo no contato com o capitalismo, se reproduz justamente pelo caráter relativamente autônomo da unidade familiar. Ou seja, a lógica economicamente intrínseca da maneira como os grupos camponeses se reproduzem socialmente os torna alheios à busca de excedente.

Surge com isso um novo paradigma, qual seja, o campesinato como segmento social que preserva traços que lhes são característicos e que são transversais aos modos de produção, em diferentes momentos da história. O primado da teoria chayanoviana terá peso na forma de pensar a sua inserção e subordinação em relação à sociedade mais ampla, criando uma categoria que será central no debate subsequente, ao qualificar sua relação com o mercado e Estado como “parcial” (part society), definindo assim sua autenticidade.

Na perspectiva de Amin e Vergopoulos (1977), a lógica de operação do capitalismo, longe de ser totalitária ao ponto de promover a exclusão ou subjugação de formas sociais históricas, é capaz de se relacionar com elas absorvendo-as na medida do rendimento que constitui o núcleo de seu *modus operandi*: “integrar em seu processo de reprodução todos os elementos exteriores como fontes suplementares de rendimentos”. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 153).

Para além de um processo direcionado pela “uniformização do mundo”, o modo de produção capitalista incorpora o campesinato em formas de uma captação-submissão orgânica: “a força vital do sistema capitalista não provém de sua reprodução ampliada sobre zonas a ele ‘exteriores’, mas emana do relacionamento entre espaços não-homogêneos, irregulares, não-idênticos”. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p.139).

Conforme essa perspectiva teórica, o capitalismo se relaciona com suas exterioridades sem constrangê-las. No que se refere aos segmentos camponeses, a finalidade é sempre da

⁴ Cf.: O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lenin.

apropriação de excedente, e, por esse motivo, não promove o desmantelamento dos traços que os caracterizam.

Para que se mantenha o foco no que se quer abordar neste capítulo, é importante realçar que, enquanto no marxismo clássico o caráter familiar da economia camponesa é visto como fator limitador de sua integração dentro das formas determinantes de integração da sociedade capitalista⁵; na teoria chayanoviana o campesinato aparece como uma formação social autêntica e específica. A autorização, no campo da teoria, da autenticidade do campesinato, não mais como fragmento residual do passado, mas na qualidade de uma formação social de características próprias, é justamente o que desencadeará um novo debate – que será melhor desenvolvido no terreno da antropologia – sobre as formas de reciprocidade e os mecanismos de cooperação que lhe dão sustentação enquanto tal.⁶

São exemplares, nesse caso, os trabalhos de Robert Redfield (2008) sobre pequena e grande tradição: a primeira, referente a padrões de sociabilidade que se reproduzem de maneira mais ou menos espontânea e discreta; a segunda, referente aos dogmas e processos seculares, com caráter mais institucionalizado e formal.

In a civilization there is a great tradition of the reflective few, and there is a little tradition of the largely unreflective many. The great tradition is cultivated in schools or temples; the little tradition works itself out and keeps itself going in the lives of the unlettered in their village communities. The tradition of the philosopher, theologian, and literary man is a tradition consciously cultivated and handed down; that of the little people is for the most part taken for granted and not submitted to much scrutiny or considered refinement and improvement (REDFIELD, 2008, p. 209).

Em sociedades ditas primitivas as duas tradições são pouco distinguíveis, dado o caráter mais ou menos homogêneo da vida social. É geralmente nos rituais religiosos que essas distinções são, de alguma maneira, clarificadas. Nas sociedades chamadas pelo autor de civilizadas, as duas tradições assumem contornos de relativa independência, e, ainda que haja reentrância entre elas, continuam sendo uma e outra.

Particularmente no que diz respeito às aldeias dos Yucatan, estudadas por Redfield na América Latina, é interessante a maneira como a grande tradição espanhola foi combinada com a grande tradição aborígine, fato expressado no sincretismo religioso do catolicismo espanhol praticado no local. Mediante outras evidências, Redfield aponta como pequena e grande tradição se relacionam, horizontal e verticalmente, produzindo novas configurações, preservando os contornos próprios de cada campo. Declara o autor que “Great and little traditions are dimensions of one another; those people who carry on the lower layers and those who maintain the high alike recognize the same order of ‘highness’ and ‘lowness’.” (REDFIELD, 2008, p. 217).

Pequena e grande tradição estão separadas *hierarquicamente* entre domínios que são distinguíveis, tácita ou expressamente, pelas suas expressões concretas ou simbólicas, na

⁵ “qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas só possuirá uma existência social fugaz” (ABRAMOVAY, p. 33, 1990).

⁶ Dito de forma muito clara, o esforço desse trabalho de tese é muito simples: acreditamos que a atualidade do debate sobre os assentados de reforma agrária – que em alguma medida carregam traços camponeses – convergiu para o mesmo grau de polarização entre o caráter limitado do “individualismo” familiar e a sua capacidade de superação pelas formas coletivas propostas pelos agentes externos. A defesa de que a organização da produção nos assentamentos obedece à lógica de uma “dinâmica faccional” nada mais é do que uma tentativa de compreender quais os elos de cooperação têm se tornado significativos do ponto de vista de romper a tendência de individualismo familiar – que é atestado nos estudos de caso – considerando, ao mesmo tempo, os conflitos – também amplamente registrados – que se originam da tentativa de seu enquadramento em modelos formais de reciprocidade nos quais se baseiam o associativismo e cooperativismo propostos pelos atores sociais.

maneira como são identificadas, marcando posições de sobreposição e interdependência. Por um lado, a relação entre pequena e grande tradição, no contexto do mundo civilizado, teve seus domínios separados e, ao mesmo tempo, intensificado em interpenetrações. Implica, com isso, formas de controle e subjugação, tanto quanto pode ser uma relação entre o conhecimento de especialistas e de leigos. Por outro lado, os sujeitos na pequena tradição reservam uma margem de autonomia no que diz respeito ao arranjo entre que elementos são preferidos e assimilados pela sua cultura.

De acordo com Redfield, os camponeses, ainda que vinculados aos Estados-Nacionais, não podem ser confundidos com esta forma cultural. Do contrário, eles constituem uma *parte* da sociedade nacional ou uma sociedade parcial (“part-societies”) com uma especificidade cultural (“part-cultures”).

É nesse sentido que Fallers (1961), em seu estudo sobre tribos africanas, toma a noção de campesinato. Afirma ele que, diferente das tribos, os camponeses não se constituem como grupo homogêneo suficientemente isolado; por outro lado, não podem ser compreendidos como estando totalmente integrados com a sociedade. Nesse sentido ele explicita:

Unlike the latter, the peasant community is not completely isolable, completely capable of self-sufficient; but neither is it completely knitted into a larger fabric by crisscrossing occupational structure as is the modern community. The latter cannot be possibly imagined in isolation from the large society. In contrast, the peasant community is relatively self-sufficient, lead many observers to comment upon its frequent indifference to changes in the political superstructures and hostility to members of elite (FALLERS, 1961, p. 108).

A noção de “half-society” e “half-culture” em Fallers pressupõe, ao mesmo tempo, uma parte tribal e uma parte urbano-industrial. Nessa perspectiva, o campesinato é anterior ao modelo de sociedade urbano-industrial e os traços culturais a ele associados se configuraram ao longo do tempo, não pelo insulamento – uma vez que sempre se relacionaram de alguma maneira com diferentes padrões de mudança social, mesmo que na forma de recusa –, mas pela acumulação de traços lógicos que os caracterizam de tal modo que, na falta de um deles, estes não podem mais ser identificados como camponeses.

Ao delimitar o domínio específico e os traços historicamente acumulados e mais ou menos invariáveis que caracterizam as formas de interação do campesinato, sobremaneira destacados pelo seu contato com a “sociedade mais ampla”, Redfield e Fellers dimilitam um campo inteiro de problemáticas sobre os significados que dão sustentação enquanto “sociedade específica”. As questões não estão na ordem de se perguntar somente que dinâmicas lhes são próprias, mas de que forma mantêm-se camponeses ao ponto de serem transversais a diferentes modos de produção ou a diferentes padrões de relações que tendem a subjugar-los.

No núcleo desse debate estará sempre a questão colocada pelo marxismo clássico, que é: por que o individualismo familiar não é um fator limitador de formas de cooperação mais ampla? Se o leitor me permite parar por aqui, em relação ao debate clássico sobre campesinato, e proceder a um salto para as análises sobre assentamentos rurais, que serão discutidas logo em seguida, no próximo ponto, arriscaria dizer que a questão de superação do individualismo familiar ainda é o ponto central para se pensar a questão da organização produtiva dos assentamentos.

Dito de forma bastante clara, o esforço deste trabalho de tese é muito simples: acreditamos que o atualidade do debate sobre o perfil das famílias assentadas na reforma agrária – às quais se atribuem, em alguma medida, traços camponeses – convergiu para o mesmo grau de polarização entre o caráter restrito do “individualismo” familiar e a crença na capacidade de sua superação pelas formas coletivas propostas pelos agentes externos –

associações e cooperativas.

No ponto seguinte, a partir da revisão bibliográfica de algumas teses de doutorado que, em alguma medida, lidam com o tema da organização produtiva dos assentamentos, efetuar-se-á a tentativa de entender como a produção teórica sobre assentamentos de reforma agrária no Brasil lida com a questão do individual e do coletivo, observando situações concretas. Tentar-se-á também detectar que pontos são reiterados na sequência da produção teórica, a fim de se compreender como determinados significados se cristalizam ou mesmo assumem a forma de um discurso mais normativo que analítico dessa realidade.

1.2 As produções recentes sobre organização dos assentamentos: espaço social de conflitos e processos em disputa

É posto pela literatura especializada que as principais variáveis que compõem o processo de reforma agrária no Brasil são os projetos encabeçados por grandes movimentos sociais do campo, como o CPT e MST, em correlação com os interesses do Estado, na tentativa de lidar com constrangimentos acumulados ao longo das repactuações das relações de trabalho no meio rural. Como forma de viabilizar economicamente as áreas de assentamentos, esses projetos desenvolveram orientações não necessariamente coincidentes entre si e que, no contato com a realidade local, passam a compor o universo das tensões e conflitos que se erguem no contraste dos diferentes interesses em plano local, visando imprimir sentidos específicos para a organização produtiva – especialmente a partir do que poderá ser qualificado como “coletivo”.

O processo de constituição desses atores, as linhas de ação do governo e a maneira como os grupos de famílias assentadas se relacionam, no plano local, com essas formas de intervenção foram amplamente estudados no Brasil, desde, mais ou menos, a década de 1970. Levou, pelo menos, uma década para que os parâmetros de pesquisas sobre assentamentos se consolidassem, ao ponto subsidiarem uma “segunda rodada” de pesquisas, e assim se expandisse o número de publicações e desdobramentos de temas. Neste tópico, serão recuperados brevemente alguns trabalhos fundantes, a fim de se perceber como se sedimentam preceitos básicos da pesquisa social sobre assentamentos rurais, para, em seguida, contemplar uma amostra de pesquisas mais recentes. Com isso, procuraremos perceber como se cristalizam determinados significados em torno da organização produtiva dos assentamentos de reforma agrária, especialmente no que diz respeito a formas de cooperação mais “individualizadas” ou mais “coletivizadas”.

O objetivo presente nesta seção é demonstrar como a noção de coletivo é substancializada dentro das análises sociológicas sobre assentamentos rurais e consagrada como parâmetro analítico da organização das famílias assentadas. Supõe-se que isso acompanha certo envezamento do pensamento de esquerda nas interpretações sobre o papel dos grandes coletivos dentro do processo de reforma agrária.

Para esse trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico que inclui um total de 16 teses de doutorado, publicadas durante os anos de 2002 e 2010, distribuídas entre as áreas de Ciências Sociais, Geografia, Psicologia e História, proveniente de universidades que sediam centros, programas ou professores especializados em dinâmicas rurais (USP, UNICAMP, UNESP, UFRRJ, UFRGS, PUC-SP, UFCG, UFPB, UFScar). A partir do que é disponibilizado pelas próprias bibliotecas virtuais das universidades, reunidos na base virtual da Plataforma Capes, procedeu-se à seleção inicial das teses, seguindo os critérios: primeiro, foi feito o levantamento das produções que obedeciam às chaves de busca: “assentamentos”, “cooperativismo”, “associativismo”, “rural” e “ação coletiva”; segundo, a partir da leitura dos

resumos e de pequenos trechos do texto, realizou-se uma triagem com o objetivo de perceber a) se a “nuance” do conteúdo dava evidência ao tema do conflito, verificado a partir de uma abordagem que inclui associativismo, cooperativismo, organização política e social; e b) se abordavam aspectos da cultura política camponesa, com base em trajetórias, identidade, herança cultural.

De posse desse material foi realizada a leitura dos textos a partir de trechos considerados significativos, particularmente os que contemplam a perspectiva do próprio autor sobre as tensões com as quais ele teve contato em sua pesquisa de campo. A questão de fundo, aqui, é o assentamento enquanto espaço de reprodução social de segmentos camponeses e a percepção pelos autores sobre as formas de organização que viabilizam essa reprodução.

Antes de se chegar às teses, propriamente, foram eleitas aqui algumas pesquisas que tiveram contribuição significativa para fundamentação do campo das análises sobre assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Na metade do século XX, a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ajuda a disseminar e estruturar as ações do sindicalismo rural e urbano. O fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) se desdobrava em formas de ação que iam de contestatórias às condições de trabalho no campo, até combativas ao latifúndio, nos limites dos marcos legais, reivindicando a permanência dos camponeses nas terras. Conforme afirma Moacir Palmeira (2008, p. 194), “o sindicato iria se colocar não só como um mediador alternativo aos patrões nas relações dos camponeses com a sociedade [...]. Através do sindicato os trabalhadores puderam ter acesso à justiça, e a implementação das leis tornou-se uma possibilidade real”.

Seus serviços jurídicos e assistenciais se colocaram como novos mediadores entre o clientelismo predominante, constituindo as bases de autonomia das famílias camponesas frente aos laços de servidão que os prendiam. Simultânea e complementarmente, surgiam no nordeste as Ligas Camponesas⁷ e no sul o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Essas formas de organização dos trabalhadores rurais permitiram, paulatinamente, o acúmulo das formas de ação coletiva, cujas iniciativas visavam dialogar diretamente com o governo, tendo por finalidade regularizar as condições de trabalho no campo. É assim que a “questão agrária” entra na agenda pública, desencadeando um processo de divisão de terras que, entre continuidades e rupturas, permanências e deslocamentos⁸, mortos e feridos⁹, vem sendo levado a cabo pelo Estado, desde, mais ou menos, meados dos anos 1970.

⁷ Com as Ligas Camponesas, a questão agrária no Brasil ganhou destaque no cenário das reivindicações sociais com amplitude nacional. Surgidas como “entidade de ajuda mútua para financiar o enterro digno dos camponeses” (BORDENAVE, 1994, p. 67), só depois evoluíram para a militância política propriamente dita. Tiveram origem no Nordeste, mais especificamente no estado de Pernambuco, através de experiências particulares, cujo modelo de luta se disseminou por toda a região, com exceção do Rio Grande do Norte, onde foram barradas pela Igreja Católica. O caso da Liga Camponesa da Galiléia, em Pernambuco, é emblemático. Lá, pouco mais de 140 famílias ganharam, através da justiça, o direito de serem assentadas na própria fazenda onde trabalhavam, ou serem remanejadas para outras áreas compradas pelo Estado. O fato se tornou um marco na luta pela terra, oferecendo um exemplo bem sucedido de luta para várias outras regiões do Brasil.

⁸ No período militar, as reivindicações por reforma agrária foram atendidas na forma de “colonização” em que sem terras eram conduzidos em direção ao Norte do país, numa campanha que se justificava pelo lema “Terras sem homens para homens sem terra”. Um breve percurso da Reforma Agrária no Brasil pode ser lido em: BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luiz A. Cabello. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

⁹ É grande o número de obras que retratam o drama da reforma agrária no Brasil. Merece menção o filme clássico *Terra para Rose* (direção de Regina Zappa, 1997) e o atual drama da luta pela terra no Pará, *Nas terras do bem-virá* (direção de Alexandre Rampazzo, 2007).

Atuando na mediação de necessidades imediatas, os sindicatos começam a se interpor às velhas relações de favor, mediante um processo de esvaziamento dos compromissos em que se reforçam sistematicamente as relações de dominação entre patrão e trabalhador rural, a partir de trocas com base em serviços médicos e jurídicos. Em particular, do ponto de vista da assistência jurídica, essas entidades passaram a exercer uma mediação legítima entre camponeses e Estado, paralela aos aparatos jurídicos privados dos senhores. Logo, o sindicato se colocava como veículo para implementação de regras impessoais que negam a dominação personalizada do latifúndio (PALMEIRA, 2008).

Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, então professores do Museu Nacional/PPGAS-UFRJ, dedicaram-se amplamente ao estudo do sindicalismo rural no momento posterior à sua profusão no meio rural. Contando com amplo estoque de pesquisas sobre processos de transformação social envolvendo luta por direitos sociais entre trabalhadores rurais na zona canavieira pernambucana, esses autores dedicaram-se, a partir do final da década de 1970, a estudar as transformações introduzidas pela sindicalização do trabalhador rural, com foco na constituição dos processos de reivindicação por direitos trabalhistas e sociais.

Durante a década de 1990, Sigaud começa a analisar o que, na época, era o “fenômeno” das ocupações de terras. Suas etnografias sobre acampamentos de trabalhadores nos próprios engenhos, num período de declínio das atividades canavieiras no litoral do Pernambuco, inspiraram vários estudos que buscaram entender aspectos de redefinição nos padrões de autoridade e hierarquia, nas relações camponesas ocorridas no contexto de início da reforma agrária. A grande lição que daí se desdobra é a de que a luta pela terra reorientava a percepção do mundo social por parte dos sujeitos, mediante a qual eles visualizavam noções de direitos e cidadania.

Em que pese discutir a questão do sindicalismo rural, cumpre comentar brevemente que, embora tenha sido recebido com entusiasmo pelos intelectuais da questão agrária, o sindicalismo rural passou a ser, posteriormente, alvo de controvérsias em relação ao seu impacto nas relações de trabalho. As opiniões foram bastante divergentes, especialmente quando o ponto é a cooptação do sindicalismo dentro dos mecanismos de ação Estatal. Claudinei Coletti, em sua crítica ao sindicalismo, afirma:

O sindicalista, uma vez investido no cargo de dirigente sindical oficial, mesmo que não o queira, é obrigado a manter em seu sindicato determinados serviços assistenciais, principalmente por se tratar de uma imposição do Estado. [...] Ou seja, através do assistencialismo, os sindicalistas, conscientes ou não do papel que lhes foi atribuído, muitas vezes acabam se transformando em agentes portadores de interesses governamentais no movimento sindical (COLETTI, 1996, p. 69- 70).

Grosso modo, em torno desses dois pontos de vista – o sindicato enquanto mediador de direitos ou em seu papel de “peleguismo político” – orbita nas interpretações sobre o surgimento do sindicalismo rural.

Uma obra amplamente referenciada entre as teses selecionadas para análise deste capítulo é um livro publicado pela Paz e Terra, em 1995, sob autoria de Maria da Conceição D’Incao e Gerard Roy, com o título “Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia”. Trata-se de um estudo sobre as relações no interior de um grupo de famílias acampadas durante três anos para ter acesso à terra num assentamento rural no estado de São Paulo. A predominância dessa obra entre as citações nas teses lidas certamente dá-se ao fato de que o trabalho discute, de um lado, a reprodução das relações de dominação no interior de um assentamento rural e, de outro, os significados democráticos orientados para uma mudança substantiva em termos de cultura política (D’INCAO; ROY, 1995). Tanto nos trabalhos de Sigaud quanto de D’Incao e Roy, observa-se um investimento de pensar os assentamentos rurais como espaços nos quais são gestadas experiências de redefinição dos significados que

orientam as relações locais dos sujeitos, com base na construção de direitos – a princípio na ordem das relações trabalhistas.

Efetivamente, a Reforma Agrária vai ganhando corpo ao longo da década de 1980, quando os assentamentos vão se consolidando como principal eixo de ação. Com isso, cria-se um novo campo de relações entre famílias camponesas, movimentos sociais, governos, ONGs e outros atores, marcado pelo diálogo em torno da consolidação dos direitos sociais no meio rural.

Não obstante, a presença de variados atores que foram se constituindo ao longo da luta pelos assentamentos, cada um portador de projetos distintos entre si, fez desses núcleos um *espaço de convergência de significados não necessariamente coincidentes*. Isso introduziu nas análises o componente da heterogeneidade e do conflito como marca da vida comunitária.

Nesse sentido, dois trabalhos merecem menção, sendo também amplamente citados nos trabalhos de teses aqui em foco. O primeiro diz respeito a uma coletânea de artigos publicada pela editora da Universidade Estadual Paulista – Unesp, em 1994, como resultado do Primeiro Seminário Nacional Sobre Assentamentos Rurais, sob a organização de Leonilde Medeiros, Maria Valéria Barbosa, Mariana Pantoja Franco, Neide Esterci e Sérgio Leite. Com o título “Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar”, a publicação parece ser uma das primeiras a reunir pesquisas já consolidadas sobre assentamentos rurais, agrupadas em torno de eixos temáticos como: organização interna, atores políticos, alternativas produtivas, entre outros (MEDEIROS et al., 1994).

A segunda referência são trabalhos provenientes de análises sobre a criação de assentamentos no estado de São Paulo. Sonia Bergamasco, pesquisadora na UNICAMP e, mais tarde, Vera Botta Ferrante, na oportunidade pesquisadora na UNESP, seguem carreira pelas pistas das transformações que envolvem a criação de assentamentos, no caso da última, referente à região de Araraquara-SP. O artigo publicado entre 1994 e 1995 pela revista de Ciências Sociais “Perspectivas”, editora da Unesp, escrito em colaboração com Luiz Borone – que virá a se tornar também um *expertise* no tema – é bastante referenciado na amostra das teses, certamente por consolidar lições de mais de uma década de pesquisas acumuladas em áreas de reforma agrária (BERGAMASCO et al., 1994/1995). O trabalho apresentou algumas questões que passariam a nortear as investigações posteriores como, por exemplo, os dilemas relativos à organização produtiva nos termos de individual e coletivo, pautando também o componente da diversidade e heterogeneidade como marcas da vida no assentamento.

Durante a década de 1970 e especialmente 1980, o debate sobre a questão agrária estava cercado pela discussão desenvolvimentista, o que significa dizer que se conectava, de forma mais ampla, às questões do desenvolvimento rural. Sob o pacto das elites agrária e industrial, a assim denominada “modernização conservadora”, empreendida sobremaneira durante o regime militar, enquadrava a questão dos assentamentos nos termos de produtividade, inovação e renda.

Zander Navarro colaborou largamente no debate sobre desenvolvimento rural no Brasil, pensando as implicações da presença dos movimentos sociais do campo em termos de democratização, cidadania e papel do Estado em relação à agricultura empresarial e familiar. Considerando as variáveis do debate sobre modernização agrícola desde os anos 1970, este autor discutiu as transformações do cenário rural brasileiro com ênfase na atuação dos movimentos sociais do campo dentro do processo de reforma agrária, especializando-se, mais tarde, na análise do MST. Em certa altura de sua carreira, o intelectual manteve a abordagem, mas incorporando objeções que o colocam hoje do lado dos críticos ao movimento dos sem terra (NAVARRO, 1996).

Tendo sido o MST um movimento que surge com a tarefa específica de promover a reforma agrária no Brasil – e tendo alcançado seu objetivo em escala até então sem precedentes – parte significativa do debate sobre assentamentos rurais converge para os

estudos relativos a esse ator em específico, que, por sua vez, se interpõe como próprio ícone da luta no campo. As estratégias de ação, a bandeira ideológica, a formação militante e outros elementos associados ao MST passam a exercer forte atração entre os intelectuais da reforma agrária, motivo pelo qual se constituiu um verdadeiro campo de estudos à parte, onde alguns deles se dedicaram, com certa exclusividade, a interpretar, criticar e supervisionar suas ações.

São exemplos do que se chamou “intelectuais do movimento” Bernardo Mançano Fernandes e Roseli Caldart. O primeiro dedicou-se a compreender a sociogênese do MST enquanto movimento social “especializado” na reforma agrária brasileira. Seu livro “A formação do MST no Brasil”, publicado em 2000, apresenta uma verdadeira “biografia” do movimento. Com o objetivo de entender “o princípio educativo” do MST, a obra de Caldart “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, publicado no mesmo ano, sistematiza e marca um campo de investigação em torno dos processos educacionais/formativos atribuídos a esse novo sujeito histórico. Embora não seja o primeiro autor a abordar a metodologia do MST (a mística, o simbolismo, a historicização crítica), o trabalho inspira uma série de análises que irão se dedicar ao processo de formação a partir de certa orientação interpretativa das vivências cotidianas entre sem-terras, que implica, por suposto, um projeto de educação emancipatória. Isso realça o componente da transformação de vida identificado desde Sigaud, reforçando o componente da formação e educação para a militância.

Finalmente, cumpre citar um trabalho recente que realizou um amplo levantamento sobre as condições dos assentamentos rurais no Brasil, oferecendo dados atualizados sobre os resultados da reforma agrária. Reunindo alguns dos principais pesquisadores no tema, o livro organizado por Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão foi intitulado de “Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”. A publicação consolida uma grande pesquisa que envolveu estudiosos em diferentes regiões do país, apresentando diferentes amostras (“manchas”) representativas de regiões em que houve um forte processo de implementação de assentamentos. A tônica do estudo recai sobre as mudanças, especialmente na ordem da vida material, pela qual passaram as áreas estudadas.

O impacto que essas obras tiveram no debate subsequente sobre o papel dos assentamentos rurais no contexto da reforma agrária deve-se, certamente, à capacidade que tiveram de incorporar questões latentes no final da década de 1980 e começo da década de 1990 – especialmente relativas ao desenvolvimento rural e à construção das bases de uma cultura democrática pós-ditadura, ao mesmo tempo interpretando-as a partir da até então recente presença dos assentamentos, introduzindo novas questões no campo acadêmico.

O conjunto desses trabalhos que reúnem alguns poucos especialistas no assunto representa o esforço empreendido durante a década de 1990 de desvendar a *novidade* dos assentamentos rurais no Brasil. Os resultados apresentados por essas pesquisas fundaram os próprios parâmetros de investigação na área. Primeiro, ao hierarquizar as diferentes dimensões da realidade, estando no topo o *econômico* – certamente herança do debate sobre desenvolvimento rural –; de maneira intermediária, o *político* – com ênfase na estruturação de direitos sociais no meio rural –; e, em menor dimensão, as abordagens *culturais* – sob o enfoque na mudança dos padrões de hierarquia, rupturas semânticas e construção de novos significados. Segundo, ao ratificar teoricamente a interdependência entre organização política e viabilidade produtiva, relação esta que já vinha sendo sugerida pelo discurso dos movimentos sociais. Terceiro, ao tratar o assentamento como um verdadeiro laboratório de experiências democráticas, gestadas mediante uma espécie de politização das práticas cotidianas.

Ao longo das análises, o modo como o assentamento é construído enquanto espaço social criou os próprios parâmetros de investigação (e não outros) com base em teorias que enfatizam o “campo social”, “atores” e, mais recentemente, “redes”. O que será apresentado

aqui é uma construção conceitual dos assentamentos rurais, atravessada por esquemas explicativos que destacam basicamente dois aspectos: primeiro, a influência das organizações historicamente consolidadas em torno da questão agrária (atores políticos, suas respectivas institucionalidades, orientações ideológicas) e seus processos racionais/intencionais de organização e mobilização; e, segundo, a caracterização das famílias assentadas, a partir de uma investigação de seus traços subjetivos/intrínsecos (memória, costumes, motivações e interesses) que ora estão agrupados em torno da noção de um *ethos* camponês, ora em torno de uma *identidade* de assentado.

1.2.1 Caracterização dos atores políticos a partir do significado de suas ações

A sociogênese dos atores sociais do meio rural brasileiro tem como precedentes históricos básicos: primeiro, o acúmulo dos processos de luta que acompanham as relações de trabalho no campo, categorizados originalmente, no debate sobre velhos movimentos sociais, como: rebeliões, banditismo e messianismo (GOHN, 2003); segundo, a introdução dos princípios da ideologia marxista, cujo fundamento maior é o conflito entre classes, mediante a ampliação da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1950.

Na verdade, o impacto que tiveram as Ligas Camponesas em quase todo o Nordeste coincide, mais ou menos, com a descriminalização do PCB, em 1947, que expande suas ações até os domínios do meio rural, tendo como principal resultado a sindicalização do trabalhador rural, a exemplo do que já vinha ocorrendo com o trabalhador urbano.

O aporte legal dessas ações vem com a aprovação, em março de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, mediante o qual se estabeleceu uma legislação que estendia aos trabalhadores rurais uma série de direitos extensivos somente ao trabalhador urbano. A tentativa de efetivá-la viu-se contida diante da expulsão massiva de trabalhadores do campo, como reação dos proprietários para não lhes assegurar os direitos prescritos pela legislação. Isso fez com que os setores organizados da esquerda absorvessem, em parte, esses trabalhadores em novos sindicatos que visavam a manutenção dos direitos prescritos. Sob o aporte desta legislação e das agências criadas como marco de regulação¹⁰, o sindicalismo rural passa a ser organizado em federações e confederações, em escala estadual e nacional, respectivamente. É assim que, neste mesmo ano, é criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Conforme registra o trabalho de tese da historiadora Abreu e Lima (2003), a atuação do PCB entre os camponeses é marcada por uma percepção de que a revolução brasileira passaria, primeiramente, por uma revolução democrático-burguesa, implicando o rompimento dos laços de servidão feudais ainda existentes. O papel da reforma agrária nesse processo seria de promover o amplo acesso à terra, convertendo o sem-terra em trabalhador rural, devidamente sindicalizado e integrado à ação de classe. As reivindicações do partido incluíam direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas das diversas categorias presentes, inclusive mulheres e trabalhadoras agrícolas. A fusão desse movimento com as ligas camponesas, na segunda metade da década de 1950, e outras revoltas que aconteciam no interior do país, fizeram com que o movimento camponês crescesse, estruturando as pautas da questão agrária e promovendo-a no debate público.

Contudo não demorou para que divergências ideológicas provocassem rachas internos entre setores da esquerda envolvida na questão agrária. A discordância fundamental estava em torno de quem seria o ator coletivo da revolução socialista: o PCB apostava nos sindicatos, por serem representativos do conjunto dos assalariados, enquanto as Ligas defendiam os

¹⁰ Exemplos são a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), criada em 1946, e a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), criada em 1962.

interesses daqueles que trabalhavam na terra como autônomos. “O sindicato valoriza o aspecto do trabalho, e não da propriedade, mesmo que pequena, como no caso das Ligas” (ABREU E LIMA, 2003, p. 45). Essas posições tensionavam a própria concepção de reforma agrária: se para o PCB o processo deveria centrar-se em certa “proletarização” do homem do campo, com forte ênfase na conformação de direitos trabalhistas, para as Ligas a desapropriação de terras era o mote central, e, uma vez inspiradas pela Revolução Cubana de 1959, passaram a pensá-la na forma de uma revolta armada.

Com os militares no poder em 1964, as lideranças das Ligas, justamente pela postura mais combativa, passaram a ser fortemente perseguidas, enfraquecendo o movimento até sua inoperância ao longo do regime. Fora do alcance do PCB, a malha dos núcleos sindicais passou a ser facilmente incorporada pelas ações da Igreja Católica. Esta última, preocupada com a expansão de movimentos leigos e sob a eminência real de uma revolução socialista – conforme ocorrera em Cuba e nos países soviéticos – resolveu ocupar-se dos constrangimentos que pesavam entre os setores sob atração potencial do comunismo. Encampando uma proposta reformista, a Igreja Católica lançava mão de um projeto de mudança social alternativo ao comunismo.

Apesar das sérias restrições, o direito a sindicalização foi mantido durante o governo militar, como forma de garantir a manutenção dos conflitos do campo. Não obstante, nesse período o PCB passa a ser perseguido, mantendo na clandestinidade suas atividades junto aos sindicatos. Com o Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, a repressão ao partido foi intensificada. Entre 1973 e 1975, um terço de seu Comitê Central foi assassinado pela repressão, e milhares de militantes foram submetidos a torturas, alguns até à morte¹¹. A repressão ao partido criou um vazio de articulação dos sindicatos que foi preenchido pela Igreja Católica, que passou a assimilar a malha já formada desses núcleos espalhados pelo meio rural, mediante linhas de assistência especializada, muitas vezes com incentivos públicos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e no Pernambuco o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SARPE) eram responsáveis diretos pelo contato com os sindicatos. Registra-se que alguns sindicatos funcionavam dentro da sacristia das próprias igrejas - Abreu e Lima (2003).

A Igreja Católica, em si, não se constituía de um grupo coeso. De um lado, setores conservadores, apoiados pelos militares, rejeitavam qualquer projeto de reforma agrária liderado pelos movimentos sociais; de outro lado, um grupo vinculado à teologia da libertação recuperava as ações pastorais de apelo popular, passando a defender a luta pela terra. É desse movimento que surge, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Durante a ditadura, foi uma das poucas organizações autorizadas a defender a reforma agrária no país. Não obstante, lideranças camponesas a ela vinculadas foram perseguidas e assassinadas. Isso resultou em algum tipo de repactuação dos movimentos sociais do campo: enquanto a CPT mantinha uma postura progressista, setores de esquerda (partidos, agrupações) passaram a pregar a necessidade de um movimento autônomo em relação à Igreja e diferente dos sindicatos. Assim, recuperando a história e a memória das Ligas, se configura o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

É fora de dúvida que CPT e MST foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, já não mais como problema residual, episódico e menor, (...) mas como rotineiro problema social de urgência (Martins, 2000, p. 21).

¹¹ Cf.: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>

Considerando correta a afirmação de Martins de que CPT e MST são os atores representativos do processo de reforma agrária no Brasil, segue-se agora para uma revisão bibliográfica cuja amostra das teses concentra esforços analíticos no sentido de compreender o impacto da ação destes dois atores, tanto na condução da reforma agrária quanto na formação dos assentamentos rurais.

Em termos de origem, a historicização traçada pelos autores selecionados converge no ponto em comum em que consideram a influência ideológica da CPT sobre as bases constituintes do MST – ainda que algumas deem grande destaque ao que consideram originalidade deste último. Na tentativa de recompor as origens da CPT, mediante o percurso que se seguiu às ações da Igreja Católica – que tem origem no esforço de “conscientização” do homem pobre do campo em direção a uma “nova vida” – alguns autores lançaram mão da interpretação das escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB), amplamente difundido nos anos 1950 e 1960. Conforme aponta Caume (2002, p. 46): “as ações de natureza educativa tinham, no fundo, um fundamento de “doutrinação cristão”: na produção de um novo homem, dotados de habilidades de disciplina e esforço para o trabalho, aplicando a produção para garantir o futuro familiar”.

O mesmo autor destaca o curso de transformação que as ações do MEB introduziram no meio rural, no sentido de um trabalho educativo orientado para a alfabetização e para uma “ação transformadora da realidade”. Absorve assim os preceitos de Paulo Freire para uma educação como instrumento de “conscientização”, particularmente numa orientação que levasse os próprios trabalhadores a se organizarem coletivamente. Isso teve impacto principalmente com a emergência do sindicalismo no meio rural, na década de 1960, o qual absorveu as escolas radiofônicas.

Nas teses de Justo (2005) e Duarte (2005) é enfatizada a maneira como a Igreja Católica constrói um discurso de unicidade lançado à pobreza rural. Mediante a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), durante os anos 1970 e 1980, a interpretação litúrgica introduzida pela teologia da libertação compõe um discurso de justiça social pautado em recompensas divinas da fé cristã: “Deus tem um projeto de vida melhor para aqueles que nele creem”. É assim que surge uma cosmovisão que atrai a mobilização dos agricultores em torno de uma luta que visa superar a precariedade de suas condições de existência. Com isso, tem início a desnaturalização da pobreza rural e, por conseguinte, seu recrutamento em torno de um projeto emancipatório comum, pontuado segundo os ideais de uma “vida comunitária, baseado na igualdade, na fraternidade e na solidariedade” (JUSTO, 2005, p. 81). Sem dúvida esse movimento foi providencial para a conformação de um campo de luta comum, a partir do qual os sujeitos passam a se reconhecer como “deserdados da terra” e, mais tarde, “sem-terra”.

Num momento em que se constituíam as bases de luta no mundo rural, as ações da Igreja Católica são reconhecidas por alguns de nossos autores pelo seu caráter inovador, especialmente no que se refere ao impacto que essas ideias tiveram na ampliação da articulação entre os componentes da população rural. Caume (2002, p. 442) é contundente em afirmar o caráter inovador da CPT:

O trabalho social e discursivo que operou concretamente na produção de uma determinada subjetividade social e individual, que tem como alguns de seus elementos chaves: a construção do mundo que configura uma polarização social entre ricos e pobres ou entre pequenos e grandes; a identificação da realidade como opressiva e marcada por valores “individualistas”; a afirmação da necessidade da luta para transformação dessa realidade de opressão; o trabalho no sentido de construção de uma outra mentalidade que valorize os laços comunitários e de solidariedade social; e a inserção no processo de luta coletiva.

O reconhecimento das vantagens organizativas introduzidas pela atuação da Igreja Católica não reduziu, por outro lado, a crítica sobre seus resultados. Na tese de Schreiner (2002), a autora é enfática ao destacar que os elementos que fundam a cosmovisão baseada na cisão de grupos ou mesmo numa utopia igualitarista – nos padrões que assumiram as ações dos movimentos sociais do campo – são estranhos à cultura do camponês. Por esse motivo, só se mantiveram e se mantêm enquanto baseadas na coerção e no convencimento.

Esses dois pontos de vista entre os quais se dividem as análises – o reconhecimento das inovações produzidas pelos movimentos sociais do campo e a ênfase no aspecto “autoritário” de seus significados e ações – se tornam mais radicais quando o assunto é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao que supostamente se deve a atração que esse movimento teve entre leigos e intelectuais durante os anos 1990, conquanto até os dias atuais, é correntemente referido como o maior movimento social das américas.

O MST surge em 1984, acompanhando a intensificação dos conflitos rurais e firmando uma postura mais combativa do que vinha desenvolvendo a CPT no enfrentamento do latifúndio. Mesmo se apresentando como movimento dissidente, recupera amplamente a base ideológica da Igreja e, em alguma medida, seus repertórios de ação e mobilização. Esse é um dos argumentos centrais na tese de Oliveira (2009), o qual afirma que, a despeito do caráter laico que o MST tenta representar a si próprio, suas ações e significados carregam fortemente os traços de sua influência católica.

Sua origem inspirada por agentes religiosos e a influência perene dos símbolos religiosos sobre o repertório de ações do MST foram alguns dos ingredientes que informaram a pertinência de se pensar o MST a partir da religião. Parece-me que há uma relação ao mesmo tempo dialógica e dialética entre o ‘sentido de ser’ do Movimento e a dimensão definida pela religião” (OLIVEIRA, 2009, p. 22).

As romarias, os hinos e a mística confirmam o elo comum entre os dois movimentos. Entretanto, a postura mais reticente assumida pelo MST, especialmente no que se refere ao aumento das ocupações, foi o que diferenciou seus ideais e ações daqueles da Igreja Católica. A “injustiça social”, categoria difusa no discurso religioso, agora tinha nome, “o latifúndio”; e o projeto de Deus para os homens de fé tem agora título: “a luta pela terra”. Apanhando ideários da esquerda, o MST incorpora um discurso baseado na noção de classe e passa a promover um ataque feroz ao sistema econômico e ao regime político em vigor. O objetivo pontual que a Igreja Católica havia, no limite, levado a cabo (a luta pela posse da terra), nas ações do MST passa a assumir a forma de um conflito que se expandirá para todo o território nacional, sensibilizando amplamente a opinião pública (OLIVEIRA, 2009, p. 22).

Animados pelo contexto dessas transformações, alguns de nossos autores são enfáticos ao reconhecer as vantagens desse movimento no cenário do combate às desigualdades rurais. Paiva (2005), ao investigar o aspecto da formação no MST, evidencia o empreendimento que o movimento fez em torno da educação formal no meio rural como parte própria de sua militância política. Na sua visão, a combinação entre o esforço de ampliação do acesso à escolarização no meio rural – em que os sujeitos se apropriam de códigos formais – e a formação militante – em que se desenvolve uma leitura crítica da sociedade – introduzem novos valores e modificam o comportamento dos sujeitos nas suas relações cotidianas, quanto à participação, organização e no modo de agir coletivo.

Ancorado no ideário da transformação social, o MST traça políticas e estratégias cujos objetivos são construir a autonomia e ‘elevar a consciência política’ dos sem-terra. [...] Observando os encontros, cursos e analisando os documentos, podemos perceber que o processo formativo do MST tem como eixo central: autonomia do movimento, organicidade, consciência política e novos valores” (PAIVA, 2005 p. 63).

Compactuando desse ponto de vista, a autora Severi (2010) afirma, entre os resultados de sua pesquisa, que as famílias por ela pesquisadas foram capazes de reconhecer uma série

de mudanças na sua subjetividade, em razão da luta pela terra. A autora sugere que esse processo de mudança foi mediado, em larga medida, pela atuação dos movimentos sociais, especialmente o MST. No universo das transformações percebidas ela destaca: a) as famílias conseguiram adquirir e elaborar uma linguagem política de reivindicação, capaz de converter suas carências em luta por direitos individuais e coletivos; b) uma modificação quanto à orientação geral de suas práticas produtivas e de suas ações no cotidiano social (produção sustentável ambientalmente e de acordo com formatos associativos); c) construção de novas relações do homem com a natureza e abertura à experimentação de novos modelos produtivos; d) valorizar mais a escola, bem como qualificar sua participação nas escolas onde estudam seus filhos; e) nas relações de gênero, mesmo reconhecendo poucas modificações, algumas mulheres assentadas sentem-se mais capazes de reivindicar direitos; f) nas relações domésticas, a capacidade linguística adquirida, quando não é suficiente para instituir arranjos mais isonômicos, ao menos permite à família uma maior negociação dos papéis e tarefas de cada um dos membros.

Os pontos verificados nesta tese publicada em 2010 atestam uma série de transformações já enunciadas em teses anteriores. Caume (2002) afirmou que o MST se propõe à produção de homens e mulheres autônomos, senhores do próprio destino e dotados de uma nova consciência histórica. Mediante a negação e superação de vícios e desvios (personalismo, comodismo, corporativismo, oportunismo, espontaneísmo, individualismo), presumivelmente herdados pela cultura política rural, o movimento inaugura uma “nova mentalidade” que implica outra concepção e gerenciamento dos meios de produção, de planejamento, de divisão do trabalho, disciplina e controle do trabalho.

Não obstante esse mesmo autor já apontar o principal ponto sobre o qual recairão as críticas ao MST nas outras teses: o esforço de secularização de alguns valores tradicionais, por parte do movimento, fez pesar sobre os agricultores um rompimento abrupto com valores morais próprios. O que se pretendeu como uma “mudança de consciência” significou, ao mesmo tempo, a superação e deslegitimação de práticas e valores profundamente enraizados. Essa postura é o que, para o autor, evidencia o caráter autoritário do MST.

Paiva (2005), anteriormente citada como uma das autoras que destacam as potencialidades do movimento, em termos de mudança substantiva, também aponta para as contradições que estão contidas no processo de formação do MST. Uma delas é a questão da disciplina: na medida em que é avaliada como princípio importante para a constituição da unidade do movimento, o exercício da disciplina apela para parâmetros fixos definidos na estrutura nacional do movimento, infringindo, nessa medida, o princípio de dialogicidade, contrariando também aspectos fundamentais dos propósitos de construção coletiva e a participação real dos sujeitos na construção da ação. Isso tem a ver com o que Vasquez (2009, p. 07) vai chamar de pensamento em bloco: “O MST passa a ter dificuldade de manter sua influência junto aos assentados; assume por isso uma postura que incentiva a adesão não refletida aos seus princípios e, portanto, remete ao pensamento em bloco, à mentalidade do ticket”.

Ainda no que se refere ao aspecto autoritário que caracteriza a interface de contato entre agricultores assentados e atores externos, as ações provenientes do Estado, especialmente na forma dos serviços de assistência técnica, são também alvo de críticas por parte dos autores. Certamente entre os três grandes atores que foram eleitos para trabalhar nesta seção, quais sejam, Igreja Católica, MST e Estado, as ações deste último são as que o atributo autoritário é quase ponto passivo nas discussões das teses. Nos dois trabalhos que analisam o serviço de assistência técnica em assentamentos rurais, (NETO, 2005) e (ARAÚJO, 2009), é comum a crítica à racionalidade técnica das organizações, principalmente quando no contato com a racionalidade camponesa, implicando formas de subjugação e desqualificação.

Neto (2005), debruçado sobre a questão de como a atuação dos técnicos foi capaz de reforçar exercícios de autonomia e emancipação, afirma que, do contrário, essas ações podem reforçar a reprodução de laços de dependência e submissão, na medida em que são atravessadas por uma visão mecanicista, centrada na excelência da argumentação técnica e na inevitabilidade da lógica do mercado. Segundo a visão dos técnicos:

[...] as organizações dos assentados deveriam ser administradas de forma empresarial, tendo como “meta focal” a melhoria da renda dos assentados, e a lógica do mercado como definidora do que deveria ser produzido e do modelo tecnológico a ser incorporado pelos assentados. Uma argumentação objetiva, racional e técnica seria suficiente para capacitar os assentados a serem competitivos no mercado, uma vez que se considerava que o objetivo comum deles era melhorar a capacidade de consumo de suas famílias. Qualquer outra lógica que emergisse nos assentamentos, vinda de dentro ou de fora deles, era considerada como impeditivo ou como dificuldade ao desenvolvimento dos assentamentos (NETO, 2005, p. 327).

Preocupado propriamente com as inovações trazidas pelas ações de assistência técnica de orientação agroecológica, Araújo (2005, p. 154) defende que o potencial transformador das ações “é permanentemente estrangido pelas condições reais do funcionamento do programa e nos arranjos institucionais em que ele está inserido”. Mesmo ações voltadas para transformações das bases produtivas – neste caso, a assistência técnica agroecológica – carregam em si contradições próprias do que se pode chamar de paradigma produtivista, voltado essencialmente para a eficácia produtiva, marcado pela sobreposição do conhecimento técnico especializado sobre o conhecimento local. De acordo com o autor, todo prejuízo concentra-se na subjugação do conhecimento camponês, sendo devedora de uma perspectiva mais integralista que considere a questão do diálogo com as especificidades do campo de atuação.

No geral, o conjunto das teses pesquisadas procuraram destacar como a CPT e o MST tentaram lidar, no âmbito de seu universo de práticas e significados, com as contradições que movimentavam o cenário da luta pela terra, a partir da década de 1980. Boa parte delas concorda quanto às inovações trazidas por esses dois grandes atores, especialmente no que se refere à introdução de novos parâmetros de leitura da realidade camponesa: ao evidenciarem a questão da exploração, esses movimentos desnaturalizaram a condição da pobreza rural, promovendo formas mais institucionalizadas e sistemáticas de resistência, reivindicação e enfretamento. No mesmo sentido, as teses reconhecem amplamente o impacto desses movimentos na superação de estruturas de poder profundamente arraigadas, superação esta que é observada nas mudanças dos padrões de vida de famílias assentadas, no que se refere especificamente à formação política e qualificação do processo de luta, cujo resultado é o progressivo acúmulo de direitos sociais. Quanto a esses argumentos, praticamente não há grandes controvérsias.

O ponto para onde convergem as críticas coincide com a tese levantada por José de Souza Martins (2000), em *Reforma Agrária: o Impossível diálogo* de que esses dois movimentos, para alcançarem uma amplitude nacional e reunir um público tão heterogêneo – qual seja, “os pobres do campo” – só puderam fazê-lo lançando mão a certo tipo de autoritarismo. O MST é notavelmente o movimento para onde é dirigido o maior número de críticas. Suas ações inspiradas na teoria do conflito de classes são comparativamente mais radicais que as ações da Igreja, abrindo amplo espaço para contestação – talvez pelo caráter ousado, não somente das ocupações, mas também pela mudança mais profunda que o movimento se propõe.

A ruptura semântica que a crítica marxista requer pode ser ilustrada na passagem da tese de Caume (2002), na qual o autor narra o processo em que uma jovem militante abandona suas raízes religiosas. Uma assentada, no interior de Goiás, cuja família e o contexto em que

viviam eram predominantemente católico, tendo sido, inclusive, apoiados pela CPT no processo de luta, com a chegada do MST na região torna-se militante do movimento. Tendo viajado para fazer um curso de formação no Sul do Brasil, no momento do seu retorno declarou-se, perante os seus pares, como atea, o que provocou um imenso desconforto no raio de suas relações próximas. Esse evento é citado na tese como ilustrativo dos constrangimentos morais provocados pelo esforço de secularização dos valores tradicionais, levado a cabo pelo movimento no interior de Goiás, num dos contextos onde foi realizada a pesquisa de campo.

O caso, embora pontual, sinaliza para o universo das tensões que foram criadas, ao longo dessas duas ou três décadas de formação dos assentamentos no Brasil, sobre os quais se debruçaram os pesquisadores em foco. A questão dos pares de oposição, religião e política, individual e coletivo, explorador e explorado, e toda a sorte de significados que se erigiram em torno da militância camponesa, promoveu na sua contra-face o acúmulo de outras tensões, agora inscritas num novo microuniverso de conflitos: o assentamento.

1.2.2 Caracterização da organização produtiva no assentamento a partir da díade individual e coletivo

Na tentativa de atribuir um sentido específico para a vida no assentamento, especialmente a partir da orientação da organização produtiva, as ações dos movimentos sociais do campo e agentes do Estado compõem, no contato com as famílias, um universo das tensões que, na maioria das vezes, convergem para as noções de individual e coletivo. A maneira como foi pensada a organização dos assentamentos rurais, a partir dessa díade valorativa e o modo como passou a ser sustentada como bandeira ideológica dos movimentos, é seguramente o que os autores mais identificam como razão dos conflitos empiricamente observados.

Ao longo do processo de reforma agrária foi construído um discurso que credita às formas coletivas de organização no assentamento a capacidade de torná-los viáveis economicamente; na outra ponta desse discurso, as opções feitas pelos assentados, que, em alguma medida, se distanciam dos coletivos formais, são associadas ao que ordinariamente se chama de individualismo. Entre o individual e o coletivo se polariza o universo dos arranjos produtivos: a representação do que é coletivo, construída *para* o conjunto das famílias assentadas, encerra em si todas as possibilidades desejáveis de solidariedade dentro do assentamento, enquanto que, fora dela, qualquer articulação aparece como indesejável.

Sendo esse tipo de tensão um dado empírico latente na realidade dos assentamentos, desde antes da sua formação, o individual e o coletivo é um tema abordado pela grande maioria dos autores, ainda que a questão da organização produtiva não esteja exatamente na sua linha de investigação. Nesse particular, os esforços dos autores aqui estudados se concentram em formas na caracterização das tendências de organização da economia produtiva introduzida pelos atores políticos. Isso inclui a reconstrução histórica das opções pelo padrão coletivista, a composição discursiva que realça os benefícios de certo padrão de cooperação na reprodução social das famílias e as vantagens da representação política em cooperativas e associações.

A distância entre individual e coletivo torna-se maior, na medida em que entram na disputa as bandeiras ideológicas dos movimentos sociais e os interesses de agentes governamentais, no contato com os interesses das famílias assentadas. De um lado, estão aqueles que incorporam e defendem os interesses do movimento, a proposta da coletivização, e de outro se encontram as famílias que reivindicam a autonomia do trabalho no seu lote, sua casa, seu crédito e não compartilham com o ideário coletivo (Paiva, 2005).

De acordo com o trabalho de Oliveira (2010), cuja investigação se concentrou em compreender a relação entre as formas coletivas de produção e os programas de

desenvolvimento rural, os precedentes do dilema individual/coletivo são anteriores à formação dos assentamentos rurais propriamente e estão associados às primeiras opções de mudança no perfil do Estado brasileiro sob orientação neoliberalista. De acordo com esse autor, seguindo as orientações do Banco Mundial na definição dos rumos e os padrões do desenvolvimento rural latino-americano, o Estado brasileiro passa a introduzir uma série de medidas visando controlar a organização da sociedade civil. Para os grupos de pequenos produtores rurais foram destinadas políticas públicas de financiamento do custeio, produção e comercialização, que exigiam sua participação em associações agrícolas.

Este modelo foi amplamente difundido pela perspectiva do desenvolvimento rural: buscava-se combater os índices de pobreza rural, a partir de mecanismos que permitissem a melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva, por meio do fornecimento de crédito, assistência técnica e extensão rural vinculados à participação associativa. Com a abertura democrática, na década de 1980, as associações agrícolas foram progressivamente se tornando relevantes no espaço rural, como forma dos pequenos produtores rurais proprietários se inserirem no mercado.

Por sua vez, os movimentos sociais de luta pela terra, capitaneados pelo MST, inauguram um novo modelo de cooperativismo agrícola, pautados na experiência designada como Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Esse modelo teve grande relevância na justificativa de um formato específico de gestão coletiva da terra, na medida em que suas experiências pontuais demonstravam êxito no que se refere à formação político-ideológica e viabilidade produtiva dos assentamentos. Desse modo, tanto o modelo de associativismo rural quanto a participação decorrente vêm sendo historicamente estimulados, seja pelo aparelho estatal brasileiro, seja pelas agências multilaterais de financiamento de políticas públicas, desenvolvimento rural e diminuição da pobreza.

Oliveira (2010) explica a centralidade do modelo associativo como uma alternativa que acabou se coadunando com o contexto de uma totalidade complexa e fragmentada, qual seja a população do meio rural, historicamente fragilizada pelos modelos de desenvolvimento empreendido na sequência dos diferentes governos brasileiros.

A questão da centralidade das formas coletivas e, por conseguinte, do modelo associativo e cooperativo, apresenta outro tipo de resposta na tese de Caume (2002). Seu argumento é de que, tomando pra si a questão da viabilidade econômica dos assentamentos, o MST fez da coletivização uma bandeira de luta que sustenta sua própria representação enquanto movimento. Pegando emprestado as palavras de João Pedro Stedile, os assentamentos passam a ser para o MST uma espécie de “territórios da utopia”, onde se tentava construir, na cotidianidade desses espaços, uma experiência socialista.

Semelhante é o ponto de partida que utiliza Schreiner (2002) para analisar as contradições e conflitos no cotidiano das formas de organização de famílias assentadas em 03 assentamentos, no Paraná. Segundo a autora, a proposta de organização da cooperação entre os assentados está estreitamente vinculada à ideia de controle das áreas em processo de reforma, que o movimento sugere serem áreas subtraídas da territorialidade capitalista. Disso segue o controle da organização de todas as famílias como principal estratégia para o exercício da “práxis socialista”.

O trabalho *individual* – assim referido às famílias que resolvem manter-se à parte da gestão coletiva – é uma categoria que reúne em torno de si uma carga valorativa extremamente negativa e desqualificadora, remetida à noção de mentalidade burguesa, atrasada, egoísta e indiferente à causa da luta histórica que, por suposto, envolve os trabalhadores rurais sem-terra. O trabalho *coletivo* é uma categoria que se tornou absoluta com o tempo, no sentido de que basta em si, sem dever maiores justificativas. Isso certamente se deve a uma combinação de dois fatores: primeiro, na ação dos movimentos sociais, “o coletivo” tornou-se envolto de um caráter redentor, cumprindo uma espécie de ritual litúrgico

de caminho para o paraíso – seja ele cristão ou socialista – onde os homens podem viver em eterna comunhão; segundo, essa concepção se alinha muito bem com a necessidade de controle administrativo do Estado sobre essas áreas. A cumplicidade entre esses dois sentidos justifica, de alguma forma, a relativa hegemonia da forma coletiva.

Dado seu caráter experimental, os significados do que se pretende como coletivo e que visam penetrar as bases de organização das famílias não está isento de resistência e contradições. Mas, do contrário, as teses aqui em foco registram uma série de tensões originárias da maneira como os formatos propostos para gestão produtiva da terra (associações e cooperativas) colidem com significados que as famílias insistem em defender.

Neto (2005), estudando a experiência do Projeto Lumiar de assistência técnica em assentamentos da Paraíba, aborda o dilema vivenciado pelos assentados entre o individual e o coletivo como, sendo, para eles, uma questão ambivalente: prevendo as oportunidades que chegam ao assentamento e que passam pela via das associações/cooperativas, eles devem aderir a esses modelos, mas o exercício de autonomia leva-os a afirmarem sua posição de produtores individuais. Afirma o autor que, sendo as associações uma condição necessária para o acesso aos subsídios estatais, o estranhamento de parte dos assentados frente a essas formas organizativas trazidas de fora se relativiza pela necessidade que eles têm de se organizar para enfrentar dificuldades comuns. “O desejo de autonomia familiar no trabalho e nas formas de viver, de um lado, e a necessidade de acesso aos subsídios governamentais e o reconhecimento da necessidade da ‘união’ do grupo, de outro, sustentavam essa aparente ambiguidade” (NETO, 2005, p. 303).

Individual e coletivo aparecem assim como duas categorias dentro da tentativa de preencher, com significados específicos, as formas de organização das famílias, tendo por trás a necessidade de enquadramento administrativo do assentamento, tanto pelo Estado quanto pelos movimentos sociais.

Nos resultados de sua pesquisa, Neto (2005) evidencia experiências de organização interna entre famílias que ele chamou de *grupos de interesse* (mulheres, jovens, de limpeza, do meio ambiente) que são criados tão somente para dar resposta a desafios específicos. A importância dessas formas de organização está na espontaneidade com que os grupos surgem, realizam as tarefas para as quais foram mobilizadas as famílias e, uma vez cumprido o objetivo, se desfazem naturalmente. Em suas palavras, “decorre da avaliação crítica e permanente dos assentados sobre as práticas sociais efetivamente vivenciadas por eles” (NETO, 2005, p. 339). No entanto, por não se enquadrarem no padrão individual ou coletivo, conforme supervisionado pelos técnicos, são imediatamente desconsideradas ou mesmo desqualificadas.

As formas de exercício organizativo conjuntural não eliminam os jogos de poder, mas, exatamente por terem uma existência determinada, não conseguem manter uma estruturação de poder que se estende para além do tempo de existência do grupo que se reúne para uma ação específica. Os que pretendem estabelecer mecanismos de controle político dentro dos assentamentos (seja qual for suas origens: Estado, entidades de apoio e movimentos sociais), na maior parte dos casos, não se interessam e desqualificam esses exercícios organizativos conjunturais; preferem as estruturas organizativas pelo caráter de representação formalmente instituída dos assentados, estruturas que são apresentadas com pretensões de que sejam definitivas (NETO, 2005, p. 279-80).

As implicações desse processo são analisadas pelos pesquisadores mediante uma série de conflitos que repercutem na forma como as famílias participam em suas associações. Os dados de parte significativa das pesquisas apontam para o fato de que muitos núcleos estudados apresentam certa saturação das lógicas internas de relacionamento em que as associações são um espaço de negociação e busca de entendimentos sobre tensões de

naturezas variadas. Elas podem ser reunidas em torno de três pontos principais que estão associadas a: 1) capacidade de garantir a reprodução social das famílias (gerência); 2) credibilidade da forma associativa (representação); e 3) tensões relativas à relação do assentado com a terra (acesso e uso).

Justamente por reunir uma gama muito diversa de interesses e expectativas em torno da gestão da economia produtiva – e das relações cotidianas – as associações são um espaço para onde converge toda sorte de desentendimentos. Os trechos abaixo apresentam uma espécie de painel dos problemas elencados pelos assentados e retratados nas teses como sendo derivados do exercício de gestão associativa:

a realidade da pesquisa tem nos mostrado a baixa adesão aos projetos coletivos, muitos deles fadados ao fracasso, e uma opção maciça pelo individualismo. O trabalho coletivo é abandonado por inúmeros motivos: problemas pessoais, desejo de regular seu próprio horário de trabalho, dificuldade em dividir os lucros da produção, experiências fracassadas, falta de confiança nos líderes, abandono dos órgãos governamentais (e demais mediadores), etc. (MACIEL, 2009, p. 36).

A maior dificuldade hoje para Aparecida está na ausência de espírito coletivo de suas colegas de trabalho na Associação e na agroindústria. As brigas internas são frequentes e por motivos dos mais complexos aos mais simples — há desentendimentos, relata, devido à organização dos horários de trabalho, da divisão do trabalho e do dinheiro e também devido a brigas entre as crianças que permanecem no local enquanto as mães estão trabalhando (FERREIRA, 2010, p. 68).

Poderiam ainda ser acrescentados problemas relativos a endividamento, desacordos nas compras coletivas, – e, pegando emprestado constatações de Duarte (2005) –, das diferentes disposições para o trabalho, do pouco conhecimento sobre tramitações formais de gestão, de lidar com o imediatismo do retorno financeiro e daí por diante.

O que foi anteriormente referido como “saturação” da lógica associativa diz respeito ao apontamento comum de várias teses segundo as quais os conflitos no âmbito das associações alimentam uma espécie de “contração” nas malhas de solidariedade em direção ao trabalho individual/familiar. Este parece ter sido o denominador comum de uma equação cujas variáveis envolvidas são a ação pública governamental, a atuação dos movimentos sociais e interesses das famílias assentadas.

Contudo, as conclusões a que chegou Justo (2005, p. 101) descrevem os conflitos e rachas internos de maneira diferente: “as dissidências internas – ou abandonos de grupos – e os rachas nos movimentos pela terra são importantes formas de gestão de conflitos, ao invés de mera manifestação de ‘individualismo’ camponês”. Esse ponto de vista oferece uma explicação alternativa às constatações anteriores de que a falta de “espírito coletivo” coincide com um movimento de “opção maciça pelo individualismo”. Conforme a interpretação do autor, as dissidências internas são uma forma provisória de recomodar a organização em novas bases, sem que isso necessariamente implique uma atomização das ações.

No que tange ao problema da *representação*, os apontamentos de Neto (2005) e Paiva (2005) apresentam dados bastante ilustrativos do que é discutido no conjunto das teses pesquisadas. Os resultados apresentados por Neto (2005, p. 297) mostram o problema da representação mediante certo descrédito das associações por parte das famílias. São sintomáticos desse descrédito a tentativa de cooptação de dirigentes das associações, tanto por parte do poder local, como por interesses políticos partidários e eleitorais, ou por comerciantes locais interessados em “negociar” a venda ou a compra de equipamentos e produtos. Há o registro de que presidentes eram assediados, no sentido de estabelecer acordos sem que isso fosse tratado nos espaços públicos de discussão dentro dos assentamentos, provocando como reação a sensação, por parte das famílias, de suborno e corrupção.

Apontamentos da mesma natureza são feitos por Paiva (2005, p. 132):

Dois problemas geraram a desconfiança. Em primeiro lugar, as normas e regras são transmitidas, mas nem sempre compreendidas por parte dos assentados. Em segundo, os assentados, em seus depoimentos, apontam fatos que constata falta de clareza no gerenciamento de projetos, como por exemplo, na prestação de contas, os percentuais descontados pela associação ou MST. Esses elementos contribuem para que surja um sentimento de falta de credibilidade da associação.

O que as análises versam a respeito dessa questão é que o associativismo introduz um universo de práticas relativamente estranhas aos assentados, sobretudo no que se refere às tarefas técnico-burocráticas. Isso é agravado quando essas tarefas se concentram nas funções diretivas – o presidente em especial, mas que pode ser também o secretário ou o tesoureiro –, gerando a percepção de que a gestão da organização produtiva está sendo conduzida exclusivamente pela figura de um assentado, em particular, que representa todos os demais no contato com os agentes externos. Ainda que se pretenda horizontal, o regime associativo requer algum tipo de hierarquia, que pode ser representada pelos assentados nos termos de patrão e empregado, ou nos termos locais “um que manda e os outros que obedecem”. Isso aciona um movimento que faz com que os assentados reivindiquem sua autonomia na forma de titulares de seus lotes de trabalho.

O direito de acesso à terra na forma de titularidade é um valor que as famílias carregam como parte de sua identidade. Segundo os dados da pesquisa de Ramiro (2008), que aborda a constituição da identidade de assentado, os trabalhadores rurais, vinculados aos movimentos sociais de luta pela terra, destacam entre as mudanças com a vida no assentamento a passagem da situação de empregados para *patrões*, no sentido de serem “donos” de suas terras e administrarem sua força-de-trabalho em benefício próprio, “o que chamam de *trabalhar por conta*” (RAMIRO, 2010, p. 85). Reportam-se à questão de perceberem-se como proprietários de seu lote e ao fato de gerarem renda para si.

A despeito do que sugere a “propriedade” enquanto valor para as famílias, nem todas suas atitudes são orientadas pela defesa da noção de individual. No universo dos constrangimentos morais que os assentados mobilizam na relação uns com os outros, a noção de *coletivo* pode ser requerida para regular as regras normativas que fixam o trabalho nos lotes e a residência no assentamento. Ruschel (2010), numa descrição sobre assentados que trabalham ou moram parcialmente nas cidades, afirma que a reprovação dos demais assentados sobre essas questões é evocada a partir de uma “desconsideração do coletivo”, já que tais assentados acabam se comportando como ‘turistas’, que vêm ao Assentamento somente para dormir ou passar o fim de semana” (RUSCHEL, 2010, p. 23).

O que os dados das pesquisas de Ramiro (2010) e Ruschel (2010) levam a crer é que, se por um lado, a questão da “propriedade” pode ser requisitada como elemento de afirmação da autonomia frente à pressão por participação nas associações, por outro lado, ser “patrão de si” não habilita o assentado a se eximir, ainda que parcialmente, de morar no assentamento e/ou trabalhar no seu lote, sob pena de ser apontado como alguém que não colabora com o coletivo mais amplo.

Individual e coletivo são ambivalências que se instituíram como um dos principais parâmetros das narrativas sobre assentamentos rurais, no âmbito acadêmico, de movimentos sociais e controle burocrático do Estado. Essas noções passaram a definir as próprias fronteiras para se pensar a organização interna das famílias, tornando-se também duas fortes referências que os autores utilizam para caracterizar os próprios assentados. Essa caracterização é quase sempre preenchida com o conteúdo do que se vincula um “*ethos camponês*”, cujas fontes são os clássicos da literatura europeia e nacional, ou a ideia de “identidade de assentado”, que remonta a teorias contemporâneas sobre identidade. Em todo

caso, o que parece estar em disputa na discussão do “ethos” ou da “identidade dos assentados” é, essencialmente, os traços a partir dos quais é possível inferir inclinações coletivistas ou individualistas.

1.2.3 Caracterização da identidade de assentado a partir de um *ethos* camponês

Neste tópico será discutido a maneira como os autores constroem a noção de identidade de assentado. Os argumentos reunidos para compor essa representação parecem gravitar em torno de um mesmo ponto de atração: a idéia de que o *ethos* camponês contém, em si, uma tendência para afirmação da autonomia familiar, elemento que, por sua vez, remete aos clássicos do campesinato, como, por exemplo, Chayanov. A economia doméstica é o núcleo de argumentação na grande maioria das teses. Ela é referida sempre que há a tentativa de dar conta do universo de significados que orientam o comportamento dos assentados diante da tensão individual/coletivo.

Percebia-se que o trabalho coletivo e “racionalizado”, pretendido pelo Movimento, chocava-se com os costumes e com o modo de se relacionarem em suas redes sociais, notadamente fundadas no parentesco e no interconhecimento. Também se chocava com os significados atribuídos ao trabalho na terra, voltado essencialmente para a satisfação das necessidades da família e para a autonomia e a independência nas tomadas de decisões (RUSCHEL, 2010, p. 22).

Buscando as formas de cooperação de caráter mais espontâneo, praticadas pelos assentados, os autores citam amplamente o “mutirão”, interpretado como um padrão genuinamente camponês de trabalho coletivo. No geral, estão associadas ao campesinato relações de reciprocidade e troca, acionadas por uma noção de ajuda enquanto valor moral. Nesse sentido, a teoria de Thompson¹² sobre “economia moral” é amplamente utilizada em algumas teses (SCHREINER, 2002; MACIEL, 2005; RUSCHEL, 2010).

Esta forma de “ajuda” articula práticas e valores que podem ser referidas como inerentes a uma economia moral camponesa. Um senso de justiça norteia a concepção de relação de troca da força de trabalho nestas formas de reciprocidade entre os assentados. Mesmo com graus variados de inserção e subordinação ao mercado, eles se orientam nessas formas de solidariedade por valores morais costumeiros, em confronto com a desigualdade da relação de troca na economia capitalista. (SCHREINER, 2002, p. 326).

Em oposição à economia moral está a moral econômica¹³, a partir de onde se fundamenta um tipo de racionalidade que é requerida pela participação associativa, na qual estão previstas as vantagens do esforço cooperado para fins comuns. Grosso modo, o que está em discussão nessas teses é que a solidariedade camponesa está para o reino da economia moral, manifestada na forma de ajuda mútua, assim como a solidariedade associativa está para o universo da razão prático-econômica, expressa num cálculo racional entre meios e fins. Em suma, de um lado, as formas de reciprocidade anteriores à racionalidade capitalista; de outro, a cooperação mediada pelo mercado, conforme descrito pela economia clássica.

Está implícito nas linhas de argumentação dos autores que a cooperação, tal qual evocada para a prática associativa, é estranha à moral camponesa, de maneira que suas formas próprias de cooperação são, na verdade, extensões, derivações ou integrações do núcleo familiar. Nesse sentido, Maciel (2009, p. 46) argumenta sobre a tendência dos camponeses pela afirmação da autonomia familiar: “a autonomia é algo típico do campesinato e tem relação com sua história de camponês, pois há momentos em que o modelo de coletivização é

¹² THOMPSON, E.. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹³ Esse tema é desenvolvido em detalhes na tese de Maciel (2005).

incompatível com os fundamentos da ordem camponesa”. E complementa, noutra trecho: “o núcleo familiar e a unidade de produção e consumo engendram outras formas de cooperação extrafamiliares” (MACIEL, 2009, p.106). Os exemplos dados são o compadrio e a vizinhança, que se configuram como extensões das relações de parentesco.

A síntese da linha argumentativa que seguem nossos autores sobre o modo como opera o *ethos* camponês ante as tendências do individual e do coletivo é bem ilustrada nesse trecho da tese de Maciel (2009, p. 53): “Este é o resultado da economia moral, cuja produção configura-se como individual, porém as relações de vizinhança, parentesco e códigos de conduta demonstram sua sociabilidade e sua essência que não é necessariamente individualista”. Conforme argumenta o autor, por extensão das características do campesinato, os assentamentos possuem alguns traços do sistema econômico camponês que se encontram fundamentados dentro dos padrões de parentesco e relações afetivas.

Para os autores que cruzam a noção de economia moral com as formas de solidariedade praticadas entre assentados, *o familiarismo* é uma chave interpretativa da realidade que permite compor um padrão de cooperação com disposição para as relações de parentesco e que resistem, portanto, à lógica do coletivo intitucionalizado. Na verdade, é parte de um conjunto de disposições historicamente herdadas, que se manifestam quase como alternativas ao sistema de coletivização imposto por técnicos, movimentos sociais e sindicatos.

Embora o discurso seja permeado do ideário coletivo, é significativo nos depoimentos a visão da cultura camponesa, onde o trabalho é partilhado entre os membros da família, pois, das oitos famílias integrantes do grupo, cinco fazem parte do mesmo núcleo, ou seja o pai e os filhos, e uma mantém relação de parentesco por afinidade (PAIVA, 2005, p. 126).

Ramiro (2008, p. 136-137) apresenta o mesmo tipo de constatação, quando afirma:

A pesquisa detectou um grande número de parentes assentados no mesmo assentamento e em outros projetos de assentamento do estado de São Paulo. Esta análise quantitativa do número de famílias com parentes de um ou de ambos os titulares dos lotes é significativa do peso que as relações interfamiliares podem assumir na vida cotidiana construindo redes de sociabilidade baseadas no parentesco [...]. A abordagem da vida intrafamiliar nos lotes do projeto de assentamento aponta para aspectos importantes da ocupação social do espaço doméstico e de produção entre os membros da família.

A essa altura da presente discussão, importa chamar a atenção para como se constitui na narrativa acadêmica sobre conflitos nos assentamentos dois padrões de organização social que concorrem para a produção da cooperação assentada: de um lado, as dinâmicas locais de solidariedade camponesa envolvem relações constituídas entre os próprios assentados, de acordo com motivações que lhes são próprias, íntimas e inerentes; de outro, modelos institucionais de gestão do espaço, da produção, da representação formal e do diálogo externo, que pesam sobre a cotidianidade do assentamento na forma de imperativos burocráticos e administrativos.

Essas duas tendências, presentes nas teses na forma de dados empíricos, operam juntas na conformação da identidade de assentado. Justo (2005) afirma categoricamente que “trabalhar em família é do *ethos* campesino”, mas reconhece que “há campesinidade na cooperação” (JUSTO, 2005, p. 90-91). Ser assentado significa viver num universo de experiências marcadas por essas duas tendências (familiarismo e cooperação) e seu resultado conduz a algo novo, no sentido de que não é nem isso nem aquilo, mas algum resultado dessa relação dialética. “Pode-se dizer que é pela práxis que se poderá chegar a uma conciliação

entre o *ethos* familiar camponês e as formas de produção e/ou distribuição coletivas” (JUSTO, 2005, p. 101-102).

Da mesma maneira que Justo (2005) tentou dar conta da tensão entre *ethos* camponês e modelos coletivos de organização, mediante a noção marxista de *práxis*, Caume (2002) tenta fazê-lo utilizando-se da noção bourdieusiana de *habitus*, entendido como um conjunto de disposições historicamente incorporadas. Nessa abordagem, o assentamento se constitui de um campo de disputa marcado basicamente por três tipos de forças: primeiro, a gerência do estado para o restabelecimento da ordem dos conflitos no campo; segundo, a intervenção da Igreja e do MST tentando fazer dos assentamentos “territórios da utopia” – no sentido de uma nova sociabilidade não-capitalista –; e terceiro, o *habitus* camponês caracterizado por “um conjunto de percepções de hierarquização e de ordenamento do mundo social profundamente incorporadas nas formas de pensar, agir e sentir dos trabalhadores rurais” (p. 592). Sendo esse *habitus*, ao mesmo tempo, estruturado e estruturante das disposições dos assentados, suas propriedades são redefinidas permanentemente no jogo das lutas internas.

O trabalho de Duarte (2005) dedica-se estritamente à questão da identidade de assentado. Sua pesquisa se compromete com o que ela chama de “processo de ressocialização” produzido nos assentamentos a partir da interiorização de novos valores. Para a autora, a fragmentação e a instabilidade das relações no assentamento criam um campo favorável de profusão de novas práticas, comportamentos e linguagens. Esse processo tem início no próprio acampamento, quando as famílias passam por experiências do que o autor chama de “desenraizamento social”, mediante vários “descartes sociais e históricos”. A partir da vida no assentamento, as famílias são colocadas em contato com uma série de novos valores e regras, conduzindo-as para uma resignificação de sua visão de mundo, orientações e práticas.

O estudo dos fragmentos das identidades sociais dos assentados, anteriores ao processo de ocupação, revela a presença de uma estrutura complexa de padrões de comportamentos [...]. Nesse sentido, os assentados, produtos do desenraizamento cultural em função da multiplicidade de situações sociais, quando entram em confronto com novas situações tendem a questionar e/ou reforçar os padrões valorativos anteriores, que apresentam a instabilidade do cotidiano. A situação de transição, visualizada entre os padrões de comportamentos antigos e os novos, [...] exige a incorporação de novos códigos sociais, gerando uma instabilidade no cotidiano social dos assentados (DUARTE, 2005, p. 303).

Nessa pesquisa, o argumento central da autora, no que se refere à formação da identidade de assentado, sublinha o componente da *versatilidade*, resultado de uma combinação entre raízes culturais e a instabilidade do cotidiano no assentamento. Assim são apresentadas as possibilidades de incorporação de novas práticas e formas de pensar, que aos poucos passam a penetrar e se consolidar entre as bases da organização de famílias. “Esses valores novos que entrarão em confronto com os valores antigos, mediante processo de interação social, produzirão a síntese da definição das identidades sociais dos assentados”. (DUARTE, 2005, p. 306).

Desenraizamento e versatilidade são traços da vida no assentamento que somam com a necessidade de legalidade e legitimidade das práticas. As bases da constituição identitária passam por uma socialização que exige, necessariamente, a aceitação de novas regras para garantir a manutenção da posse legal da terra, da convivência com os demais e da gestão produtiva. Assim são equacionados significados comuns num “processo que exige a interiorização de papéis sociais, o que significa aceitação da nova ordem institucional” (DUARTE, 2005, p. 370).

As conclusões a que chega essa autora no seu estudo sobre a identidade de assentado introduz os leitores no panorama das constatações gerais dos demais autores. A noção de

desintegração de um universo simbólico e recriação de outro modo de vida dentro de um “laboratório de transformações” é a chave do entendimento dos pesquisadores sobre o assentamento enquanto espaço social. As marcas do conflito que atravessam as relações cotidianas estão associadas, como se verá adiante, a não-coincidência dos significados que se entrecruzam neste lugar: os movimentos sociais carregam projetos para o campo que, embora pretendam-se emancipatórios e centrados nas liberdades individuais, autonomia e construção de relações sociais essencialmente democráticas, tornaram-se, no curso do processo de reforma agrária, uniformizantes, totalizantes, controladores e petrificados; a atuação do Estado responde, sobremaneira às necessidades administrativas centralizadas, o que implica formas de controle e subjugação.

As famílias, por seu turno, preveem que o reconhecimento das regras desse jogo é a própria garantia de permanência no lugar; não obstante, lançam mão de estratégias que incluem seus próprios interesses entre as variáveis em disputa. “A aparência é de que a luta pela terra se desenvolve segundo os princípios do companheirismo, da lealdade e da afetividade, mas na essência essa relação é conflitiva e desagregadora”. (DUARTE, 2005, p. 367).

1.2.4 Caracterização do assentamento enquanto espaço social

Sendo fruto de um processo de desenraizamento territorial – e, em alguma medida, moral –, na grande maioria dos assentamentos rurais a vida comunitária tem origem no mesmo marco zero: o traço básico da heterogeneidade das bagagens de vida que as famílias carregam. Ele é o que se poderia dizer de uma encruzilhada social onde diferentes trajetórias de vida e trabalho, origens, costumes, referências indenitárias e tradições concorrem pela significação do estatuto normativo da vida no lugar.

Nesse mesmo sentido, conforme se pode perceber, esses núcleos aparecem na história do Brasil no entroncamento de diferentes movimentos, dentre os quais destacam-se o agenciamento dos conflitos no campo, pelo Estado, a justiça social da teologia da libertação, a territorialidade utópico-socialista do MST e, mais recentemente, a disseminação de uma constelação de temas pautados na agenda da sociedade civil e que se vascularizam entre as experiências do cotidiano local mediante a presença dos atores sociais e políticos.

Os diferentes tipos de intervenção, que convergem para um mesmo universo de disputa, contêm, em si, orientações cujas matrizes correspondem a movimentos históricos e fontes ideológicas profundamente contrastantes. O estatuto do MST está ancorado na luta de classes e, por esse motivo, teve de abandonar – ou mesmo se opor – às raízes católicas; as ações da Igreja Católica, por seu turno, estavam preocupadas com o agenciamento dos pobres do campo entre as fronteiras de expansão da Igreja, particularmente frente à ameaça de crescimento do comunismo na América Latina; o Estado brasileiro, nesse ínterim, fez da criação de assentamentos uma estratégia para conter, dentro do pacto de modernização conservadora, a efervescência dos conflitos no meio rural.

Nesse contexto, o assentamento nada mais é que uma síntese histórica desses movimentos. É uma precipitação de projetos que se pretendem auto-suficientes e que só dialogam porque estão empregados no ideal comum de levar à frente a reforma agrária dentro de um universo possível de realização, *apesar* das oposições.

O conjunto de problemáticas e argumentos encontradas nas teses compõe uma visão comum do assentamento, no sentido bourdieusiano de espaço social, o que significa falar num universo de relações de força entre agentes e instituições, cada um portador de recursos materiais e simbólicos, competindo direta ou indiretamente pela prevalência de seus significados específicos. Nesse contexto, o conflito é uma perspectiva de fundo que aparece

como resultado imediato do contato entre significados não-coincidentes, investidos na modelagem das formas de reprodução social do grupo.

O retrato do assentamento na qualidade de campo de relações sociais conflitivas é muito bem apresentado no seguinte trecho da tese de (ARAÚJO, 2008, p. 45):

No processo de constituição do assentamento, muitos projetos, interesses e leituras estão em movimento, dos vários mediadores externos que atuam no assentamento em construção e das próprias famílias contempladas. Setores com uma visão produtivista esperam que essas novas áreas alcancem uma produtividade que corresponda às demandas do mercado, dentro de uma lógica de reforma agrária economicista. Já as lideranças dos movimentos que dirigiram o processo da conquista da terra, não raras vezes, partem de uma visão uniformizadora dos objetivos e metodologia vertical no processo de tomada de decisão, sem considerar a pluralidade de interesses advindos das famílias. Nesse “mundo novo”, cheio de novidades, indeterminações e desinformações, entre a esperança de uma vida melhor a partir das possibilidades de re-enraizamento e às decepções encontradas quando os acontecimentos são diferentes das perspectivas trazidas, são as marcas presentes no novo cotidiano das famílias assentadas.

O modo como cada autor concebe as razões dos conflitos no universo de disputa dos assentamentos varia segundo a temática e a ênfase que acompanha as diferentes linhas de argumentação. O que se faz comum entre eles é o reconhecimento da relação entre heterogeneidade e conflito no campo das relações internas. Na medida em que os trabalhos passam a considerar a heterogeneidade como um dado inerente à realidade dos assentamentos, esta se consolida entre os próprios parâmetros da pesquisa.

Essas diferenças confirmam uma característica básica dos assentamentos, hoje amplamente reconhecida, que é a heterogeneidade de situações e atores que produzem confrontos e um campo de disputa entre projetos distintos de vida social e produtiva, seja entre os assentados no interior dos assentamentos, seja na relação que estabelecem com atores externos de origens institucionais diversas (NETO, 2005, p. 03)

Nesse sentido, o que todas as teses irão sublinhar é que quanto maior o hiato entre a heterogeneidade dos significados que orientam as práticas sociais no assentamento, maior ou mais intenso é o conflito – especialmente no que se refere ao contato das famílias com atores externos, seus projetos e orientações. Na perspectiva de Justo (2005), por exemplo, os conflitos estão associados a uma disputa da territorialidade do assentamento entre o domínio do capital e o projeto alternativo do MST, cuja expressão máxima é a conjugação das ações entre individual e coletivo. Entre esses dois pólos se dividem os interesses das famílias, do Estado – para inserir o assentamento no contexto de uma economia de mercado – e dos diferentes movimentos sociais presentes na cena do assentamento.

Em diversos outros trabalhos, quando se busca a origem dos conflitos, é mencionado o contraste entre a solidariedade praticada no período das ocupações e as tensões que surgem imediatamente após a posse da terra. A razão disso está, conforme argumenta Paiva (2005), na coesão interna que acompanha a experiência do acampamento, cujos riscos e fragilidades requerem das famílias uma solidariedade que tende a não se manter, uma vez que as condições favoráveis de acesso à terra, ao *status* de assentando, dão margem para que as famílias defendam pontos de vista particulares com alguma medida de intransigência em relação ao consenso.

A história do assentamento é assim narrada nas teses, a partir de um passado onde imperava a coesão, a busca pelo consenso, e um presente marcado pela fragmentação. Há o reconhecimento de que as circunstâncias que garantiram a unidade durante o período do acampamento são singulares daquele contexto, como, por exemplo, a busca de um objetivo

comum que serve como elemento estruturador da ação coletiva. Por outro lado, parece que, dado a memória da ocupação e o contraste entre esta e o período seguinte, nenhuma outra forma de solidariedade é percebida ou reconhecida face àquela que foi a maior de todas. É o que quis demonstrar Neto (2005), quando chamou a atenção para os já mencionados “grupos de interesses”, que são formados de maneira espontânea pelas famílias, somente para responder a demandas específicas. Segundo o autor, esses grupos não contavam com o reconhecimento dos técnicos, por não estarem inscritos na ordem legal-institucional das associações.

Já Duarte (2005) realça o componente do desenraizamento e versatilidade na formação da identidade de assentado, que, com isso, sofre um processo paralelo de pressão pela institucionalidade de certas práticas diante dos requisitos burocráticos do Estado. Esse tipo de enquadramento tenta enquadrar as diferentes dinâmicas de relacionamento entre famílias em certos modelos de organização interna, possibilidades de representação, estratégias produtivas, acesso a recursos e inserção no mercado. Esses modelos ganharam centralidade mediante um acordo tácito entre movimentos sociais do campo e do Estado, no curso gradual das negociações que foram definindo o próprio programa de reforma agrária no Brasil.

Em tais espaços chancelados pelo Movimento se efetivam modalidades de exercício de poder, de disciplinamento, de disputa por “consciências” e de constituição de identidades. [...] Há nesses espaços, em maior ou menor medida, uma disputa constante entre várias “agências” para produzir um sujeito adequado aos seus princípios morais e políticos. A produção de novas subjetividades através de lutas simbólicas envolve atores sociais que vão desde o MST até as Igrejas Evangélicas, passando pela mídia, pelos diversos órgãos do poder público, etc. [...] O agente está inserido num campo de possibilidades definido por uma série de constrangimentos, conjunturais e estruturais, às suas escolhas. [...] Pude notar que nesses espaços (acampamento e assentamentos) está em questão mais do que a conquista da terra como fonte de transformação econômica. O que, em muitos casos, está determinando o engajamento no MST, assim como nas diversas igrejas e em outras expressões religiosas, é a busca de uma comunidade e a produção de sentido à sua própria ontologia. [...] É a partir dessas possibilidades que vão se constituindo enquanto sujeitos (OLIVEIRA, 2009, p. 309).

Na concretude dos fatos essas disputas são acionadas quando uma nova variável entra em ação: os interesses dos assentados. “De um lado o projeto utópico-coletivista se choca com o interesse dos assentados: a terra que é minha” (CAUME, 2002). Surge aqui outro fator complicador: o que poderia se chamar de “interesses dos assentados” não representa um universo comum de intenções. Nas teses, a caracterização dos “interesses das famílias” conduz a uma interpretação quase consensual de que não compartilham entre si de um projeto uniforme.

A diversidade dos traços culturais tem se desdobrado na forma como as famílias lidam com as diferentes modalidades de conflito, que não é, conforme se pode notar nos dados das teses, na forma de grupo coeso – com exceção dos períodos de ocupação. É assim que o espaço social do assentamento é marcado por um jogo de conciliação de interesses em que assentados tecem, entre eles, filiações diversas, em oposição muitas vezes uns aos outros, alinhando-se a atores capazes de lhes prestar suporte. Na marcha lenta dos eventos cotidianos, os conflitos originários de injunções externas e internas ao grupo de famílias se acomodam provisoriamente entre arranjos de agrupamento e desagrupamento, busca de consensos e rompimentos, avanços e retrocessos.

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos, administrados por relações de parentesco, de vizinhança, por religiosidade é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes, objetivando criar redes de

dependências e (des) organização interna (FERRANTE, 1999 Apud Maciel, 2009, p. 50).

Várias teses exploraram a dimensão do conflito entre as próprias famílias, a exemplo do que fez Ferreira (2010, p. 258), apontando como as relações no assentamento são permanentemente agrupadas e reagrupadas, a depender do contexto e dos interesses em jogo:

A fluidez desses grupos permite que se pense em termos de segmentos em razão desse processo de não fechamento que tendem a revelar, pois alguns fios da relação intragrupos não são totalmente rompidos e, por meio deles, a comunicação e as possibilidades de reagrupamento não são cortadas. Ao se separarem em forças divergentes dentro de um assentamento, esses grupos podem coincidir com uma família, várias famílias ou vizinhos e constroem outras formas e interesses políticos.

A formação de grupos pode conformar as diferentes modalidades de conflitos entre domínios de interesses comuns, dado que as tensões se vascularizam por todas as dimensões da vida local: Ela tende a ser resignificada desde o que pode parecer mais natural, como as relações de gênero, até a maneira mais enraizada de mediação política, como as relações de clientelismo.

Qualquer corte que se faça na realidade do assentamento está sujeito a apresentar o mesmo resultado: uma textura de relações em que pessoas se aglutinam em torno de determinadas atividades e/ou interesses, mobilizando para isso afinidades seletivas que respondem a vínculos como os de parentesco, vizinhança, compadrio, amizade, religião, como também na ordem da sociabilidade das calçadas, dos bares, das feiras.

Estas pequenas comunidades morais possuem seus próprios códigos de conduta e reputação que mapeará os desvios e os corrigirá de alguma forma. Estes grupos se efetivam por afinidade seletiva. Os evangélicos, como notado, se reconhecem entre eles e estabelecem relações prioritárias; os diferentes perfis de alcoólatras também formulam seus princípios de relacionamentos; os militantes constituem um grupo de tamanha coesão que se aproximam de um formato religioso congregacional; entre alguns homens a conduta sexual constitui ponto de interação, etc. No plano ampliado do acampamento estabelecem-se regras de comportamento e de participação política a partir das quais se definem os processos e as tecnologias de controle (OLIVEIRA, 2009, p. 313).

Embora a tônica das teses seja uma apresentação dos assentamentos como cenário de mudança e novidade por excelência, os trabalhos aqui debatidos foram contundentes em demonstrar a reprodução de traços culturais historicamente herdados entre as dinâmicas em mudanças. A afirmativa de Maciel (2009) de que no contexto dos assentamentos reproduz-se “clientelismos e expressões da cultura da dádiva” é análogo ao que Oliveira (2006) afirma em relação aos padrões de gênero: “tendo como transição o período do acampamento, verificou-se, nesta transição, a caracterização de relações mais democráticas entre homens e mulheres que, ao que parece, não resistiram à tradicional estrutura patriarcal de direitos”. (OLIVEIRA, 2006, p. 42).

Assim como não é sincrônico o tempo, tampouco uniformes as influências no processo de reforma agrária. O ritmo das mudanças percebidas pelos autores nos assentamentos espelham temáticas e contextos político-culturais que não podem ser traduzidos por um ou outro metaprojeto transformatório.

À medida em que avança o ano das publicações, tem-se a impressão de um deslocamento no eixo das análises que deixam, pouco a pouco, de estarem centralizadas na investigação da intervenção do Estado via assistência técnica (NETO, 2005) e ações dos

grandes movimentos sociais do campo (CAUME, 2002), (SCHREINER, 2002), (JUSTO, 2005) e (PAIVA, 2005), em direção a uma abordagem das experiências cotidianas, o que se fez acompanhado de um incremento das variáveis em disputa, tais como: identidade (RAMIRO, 2008), gênero (OLIVEIRA, 2006), agroecologia (ARAÚJO, 2008) e influência de religiões protestantes (MACIEL 2009). Ou mesmo, as pesquisas de (RUSCHEL, 2010) e (SEVERI, 2010) que tomam como problema de investigação a mudança de valores e de visão de mundo entre famílias assentadas.

Percebe-se assim que a literatura especializada passa de buscar as possibilidades de emancipação dentro das estruturas pré-concebidas pelo Estado e movimentos sociais para procurá-las entre os resultados concretos de experiências ordinárias.

1.2.4 À guisa de síntese

Algumas teses, especialmente as publicadas até a metade dos anos 2000, apresentam os assentamentos como cenários da mudança das relações no meio rural, reforçando o componente da “novidade” histórica, sublinhada pelos primeiros trabalhos especializados na temática. Tentando dar conta dessa perplexidade inicial que foi a da novidade, as teses reforçaram o componente do rompimento, da descontinuidade e da mudança. Enfrentaram a questão do que seriam essas novas unidades, investigadas mediante o uso explícito ou implícito de certos conceitos teóricos, arcabouços conceituais e debates, que lhes permitiram organizar seus dados conduzindo-os em direção a um esforço de caracterização que aglutinou pontos de vista em comum e definiu os próprios limites do campo de investigação sobre assentamentos rurais no Brasil.

Deram conta da perplexidade da novidade na medida em que situaram o universo das práticas sociais no assentamento, em meio às estruturas basilares do processo de reforma agrária, o que significa falar do mapeamento dos principais atores políticos, seus programas e ações. Não obstante, na dialética das pesquisas, em contato permanente com os eventos empíricos, introduziram um novo tipo de perplexidade: a do conflito. É assim que, as teses publicadas na segunda metade da década de 2000 tendem a reforçar as singularidades, as resistências e a multiplicidade das variáveis em disputa, com um olhar mais detido no universo das práticas cotidianas das famílias.

Atingindo certo grau de maturidade, é natural que alguns pontos do debate sobre assentamentos ganhem um caráter mais ou menos consensual, abrindo espaço para novas questões que emergem da dialética do cotidiano desses espaços. Se a tônica da primeira rodada de questões recai nos aspectos estruturais que caracterizam os assentamentos, na segunda rodada os autores buscam privilegiar questões relativamente secundárias, que têm a ver com temas vibrantes na atualidade da agenda política nacional do final da década de 1990. Na tese de Oliveira (2006, p. 119), a autora afirma sobre a questão de gênero e empoderamento no período do acampamento: “tratar de condições de excepcionalidade significa combinar um movimento histórico e privilegiado. Excepcional, no sentido de que as mulheres do acampamento foram assumindo lideranças e conquistando relações de poder, milenarmente assumidas pelos homens”.

Trata-se, portanto, de dois tempos das pesquisas sobre assentamentos – não necessariamente cronológicos – em que há centros de atração motivados por dois tipos de perplexidades. De um lado, a “perplexidade da novidade” conduziu as investigações em direção à caracterização dos assentamentos a partir das bases que deram sustentação à reforma agrária: o perfil ideológico dos atores políticos, quem são os assentados e as formas de organização interna. De outro, a “perplexidade do conflito”, ao mesmo tempo em que atesta o “fracasso” dos grandes projetos, passa a buscar novas possibilidades de emancipação nas entrelinhas da experiência vivida, reforçando, com isso, influências até então pouco

consideradas, como a mídia ou temas comuns à agenda dos movimentos sociais (gênero, agroecologia, identidade).

Percebeu-se que sobre as teses repercutem, mais ou menos, a pauta da política nacional em dois períodos: um primeiro que compreende as questões acumuladas no debate político durante os anos 1960 e 1970, especialmente no que se refere a questão agrária, luta de classe, da pobreza rural; em seguida, o momento em que mudanças da sociedade civil pós-1988 inspiram temáticas como gênero, juventude, sustentabilidade, etc.

O panorama dessas análises serviu para observar aspectos comuns na abordagem de pesquisas acadêmicas em torno de fatores que conformam um campo analítico da interpretação dos conflitos nos assentamentos. Os pressupostos são de que os assentamentos rurais são, por excelência, um espaço de conflito, na medida em que: a) conta com o antecedente de uma memória de luta; b) reúne famílias com trajetórias de vida diversas, que se entrecruzam e convergem para composição de um modo de vida novo, tecido no contato cotidiano; c) esses contatos são mediados por uma série de significados não-coincidentes, introduzidos por atores sociais externos, portadores de projetos divergentes e, muitas vezes, concorrentes entre si, cuja orientação é “modelar” as relações sociais dentro do assentamento. O conflito é assim resultado da não-coincidência dos significados investidos pelos atores sociais no contato com as diferentes “heranças culturais” que as famílias carregam. A formação do espaço social do assentamento é, desse modo, marcada pelo tensionamento das relações internas em direção à composição de um cenário de “novidades” sociais e políticas tecidas no curso das experiências cotidianas.

CAPÍTULO II

AÇÃO PÚBLICA, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO

O surgimento das políticas públicas e sua institucionalização entre as competências típicas dos Estados-nacionais modernos têm uma estreita relação com o fim do paradigma liberal clássico de acesso e distribuição de oportunidades sociais. As crises cíclicas, pelas quais passou a economia de mercado, implicou em diversos pactos de ação pública para lidar com constrangimentos sociais gerados dentro da própria dinâmica capitalista.

Para se compreender a centralidade que o associativismo tem hoje enquanto principal interface entre setores camponeses e Estado, cumpre, nesta secção, percorrer às seguintes questões: que processos recentes a economia de mercado atravessou para se atualizar em relação às tensões promovidas pela sua própria dinâmica de acumulação/concentração e a pressão pela redistribuição de ativos econômicos? Como essas mudanças se desdobram na constituição de formas de ação pública, resultado do esforço de negociação entre atores públicos e privados? Que preferências se convergem para o associativismo e participação como tecnologia da ação pública?

2.1 A emergência do terceiro setor e a centralidade do associativismo

A fase de expansão do chamado capital concorrencial, no período que marca a maturidade do industrialismo, envolve certo equilíbrio entre crescimento industrial e as condições materiais de reprodução dos assalariados. Nas palavras de Polanyi, a forma generalizada da economia de mercado enquanto principal doutrina de organização das economias ocidentais – ou seja, sua autonomia enquanto mercado “auto-regulável” – passa por um longo e relativamente bem sucedido processo de consolidação de suas instituições, até justificar a si própria como forma hegemônica.

A civilização do século XIX se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas, duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização (POLANYI, 2000, p. 17).

Uma tal formação econômica, na qual se pretendia um amplo mercado universalizável de trocas, teve de lidar com o desafio de incluir nesse circuito o componente do trabalho na forma de mera mercadoria, isto é, uma mercadoria passível de compra e venda como todas as outras. Primeiro, a conversão do camponês em assalariado e, posteriormente, a estabilidade do preço dos salários – que pela mera lei da oferta e da procura tenderia a orbitar abaixo das necessidades vitais da classe trabalhadora – foi providencial para a estabilidade da economia de mercado, sobremaneira no que se refere à amortização de “convulsões sociais”.

O surgimento dos núcleos sindicais, o acúmulo de leis que visavam suavizar os impactos perversos do processo acelerado de industrialização e a sensível melhoria nas

condições de vida todo trabalhador consagraram o primeiro ciclo virtuoso da fase internacional do capitalismo, do final do século XIX ao começo do século XX (POLANYI, 2000).

Se a virada do século XIX assinala o triunfo da livre competição de mercado, a crise de 1929 evidencia seus efeitos devastadores e faz cair por terra o mito da regulação pela “mão invisível”. Em termos sociais, as consequências mais danosas referem-se à grande massa de desempregados que subitamente se viram lançados às ruas, à cata de assistência filantrópica. Esse impacto é mais evidente nos Estados Unidos, que havia passado por um acelerado processo de industrialização, durante e após a Primeira Guerra Mundial, distribuindo entre a sua população índices nunca antes experimentados de bem estar, para, na década seguinte, viver uma repentina contração da economia industrial.

O conjunto de medidas introduzidas pelo governo de Roosevelt, chamadas de *New Deal*, marcam o novo papel do Estado americano mediante a criação de agências públicas de regulação e recuperação econômica, programas de amparo social, segurança previdenciária e uma série de dispositivos legais de regulamentação do trabalho. O investimento massivo em obras públicas dava conta de conter o aumento do desemprego e o sucesso da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra garantiam a recuperação do setor produtivo, marcando assim o fim do ciclo recessivo e o nascimento do modelo de participação estatal na economia. Em síntese, com a crise de 1929 ocorre a introdução dos “gastos sociais” como função do Estado, consagrando uma nova equação entre regime de acumulação e regulamentação social e política (HARVEY, 2011).

Embora a noção de políticas públicas esteja comumente associada à emergência do Estado de bem estar social na Europa, este pode ser interpretado como um desdobramento da experiência de regulação sócio-política americana - isso que Harvey (2011) analisa a partir das implicações do surgimento do Fordismo enquanto regime de acumulação que passa a incluir práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. O complexo de forças inaugurado pelo fordismo, a fim de manter a estabilização e o crescimento do regime de acumulação, envolve o papel ativo do Estado na amortização do comportamento anárquico do mercado e, mais amplamente, na regulação da dinâmica social. Isso envolve, no mais das vezes, mecanismos muito discretos de disciplinamento social, no sentido de atuar na conformação de novos hábitos de consumo de massa, estilos de vida e identidade coletiva, bem como o desejo de realização pessoal, busca de segurança e confiança em sistemas políticos.

No que se refere estritamente ao processo produtivo, o fordismo implicou um investimento massivo, especialmente por parte do Estado, de recrutamento da força de trabalho dentro de suas novas tecnologias, em especial a linha de produção, cujas longas horas de trabalho resultavam no abandono das habilidades manuais tradicionais em função de uma dinâmica meramente rotinizada.

A disciplina da força de trabalho (...) envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e

afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 2011, p. 119).

Conforme destaca Lukács (1973), a tarefa mais difícil para o processo de consolidação do capital envolve, desde o início, a capacidade de cooptação passiva da força de trabalho. Nesse sentido, o resultado mais significativo do sistema de recompensas criado pelo fordismo (redução da jornada de trabalho, aumento do consumo, acesso ao lazer e alguns serviços sociais) formou uma correlação favorável dos conflitos relativos ao capital e trabalho que permitiram um novo e vertiginoso crescimento econômico baseado num tripé corporativo entre o capital industrial, o Estado-Nacional e o trabalho organizado (sindicatos). O *capital industrial* ou monopolista havia experimentado um crescimento formidável, especialmente durante e depois da Segunda Guerra, requerendo assim condições estáveis para sua aplicação. Essas condições foram garantidas pelos *Estado-nacionais*, que ganham força e legitimidade ao assumir a regulamentação da força de trabalho mediante a expansão dos benefícios sociais. O *trabalho organizado*, por seu turno, assume o compromisso com as condições de estabilidade do mercado, prevendo a manutenção dos direitos sociais conquistados.

A estabilidade alcançada pela articulação desses três atores é a chave para entender o triunfo econômico e social dos países que gozavam do que Eric Hobsbawm chamou de “A Era de ouro do capitalismo”¹⁴. Nas palavras de Harvey (2011, p. 121), a “produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia; em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”.

Na Europa, os dispositivos de regulamentação sócio-políticos são apropriados mediante o compromisso keynesiano assumido dentro do acordo de reestruturação das economias no pós-guerra, o que resultou numa fórmula que conciliava intervenções públicas e controle do mercado, além da redução das desigualdades proporcionada pela criação de uma plataforma de garantias sociais. A tecnologia de cobertura social criada pelo estado de bem-estar se manifestava pela acumulação de regras, de orçamentos, programas e servidores públicos, inaugurando um novo ciclo de estabilidade econômica e social mediante o acordo e cooperação de diferentes setores sociais.

Dentre o repertório dos enfoques conceituais criados pela ciência política para analisar as políticas públicas, a abordagem *corporativista* permite evidenciar os aspectos estruturais que favoreceram a emergência do Estado-Providência e seus tipos característicos de ação pública. O esforço de reconstrução e a manutenção dos compromissos financeiros firmados após a 2ª Guerra Mundial criaram um ambiente favorável para a cooperação entre atores cujos interesses só poderiam convergir nesse contexto específico. O crescimento econômico passou a ser o ponto de convergência entre os interesses do Estado, capital e trabalho.

O crescimento da riqueza nacional torna-se uma nova racionalidade da ação governamental a ser implementada de acordo com critérios de coerência econômica, adotados tanto pelo estado como pelas empresas. É o momento do desenvolvimento da administração pública, dos procedimentos de planificação dos critérios de auxílio às decisões (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012).

A novidade do Estado-Providência é, portanto, a adequação de uma série de procedimentos para equalizar relações de força, cristalizar compromissos e orientar políticas

¹⁴ Cf.: HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

no âmbito da administração pública. A garantia da eficácia dos meios de administração dependia necessariamente de um sistema de compromisso que passava pelo controle das lutas operárias, pela legitimação da legalidade burocrática e da estabilização dos postos de emprego e salários. Na medida em que diferentes atores passam a criar algum tipo de acordo em relação a procedimentos sociais, mantenedores de interesses coordenados, consolida-se o que será chamado, mais adiante, de *ação pública*: uma forma de ação que envolve diferentes agentes na busca de superar contradições geradas no curso de suas ações, que resultam, por exemplo, em formas de regulação pública (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012).

Nesse contexto, o corporativismo foi um sistema de compromissos assumido para garantir a estabilidade econômica e saída da crise dentro de democracias ocidentais formadas por grupos fragmentados. O corporativismo social diz respeito a certa articulação de interesses, tendo como mediador o Estado, no âmbito do desenvolvimento capitalista avançado, monolítico e de relações de classe relativamente harmônicas. Desse modo, manifesta-se a possibilidade de um regime estável, o qual, ainda que dominado marcadamente pela burguesia, apresenta uma expansão do papel das políticas públicas assim como da racionalização de decisões dentro do Estado, ao incorporar no processo político até as classes subordinadas (ROMANO, 2009).

O corporativismo, mais que um modelo particular de articulação de interesses, é um ponto de vista a partir do qual torna-se possível enxergar os acordos que dão origem à institucionalização e formação de políticas públicas, no qual grandes organizações de interesses cooperam entre si e com autoridades públicas, no sentido de articular ações que tendam a absorver o maior volume possível de questões da agenda pública (ROMANO, 2009).

Isso implica uma relativa abertura das elites em desenvolverem formas consensuais de cooperação, autorizando o Estado a exercer um tipo específico de ordenamento social, solucionando uma série de problemas, com efeitos na própria renovação do estatuto da democracia e da cidadania burguesa. Como resultado da centralidade do papel do Estado, essas políticas obedeciam a uma orientação verticalizada, com ênfase no aumento da burocratização, no crescimento do orçamento público e da cobertura social como um todo.

A partir dos anos 1970, esse ciclo começa a entrar em declínio, em razão de uma série de fatores que não interessa aqui detalhar. Sobre isso basta dizer que a cooperação necessária ao equilíbrio do ciclo de acumulação – sustentada pela cumplicidade entre capital industrial, Estados-nacionais, trabalho organizado – é rompida, dentre outras razões, pelo acúmulo de direitos trabalhistas alcançados nos países centrais, na medida em que passam a atravancar o avanço da acumulação capitalista.

O paradigma da reestruturação produtiva, no marco da flexibilização dos padrões de produção fordista, deu-se na direção de pressionar o preço dos salários para baixo, especialmente ao atacar o estoque de garantidas sociais providas pelo Estado. Para tanto, países da Europa e Estados Unidos criam políticas de estímulo à imigração para atrair mão de obra barata e deflacionar o preço interno do trabalho. Cortes nos direitos trabalhistas são implementados à revelia de grandes protestos, ao mesmo tempo em que o Estado reduz o raio de cobertura social. São exemplares desse momento os governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

O acesso a oportunidades que até 1929 fora creditado à mão invisível do mercado, com a contração da esfera das redistribuições sustentadas pelo Estado Providência – isso que posteriormente ficaria conhecido como neoliberalismo – agora é remanejado para os domínios da *solidariedade comunitária*. A emergência do chamado terceiro setor e a profusão de organizações civis que o compõem (filantropia, organizações sociais, associações das mais

variadas naturezas) realocam em seu domínio as funções de regulação de questões sociais deixadas para trás pelo encolhimento do papel do Estado no contexto neoliberal.

Boaventura Santos (1998), no texto intitulado *A reinvenção solidária e participativa do Estado*, postula que o terceiro setor emerge como parte de um novo pacto de hegemonia, o qual cumpre a função de amortizar o ataque neoliberal às conquistas políticas e sociais do período anterior. Para esses propósitos foi acionada na Europa uma malha difusa e heterogênea de organizações sociais que pudessem funcionar de modo compensatório a investida contra o Estado Providência.

Ao longo da revolução industrial, havia sido criada na Europa uma variedade de organizações de natureza filantrópica, religiosa, lucrativa e não lucrativa, privadas ou com fundos públicos, de ajuda mútua, com ou sem fins lucrativos, votadas para balancear, de alguma maneira, os efeitos perversos dos primeiros momentos de desenvolvimento da indústria. As diferentes formas de agremiação desenvolveram um importante papel no que se refere à proteção social, da saúde e dos acidentes de trabalho. Com o fim do capitalismo fordista e junto dele o Estado-Providência, o domínio da “economia social” ressurgiu reforçado por uma série de cooperativas de trabalhadores desempregados que assumiam o controle operário das empresas falidas ou abandonadas e das iniciativas locais de promover a reinserção de famílias desempregadas (SANTOS, 1998).

Conforme demonstra o autor, a centralidade da economia social ou do terceiro setor no contexto do neoliberalismo resulta da tentativa de um novo equilíbrio entre Estado, mercado e sociedade: para ampliar o escopo de atuação do mercado, o Estado teve de privatizar todas as funções que não deveria exercer com exclusividade, delegando-as para a sociedade civil organizada. A tarefa da regulação social é redirecionada para o plano de atuação da sociedade civil, mediante uma racionalidade administrativa dos gastos, de acordo com o padrão de eficiência da empresa privada, ao mesmo tempo associado ao padrão comunitarista de cooperação, solidariedade, participação, horizontalidade, democracia interna e transparência.

O novo pacto social do terceiro setor sela a cooperação de diferentes grupos de interesse na manutenção da hegemonia do capitalismo pós-fordista, conformando um campo de ação pública mais complexo, ao passo que inclui uma gama mais variada de atores. Nessa altura, vale destacar que o contexto do que foi chamado de crise do Estado-Providência inclui a emergência de uma série de movimentos sociais cujas reivindicações – em torno de questões ambientais e de gênero, por exemplo – complexificavam cada vez mais os itens das agendas políticas nacionais.

A “participação esclarecida” é o ponto de aderência ideológica em torno do qual diferentes atores se apoiaram para sustentar e dar continuidade às conquistas sociais do período anterior. De algum modo, reúne em torno de si conquistas anteriores, tais quais: a) a ampliação e institucionalização de mecanismos de participação social em torno de questões públicas; b) o amplo acesso ao “consumo social”, na forma de uma gama de dispositivos jurídicos de segurança social; c) a universalização do “consumo cultural”, na forma de escolarização e acesso à informação, no marco da comunicação de massa (SANTOS, 1998).

Até aqui foi tratado o caso Europeu, por ser central na conformação do campo teórico que trata das políticas públicas e participação social. Há uma diferença essencial na maneira como esses modelos reverberam do centro para a periferia da economia capitalista global, tanto no que se refere ao Estado-Providência quanto à emergência do terceiro setor no marco do neoliberalismo.

2.2 Privatismo administrativo, faccionalismo e os pactos de ação pública no Brasil

Se nos países do centro da economia mundo o terceiro setor e associativismo emergiram como desdobramento dos mecanismos republicanos de manutenção de direitos sociais, ainda que em prejuízo destes últimos. Já no Brasil, a transição de uma administração centrada em autarquias privadas, para mecanismos republicanos de distribuição de direitos, terá no faccionalismo sua maior interface – ou, pelo menos, no que se refere ao Nordeste. Tem a ver com acordos firmados para benefício comum de agentes econômicos e políticos locais e o governo central, ou seja, aquilo que foi chamado de coronelismo.

Nos chamados países subdesenvolvidos, a versão periférica do Estado-Providência é o Estado Desenvolvimentista, cuja emergência coincide com o período de transnacionalização do capital. O ciclo do capitalismo fordista representou um intervalo de crescimento da economia mundial como um todo. Nos países subdesenvolvidos, a fórmula do crescimento incluiu o aumento exponencial da dívida pública, entre outras razões, para viabilizar obras de infraestrutura que oferecessem condições para sua própria industrialização, num contexto de abertura para entrada de capitais estrangeiros.

No Brasil, as transformações alcançadas nesse período – em razão da natureza desigual das interdependências econômicas e políticas, tanto no contexto local quanto global – produziram resultados que passam ao largo dos avanços sociais presentes no centro da economia do mundo. Ainda que não se tenha a intenção de tornar extensa esse tipo de análise, é pertinente aqui traçar algumas conexões que justifiquem as razões pelas quais, simultaneamente, centro e periferia experimentaram resultados muito discrepantes, em termos de “consumo social” e “consumo cultural” (SANTOS, 1998).

Para esse propósito, a noção de capitalismo periférico de Florestan Fernandes é bastante oportuna. Ela realça os anacronismos históricos que compõem o ambiente institucional no qual opera o atual estatuto das políticas públicas na periferia da economia capitalista. Para Florestan (2005), a economia capitalista é um sistema aberto, no qual as econômicas centrais agenciam as economias dependentes, de forma a captar o excedente do trabalho. No interior de cada economia dependente se reproduz, em menor escala, as mesmas condições externas de exploração e expropriação. Para garantir o afluxo de excedente econômico em direção ao centro, setores da burguesia local e global agem de forma cooperada, criando no interior das economias dependentes condições de “sobreexploração” e “sobreapropriação” do trabalho. Desse modo, o padrão de desenvolvimento capitalista típico dos países periféricos conjuga crescimento econômico dependente com a continuidade da miséria, exclusão social e direitos restritos aos setores sociais dominantes. (CARDOSO, 1997).

Ao mesmo tempo em que a expansão global do capitalismo requer o estreitamento dos laços de cooperação entre as frações da classe burguesa em diferentes níveis, o papel autoritário de dominação dos segmentos locais é hipertrofiado, a fim de assegurar a estabilidade das condições de sobre-exploração do trabalho dentro de uma ordem social extremamente desigual.

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido auto-defensivo, quer numa direção puramente repressiva). O capitalismo dependente e

subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 2005, p. 341).

Sob esse prisma teórico, a exploração do excedente econômico produz, no centro e na periferia, dois diferentes efeitos em termos de ação pública: no centro, a estabilidade dos conflitos de classe se deu pelo progressivo acúmulo de direitos sociais que respondiam, ao mesmo tempo, à necessidade de recrutamento qualificado da força de trabalho e ao poder de pressão dos trabalhadores organizados em sindicatos; na periferia, a estabilidade dos conflitos requeria dos setores dominantes o aumento da coerção física para garantir a sobrecarga da exploração em condições historicamente cumulativas de exclusão social.

No Brasil, a conformação do campo da ação pública e seus desdobramentos na forma de direitos sociais se traduz numa relação que avança tanto na direção de criação de dispositivos de interface e diálogo entre setores público e população – como fora, por exemplo, a legislação trabalhista criada nos governos Vargas – quanto no uso da violência para manter os conflitos sob controle.

Desde sua estruturação até a lenta e gradual composição de instrumentos técnico-administrativos de interface democrática com a sociedade – que efetivamente só se consolidam depois da constituição de 1988 – a longa trajetória de levantes e rebeliões sociais, e suas respectivas reações na forma de violência armada, revelam o autoritarismo como carga mais densa do contato entre esses dois polos: sociedade e o Estado.

Basta ver que, enquanto na segunda metade do século XIX, na Europa se consolidava um modelo de ação pública capaz de *antecipar* e *disciplinar* a ação dos atores no limite de uma territorialidade da cidadania, no Brasil a reação cada vez mais forte à ausência de direitos – conforme foi demonstrado, no meio rural mediante o sindicalismo combativo, as Ligas Camponesas e finalmente a CPT e o MST – produziu um longo período de governo de caráter militar.

As análises clássicas que se dedicaram a explicar a tradição autoritária da ação pública estatal no Brasil pendulam entre a prevalência dos fatores de ordem macroeconômica, notavelmente de origem marxista, relativos a necessidade de acumulação e fatores de ordem eminentemente simbólicos, na alçada das influências culturais. Representante da primeira ordem de fatores, Florestan Fernandes tentou demonstrar que a necessidade de uma exploração duplamente qualificada para satisfazer a superposição dos interesses das frações burguesa-nacional e transnacional conduziu à necessidade do emprego maior da força física na captação do excedente econômico (FERNANDES, 2005).

Em alguma medida, a concepção do Brasil como uma economia assessória, ou, nas palavras de Florestan, *heterônoma*, é ponto de partida para outros que autores desenvolvam explicações de ordem simbólica sobre o caráter arbitrário e excludente das instituições sociais brasileiras. Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro* (1995) chama a atenção para que o fato de que Brasil surgiu como um produto exógeno de um sistema econômico mercantil global, de formação colonial exploratória para salvaguardar os povos ibéricos. Nesse sentido, ressalta que a introdução de mecanismos administrativos na época da colônia eram muito mais de ordem restritiva e fiscal que de ordenamento social. O projeto colonial incluía uma estrutura administrativa anárquica, selvagem e socialmente irresponsável “que obrigava a buscar soluções próprias, ajustadas à sua natureza e agindo longe das vontades oficiais; a ação do colono exerceu-se quase sempre improvisadamente e ao sabor das circunstâncias (...) em muitos campos a regra jamais vingou” (RIBEIRO, 1995, p. 245).

Houve, no Brasil, por longos anos, uma ausência congênita de instituições democráticas, como direitos civis que conferissem um caráter minimamente racional e

legítimo à ação pública. Para Oliveira Viana (2005), os grandes “clãs rurais” correspondiam a territórios de administração privada dos senhores de terras que, pelo seu caráter insular e autárquico, favoreciam a concentração de poder nas mãos dos grandes senhores, a ser usado indiscriminadamente, dada a ausência de instituições que os submetesse diretamente a algum controle moral ou penal. Cada latifúndio contava com sua própria Igreja e aparelho militar, de modo que “as instituições de ordem administrativa e política, que regem a nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não amparam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade” (VIANA, 2005, p. 221).

Em *Casa Grande & Senzala* Gilberto Freyre transpõe do engenho para a conformação psíquica geral dos indivíduos os sentimentos de passionalidade e agressividade que se irradiam a partir do arbítrio do poder senhorial. Sobre esse ponto comenta Jessé de Souza, ao analisar a obra (SOUZA, 2006, p. 115):

Antes de tudo, pelo caráter autárquico do domínio senhorial condicionado pela ausência de instituições acima do senhor territorial imediato. Uma tal organização societária, especialmente quando o domínio da classe dominante é exercido pela via direta da violência armada (como era o caso nos dois tipos de sociedade), não propicia a constituição de freios sociais ou individuais aos desejos primários de sexo, agressividade, concupiscência ou avidez. As emoções são vividas em sua reações extremas, são expressas diretamente, e a convivência de emoções contrárias em curto intervalo de tempo é um fato natural.

Clã rural, engenho e fazenda são figurações típicas de um Brasil formado por um mosaico de autarquias privadas. Qualquer forma embrionária de cidadania passava pelo arbítrio dos senhores de terras em conceder algum benefício aos seus tutelados. Talvez alguma posição do Estado nessa direção tenha vindo somente com a abolição de 1888. Em ritmo lento, a introdução de direitos civis, como o voto, por exemplo, passaram a compor a racionalidade dos sistemas de ação pública, que efetivamente entram em vigor numa cumplicidade muito perversa entre a moderna administração pública e todo antecedente político-cultural ainda vivo. Resultado foi, por exemplo, o sistema de poder coronelista no Nordeste, que será abordado logo em seguida.

Efetivamente e do ponto de vista da população, o acesso aos direitos sociais no Brasil aparece assim como um verdadeiro *murmurar entre as pregas*¹⁵ ou na forma de uma *cidadania concedida*, como diria Teresa Sales (1994, p. 04). A autora chama atenção para o período da Primeira República como o momento em que a introdução da nova racionalidade técnico-burocrática, característica da administração pública do Estado-moderno, ao se acomodar às antigas estruturas de poder privado, dão origem a uma nova forma de compromisso entre poder público e privado: o coronelismo. Segundo a contribuição clássica de Victor Nunes Leal (1976), o coronelismo é um sistema político de compromissos no qual o poder privado já existente ganha nova força dentro dos novos formatos de administração democrática – município, estado e federação. Em suas palavras: é o “resultado da superposição de formas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1976, p. 20).

Nos municípios, chefes locais ocupavam mandatos executivos e legislativos e para manutenção desses cargos distribuía serviços e empregos públicos na forma de favores, em troca de votos que garantiam a manutenção da rede de cumplicidade em nível local, estadual e federal. Apoiadores estratégicos eram conduzidos a cargos de nomeação pública e os

¹⁵ Da composição *Rosa dos Ventos*, de Chico Buarque.

opositores perseguidos. A contrapartida dos governos estadual e federal incluía o controle policial e militar, a distribuição de erários e cargos públicos. Esses anacronismos conjugados na forma do coronelismo reconfiguram a lógica privatista do poder, ao passo que limitam a esfera da cidadania em abrangência e densidade.

Tem-se aí a penetração da lógica do faccionalismo como gramática política que começa a operar junto com a própria ação pública. Durante a Primeira República, os senhores de terras, já enfraquecidos em seu poder econômico, se lançam à cata de mandatos políticos para conservação de sua força residual. A competição que se estabeleceu nesse domínio atualiza o uso despótico do poder dentro da lógica concorrencial para angariar melhores recursos no enfrentamento intra-grupos. Os laços de dependência e favor que mantinham as relações de trabalho no ambiente rural e semi-rural foram convertidos em trocas por votos, dando sustentação ao novo sistema eleitoral-partidário e configurando o contexto local de luta política entre os remanescentes das elites agrárias, que viam no acesso privilegiado de famílias inteiras à máquina pública a única forma de reproduzirem seu *status* econômico e social.

Beatriz Heredia (1995 e 1999), cuja obra contempla uma vasta produção etnográfica sobre a zona da mata pernambucana, utilizou os períodos eleitorais como recurso heurístico para evidenciar certas lógicas de ordenamento social que, segundo ela, podem ser traduzidas pela noção de *faccionalismo*. A disputa eleitoral evidencia o peso relativo que diferentes partes da sociedade têm em relação umas às outras. Os arranjos de compromissos políticos firmados nesse período destacam os grupos com maior poder de competição e as estratégias de arregimentação da outra parte de seguidores. Para além da troca de favores propriamente, Heredia se ocupou de como se estabelecem ou se reforçam ligações pessoais que se traduzem em votos.

Como resultado, apontou duas constatações importantes, uma de ordem simétrica e outra de ordem assimétrica. Primeiro, no período eleitoral as relações sociais, que são notavelmente marcadas por uma profunda diferença econômica, ganham um alinhamento horizontal quando os candidatos estabelecem contatos pessoais com o eleitorado. Ao visitar as casas e tomar café na mesa com as pessoas ou ao comparecer a velórios e se solidarizar com a dor da morte dos parentes, os candidatos criam um tipo de laço pessoal que tende a ser interpretado como algum tipo de cumplicidade extensiva para além do período das eleições. Segundo, o poder de atração de um grupo é determinado pelo seu potencial de vencer as eleições, o que passa por uma clara demonstração de força dentro do período eleitoral ou “tempo da política”. Assim o potencial de vitória dos grupos políticos (partidos) é sinalizado em longas e barulhentas carreatas, em pessoas de prestígio que sobem aos os palanques nos comícios e artistas que reúnem uma multidão sinalizada como um grande volume de eleitores.

O ponto importante a ser notado aqui é como a lógica faccional se estrutura como gramática atualizada do poder privado e da distribuição de direitos na qualidade de favores. Isso fica muito bem evidenciado no estudo de caso em que Heredia e Palmeira (1995) fazem uma comparação entre campanhas eleitorais em municípios do interior do Pernambuco e Rio Grande do Sul. Entre os resultados da análise os autores apontam que, no estado gaúcho, onde a lógica do favoritismo e do privatismo é relativamente menos presente que no Pernambuco, as eleições são disputadas com base no conteúdo programático e propostas dos partidos; já no outro estado, toda disputa eleitoral se concentra na capacidade das facções demonstrarem maior probabilidade de vencer as eleições municipais.

A explicação para essa segunda tendência é relativamente simples: o grupo que ocupar os quadros da administração pública municipal permitirá o acesso a serviços públicos para os membros da facção da situação, ao mesmo tempo em que restringirá o acesso para membros da facção da oposição – tanto como forma de enfraquecer a facção rival quanto pela natureza

limitada desses serviços¹⁶. Desse modo, ser membro da facção que se apresenta com maiores chances de vitória eleitoral é – principalmente para a população mais pobre – a garantia mínima de que poderão ter acesso aos serviços públicos, sempre em troca do voto previamente hipotecado junto com o valor de honra da palavra.

Num quadro geral, na Europa as modernas configurações do Estado de bem-estar passam pela introdução de instrumentos técnicos de racionalização dos comportamentos que orientam as condutas e as tornam previsíveis, bem como a capacidade de antecipação dos atores e da organização da ação pública dentro de quadros institucionais. Cumpre perguntar, então, que contornos têm no Brasil a estruturação do sistema de ação pública com finalidade de ordenamento social e como isso repercute nos quadros da ação social.

Conforme a violência pura e simples vai dando lugar à racionalização dos sistemas de ordenamento social, a ação pública no Brasil passa a ser orientada, conforme visto anteriormente, por dois tipos de lógicas que passam a operar na cultura-política: em nível nacional-legal, o coronelismo enquanto sistema de poder da recém implementada República, mesmo quando extinto, deixa seu legado na forma de um *sistema de compromissos* que opera na manutenção das elites locais e do poder público central, reforçando os antigos mecanismos de cidadania concedida (SALES, 1994); em nível local, a conformação do sistema eleitoral e a esfera de ação governamental – introdução de políticas sociais – coloca as antigas elites em concorrência mútua, à cata de votos para garantir sua reprodução dentro das novas estruturas democráticas, instituindo o *faccionalismo* enquanto gramática do poder, mediante a qual as elites chegam aos cargos e a população tem acesso aos direitos republicanos.

Essa ordem de fatores só começa a ser mais ou menos alterada mediante uma série de dispositivos de ordenamento social originalmente introduzidos no governo Vargas, sobremaneira leis trabalhistas que visavam regular a relação capital e trabalho. No mesmo sentido, o incremento dos atores sociais que passam a se interpor entre os velhos compromissos clientelistas que mantinham presa a população pobre às elites locais criaram novas formas de mediação e acesso a direitos efetivos¹⁷.

É somente a partir das transformações que se sucedem ao enfrentamento do regime militar que se pode falar numa mudança institucional na relação do Estado com setores da sociedade civil. Uma série de movimentos se estruturam e ganham visibilidade durante a chamada luta pela redemocratização que resulta na constituição de 1988. Esta, por sua vez, consagra as bases participativas da sociedade civil e institucionaliza canais de regulação pública mediante os quais segmentos organizados passam a ser incluídos entre os mecanismos da administração pública – são exemplares os casos dos Conselhos Gestores de políticas públicas e as experiências do Orçamento Participativo em diversas cidades.

O processo de redemocratização, cujo marco é a nova constituição, implicou um movimento de duas direções: primeiro, a inclusão dos movimentos organizados entre as estruturas formais de ação pública, e, segundo, a redefinição das formas de ação social no sentido de seu emolduramento dentro de um repertório de participação democrática. Essa nova intersecção entre Estado e sociedade civil organizada reverberou na construção dos temas da agenda política, bem como provocou alterações substantivas nas estruturas herdadas da cultura política.

¹⁶ Nos assentamentos as implicações da competição faccional terão resultado inverso: sendo a ordem dos recursos em volume suficiente para atender todo o público, a competição intergrupala pode conduzir à ampliação do acesso ao invés de sua restrição, mediante a apropriação das estratégias e canais de acesso de um grupo por outro. Desenvolveremos esse ponto nas considerações finais.

¹⁷ Nesse sentido é exemplar o papel que desenvolveu os sindicatos urbanos e rurais.

As novas conexões criadas para promover a regulação política por parte da sociedade civil pós-constituição cidadã só ocorreram em proveito da expansão dos mecanismos de controle e ordenamento social do Estado. A chave para se compreender esse movimento de mão dupla está na forma como se institucionaliza a função democrático-participativa da sociedade civil enquanto via de apropriação das políticas públicas. A forma mais ou menos consensual com que surge o projeto democrático participativo no Brasil cumpriu a função de assegurar, ao mesmo tempo, a mobilização e adequação entre regras estáticas e padrões variados de ação social por elas disciplinados, organizando a coerência interna dos serviços públicos (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012).

A função participativa normatiza a ação social em vários níveis: na forma como a base representada discute, interpreta e constrói concepções comuns de direitos; no modo como as instâncias representativas (atores) ocupam as cadeiras dos conselhos e demais espaços deliberativos de políticas públicas; e na forma como essas políticas chegam ao público beneficiário, tendo como exemplo o que acontece com os programas para a agricultura familiar e a primazia da forma associativa/cooperativa enquanto canal de acesso.

Com a implementação do projeto neoliberal e consequente terceirização das funções sociais do Estado, estimula-se e amplia-se o campo de atuação da sociedade civil: o papel crescente de organizações internacionais, projetos e linhas de financiamento público setorizado, parcerias públicos-privadas, consolidam a formação do terceiro setor, que reforça o componente participativo enquanto forma de gestão.

Não obstante, diferentemente do caso Europeu – em que a *participação esclarecida* emerge das condições alcançadas de universalização do consumo social e cultural (SANTOS, 1999), bem como das bases preexistentes de uma economia social –; nos países periféricos o projeto participatório surge a partir da “sobreposição das organizações formais às redes informais de solidariedade e de ajuda mútua que caracterizam ancestralmente as sociedades rurais” (SANTOS, 1999, p. 11). Nesse sentido, o que há é uma tentativa de institucionalização de práticas de solidariedade tipicamente comunitárias/tradicionais que, não obstante, reproduzem mecanismos de clientelismo, favoritismo e paternalismo.

O sentido da “disciplinarização” da ação social é disputado em três níveis de força: primeiro, o Estado é responsável por agenciar a rede de atores, autorizando uns e desautorizando outros, reforçando determinados significados em detrimento de outros, assim como compete ao Estado reconhecer ou não os interlocutores, criando-os ou excluindo-os da cena pública oficial; segundo, tem importante peso ao filtrar o repertório ideológico dos atores, dependendo de suas posições relativas de poder¹⁸; terceiro, pelo peso das práticas anteriores ou herança político-cultural que na base determina os repertórios e práticas de ação coletiva.

Em relação ao último ponto, será utilizado o dado do analfabetismo nos assentamentos rurais estudados, a título de ilustração da deficiência de qualificação técnica e política minimante necessária ao exercício da *participação esclarecida*. Ainda que seja um quadro em vias de superação, a questão do analfabetismo é o resultado ainda vivo de séculos de inoperância efetiva de direitos. Isso se traduz numa barreira objetiva para a inserção qualificada dos sujeitos numa estrutura organizacional que supõe uma distribuição razoavelmente horizontal de determinadas competências e habilidades – tais quais operar códigos formais, falar e desenvolver certa *performance* pública, escrever uma ATA de reunião, lidar com projetos, planilhas, orçamentos.

¹⁸ Sobre isso tentamos demonstrar em outros momentos como os movimentos de luta no campo – especialmente o MST – inflacionaram o componente coletivista da participação como forma de defender sua bandeira ideológica.

Nos assentamentos estudados, a falta de escolarização reduz significativamente as possibilidades de diálogo que exija a mobilização de códigos formais de linguagem, fazendo com que, de um lado, a participação desses sujeitos seja veladamente depreciada dentro da rede de constrangimentos morais internos e externos, e de outro, conduzindo à concentração de poder no papel das lideranças habilitadas. Isso que poderia ser bem traduzido pela máxima popular: “Em terra de cego, quem tem olho é rei”. No cotidiano do assentamento as implicações do analfabetismo para a prática participativa são perceptíveis nos argumentos que um grupo aciona para desqualificar o outro: “a associação deles não vai pra frente porque são todos um bando de ignorantes, o presidente e quem acompanha ele são todos analfabetos, não entendem nada e precisam sempre pedir ajuda”.

Dagnino (2002, p. 284) destaca as implicações da falta de capacidade técnica e política no processo participatório dentro da experiência dos Conselhos de Orçamento Participativo:

A exigência da qualificação técnica e política exigida pela participação nos Conselhos Gestores e nos Orçamentos Participativos é talvez a novidade mais importante, correntemente apontada na literatura. A característica central desses espaços - seu envolvimento com políticas públicas, seja na sua formulação, discussão, deliberação ou execução – exige quase sempre o domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral, não dispõem. Entender um orçamento, uma planilha de custos, opções de tratamento médico, diferentes materiais de construção, técnicas de despoluição dos rios, há uma infindável lista de conhecimentos exigidos nos vários espaços de atuação. Além desse, um outro tipo de qualificação se impõe, a que diz respeito ao conhecimento sobre o funcionamento do Estado, da máquina administrativa e dos procedimentos envolvidos.

É pertinente citar que o incentivo ao desenvolvimento das bases de atuação da sociedade civil criou condições que nos habilita a falar numa rede de ação pública que passa a penetrar o poder privado dos grupos que atuavam na gestão estatal, descentralizando a regulação política em meio a uma série de organizações, agências, movimentos e atores. Os antecedentes desse processo remontam o crescimento dos atores sociais no cenário rural, com destaque para a formação dos sindicatos e posteriormente dos quadros militantes da CPT e do MST, que tem o efeito de se interpor ao sistema de compromissos que mantinha presos os camponeses aos senhores, tanto pelos laços de dependência do acesso à terra quanto de *cidadania concedida* (SALES, 1994).

O conjunto das ações que se estruturam em torno da questão agrária, e que posteriormente darão origem aos assentamentos rurais e políticas públicas com foco na agricultura familiar, passa por um longo processo de formação de um sentido específico para essa ação pública. A elevação da questão agrária como item da agenda política, a tessitura do campesinato brasileiro como objeto teórico e político, a representação desses setores em coletivos maciços como CPT e MST, tudo isso criou um problema tangível capaz de suscitar a mobilização de diversos atores para a transformação das contradições em causa.

Primeiro, um problema público em torno do qual diversos atores, públicos e privados, interagem com o objetivo de representarem diferentes causas, apresentando interpretações, projetos e sentidos diferentes para o mesmo desafio. Segundo, a ação pública ordena procedimentos mais ou menos comuns, influenciando a direção e os meios de ação dos sujeitos envolvidos, estabelecendo acordos e procedimentos de administração pública que irão lidar com a questão, de forma tangível, e para isso deverá lançar mão de algum grau de subjugação, enquadrando, disciplinando e interferindo no sentido das ações dos interlocutores da causa (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

Tanto assentamentos rurais quanto as políticas públicas para a agricultura familiar surgem como resultado de um campo de conformação de forças dos agentes que disputaram o sentido da reforma agrária. Em certo sentido, a criação de uma política pública encerra um longo ciclo de debate sobre as demandas que ela se propõe abarcar. O jogo de poder entre os atores e as instituições públicas produzem uma gramática do possível, cujo resultado aparece em formas determinantes de ação pública. Conforme Lascoumes e Le Galés (2012), a racionalidade presente na ação pública, que carrega as marcas da eficiência da administração moderna, conjuga os melhores meios para se atingir determinadas finalidades políticas; por esse motivo é chamada pelos autores de “gaiola de vidro”, numa clara analogia à ideia weberiana de “gaiola de ferro”¹⁹.

O que torna a gaiola de vidro e não de ferro é que a ação pública, por um lado, constrange a profusão dos interesses envolvidos numa direção minimamente planejada, na forma de procedimentos comuns ou “de uma ambiência jurídica e administrativa estável, condição necessária à previsibilidade dos comportamentos e dos resultados” (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012, p. 215); por outro, não deve perder o caráter dialógico típico do que é público, isto é, sua autonomia relativa deve vir acompanhada dos instrumentos participatórios necessários para que a regulação da ação pública seja facultada aos grupos nela envolvidos.

No microuniverso dos assentamentos, a gestão da terra, por meio das associações, também pode ser lido numa perspectiva semelhante. Não por acaso o associativismo traduz esses dois lados da ação pública: de um lado, aparece na forma de imposição de canal fundamental de acesso a recursos básicos, restringendo a ação dos sujeitos dentro dos seus limites e regras; de outro lado, oferece margem para que os sujeitos e atores investidos na gestão da terra disputem – em alguma medida – seu sentido, fazendo com que a dinâmica da associação seja colonizada por reciprocidades de nível interpessoal – e não racionais-contratuais.

Na sessão seguinte será explorado o aspecto normativo do associativismo, no sentido de compreender empiricamente as preferências, acordos e consensos, em diferentes tipos de ação pública que orbitam em torno da reforma agrária, e que conduzem ao associativismo como forma favorita de gestão da terra nos assentamentos.

2.3 O associativismo como canal de interlocução jurídica e acesso a recursos

Até a década de 1980, as opções de desenvolvimentismo nacional compuseram uma agenda de política agrícola centrada no segmento da agricultura para exportação, visando modernizar o setor para fortalecer o poder de concorrência do Brasil entre as nações de capitalismo avançado. O processo que se chamou de “modernização conservadora”, levado a cabo especialmente durante o regime militar, dedicou-se a fortalecer o poder de competição internacional do setor agroempresarial, com aporte de financiamentos estatais para exportação de *comodities* de bens primários. Com efeito, a opção de capitalizar a agricultura concentrou a intervenção Estado no setor do agroempresariado, dirigindo ao setor que hoje se chama agricultura familiar investimentos muito tacanhos e, geralmente, emergenciais. Isto é, até a década de 1990 não assumiam coesão na forma de políticas setoriais e mesmo os créditos para

¹⁹ Na visão de Weber, haveria, na sociedade moderna, uma tendência para que o sentido da ação dos sujeitos fosse cada vez mais penetrado pela lógica da ação prático-instrumental – que é característico da burocracia moderna. O avanço e predominância da racionalidade absoluta nos reservaria um futuro na forma de uma “jaula de ferro” que subtrai do sentido da ação qualquer atitude irracional ou incalculável.

“pequenos produtores” ou “produtores de baixa renda”, além de restritos, na prática pouco se efetivaram:

Sem diferenciações normativas nas condições creditícias, com dificuldades de acesso aos bancos, a falta de familiaridade com a burocracia necessária, as poucas garantias a oferecer e devido à própria institucionalidade do sistema bancário, os pequenos agricultores enfrentaram inúmeras dificuldades para obter recursos do crédito rural (GRISA, 2012, p. 77).

No Nordeste, ao longo dos anos 1970 e 1980, a assistência aos “pequenos produtores” se aplicava a partir de acordos de cooperação técnica e financeira com organismos internacionais que influenciavam diretamente, em diversos setores, as políticas sociais brasileiras. Atuando como agência financiadora de projetos de infraestrutura econômica no Brasil desde o final da década de 1940, o Banco Mundial tornou-se, a partir dos anos 1970, uma das mais relevantes fontes de financiamento do setor social. No marco da plataforma neoliberal, o Banco atuava junto ao FMI na condução dos ajustes estruturais para a reforma dos Estados-membros do terceiro mundo. Ao FMI cabia a fixação de normas políticas para o desenvolvimento enquanto o Banco Mundial funcionava como agência de financiamento e cooperação técnica para projetos setoriais (FONSECA, 1998).

O peso desse agente financeiro e social na conformação da ação pública para o setor da atual agricultura familiar passou a influenciar os contornos da ação. Dado que a tônica das discussões sobre as alternativas para o meio rural se concentravam em torno da noção de desenvolvimento, eram comuns as abordagens que defendiam o “desenvolvimento rural integrado”, apelando para os benefícios da cooperação entre setores locais, agências públicas e fontes de financiamento multilateral. Nesse sentido são exemplares as traduções e publicações, por parte do Banco do Nordeste, de manuais estrangeiros criados a partir da experiência de projetos de desenvolvimento em diferentes países, especialmente entre os do chamado “terceiro mundo”.

Num desses manuais (WEITZ, 1974) aparece muito claro os princípios que orientam essa concepção específica de ação pública: a superação do papel “vertical” da administração Estatal; uma concepção de planejamento, com um objetivo claro e definido, que inclua a variedade de atores envolvidos; a exploração das potencialidades locais (recursos naturais, mão-de-obra sub-ocupada e redes financeiras); e um resultado global que conduza a um aumento das oportunidades de emprego agrícola.

Aqui interessa destacar que a presença desses organismos no meio rural do Nordeste teve como resultado a criação e fortalecimento da malha associativa. Se o sindicalismo representou a primeira onda de associativismo no meio rural, o financiamento dos organismos multilaterais representou uma segunda rodada de disseminação desses núcleos pela zona rural. Isso tem a ver, inclusive, com a maneira como se “atacou” a noção de gestão centralizada do Estado. “Por razões históricas, a organização governamental, na maioria dos países em desenvolvimento, é centralizada”, diz o manual acima referido. Em seguida: “essa burocracia reduz as probabilidades de serem satisfeitos os requisitos básicos para o êxito de um programa de desenvolvimento” (WEITZ, 1979, p. 41).

Alternativamente o manual propõe a fortalecimento das organizações locais, sejam elas de natureza governamental ou não governamental. No que se refere a estas últimas, enfatiza o papel da organização dos agricultores em cooperativas e associações:

A organização dos produtores rurais, quer sejam grandes quer pequenos agricultores, também é uma pré-condição para transformação do setor. [...] Muitos programas de desenvolvimento voltados para zona rural prescrevem a cooperativa como principal instrumento desta transformação, renovação e expansão do sistema de apoio existente. [...] O Agricultor, nos países atualmente em desenvolvimento, muitas

vezes não consegue obter os serviços de que necessita para a transformação de sua unidade de exploração, porque lhe falta habilidade, meios e poder de enfrentar os prestadores de serviços, de igual para igual. [...] A fim de mudar essa situação, os agricultores devem unir forças e criar sua própria organização, cujo poder e volume de operações a capacitarão a enfrentar os prestadores de serviços” (WEITZ, 1979, p. 24-25).

Dentro da noção de desenvolvimento rural do Banco Mundial havia uma concepção própria de Reforma Agrária, que alguns autores chamarão de “reforma agrária de mercado”. Basicamente a ideia desloca do domínio do Estado para o Mercado a responsabilidade de execução da reforma agrária, implicando um estímulo à transação de compra e venda de terras, na qual passa a ser este, e não aquele, o intermediário principal para o acesso de trabalhadores rurais sem terra à terra.

O conjunto de ações que compõem o sistema ganhou força no Nordeste, especialmente a partir do começo da década de 1990, estendendo-se até, mais ou menos, 2002. Entre as bases desses programas, cumpre citar o Programa de redistribuição de terras do Norte e Nordeste – PROTERRA, que constou da redistribuição de terras públicas e particulares para colonização, e cujo pagamento se fazia em moeda – e não em Títulos da Dívida Agrária conforme postulava o Estatuto da Terra de 1964. “A adesão do proprietário era voluntária, e ele ainda poderia escolher a área do imóvel a ser negociada e quais camponeses poderiam ter acesso ao programa” (DE OLIVEIRA, 2005, p. 74).

Segundo essa mesma autora, o interesse do Banco Mundial nessa “solução alternativa” atendia uma tripla conveniência: salvar os proprietários de terra falidos, que seriam convidados a vender suas piores terras; os camponeses poderiam se tornar proprietários solvendo, de alguma maneira, a questão da pobreza no meio rural; e, dado a mediação do mercado, o aspecto da luta estaria anulado.

No que se refere a formação de assentamentos, o programa “Reforma Agrária Solidária”, uma modalidade de concessão de crédito chamada de “Cédula da terra”²⁰, tinha como finalidade promover a criação de assentamentos nos quais os trabalhadores rurais sem terra ou minifundiários negociavam diretamente a compra das terras. As condições de financiamento incluíam a formação de uma associação, envolvendo todos os membros do futuro assentamento. As associações tinham papel central na condução desses programas: além do imóvel ficar registrado no nome da pessoa jurídica, todo o processo, desde a apresentação da proposta de compra de terra, passando pelos contratos legais com o banco – nesse caso o Bando do Nordeste –, até a restituição dos valores reembolsáveis, era, necessariamente, mediado por associações (DE OLIVEIRA, 2005).

Embora essas iniciativas do Banco Mundial tenham sido alvo de muitas críticas, especialmente na medida que foram acusadas de tentar desviar o caráter de luta da reforma agrária, seu legado efetivo foi o de incremento da malha associativa no meio rural, que mais tarde tenderá a ser absorvida por outros programas de incentivo à agricultura familiar. Foi também a partir dessas iniciativas que programas mais abrangentes, como o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, criados em 1998 e 2002, serviram de inspiração para a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, criado em 2003 e em operação até hoje (PEREIRA, 2012).

Paralelo às ações dirigidas pelo Banco Mundial, a reforma agrária também era executada pelo Estado, conformando outro tipo de ação pública. Tendo papel decisivo na criação desse campo de ação, os movimentos camponeses que nasceram ou recuperaram suas

²⁰ Na verdade "projeto-piloto de reforma agrária e alívio da pobreza", que se popularizou sob o nome de Cédula da Terra (PCT).

bases no embate ao regime militar, ao mesmo tempo em que publicizavam a precariedade das condições de reprodução social do campesinato, reivindicam a presença forte do Estado no reordenamento do uso da terra, mediante uma política sistemática de criação de assentamentos rurais.

A exemplo do que foram as experiências de reforma agrária durante a ditadura²¹, o início das ações orientadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA permaneceu centrado no problema do acesso à terra – propriamente. Entretanto, a questão da viabilidade econômica dos núcleos passa a integrar a agenda de discussões na medida em que se percebe que a redistribuição de seu acesso, por si mesma, não garantia a reprodução social das famílias.

Nos assentamentos já criados, emergem demandas objetivas de viabilizar a permanência na terra, mediante a oferta de condições concretas para sua exploração – habitações, maquinário, crédito financeiro e assistência técnica. Com o que passa a ser oferecido pelo programa de reforma agrária, desde os lotes de trabalho até as condições básicas para sua exploração, as famílias assentadas são estimuladas a criar alternativas produtivas, contando com o apoio dos mediadores envolvidos (técnicos extensionistas, agentes governamentais, representantes de movimentos sociais, sindicais e religiosos, ONGs). Assim, o associativismo é incentivado como dispositivo de gestão comum da terra, na medida em que se constitui de um canal através do qual se oportuniza o acesso a créditos, financiamentos e outras formas de investimento nos locais.

Na condição de entidade representativa, as associações emergem como a instância máxima de representação das famílias no âmbito do seu espaço; com isso, “[...] facilitam o contrato entre os assentados e as instituições públicas e privadas, relacionadas a produção agropecuária, como bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos etc.”. (BERGAMASCO; NOLDER, 1996, p. 59-61).

A organização de um assentamento rural supõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados dificilmente possuem quando iniciam suas atividades nesse espaço inaugural. As terras, em sua maioria, são de baixa fertilidade e exigem um tratamento anterior ao cultivo. O ordenamento dos lotes, as fontes de água e sua distribuição, a aquisição de tratores e equipamentos, fertilizantes, crédito, sementes, combustíveis e alimentação, até a primeira colheita, pode se tornar impossível para uma família isolada. Com isso as formas associativas e cooperativas aparecem como primeira alternativa para viabilizar o trabalho do grupo. (BERGAMASCO; NOLDER, 1996).

Neste ponto, realça-se a instrumentalidade do papel das associações. Elas surgem basicamente em razão do imperativo de representação formal das famílias no âmbito de seu espaço, ante a necessidade de diálogo com o Estado, orientadas para gestão da economia produtiva; isso inclui a administração dos equipamentos coletivos – como trator e farrageira – , tramitações burocráticas com parceiros e mediadores externos, bem como a gerência dos recursos relativos ao fomento da produção e uma série de outras demandas.

[...] as associações, direta ou indiretamente, são suportes fundamentais nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos ao assentamento. Enquanto algumas têm existência puramente formal, outras envolvem-se nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com os

²¹ Reduzida a mera colonização de partes pouco populosas do norte e centro-oeste, em que trabalhadores eram atraídos por promessas de emprego, oferecendo mão-de-obra barata para setores empresariais que apoiaram o golpe e se estabeleciam na região mediante um plano de incentivos fiscais, concessão de terras e infraestrutura (BERGAMASCO; NOLDER, 1996).

diferentes agentes e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transporte, crédito), seja para “dentro” (organização da produção, da comercialização etc.) (LEITE et al., 2004, p. 113).

Chama atenção também o associativismo enquanto extensão da administração pública estatal. Os próprios assentamentos rurais podem ser lidos como a criação de unidades político-administrativas sobre as quais se estendem as ações do Estado, emolduradas sob certo ideal de organização camponesa, nos quais se imprime, em alguma medida, o ideal da *aldeia* – fechada em si, indivisível, estática e atravessada por significados comunitários cristalizados, ligados a um suposto insulamento da vida rural. As condições de acesso a terra e demais recursos oferecidos aos beneficiários do programa de reforma agrária visam a regulação desse mesmo formato de vida comunitária.

o acesso a terra por meio da concessão de uso e não da propriedade plena, o que traz restrições a sua livre venda; necessidade de vinculação a alguma forma de associação para poder ter acesso a recursos creditícios; priorização das formas coletivas de organização sobre as individuais; imposição em relação à organização da produção, exigindo o cultivo de alguns produtos; dedicação exclusiva ao trabalho no interior do assentamento; trabalho somente com a ajuda familiar, sem recurso ao assalariamento eventual, imposição de moradia no lote e etc. (MEDEIROS et al., 1994, p. 20).

Ditado pelas necessidades práticas de acessar e gerir recursos, bem como manter-se na condição legal de assentado, as associações são criadas como interface de diálogo entre demandas práticas das famílias em negociações com o poder público, agentes de mercado e representantes de movimentos sociais.

Tanto no formato da ação pública que se conforma em torno da assim chamada “reforma agrária de mercado” quanto na reforma tipicamente executada pelo Estado, o associativismo e cooperativismo assume um caráter duplo: de um lado, surgem como expressão, legítima, da autonomia dos grupos assentados, reiterando o conjunto de direitos e deveres que acompanham a condição de assentado. De outro, constrange as formas de ação local no sentido de se acomodarem a procedimentos formais da ação administrativa estatal, como atender às necessidades dos movimentos sociais de criarem procedimentos gerais de formação política e organização produtiva em nível nacional.

2.4 A participação e a instrumentação da ação associativa

A maneira como associativismo e participação passam a se tornar centrais no contexto da ação pública relativa a reforma agrária remete a uma série de encaixes feitos ao longo da experiência concreta de formação dos assentamentos. Efetivamente, a participação tenta recriar elos significativos entre os sujeitos que, conforme já foi mencionado, em muitos casos chegam ao assentamento sem relações comunitárias precedentes, que ofereçam suporte para a formação de reciprocidades mais imediatas.

Assim, o caráter potencial de comunidade dentro dos assentamentos é resultado de, pelo menos, dois movimentos interdependentes: primeiro, o papel ativo das ações dos atores externos que irão lidar com o conjunto dos assentados *como* se fossem uma comunidade, em alguma medida pressionando o comportamento nessa direção, mediante uma série de enquadramentos discursivos, categorias, diferenciações em relação a outros segmentos da agricultura familiar e etc.; segundo, a aposta de que a própria participação aproxima os

sujeitos nela envolvidos, envolvendo-os em laços de solidariedade mais ou menos estáveis, dado o reconhecimento de interesses comuns.

Sob certo ponto de vista, o associativismo e cooperativismo tentam oferecer uma resposta à questão do desenvolvimento rural, ao prever para o setor difuso dos “trabalhadores rurais” uma inserção no mercado, com papel proativo na economia mais ampla – dinamizando mercados locais, por exemplo. Tem-se aí um visível apelo a formas de organização de base local, recorrendo a solidariedades comunitárias como base de articulação dos sujeitos. A “função comunitária” desse setor, dentro de estratégias de inserção no mercado, está presente desde as primeiras ações da Igreja no combate à “pobreza do campo” – conforme será exposto mais adiante –, mas ganha sistematicidade com a delimitação e aplicação de políticas públicas para o setor específico da agricultura familiar, especialmente com o lançamento de linhas de crédito exclusivas.

O PRONAF foi a primeira linha de crédito que de fato ganhou continuidade e sistematicidade, atingindo amplamente a base dos pequenos produtores, ao passo que reconhecia formalmente a categoria, conferindo-lhe enquadramento profissional.

Criado em 1996, é uma política de crédito que pela primeira vez institucionaliza e consolida a categoria social de agricultor familiar perante o estado. Efetivamente, no universo das ações de agenciamento público ao setor agrícola é a primeira política pública diferenciada da agricultura patronal, marcando o início de uma nova linha de diálogo entre Estado e setores camponeses organizados (MIRANDA; TIBURCIO, 2011, p. 27).

No campo específico da reforma agrária, surgiam também ações que incluíam linhas específicas para o público de famílias assentadas, com destaque para certas modalidades de crédito, dentre elas o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e políticas especiais de educação, como é o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Embora contando com modalidades de acesso individual, a ampliação do acesso a um maior volume de recursos, e a própria gestão formal de alguns desses programas, conduzia à necessidade de uma pessoa jurídica que respondesse formalmente enquanto representante de um grupo de acesso. As associações e cooperativas passaram a ser amplamente estimuladas pelos agentes públicos como forma de captação das linhas de crédito e recursos espacialmente não-reembolsáveis. Foi assim que, por exemplo, um número enorme de comunidades tradicionais foi formalizado no modo de comunidade de pescadores, de pequenos produtores e mesmo assentamentos de atingidos por barragens, quilombola ou reforma agrária.

Tanto pelo reconhecimento da categoria de agricultor familiar quanto pela ampliação das condições de permanência e reprodução dos grupos em nível local, o papel ativo da ação estatal fez criar ou manteve, de alguma forma, o caráter comunitário desses grupos. As ações de extensão rural, a assistência técnica governamental e a ação dos movimentos sociais do campo, mesmo que descontínuas e eventuais, tendem a reforçar a percepção desses grupos como comunidades.

É ilustrativo, por exemplo, a influência do programa de nuance socialista do MST. Fazendo uso de experiências anteriores de cooperativismo bastante disseminado no sul do país enquanto caminho da modernização agrícola para pequenos produtores, o movimento investiu pesadamente em cooperativas como opção de inserção qualificada das famílias no mercado. Conforme é apontado por Oliveira (2010), as ações do MST, especialmente no que diz respeito às experiências com o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), foram emolduradas nesse formato como forma de defender a eficácia das estratégias de ação do movimento. A resposta produtiva dos SCAs colocava-se ao mesmo tempo como bandeira e

como contraproposta capitalista. Além disso, a experiência desses espaços era pensada também como espaço de formação político-ideológica (OLIVEIRA, 2010).

Sob a influência dos movimentos sociais do campo, há uma tendência de que as ações dos atores reproduzam lógicas de relacionamento típicas do movimento: a atuação se reveste de um fundo pedagógico, no sentido de formação política e social para o novo modo de vida que o assentamento requer, estimulando formas de companheirismo e reciprocidades horizontais, mais amplas que as de origem geográfica, parentesco e religião.

No microuniverso de cada assentamento, é em torno da noção de participação que se aglutinam significados de coloração militante, pronunciados sobretudo pelos mediadores e postos em prática nos domínios da vida cotidiana. A ideia de participação tentará dar conta da heterogeneidade das trajetórias de vida e trabalho, mais ou menos conformados frente a um propósito maior: o de tornar a vida no assentamento viável. É neste contexto que se pretende gerar noções comuns, valores e experiências na composição de uma visão compartilhada sobre os desafios e estratégias de ação grupal.

No fundo da ideia de participação está uma noção de civismo e de bem comum: um apelo de que os compromissos mútuos deverão ser cumpridos uma vez que todos os membros se reconhecem em interesses compartilhados. Há, portanto, uma presumida *comunidade*, que carrega em si uma unidade preexistente, originária de uma experiência comum suficientemente capaz de fazer emergir normas e regras de coesão grupal.

Isso certamente tem correspondência na teoria democrática clássica, sobretudo em aspectos do “eu-comum” apresentado no projeto de *associação* de Rousseau: “essa associação não é guiada pela busca do bem individual ou pela expressão do interesse majoritário, mas pela vontade geral” (MIGUEL, 2005, p. 20). Apesar da complexidade do que pode significar a noção de *associação* e *vontade geral* em Rousseau, é possível afirmar, com alguma segurança, que esse “eu-comum”, a partir de onde se visualiza possibilidades de unidade e cooperação, tem por trás laços comunitários preexistentes, que são valorados como elementos de coesão. A base do pensamento rousseauiano sofrerá uma atualização mediante pesquisas empíricas que irão enfatizar vantagens na organização de base comunitária, o que será oportunamente utilizado para justificar o apelo ao terceiro setor.

O final dos anos 1980 marca uma mudança no repertório de ação dos movimentos sociais que sofrem uma considerável redefinição relacionada ao fim da “utopia renegada da conquista revolucionária do Estado” (COSTA, 2003, p. 43). Isto é, principalmente depois da queda do muro de Berlim se generaliza, mesmo entre os marxistas, uma rejeição ao “modelo soviético” (COUTINHO, 1984), deslocando o eixo das apostas de transformação social na direção dos novos movimentos sociais. Nesse momento, a concepção de mudança passa a ganhar ênfase na dimensão do cotidiano, do localismo, no reconhecimento e afirmação dos grupos chamados de minoritários. As análises que surgem a partir desse período passam a investir sob processos educativos, especialmente dentro dos movimentos sociais, com o reforço na constituição de identidades socioculturais e disputas pela ampliação da esfera dos direitos.

A inspiração dessas análises provinha de teorias que ganharam repercussão a partir dos anos 1960: o debate sobre o papel da participação na teoria democrática moderna. Exponentes dessa teoria são a obra de Carole Pateman (1992) e Robert Putnam (1996). A primeira postula que, sob a luz de experiências de autogestão em fábricas da antiga Iugoslávia, a introdução de instrumentos de gestão participativa de trabalhadores nas esferas cotidianas capacita-os para o exercício da cidadania no contexto de uma sociedade democrática. O segundo defendeu a tese bastante difundida de que a capacidade dos sujeitos de intervirem nas esferas públicas de decisão, a partir de sistemas de cooperação culturalmente apropriados (confiança social e regras de reciprocidade política), gera entre eles

um “estoque de capital social” que alimenta a qualidade dos sistemas de participação cívica, controle social, e eficácia das instituições democráticas.

As teses desses dois autores são ilustrativas do início de um novo percurso das teorias democráticas com ênfase na participação social e em aspectos de um *localismo comunitário*. Este último, muito mais presente na ação dos agentes externos que efetivamente presente no ambiente institucional em que operam políticas públicas.

Nos assentamentos, a participação parte de um “eu-comum” cujas premissas são muito difusas e frágeis, em razão mesmo das heterogeneidades já mencionadas. Alternativo a isso, presume-se que o fato de participar de atividades coletivas reforça nos sujeitos relações gestadas de maneira muito primária no processo de luta pela terra. É exemplar como o sentido da participação contido na ação dos mediadores visa dar continuidade às práticas de organização experimentadas pelas famílias no momento de acampamento. Com isso, o modelo de “comissões” ou “grupos temáticos” – segurança, limpeza, alimentação – passou a ser usual para distribuição das tarefas, antes e depois do acampamento.

O associativismo em suas diferentes modalidades, acompanhado de seu correlato conteúdo normativo, a participação, tenta dar conta do vazio de articulações entre os sujeitos. Enquanto que para os técnicos, agentes públicos e governamentais, a ideia de participação é orientada pela eficiência administrativa dos projetos e programas aplicados, com ênfase na tomada de decisões e busca de consenso; a ação dos movimentos sociais acrescenta o componente de formação política. Em ambos os casos, são reforçados elementos de horizontalidade, unanimidade e coesão. Já para as famílias, a participação aparece representada nas falas como busca pela autonomia e garantia de vantagens mais ou menos individuais, que nem sempre coincidem com o consenso proposto.

Se em discurso os atores sociais frequentemente recorrem ao formato associativo para enfatizar deveres e direitos implícitos ao ato de tornar-se associado – o papel dos sócios na efetividade das ações, a necessidade de organização e cooperação –, as famílias comumente identificam nas associações um canal de acesso a recursos ou espaço para tentar resolver questões cotidianas na natureza prático-imediatas.

Justamente por ser interpretada como instrumental e individualista, a relação dos assentados com suas associações justifica a presença de um mediador externo que deverá pressioná-los na direção da formulação de consensos e procedimentos comuns. Esse imperativo está presente tanto nas ocupações quanto no momento imediatamente posterior: uma vez conquistada a terra, a ação dos atores e a necessidade de diálogo institucional constriem as formas de ação em determinada direção, emoldurando as opções de articulação a partir de necessidades práticas – a construção das agrovilas, retirada dos primeiros créditos, divisão e distribuição dos lotes de trabalho.

Por trás disso há a necessidade de transformar agentes políticos anteriormente investidos no processo de luta pela terra em agentes econômicos ativos, para superação dos desafios diários e melhoria de suas próprias condições de vida. Enquanto beneficiários de um programa de reforma agrária os assentados já estão, de algum modo, coletivizados dentro de um projeto comum de ação pública. Também estarão conectados a um universo provável de relações institucionais – bancos, agências públicas, atores políticos, empresas, comércio – a partir do qual deverão buscar, dentro de um campo finito de oportunidades, alternativas que sustentem um modo de vida que desejam ter no lugar – que de um tempo para cá tem se concentrado em torno de políticas públicas para agricultura familiar.

Pela própria necessidade de criar uma interface comum de diálogo institucional e procedimentos de administração dessas políticas públicas o associativismo e a participação, na qualidade de *moldura* da organização das famílias, é um dado dessa realidade que emerge como resultado de necessidades práticas. O que não se pode perder de vista, todavia, é que a

criação desses espaços e os significados que eles tentam promover, mediante a ação dos agentes que as propõem, não encerram as possibilidades de apropriação pelos sujeitos.

A participação efetivamente praticada pelas famílias no ambiente das associações emprega certos significados e formas de ação reproduzidos a partir de experiências anteriores, em outros espaços, carregando vestígios de relações de poder que tensionam a horizontalidade participativa. A simples maneira de falar nas reuniões, o modo como os assentados confrontam argumentos entre si, a carga semântica das palavras mobilizadas nesse diálogo, tudo isso acompanha princípios implícitos que os sujeitos nem sempre reconhecem. É o que Cornwall et al. (2007, p. 274), numa referência à noção de *habitus* de Bourdieu, descreve sobre a participação em conselhos de orçamento participativo:

Ela ou ele pode usar um tom de voz, uma escolha específica de palavras, gestos com as mãos, sem conscientemente registrar isso ou mesmo sem qualquer premeditação. A maneira como essa reivindicação é articulada pode ficar igual à maneira como as reivindicações foram feitas em outros encontros públicos em que aquela pessoa esteve: vendo os outros fazerem aquilo daquela maneira, a pessoa registra que é a forma de atrair atenção, insistir ou ser ouvida.

Quando a experiência anterior desses sujeitos é marcada por estruturas de subordinação vertical, próximas do que é tipificado como relações patrão-clientes, o modo de se fazer ouvir em público ou mesmo a tolerância a opiniões contrárias pode reproduzir largamente a autoridade do patrão. Não por acaso existe nos assentamentos um vocabulário muito rico de expressões para descrever (e constranger) esses casos, quando uns referem-se a outros como pessoas “mandonas”, “poderosas”, “autoritárias”, “que querem ser mais que os outros”.

O “comportamento autoritário”, conforme os assentados identificam, quando praticado nas reuniões contrasta com os princípios de dialogicidade da participação, dando origem a conflitos que muitas vezes ganham contornos pessoais. A tentativa de desenvolver ações conjuntas, nas quais é imprescindível a arregimentação de vários membros em tarefas comuns, como no caso de projetos produtivos, conduz, muito frequentemente, a práticas clientelísticas como recurso de cooptação.

Conforme chamou atenção Cornwall et al. (2007), alguns antecedentes são extremamente importantes para compreender a maneira como as famílias vivem a experiência participativa em suas associações. Se, de um lado, as relações de trabalho anteriores das famílias são marcadas por traços de mando e obediência, o que em parte justifica o autoritarismo, conforme relatado por eles como bastante presente nas associações; por outro lado, algumas outras inserções, bem menos frequentes, diga-se, facilita o exercício da participação conforme seus pressupostos formais (horizontalidade, busca de consenso, unidade).

É muito comum, por exemplo, que pessoas com experiência anterior de magistério tornem-se lideranças dentro do assentamento. Um *background* desse tipo parece facilitar o diálogo interno e demonstra-se eficiente na coordenação de ações comuns. De igual modo, a inserção dos assentados em conselhos, fóruns, audiências e reuniões públicas, favorecendo o acúmulo de impressões sobre procedimento e práticas comuns à participação institucionalizada. Pessoas assim são identificadas localmente como melhor adaptadas às “regras do jogo”.

O ponto a se destacar até aqui é que as associações representam espaços colonizados por “culturas políticas” (CORNWALL et al., 2007) diferenciadas e até contraditórias entre si; às vezes enraizada no comportamento dos sujeitos, às vezes trazidas pela ação dos atores e que pesam sobre eles nas diferentes formas de intervenção. As associações, na qualidade de

espaços de significação em aberto e sob permanente disputa sofrem, internamente, influência dessas duas variáveis discutidas anteriormente, quais sejam, a ação dos atos no ordenamento da prática organizativa e dos antecedentes de vida e trabalho experimentados pelos próprios sujeitos.

Há que se considerar ainda, como caráter externo, a presença de políticas públicas para o setor da agricultura familiar e que ao postularem pressupostos de acesso, contrapartidas e diretrizes normativas, também “constrangem” a maneira como as famílias se organizam em tal ou qual direção. É sobre a formação do campesinato potiguar e a implementação de políticas públicas para agricultura familiar, presentes nos assentamentos do Rio Grande do Norte, que tratará o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O CAMPESINATO POTIGUAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A organização da ação associativa em direção à consecução dos direitos sociais, gestão da terra, educação, trabalho, moradia, e, especialmente, criação de alternativas produtivas no contato com políticas públicas, implica em uma série de articulações na forma como os grupos assentados se relacionam com o Estado e com o mercado. O perfil das políticas públicas que chegam aos assentamentos é um dos maiores determinantes de como a ação associativa se configura: o volume dos créditos/financiamentos, as normativas de acesso, a assistência, a maior ou menor presença das políticas em cada assentamento, tudo isso pauta o ambiente das associações e a maneira como as famílias participam do processo.

É extremamente recorrente nas falas dos assentados a sentença de “as pessoas só comparecerem às reuniões quando tem dinheiro envolvido”. *Dinheiro* aqui traduz os interesses práticos, imediatos, relativos às recompensas imediatas ao ato de participar. O percurso que as famílias constroem ao lutarem pelo direito à terra, por acesso à educação e moradia pode ser entendido como a busca de realização da satisfação individual e coletiva. Contudo, a dimensão coletiva, longe de estar “enraizada” nas ações dos sujeitos, é o resultado da construção ativa, por parte dos agentes externos e lideranças locais, de criação do reconhecimento de interesses comuns, de conformação de projetos, estratégias articuladas de ação que conectam o *dinheiro* às realizações de um grupo – que não necessariamente é o conjunto dos assentados.

A própria conformação do campesinato no RN, distribuído em suas diferentes modalidades – trabalhador rural, pequeno produtor, agricultor sem terra e, recentemente, agricultor familiar – são resultado do acúmulo das ações dos atores envolvidos no cenário local da questão agrária. A seguir, serão exploradas as principais transformações no espaço agrário potiguar e a resposta dos atores políticos na disputa pelo sentido da reforma agrária no Estado, enfatizando-se as experiências e tentativas de organização desse segmento, vistas a logo prazo em formas mais ou menos descontínuas, mas com alto grau de interdependência.

3.1 Reordenamento do espaço agrário potiguar e o papel da ação dos atores sociais

A trajetória recente do campesinato no Rio Grande do Norte segue mais ou menos a esteira das transformações implementadas pela modernização excludente da agricultura no Nordeste, com foco nos processos de concentração fundiária gerados com a construção de grandes obras públicas no bojo do Estado Desenvolvimentista e da modernização das atividades agrícolas provenientes da revolução verde.

A reação dos setores camponeses impactados por esse processo contribuem para a criação de atores políticos locais, em consonância com movimentos que se ampliavam em escala nacional. Olhando particularmente para o Estado do Rio Grande do Norte, pode-se tentar seguir a pista das transformações geradas no nível das dinâmicas de organização local dos pequenos agricultores, tendo em vista o impacto desses três movimentos: a ação do Estado, tanto em facilitar mudanças nos padrões de agricultura tradicional quanto em mediar os conflitos subseqüentes, o impacto da capitalização da agricultura no RN e as transformações, em nível de organização, introduzidas pelos atores políticos, articulando as bases de luta dos pequenos agricultores.

Com a crise das monoculturas da cana-de-açúcar e sisal no litoral e do algodão e gado no sertão, as atividades agropastoris se diversificavam na direção da pecuária leiteira e de corte, mineração e fruticultura irrigada destinada à exportação, além da mecanização da cultura da cana (COSTA, 2005). Processos como a expansão da cana-de-açúcar no litoral e a modernização das usinas, dos sistemas agropastoris no sertão ou o recente crescimento de agroindústrias exportadoras no Oeste promoveram a expulsão massiva de trabalhadores rurais, registrados por Severina Garcia de Araújo (2005), em quatro momentos históricos.

O primeiro é referente à exploração do petróleo, quando no governo de Geisel são assinados os denominados “contratos de risco”. Com base nisso, a dinamização da exploração do petróleo empreendida pela Petrobrás e por empresas privadas invadiu pequenas e médias propriedades, destruindo plantações sob o aval do Estado militar, especialmente na porção Oeste e mais precisamente nas imediações do litoral norte.

O segundo momento compreende a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale o Açú. Projetada nos anos de 1970 e concluída em maio de 1983, a represa tinha como finalidade ser a maior do Estado. Sua implementação deu origem a um grande vale fértil, chamado de Vale do Açú, tendo como consequência o alagamento de pequenas propriedades cujos moradores foram despejados sem que fossem posteriormente realocados.

O terceiro momento diz respeito ao projeto de irrigação da subzona do Açú, planejada sob moldes estritamente produtivistas. Após a instalação de várias empresas nacionais e algumas estrangeiras de fruticultura, a região se transforma no terceiro e mais importante pólo de fruticultura irrigada do Nordeste. O dinamismo desta atividade, sob o mais moderno sistema tecnológico, ao mesmo tempo em que desapropriou antigos trabalhadores das terras, parcialmente os incorporou na forma de assalariados rurais, estimados pela autora em, aproximadamente, seis mil. O mesmo movimento acontece no litoral agreste, no período que se inicia nos anos de 1980 e se multiplica a partir do ano 2000, com a reintrodução da cana-de-açúcar no contexto de advento do Proálcool e a adoção de novas tecnologias de produção de biodiesel.

No que se refere ao mercado de terras, com o início das ocupações sistemáticas aos latifúndios, em meados de 1980, há a valorização da terra como ativo financeiro, num momento em que a região recebe investimentos de infraestrutura acompanhados de instalação de empresas agrícolas. Na faixa de terras próximas ao litoral oriental, mais especificamente na região do Mato Grande e zona Agreste Litoral Sul (em que se localizam os dois assentamentos objetos desse estudo), o aumento no valor de mercado da terra tem como resultado global o agravamento dos conflitos.

Essa porção de terras do Estado é historicamente caracterizada como palco de grandes tensões. A estabilidade dos conflitos começa a se romper, conforme já foi mencionado, com o aumento no valor de mercado das terras e sua ocupação pela atividade empresarial, o que conduziu a um movimento de estrangulamento das possibilidades de reprodução social das famílias, mediante uma sistemática de grilagens, mecanização, dispensa de mão-de-obra e incapacidade dos pequenos agricultores acomodarem seus descendentes na mesma propriedade.

Em resumo, com essas novas dinâmicas da economia agrícola potiguar põe-se fim aos contratos de trabalho não-formalizados (plantio de meia, terça, cambão) que mantinham os camponeses sob a dependência dos proprietários de terra. Isso coincide com o que Palhano (1995) chama de “fim da terra de permissão”, em que o trabalhador rural, juntamente com sua família, vivia nas terras de um fazendeiro e recebia permissão para colocar roçado no seu interior, garantindo a subsistência de sua família ao mesmo tempo em que assegurava as contrapartidas do patrão.

Uma vez desalojados das terras, esses trabalhadores são lançados às franjas da vida rural, às periferias das cidades circundantes ou grandes cidades, avolumando o quadro dos subcidadãos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Território do Mato Grande conta com “altos índices de pobreza” e “em todos os municípios o percentual de pobres é superior a 50% da população”²².

É esse público que passará a endossar a bandeira dos sem terra no Estado, uma categoria que, em nível nacional, crescia rapidamente, como consequência da ação dos movimentos sociais do campo. Nas fazendas do RN, os conflitos foram, em princípio, agenciados pela atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais e Igreja Católica, que passam a fortalecer seus laços de mediação dessa categoria e suas demandas.

Em relação à formação dos atores políticos, suas bases já se desenhavam algumas décadas antes que a modernização excludente tomasse lugar no espaço agrário potiguar. Os antecedentes da formação dos atores que mais tarde viriam prestar apoio aos camponeses expropriados têm origem na ação de setores religiosos e do sindicalismo urbano.

A Igreja Católica, com sua tradição secular de caridade aos pobres, já desenvolvia ações pontuais em vários municípios do Estado. Um reforço desses princípios veio com a I Semana Diocesana de Ação Católica, realizada em Natal em fins de 1945, tendo como mote o tema da ação social da Igreja. No mesmo ano, foi criada por parte de alguns setores organizados eclesiais, e em parceria com o governo estadual, a Escola de Serviço Social sediada na capital. Essa escola que originalmente surgiu para amparar os camponeses em situação de pobreza crônica, ao longo do tempo passou a formar os quadros posteriores da militância católica (GOUVEIA, 1993).

Já contando com certo número de profissionais formados na escola de serviço social, em 1949 é criado o Serviço de Assistência Rural (SAR), dirigido por Dom Eugênio Sales, administrador apostólico da Arquidiocese de Natal. A presença do SAR junto aos STRs foi, por muito tempo, responsável por organizar reuniões e eventos para prestar apoio aos trabalhadores em processos de despejos, quebrando contratos de arrendamento e garantindo direitos trabalhistas para a população assalariada rural.

Nesse período destacam-se as Missões ou Semanas Rurais: campanhas organizadas pela Igreja Católica, em que médicos, dentistas, agrônomos, assistentes sociais, agentes de economia doméstica, percorriam cidades do interior, realizando assistência médica e odontológica, ações educativas na área de economia do lar, instruções de plantio, de higiene e problemas locais (SILVA, 2006).

Ao longo do tempo as Missões Rurais se dividiram em 16 núcleos de ação em todo o Estado, atuando mais efetivamente na criação de alternativas de trabalho, como, por exemplo, formação de cooperativas voltadas para fabricação de produtos artesanais, bem como um ensino que superasse deficiências educacionais mais urgentes e cursos para formação de líderes (ROCHA FILHO, 2005).

No que se refere ao ensino, cumpre fazer menção ao Movimento de Educação de Base (MEB), “que funcionava desde 1958 com as escolas radiofônicas, ajudando pessoas a aprenderem a ler e escrever, desenvolvendo um trabalho de conscientização e politização.” (COSTA, 2005, p. 77). As lições eram transmitidas pela *Emissora de Educação Rural de Natal*, que se popularizou por todo o interior sob o nome de *Rádio Rural* e cuja iniciativa também é creditada a Dom Eugênio Sales.

As escolas radiofônicas, consideradas uma inovação educacional em nível nacional, consistiam de um grupo de estudantes em volta de um rádio – muitas vezes doado pela

²² Cf.: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio055.pdf.

própria Igreja – e sob a orientação de uma pessoa que ajudava nas lições. Os princípios dessa alfabetização não eram meramente reproduzir as tradicionais cartilhas de alfabetização, mas promover também a politização do trabalho rural, ao lidar com temas como voto, povo, liberdade, trabalho, direito, salário, justiça, fome, sindicato, responsabilidade. (ROCHA FILHO, 2005).

Com o acirramento das tensões políticas entre esquerda e direita, em nível nacional, que começam com a presença das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro e seguem por toda a década de 1960, a Igreja Católica do Rio Grande do Norte assume uma postura claramente combativa em relação à “influência comunista”. O próprio Dom Eugênio Sales, que em 1971 se tornaria Arcebispo do Rio de Janeiro, matinha relações estreitas com os governos central e estadual, tendo desempenhado um papel abertamente contra influências partidárias nas ações sociais da Igreja²³. Uma possibilidade que se levanta é que por ter mantido essa linha de ação ele tenha ganhado apoio irrestrito dos diferentes governos em seus projetos de ação social. Isso certamente lhe deu uma vantagem relativa na disputa contra a esquerda, na cooptação dos sindicatos rurais.

Por contar com melhores quadros pessoais e com espaços físicos onde poderiam ser promovidas reuniões, a Igreja levou vantagem na condução do movimento sindical no Rio Grande do Norte. Fato é que, exclusivamente neste estado, em meio a todos os estados do Nordeste, as Ligas Camponesas não conseguiram efetivamente se instalar. A Igreja não somente tinha uma base de sindicatos rurais criada por ela mesma, como também passou a incorporar a base criada pela esquerda, depois que esta foi criminalizada pelo regime militar, aos quais a hierarquia católica do Estado declarou-se aliada. Retornar-se-á a esse momento logo adiante.

Paralelamente às ações da Igreja Católica, os setores da esquerda, sob influência das Ligas e do PCB, também passaram a atuar na linha de formação do sindicalismo rural. Essa esquerda, que até então tinha seus esforços concentrados no sindicalismo urbano, com o crescimento das Ligas passa a perceber no meio rural uma nova frente de expansão de suas ações.

Os primeiros sindicatos urbanos do Estado foram criados em torno da exploração do sal marinho, transporte ferroviário, indústria têxtil e trabalho portuário, originalmente nas cidades de Natal e Mossoró, e foram rapidamente atraídos pelas ações do PCB. Este, atento ao vazio de articuladores no meio rural, passou a estender suas ações nessa direção, promovendo a criação de sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) (ROCHA FILHO, 2005).

Sob a influência da esquerda, os STR tiveram um substantivo crescimento durante os anos 1950 e 1960. Entre 15 e 20 de julho de 1963, realizava-se em Natal a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, reunindo 400 dirigentes representantes de 17 estados. Entre as deliberações do evento estavam a criação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura que reunisse as então existentes 42 federações de assalariados, lavradores, de pescadores, agricultores e de trabalhadores rurais existentes em todo o Brasil, dentre as quais se contabilizava a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN). No final desse mesmo ano, a FETARN passa a integrar a então criada Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

²³ Os relatos sobre sua pessoa são demasiadamente polêmicos para que se possa traçar algum tipo de afirmação a respeito do seu papel no combate à presença de militantes de esquerda no meio rural. O que se pode afirmar é que era uma pessoa influente e carismática, e que, enquanto esteve sob a liderança da Arquidiocese de Natal, tentou manter os movimentos ligados à Igreja Católica livres de influência partidária ou política – o que no contexto implicava efetivamente estar livre do comunismo.

Com a chegada do regime militar, o presidente da CONTAG é preso e lideranças das federações passam a sofrer perseguição. No Rio Grande do Norte, para que os sindicatos realizassem encontros era necessário pedir anuência prévia ao exército. Fatores como a forte presença das Ligas Camponesas no estado vizinho da Paraíba também fizeram com que fosse fechado ainda mais o cerco contra a atuação dos STRs.

É nesse momento que as ações da Igreja Católica ganham vantagem relativa na disputa pela liderança dos STRs. Dentro do SAR cria-se um setor responsável pela fundação de sindicatos, escolha e formação das lideranças, orientação legal e apoio logístico. Sob a orientação de Dom Eugênio Sales, muitos padres e leigos se incumbiram da tarefa de promover esses núcleos, tendo conseguido autorização governamental para isso (ROCHA FILHO, 2005).

Inicialmente as ações do SAR eram organizadas em diferentes programas que traduzem sua linha de ação: Educação Política, Incentivo à Produção, Assessoria a Centros Sociais, Educação Cooperativista, Melhoria das Habitações e Educação Sanitária. Com a chegada ao estado do movimento Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), originalmente criado em Recife para organizar camponeses, com base no método da Ação Católica “Ver, Julgar e Agir”, o desempenho da Igreja passa a se concentrar em um Programa de Educação Política com foco na assessoria e apoio sistemático aos trabalhadores em luta ou potencialmente em despejo.

Isso coincide com o momento em que os conflitos por terra no estado se generalizam. As ações efetivadas pelo SAR, MEB e ACR passam a ganhar a mesma direção, agindo de maneira coordenada sob os princípios de “possibilitar a união e organização dos trabalhadores rurais para a sua libertação através do processo de conscientização” (CÍCERO, 2005).

Sob impedimentos de ordem burocrática e legal do regime militar, os setores da esquerda encontram uma estratégia de ação na parte Oeste do estado. Alguns sindicatos não criminalizados, como os dos salineiros sediados em Mossoró e Macau, passam a interferir em questões do meio rural, uma vez que muitos de seus membros desempenhavam dupla função: na colheita do sal e no trabalho agrícola.

O espectro mais amplo das movimentações sindicais no Rio Grande do Norte se dá no contexto da aprovação, em nível nacional, do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 e do Estatuto da Terra, de 1964, seguidos das agitações do operariado do ABC paulista e os conflitos provenientes do desgaste do regime militar, como a luta pela anistia e a luta pelas diretas. Pressionam as ações de assistencialismo que vinham se desenvolvendo em torno da erradicação da pobreza crônica do meio rural potiguar, na direção de uma luta por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho, incorporando as demandas por terra que se formavam a partir dos processos de expropriação mencionados no início deste capítulo.

A quebra gradual das parcerias entre “proprietário e morador” foi, pouco a pouco, seguida pelo seu respectivo agenciamento entre as estruturas dos movimentos sociais camponeses, que, em princípio, não foram suficientes para introduzir o dispositivo de luta pela terra em sua forma sistemática. Isso significa dizer que, pelas suas próprias conexões institucionais – as pastorais, subordinadas à Igreja Católica, e os sindicatos, funcionando praticamente como órgão acessório das secretarias municipais de agricultura, tendo sido muitas de suas lideranças cooptadas pela política institucional –, o repertório de práticas desses atores seguiu uma direção que não os levou a atuarem no confronto aberto com os proprietários de terra, tampouco pretendiam fomentar esse tipo de enfrentamento.

No cenário nacional, o projeto desenvolvimentista e o apelo populista alvejavam a ação dos trabalhadores no cenário das mudanças econômicas, colocando o sindicalismo no centro das tensões. A assimilação do sindicalismo rural dentro das próprias estruturas da administração pública significava a cooptação passiva da força de trabalho dentro das

estratégias de desenvolvimento nacional. Uma estabilidade desse tipo só poderia provir de uma colaboração corporativa desses setores com as elites organizadas. Nesse sentido, foi muito polêmico o papel da Igreja Católica no bloqueio das Ligas no Rio Grande do Norte. Sabe-se que o avanço de suas ações, no sentido de integrar e promover a causa dos sindicatos se baseou na vantagem relativa que esta ganhou no combate à “ameaça comunista” e no contato com o governo militar.

O ponto fundamental que se pretende discutir para os propósitos desta tese é que essa espécie de “pacto corporativista” teve desdobramentos positivos, do ponto de vista das mudanças, nos padrões de organização e empoderamento dos sujeitos no espaço agrário potiguar. Por outro lado, os desencadeamentos das ações esbarraram em limitações de distribuição das terras que só seriam superadas no momento posterior em que se formam os dois grandes movimentos sociais do campo: Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A Igreja Católica no Rio Grande do Norte engatilhou, de maneira muito eficiente e rápida – talvez pelo papel estratégico de contenção da “ameaça comunista” – o desenvolvimento de uma sistemática de ações que visassem remediar a pobreza rural. Criou uma série de grupos em torno da chamada Ação Católica – Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC) e Juventude Operária Católica (JOC) – que colocava em contato leigos e clérigos, facilitando a formação de lideranças; criou seus próprios quadros profissionais, a exemplo do que foi a Escola de Serviço Social; ampliou seus espaços físicos de encontros e reuniões mediante novos centros sociais e casas paroquiais, por todo o interior do estado; além disso, promoveu ações de assistência à saúde, escolarização, projetos de melhoria das habitações, instruções de técnicas agrícolas e uma mediação dos conflitos de terra que apelavam pela via jurídica, na medida em que se acumulavam direitos trabalhistas extensivos ao trabalhador rural.

Paralelamente, o sindicalismo atrelado à esquerda cresceu em direção ao Oeste do estado, desenvolvendo ações semelhantes de suporte aos agricultores em processos de despejo. Em relação à especificidade de como estes atores organizavam suas bases, carece aqui de fontes suficientes para descrevê-las. O que se percebe é que, enquanto as ações da Igreja ganhavam organicidade dentro de uma hierarquia já existente, a esquerda sindical tentou replicar, no meio rural, a experiência do sindicalismo urbano, criando nesse domínio estruturas de federações estaduais e confederações nacionais. No final, o que essas ações efetivamente tentavam produzir eram articulações necessárias para formação da classe trabalhadora enquanto ator coletivo, independente das divergências dentro da esquerda sobre o destino do campesinato.

Para se ter uma dimensão, nos 04 anos que compreendem o período de 1960 a 1964²⁴, estimativas não oficiais dão conta da criação de mais de 60 sindicatos e uma federação (ROCHA FILHO, 2005). Não estão contabilizado aí os grupos informais e a constelação de novos espaços de encontros em que os sujeitos se reuniam para os mais variados propósitos.

Interessante notar que o resultado global dessas ações começa a tirar esses sujeitos de seu isolamento político: seja pela introdução dos jornais de esquerda, seja pela *Rádio Rural*, os trabalhadores rurais eram colocados em conexão com um contexto mais amplo, fazendo ensaiar uma linguagem de cidadania, ao mesmo tempo em que, tanto na dimensão local quanto nacional, passavam a reconhecer uns aos outros como um mesmo tipo social que se

²⁴ Cumpre lembrar que em 1962 foi regulamentado o sindicalismo rural, sendo reconhecido juridicamente somente um sindicato por município. Isso, segundo Leonilde Medeiros no *História dos Movimentos Sociais no Campo*, abriu espaço para uma corrida concorrencial entre as forças que disputavam a liderança dos sindicatos.

reunia sob a categoria de camponês. É assim que tem início a primeira grande onda de coletivização desse campesinato e, por conseguinte, a criação desses sujeitos enquanto atores coletivos.

O alinhamento comum dos problemas vividos por esse campesinato e a introdução de uma linguagem de direitos, seja com base no argumento da injustiça católica ou da exploração de classe proferida pela esquerda²⁵, estabelece um novo dissenso sobre a medida da desigualdade que deve ou não ser vivida. O ponto de ruptura está, conforme chama atenção Vera Telles (1999), na passagem de um discurso humanitário que coloca o pobre como mera vítima das desgraças da vida para uma linguagem de direitos amparada em noções de justo e injusto, a partir da qual os sujeitos se projetam como iguais frente a uma realidade em que a igualdade não existe de fato. A legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais e toda a legislação trabalhista aprovada na primeira metade da década de 1960, que dá visibilidade social a essa categoria de trabalhadores e lhes faculta a palavra na cena pública, tem por efeito “desestabilizar e subverter as hierarquias simbólicas que os fixam na subalternidade própria daqueles que são privados da palavra ou cuja palavra é descredenciada como pertinente à vida pública de um país” (DA SILVA TELLES, 1999, p. 180).

Em que pese discutir as limitações do sindicalismo rural para o avanço das lutas camponesas é importante perceber o sentido que essas ações tomaram ao se estreitarem os laços com setores da Igreja, que, por sua vez, tinham conexões orgânicas com o regime militar pela preservação da ameaça comunista, um problema que se colocava desde o advento das Ligas de 1950. O enquadramento das ações do sindicato no plano administrativo do Estado promoveu tal agenciamento dos conflitos que, além de preservar o Rio Grande do Norte da expansão efetiva das Ligas, conferiu um sentido instrumental de judicialização das lutas.

A própria maneira como os sujeitos posteriormente passaram a representar sua relação com o sindicato aponta para uma visão meramente instrumental do seu papel. Na oportunidade em que atuei realizando levantamento de dados para o INCRA em 33 assentamentos do Estado, era muito comum que as famílias se reportassem aos sindicatos de trabalhadores rurais da seguinte maneira: “pago para ter os meus direitos”, referindo-se ao direito de aposentadoria ou, eventualmente, assistência jurídica e médica.

Mesmo sem uma efetiva distribuição de terras, as ações de assistência tiveram algum impacto sobre a gramática do favor. Esse movimento inicial de articulação camponesa produziu mudanças importantes nas formas de mediação do campo: com a estruturação desses atores políticos, as mediações do tipo patrão-cliente, pelas quais até então ocorria o acesso a bens e serviços, passam a ser agenciadas em outras bases.

²⁵ Como não se tem a intenção aqui de pormenorizar as variações internas no interior de cada um desses movimentos e sim mostrar como eles alteram as dinâmicas locais de organização do campesinato potiguar, recorrer-se-á a uma interpretação de suas ações efetivas, deixando de lado as disputas no interior de cada movimento pelo agenciamento dessas ações. Se havia, no topo da hierarquia de cada um desses movimentos, uma oposição mútua, nas bases essa distinção era menos importante, sendo bem vinda, por parte dos trabalhadores, qualquer presença que se alinhasse com suas causas. A própria posição de Dom Eugênio Sales em relação à esquerda é dúbia: embora fosse declarada sua oposição em relação à teologia da libertação no estado, há registros jornalísticos de que enquanto Cardeal da Arquidiocese do Rio de Janeiro ele chegou a abrigar centenas de perseguidos políticos no Brasil e em regimes militares da América do Sul. Para mais detalhes consultar: *Dom Eugênio Sales era, com todo o respeito, o cardeal da ditadura*. Disponível em:

<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=68808&grv=N>. Acessado em 20 de dez. de 2014.

A malha dos STRs presentes nos municípios também foi providencial no sentido de captar e operacionalizar fundos criados especialmente para trabalhadores rurais. No caso do Funrural, Clifford Welch argumenta que sua operacionalização pelos sindicatos ajudou a ampliar as estruturas de serviços básicos no meio rural.

Através do Fundo de Assistência Rural (Funrural), a lei ajudou municípios rurais a construir suas primeiras clínicas de saúde e outros serviços sociais. A ditadura encarregou os sindicatos dos trabalhadores rurais de manter os programas novos (...). A lei e os sindicatos foram vistos como instrumentos da modernização do meio rural (WELCH, 2009, p. 153).

A interposição dos sindicatos enquanto mediadores de serviços que antes estavam contidos na troca de favores entre proprietários de terra e seus empregados conceitualmente corresponde à mudança de prevalência dos padrões de patronagem para *brokerage*. Na patronagem o patrono tem o poder de conceder o benefício do demandante e seus seguidores são arrematados com base em interconexões pessoais que comumente se desdobram em subordinação pessoal, na qual o patrono oferece favores em troca de lealdade; o *broker*, por sua vez, atua como intermediário, criando conexões indiretas entre o demandante e favores de terceiros, como serviços públicos e outras fontes de recursos (MAYER, 2009 e SCHMIDT, 1977).

Basicamente, a diferença entre os dois está na fonte dos recursos de poder. Da mesma forma que o patronato no nordeste “reviveu” no contexto do coronelismo, pela simbiose de seu poder privado com a introdução das estruturas republicanas no Brasil, com a criação de uma série de dispositivos legais voltados para regular os conflitos no meio rural, os atores políticos representantes da causa camponesa tiveram uma base legal para reivindicar a aplicação da lei sob o signo de “justiça no campo”. Assim, as mediações que se rompiam pela incapacidade do patrão promover a reprodução desses grupos dentro da terra passavam a ser agenciadas pelos novos atores do campo, na qualidade de *brokers*, ao passo que compunham intermediações com o sistema jurídico, proteção social e etc.

Se o legado do sindicalismo rural no Nordeste remete a origens fortemente combativas, as conexões institucionais feitas no curso de sua trajetória – e aqui estamos falando especialmente do Rio Grande do Norte – passaram a conter seu potencial de luta pela reforma agrária. Os atores que começaram a reunir trânsitos políticos para emergir na condição de *brokers*, exercendo uma interposição das relações de tipo patrão-cliente, ao mesmo tempo em que desenvolveram ações que conferiram um tipo de organização de sua base – formando os primeiros quadros militantes, especialistas na “questão social” do campo, alfabetizando, oferecendo suporte material para famílias e mediações jurídico-institucionais –, criaram também conexões com a administração pública, tornando-se muitos deles vereadores, fazendo do assistencialismo sindical um instrumento de controle e captação de votos. Isso que se chamou de peleguismo do sindicalismo rural²⁶ marca uma série de limitações desse ator enquanto protagonista da reforma agrária. No Rio Grande do Norte, um novo impulso nessa direção é dado com a expansão da malha de atuação da CPT e MST.

Conforme vinha acontecendo em todo o Brasil, desde a sua criação, a chegada do MST no estado irrompe, de fato, uma sistemática de ocupações não mais pautadas no “diálogo”, mas no enfrentamento dos proprietários, qualificando assim os grupos com base em ações de brigada, trazendo líderes de outros estados e formando seus próprios quadros militantes, com ênfase numa educação de base crítico-marxista.

²⁶ Cf.: COLETTI, C. “Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal”. *Idéias*, ano 9, nº 1, 2002.

Enquanto a CPT já se encontrava instala, em princípio no Oeste, mediando os conflitos na então zona irrigada do Vale do Açu, a presença do MST no estado data do ano de 1989, quando realizaram as primeiras tentativas de ocupação nos municípios de Augusto Severo e Santana dos Matos, nessa mesma região. Nesse momento os líderes do movimento foram reprimidos, suas lideranças detidas e famílias desarticuladas. Os primeiros integrantes do MST foram trazidos por uma política de expansão que já se estendia por 17 estados brasileiros. Eles chegaram pela Paraíba e Ceará, inicialmente se estabelecendo através de contatos locais com militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Até se estruturarem, enfrentaram críticas da Igreja Católica e divergências ideológicas com Sindicatos locais.

Mesmo que esses três atores tenham criado, ao longo do tempo, um mote de ações comuns, ainda hoje há uma separação muito destacada no interior dos assentamentos entre grupos que se identificam com um deles, recusando, em alguma medida, a relação com outro. Conforme será explicitado, essa polarizações são tanto de ordem ideológica – fonte de significados para que os grupos justifiquem sua posição desigual - um em relação ao outro - quanto na ordem dos trânsitos políticos e institucionais que cada *broker* pode oferecer, isto é, conexões com agências e políticas públicas.

No ano de 2011, os Projetos de Assentamento no estado somavam 293 unidades, segundo dados do INCRA. O levantamento das condições sócio-econômicas de famílias assentadas, realizado em 2007 pelo projeto INCRA-Ambiental – que na atualidade da pesquisa apresentou dados relativos a 12% do universo total –, apontou para um acesso relativamente satisfatório a serviços básicos de saúde e educação, programas sociais, bem como crédito e oportunidades de investimento proveniente de parcerias com empresas. Não obstante, a dimensão da organização produtiva, a qual estudei durante o mestrado, com foco nas associações de produtores, mostrou-se envolvida num quadro mais ou menos generalizado de endividamento contraído com os primeiros créditos e conseqüente desmantelamento das relações associativas internas. Grosso modo, as lideranças que não haviam se especializado nessa função, acumulando contatos externos e criando formas de suporte para projetos produtivos, caíram na difamação pública, à medida em que suas respectivas associações se desestabilizaram.

Diferentemente do patrão que é responsável imediato pelos favores que oferece aos seus demandantes, o *broker*, na qualidade de intermediário, não necessariamente responde pessoalmente por uma eventual falha dessa transação. O papel do presidente das associações, o qual será detalhado mais adiante, situa-se na fronteira entre a representação anterior do patrão e o papel do *broker*: O que frequentemente ocorre nos assentamentos é que, a despeito de estar presumido em uma organização associativa vantagens e obrigações recíprocas, o fracasso ou o sucesso dos projetos produtivos pesa fortemente sobre o papel da liderança. Nessa medida, ele é colocado na qualidade de patrão, ou seja, o mediador que pessoalmente pode ser confundido com a fonte dos recursos de poder.

Na porção Oeste, em particular, os núcleos associativos se encontravam numa relativa precarização: muitas associações apresentavam-se inoperantes, as lideranças não conseguem mobilizar ações coordenadas e muitas famílias são atraídas pelo trabalho assalariado, em atividades de fruticultura irrigada ou oferecendo serviços que complementassem a renda dos lotes. Nas proximidades da faixa do litoral oriental ou zona da mata, a presença maior de benefícios sociais como previdência social e bolsa família, associados a um razoável dinamismo da agricultura de subsistência, apresentou melhores indicadores de manutenção das condições de permanência e reprodução social dentro dos próprios lotes (FERNANDES, 2008).

Na porção central do estado, a decadência das economias de algodão e pastoreio, no final da década de 1970 e início da década de 1980, que eram dominadas por oligarquias

locais, preservou um contingente de moradores não-expulsos, apesar da ociosidade das terras, uma vez que passaram a servir como “currais eleitorais”. Os contratos que se sucederam ao fim desses ciclos garantiram um relativo acesso às terras, de maneira que a reprodução do segmento camponês nessa porção do estado ocorre conforme uma dinâmica própria que não inclui o confronto aberto contra proprietários, o que dispensa a própria presença da CPT e MST. É aqui que se registra os menores índices de conflitos por terra no estado. Atualmente, a reforma agrária na região é executada, sobremaneira, pela aquisição de terras via Programa Nacional de Crédito Fundiário, oferecido pela Caixa Econômica Federal.

O que em algumas regiões aparece registrado como “fraqueza do tecido associativo” tem a ver com a trajetória da formação dessas associações e as ambiguidades que carregam. É flagrante a falta de autonomia dos grupos ante a descontinuidade dos serviços de assistência técnica, bem como a dependência que essas famílias têm de lideranças que – pelo próprio ambiente de escassez das capacidades requeridas para gerir uma associação – são criadas pelos outros e criam a si próprias como centralizadoras, autoritárias ou “mandonas”, para usar o vocabulário local.

Semelhante ao que Florestan Fernandes registrou em “A integração do negro na sociedade de classes” como uma insubordinação dos negros, depois da abolição, a qualquer empregador que eles pudessem identificar como um senhor; vê-se nos assentamentos uma resistência ao papel do presidente da associação, a partir de noções anteriormente experimentadas como “querer mandar”, “falar grosso”, “ser mais que os outros”.

Conforme se tentou enfatizar em várias partes deste capítulo, as dinâmicas de formação do campesinato enquanto ator coletivo seguem o desencadeamento de uma série de movimentos de coletivização que vão desde o sindicalismo rural dos anos 1960 até a criação de associações para captarem recursos de organismos multinacionais nos anos 1980 e 1990. Conforme demonstrará o mapeamento das ações sociais da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, o associativismo e cooperativismo chegam ao contexto rural originalmente na forma de alternativas de geração de renda. A rigor, as associações enquanto união de indivíduos para propósitos não lucrativos figurou a própria legitimidade jurídico-institucional de uma variedade de grupos que formavam a base de atuação dos atores alinhados à causa do campesinato.

Nos assentamentos rurais, as associações de produtores situam-se na fronteira da ambivalência da autonomia desses grupos e da extensão dos mecanismos de administração pública em direção às dinâmicas de reprodução social do campesinato. O simples fato das associações de produtores serem priorizadas como canais quase exclusivos de interface da representação legítima dos segmentos camponeses com o Estado, ao mesmo tempo em que produz seu reconhecimento, cria formas de dependência pela imposição de certos padrões de organização e produção²⁷.

Se, no princípio, as diferentes formas de ação associativa eram colonizadas pelos significados investidos pelos atores, no enfrentamento de questões como pobreza rural, analfabetismo, acesso à terra e direitos básicos, na medida em que essas demandas foram absorvidas pelo Estado ou se tornando ponto vencido dentro dos próprios movimentos, o sentido da organização dos sujeitos passa a ser mais orientado pelo acesso a direitos já conquistados. No que se refere aos assentamentos rurais em específico, por se tratar de unidades administrativas que preveem a reprodução das famílias a partir de certas garantias e em determinada direção, há uma tendência de que a ação associativa seja emoldurada pelo que prevê o acesso a políticas públicas.

²⁷ A contrapartida da retirada de créditos, por exemplo, implica a substituição das técnicas tradicionais de plantio pelas oferecidas pela assistência técnica.

3.2 Assentamentos rurais e políticas públicas para agricultura familiar: as novas bases de reprodução social do campesinato

Atualmente, a ampliação das políticas públicas em direção aos setores camponeses está associada a um novo formato dos programas e projetos para o meio rural, sob o enfoque das teorias do território. De forma geral, a política dos territórios não tem grandes impactos nos assentamentos, dado que se trata muito mais de uma forma de planejamento e gestão de outras políticas públicas que de um conjunto de ações, programas e atividades específicas. Porém, em se tratando de Nordeste, a ideia de “combater de assimetrias regionais”²⁸ levou o governo federal a destinar um volume muito maior de recursos para agricultura familiar, em relação a outras regiões do região do país²⁹.

A valorização dos territórios e sua aplicação em termos de planejamento público foi amplamente difundido na Europa, a partir dos anos 1970, como alternativa às políticas setoriais. Nesse contexto, a promoção do desenvolvimento rural por meio de políticas públicas tem dois motes fundantes: o primeiro é o fato de buscar superar a função fundamentalmente agrícola do rural, reconhecendo e estimulando sua multifuncionalidade no que se refere a alternativas produtivas, especialmente as do tipo que exploram a paisagem, a natureza e o patrimônio cultural; o segundo, que justifica a noção de território, está ligado a uma maior presença do Estado em contextos que, em razão do clima, solo, topografia, são considerados mais frágeis quanto às tradicionais possibilidades de desenvolvimento (MIRANDA; TIBURCIO, 2011). No que se refere a gestão, algumas das políticas europeias de territórios priorizaram pequenas áreas que reúnem aspectos comuns, dentre eles a afinidade entre os atores locais, estimulando a participação ativa e articulação entre as ações dos grupos de interesse local.

No Brasil, a incorporação da proposta assimila, de um lado, a sugestão de criar alternativas que contornem a vocação essencialmente agrícola do meio rural, reconhecendo nas dinâmicas sócio-culturais dos territórios necessidades de investimentos específicos; de outro, absorve a proposta de gestão institucionalizada nas ações dos atores locais, dando sequência ao plano de descentralização administrativa do Estado. A expressão atual da política brasileira de territórios é o Programa Territórios da Cidadania,³⁰ que passou a operar a partir de 2005, aprimorando o antigo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

Embora o programa tenha ganhando uma importância secundária no conjunto das ações do último governo petista, alguns aspectos dessa política merecem ser aqui ressaltados, para compor a linha de argumentação que vem sendo construída. Em primeiro lugar, a política de territórios, de alguma maneira, avança no reconhecimento formal da categoria de agricultor

²⁸ Cf.: [Http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programascomplementares/areas/desenvolvimento-regional](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programascomplementares/areas/desenvolvimento-regional).

²⁹ Concentrando 46,7% dos Territórios da Cidadania e 50,7% dos municípios localizados dentro do programa, a região Nordeste deteve, nos recursos previstos para 2010, 54,6% do volume total planejado (LEITE; WESZ JUNIOR, 2012).

³⁰ Criado em fevereiro de 2008, o programa Território da Cidadania tem como um dos seus objetivos garantir às regiões de baixo IDH acesso a programas básicos de cidadania e desenvolvimento econômico. Esse programa prioriza o meio rural, considerando-o como um espaço no qual prevalece forte desigualdade social. Os aglomerados de municípios que compõem cada território foram definidos com base na afinidade econômica, geográfica, ambiental e cultural. Um dos critérios para que um município componha o território é ter maior número de agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária, o que aponta para a estreita ligação com o Programa de Reforma Agrária.

familiar, num universo de disputa marcado pela primazia do produtivismo agroempresarial. Este é o ponto de vista de Medeiros e Dias (MIRANDA; TIBURCIO, 2011, p. 18), ao afirmarem:

Podemos dizer que a concepção de rural – como também a de desenvolvimento rural – está em disputa por forças bastante diferenciadas, envolvendo atores com capacidade política (ou seja, com possibilidades de impor visões de mundo) também bastante diferenciada. No caso brasileiro, a opção de delimitar territórios com base na ênfase na presença de agricultores de base familiar é, antes de mais nada, delimitar espaços de disputa com a visão produtivista do rural e de sua funcionalidade aos processos econômicos.

O segundo aspecto que merece atenção são as inovações institucionais trazidas pelo programa em termos de gestão participativa. A normativa de gestão desse programa, em linhas gerais, assimila e amplia o mecanismo de conselho, na forma de colegiados, em diferentes níveis, dos quais participam representantes da sociedade civil organizada, cuja atuação tem impacto no território, dividindo o mesmo espaço que os representantes do Estado³¹. O programa inova no sentido de, ao tentar ampliar os mecanismos de gestão social da política, favorecer espaços públicos de decisões para além dos agentes estatais.

Muito mais que a mera somatória de ações e dotações orçamentárias dos ministérios sobre um mesmo espaço social, trata-se de pensar a lógica da territorialização de políticas a partir de um encontro de ações bottom-up, pelos atores locais - agora não necessariamente agrários - com aquelas top-down, também não necessariamente setoriais (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012, p. 653)

Nesse sentido, os atores locais (ONGs, associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais) passam a integrar o processo de gestão das políticas. Merece atenção o fato de que as inovações institucionais do Programa Territórios da Cidadania estão no seu traço de *integração vertical* e *articulação horizontal*: quanto ao primeiro, reúnem dentro de um mesmo processo participativo diferentes níveis e instâncias formais da administração pública (ministérios, prefeituras, secretarias, técnicos, agências), juntamente com entidades representativas da agricultura familiar; em relação ao segundo, o programa exerce uma articulação entre os próprios atores locais, incorporando, em tese parte do contingente acumulado de formas organizativas e os coloca em contato uns com os outros.

Importa aqui mencionar que as reuniões e encontros periódicos feitos no conjunto das ações do programa facilitam o contato entre diferentes atores e colabora para o acesso à informação – isso que nos assentamentos geralmente é relatado como um grande problema. Para um encontro dos programas são convidados, por exemplo, representantes dos bancos locais, diretores de escolas públicas, funcionários das EMATERs e Secretarias de Agricultura, líderes de associações de produtores e cooperativas. Na oportunidade, circulam informações relativas a linhas de crédito e financiamento, políticas públicas para o setor da agricultura familiar, atualiza-se sobre normativas de políticas já existentes e dialoga-se sobre questões pontuais de acesso e gestão.

³¹ A distribuição entre participantes da sociedade civil e Estado é, em princípio, paritária.

3.2.1 O programa de aquisições de alimentos (PAA) como recurso heurístico desta análise

Na primeira manhã de 2003, ouviu-se dizer do auto do palácio do planalto: “Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha”. Com essa frase o governo petista, recém eleito à presidência da república, assinala suas prioridades.

A radicalização do neoliberalismo nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso agravaram algumas contradições históricas que convergiam para um mesmo ponto crítico: a miséria social. Na época, segundo dados do IBEG de 2003, o Brasil ocupava o posto de um dos países com maior desigualdade social no mundo, com mais da metade da população vivendo em condições de pobreza. Conforme afirmou Emir Sader, o Brasil era “o país mais desigual do continente mais desigual do mundo”³².

Tendo em vista as assimetrias internas, que colocavam o Brasil na linha dos países com maior número de miseráveis entre os países em desenvolvimento, o novo governo lança mão de um plano de ação que é apresentado sob a forma do Programa Fome Zero. Os precedentes dessa política remetem a um amplo debate que, desde os anos 1980, vinham mobilizando intelectuais, movimentos sociais e governos em torno de questões de abastecimento, segurança alimentar e agricultura familiar. Por extensão desse projeto, o meio rural assume importância estratégica, tanto pelo legado histórico de profundas desigualdades econômicas, quanto pela possibilidade de explorar o potencial produtivo da agricultura familiar.

As condições que subsidiam o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm como baluarte o legado das principais políticas públicas com impacto no setor da agricultura familiar, em especial o Pronaf – que, sendo um programa de crédito específico para pequenos produtores rurais, já havia consolidado uma agenda governamental de fortalecimento desse setor. Conectam-se ao PAA o Programa Territórios da Cidadania, que criou uma nova concepção de gestão social institucionalizada com maior integração de setores organizados da sociedade civil, e o Programa Fome Zero, que incluiu o combate à miséria como uma prioridade de governo.

O *design* do PAA recupera ações que vinham sendo desenvolvidas pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Desde sua fundação, com o aumento de governos municipais sob a liderança do PT, começam a entrar em prática, em vários municípios do país, experiências que davam conta do aproveitamento de compras governamentais, como mercados institucionais para agricultura familiar, especialmente no que se refere à merenda escolar. Prevendo a integração dessas ações no nível de partido, o PT lança, em 1991, um documento intitulado Política Nacional de Segurança Alimentar, que fixava, entre suas diretrizes, a necessidade de incentivo à produção e comercialização agroalimentar, descentralização dos mercados e combate à fome via ações emergenciais. (MÜLLER, 2007).

De algum modo ligados ao partido, desenvolviam-se, no plano acadêmico e da sociedade civil, diagnósticos realizados pelo Instituto Cidadania, de Betinho, e estudos desenvolvidos por José Graziano da Silva, que davam conta da situação da pobreza no Brasil. Em ambos os casos, reclamava-se da urgência de ações governamentais que contemplassem a questão da distribuição de renda e da produção e acesso à alimentação entre setores pauperizados da população.

³² SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. *Carta Maior*. São Paulo. 20 de mai. 2013. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=1164. Acessado em 08 de janeiro de 2013.

Havia algum tipo de consenso, particularmente sustentado por José Graziano, de que o problema da pobreza tinha suas raízes na falta de renda entre setores pobres. Esse tipo de visão sobre a pobreza gerou o precedente de uma intervenção no âmbito das populações pobres do campo, a partir da geração de renda entre o público da agricultura familiar, aproveitando um potencial produtivo que se supunha estar ocioso. “Também é sugerida a possibilidade de se considerar a agricultura familiar enquanto produtora de alimentos potencialmente integrados aos mercados institucionais. É exatamente aqui que se encontra a origem do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)”. (MÜLLER, 2007, p. 83).

A síntese desse projeto aparece sob a sugestão de compras públicas enquanto potencial formador de mercados institucionais, diretamente orientados para a produção agrícola-familiar. É bem verdade que o PAA, tal como foi instituído, não surge como resultado de esforços homogêneos, mas, do contrário, envolve um amplo debate dos setores envolvidos tanto nas questões de superação da pobreza e fome quanto adeptos da questão agrária.

O esforço de concepção do programa, nos primeiros meses do governo Lula, contou com a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)³³ e do então criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, tendo como ministro José Graziano da Silva. Nesse âmbito, as discussões que seguiram a apreciação dos temas de acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar e do respectivo papel das compras governamentais desencadeiam a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que institui oficialmente o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA, integrando ações de seis ministérios que compuseram um grupo gestor³⁴.

Passados dois anos de execução dessa política, uma primeira avaliação realizada pela equipe do IPEA, sob a coordenação de Guilherme Delgado (Delgado et al., 2005), identifica potencialidades e limites do programa, a partir de seus objetivos iniciais. Os pontos fortes destacados nesse diagnóstico versam sobre o componente da integração como grande potencialidade de inovação do PAA, especialmente se comparado ao PRONAF. Ao conciliar duas políticas distintas – Política Agrária e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – o programa de aquisições inova no sentido de articular produtores a certos tipos de estímulos à produção, associadas a garantias de mercado, coisa que o Pronaf cumpria apenas parcialmente, grosso modo, ligando o produtor a certas facilidades de crédito.

Na avaliação de Delgado et al. (2005, p. 20), essa combinação vai de encontro a três principais objetivos do PAA enquanto política pública: i) de constituição de um pólo institucional de demanda por alimentos dirigido à agricultura familiar; ii) de provisão de subvenções ao consumo de alimentos às populações em situação de risco alimentar-nutricional; e iii) de que estas funções sejam atendidas mediante ação integrada da política agrícola e de segurança alimentar.

Amiúde a concepção estatutária do PAA prevê que o programa seja: a) um pólo estruturante de demanda institucional para produção de alimentos, contando com uma política de contratos de compra antecipada, garantia de compra, compra direta; b) de mecanismo de regulação de preços dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para agricultura familiar; c) subvenções ao consumo de alimentos básicos às populações em

³³ Um órgão consultivo do presidente da república que emite pareceres sobre temas de segurança alimentar. Criado em 1993, teve pouca repercussão em relação aos seus propósitos, sendo recuperado em 2003 no bojo das ações do programa Fome Zero.

³⁴ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Educação (MEC).

situação de forte risco alimentar, particularmente através do bolsa família, criando um mercado adicional de alimentos; e d) a criação de mercados institucionais a partir de compras públicas, com ênfase para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que reserva um parcela das compras de merenda escolar proveniente da agricultura familiar.

Ao longo dos anos, essas condições tornam-se estruturantes do programa e consolidam sua função no cenário da agricultura familiar, avançando rumo à integração da sociedade civil. Segundo Müller (2008, p. 91), durante os dois anos posteriores à implementação do programa, a resposta dos movimentos sociais, cuja expectativa era de co-participação, não foi tão receptiva quanto se esperava.

As entidades, organizações, sindicatos não conseguiram captar rapidamente o *modus operandi* do programa, devido à necessidade de formalização de propostas, contratos, previsão de entrega dos produtos e mais uma série de exigências burocráticas. Mais um ponto é a aceitação do programa por parte das organizações dos agricultores. Os relatos dos entrevistados, incluindo os representantes dos movimentos dos agricultores familiares, revelam que os movimentos insistiam em sua pauta de reivindicações associada ao crédito.

Ainda que não se tratasse propriamente de uma recusa, os movimentos “estavam desatentos a essa virada estrutural” (Müller, 2008, p. 91). Somente a partir de 2005, os movimentos sociais do campo começam a incluir o acesso e ampliação do PAA entre os itens de sua agenda, até então centralizada na questão dos créditos rurais – diminuição de juros, condições de pagamento e paridade dos recursos entre agricultura familiar e agricultura patronal.

Durante os anos de 2005 e 2007, o programa vai se consolidando entre os quadros de ação dos movimentos sociais do campo que, por sua vez, começam a absorver, acionar e articular demandas de base em direção a esta política, passando a mobilizar uma malha de associações e cooperativas de agricultores que, em razão de questões que serão discutidas mais adiante, encontravam-se inoperantes ou sub-aproveitadas.

Se a constituição de 1988 representa uma repactuação da relação do Estado com a sociedade civil, o incremento dos programas sociais durante os últimos 20 anos, e, em específico, das políticas públicas para agricultura familiar nos modelos atualmente propostos, significaram a possibilidade concreta de uma ação pública que se articula, de maneira mais contínua, com tecido organizado da sociedade civil. A possibilidade de que o programa pudesse acionar a rede de associações e cooperativas no meio rural enquanto canal de acesso aos recursos destinados à agricultura familiar criou a expectativa de reativar a malha associativa que veio, em razão dos escassos investimentos, caindo em certa inoperância.

O modo como o PAA chega aos assentamentos rurais é, no geral, muito variado e pode contar com arranjos institucionais diversos. As articulações que compõem a atuação do programa absorvem e incrementam a atuação do PRONAF, que já havia começado a envolver bancos, agricultores, associações e instituições de assistência técnica num plano de subsídios à pequena produção. O PAA inova ao envolver um maior número de atores numa rede de articulação mais complexa, que vai do planejamento da produção até a entrega dos produtos, incluindo produtores, extensores rurais, bancos, mercados (institucionais e não institucionais), entidades filantrópicas, entre outros, numa relativamente densa rede de compromissos sediados no acesso ao programa. Em alguma medida, recupera, também, do programa Territórios da Cidadania, um desenho semelhante, ao promover diferentes níveis de articulação entre institucionalidades governamentais e atores locais.

Desde a etapa de apresentação de propostas de projetos, o PAA exige uma complexa articulação. Diferentemente dos demais programas para a agricultura familiar, que de modo geral se restringem a duas etapas (contratação e uma entrega de produto ou pagamento do crédito recebido), o PAA prevê, em algumas modalidades, entregas semanais e articulações com entidades receptoras dos alimentos, o que complexifica sua gestão. Para que se materialize essa engenharia institucional é necessário que as entidades envolvidas sejam comprometidas com o Programa, e também que possuam capacidade e experiência de gerenciar todo esse processo. (MÜLLER et al., 2008, p.15)

Em seu turno, o quadro de atuação do PAA vai se consolidando entre os campos de organizações da sociedade civil e instituições governamentais: uma constelação de associações e cooperativas, movimentos sociais, organizações prestadoras de assistência técnica e entidades estatais de apoio à pequena produção e comercialização no campo, reestruturadas pelo último governo³⁵.

Em pesquisa realizada por Müller et al., (2008, p. 32), relativa a beneficiários do programa em assentamentos rurais de municípios gaúchos, a equipe chega à constatação de que os arranjos institucionais e organizacionais necessários à operacionalização e êxito do programa dependem fundamentalmente da atuação dos atores sociais locais, mas exige, em algum grau, a mediação de atores institucionais fortes. “O maior envolvimento de associações, cooperativas, organizações não-governamentais, aqui congregados pelo termo atores sociais, é fator de configuração da política analisada, sendo mais efetivos seus resultados onde há maior envolvimento desses atores”.

Até aqui os estudos apresentados sobre o PAA convergem para identificação de algumas potencialidades em termos de democratização que têm em comum o traço da integração – uma das marcas das políticas públicas do atual governo petista. Desse modo, o PAA demonstra potencial em fortalecer os vínculos entre sociedade civil e Estado, incrementar sistemas locais de produção a partir de novas oportunidades de mercado, irrigar o tecido associativo já existente, ampliar e consolidar a atuação de atores locais e institucionais em torno de um propósito comum. Há que se reforçar, também, a qualidade “plástica” do programa, ou seja, de adaptação a diversos contextos e produção de arranjos variados, capazes de garantir certa qualidade no acesso à política.

Esses aspectos são discutidos em detalhes nos resultados de pesquisa recente realizada por Kunrath e Schmitt (2012), sobre a participação de organizações sociais na implementação do PAA nos estados da Bahia e Rio Grande do Sul. Na intenção de investigar as alterações nas dinâmicas organizacionais envolvidas no acesso ao programa, os autores tomam como ponto de partida as mudanças derivadas de processos políticos ocorridos no Brasil – particularmente a disseminação, já citada, de uma constelação de núcleos associativos –, bem como processos concorrentes de caráter social e cultural que, no meio rural, estão especialmente associados ao acúmulo das ações dos movimentos sociais do campo.

Em decorrência dessas condições organizacionais que marcam a atuação do PAA no cenário nacional, a função integrativa do programa se volta para a absorção dessas estruturas no contexto de atuação das políticas públicas, dentro de um regime de compartilhamento de responsabilidades que modifica, ao mesmo tempo, o campo de atuação dessas organizações. Na perspectiva de Kunrath e Schmitt (2012, p. 17), “as políticas públicas conformam campos de ação que transcendem as fronteiras do Estado, instituindo elementos cognitivos,

³⁵ É ilustrativo o caso da CONAB que havia passado por um processo de desmonte, a exemplo do que havia ocorrido com várias outras entidades governamentais, tendo recuperado sua importância no âmbito de atuação do PAA.

normativos e regulatórios que condicionam o campo do pensável, desejável e possível para as organizações sociais que neles pretendem inserir-se”.

A interpretação que norteia esse estudo carrega como pressuposto que as diferentes responsabilidades que envolvem a atuação de organizações na política pública do PAA criam formas específicas de articulação que redefinem significativamente a própria forma de atuação dessas organizações, a rede de relações que as envolve, sua dinâmica interna e as habilidades dos atores nela envolvidos.

Evidentemente, as mudanças mostradas nessa pesquisa são representativas de um conjunto de particularidades que favoreceram a adaptação do programa e seu desdobramento em resultados positivos. O Rio Grande do Sul, conforme destacam os autores, conta, desde o final da década de 1970, com uma bem articulada rede de atores locais (organizações sindicais, movimentos sociais, ONGs, grupos de agroecologia, cooperativas, associações, instituições de crédito, militantes partidários, pesquisadores, agentes públicos, entre outros atores) que foram capazes de absorver e garantir, com certa qualidade, o processo de difusão do programa neste Estado.

Não obstante, o associativismo rural no sul do país é reconhecidamente melhor equipado em termos de capital social que em outras regiões. Em relação ao Nordeste, dispensando a comparação entre perfis regionais, aponta-se como principal um dos fatores limitantes para o acesso ao programa o ambiente institucional, a precariedade das condições de gestão das associações, a flagrante dependência de mediadores externos – desdobraremos esse ponto no capítulo seguinte.

Eric Sabourin (2008, p. 158) oferece uma descrição sumária do perfil dos assentamentos da região Nordeste:

Muitas vezes eles não têm conhecimento nem experiência prática do sistema de produção de policultura/pecuária e menos ainda da administração de um lote. Raramente contam com uma experiência de organização política anterior à do acampamento ou do assentamento. No Nordeste, até nos anos 1990, muitos beneficiários da reforma agrária, entre os antigos assalariados das plantações de cana tratados em condições de semi-escavidão, não dispunham de documento de identidade e ignoravam seus direitos elementares em média de trabalho, previdência e justiça.

Entre as mudanças propostas pelo programa, algumas parecem ser generalizáveis. No que diz respeito ao associativismo, a exemplo do que sugere os resultados da pesquisa de Kunrath e Schmitt (2012), foi possível verificar no campo de estudo desta pesquisa que o contexto de atuação do PAA i) levou a recuperação de algumas associações que tiveram que passar por um novo processo de regulamentação burocrática, especialmente no que se refere a negociação de dívidas, para poder ingressar no programa; ii) o contexto de atuação da CONAB e EMATER foi ampliado em extensão e qualidade, primeiro pelo incremento de suas ações e, segundo, pelo acréscimo de recursos provenientes do programa; iii) as associações parecem estar recuperando sua credibilidade junto à base de produtores enquanto dispositivo de gestão comum da produção; iv) o programa aciona uma ampla rede de trânsitos políticos, colocando em contato, direto ou indireto, produtores, lideranças locais, instituições para onde são destinados os alimentos (chamadas de consumidoras) e agências executoras.

No Rio Grande do Norte, as duas principais agências que operacionalizam o PAA são a EMATER e a CONAB. À EMATER compete a execução da modalidade de *compra direta*, atuando com o público de agricultores individuais que estão inscritos no PRONAF. A CONAB compreende a modalidade de *doação simultânea*, executada junto à cooperativas e associações de produtores rurais.

Em entrevista realizada em agosto de 2013, técnicos administrativos do escritório estadual dessas duas agências descreveram o cotidiano de operação desse programa no estado, sob o ponto de vista dos procedimentos de execução do programa, enfatizando desafios e descontinuidades. Abaixo serão descritos os relatos dos técnicos entrevistados em cada agência e separados conforme os tópicos: acesso à informação das famílias, operacionalização e desafios.

Contexto de atuação da EMATER

- a) *Acesso à informação*: segundo dados colhidos em entrevista com um dos responsáveis pela execução do programa nesta agência, os agricultores familiares são chamados a participar do programa, principalmente via rádio locais. Ademais, os extensionistas da EMATER costumam promover reuniões nas comunidades rurais ou acionam as secretarias municipais de agricultura para que o façam. Ocasionalmente, os agricultores podem tomar conhecimento dos projetos e programas executados em suas localidades, mediante visitas técnicas regulares.
- b) *Operacionalização*: antes operacionalizado pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, a partir de 2004 o PAA passa a ser de responsabilidade da EMATER, que atualmente executa a modalidade de compra direta. Funciona através de um convênio de duração de 02 anos, com possibilidade de prorrogação. Os recursos são distribuídos da seguinte maneira: 90% provenientes do governo federal e 10% do governo estadual. Para que o programa entre em operação, governos federal e estadual devem necessariamente ter lançado suas contrapartidas. O acompanhamento do agricultor inscrito no programa é de responsabilidade dos técnicos locais que, sendo o produtor necessariamente “prorafiano”, deve receber visitas periódicas de assistência e monitoramento. Nos períodos intermitentes, isto é, quando não há recursos, em razão da troca de convênios, ou, conforme frequentemente ocorre, o governo estadual demora em lançar sua contrapartida, os agricultores não têm como fornecer, pois não há como efetivar a compra. Esse é, segundo relato dos técnicos e das próprias famílias, um dos principais motivos pelos quais os beneficiários se desligam do programa, tendendo a se reaproximar dos atravessadores.
- c) *Desafios*: a fala dos entrevistados sugere que existe uma discreta concorrência desta agência com a CONAB. Por trás dos argumentos estão os modos como cada agência executa as normativas do programa, especialmente relativamente ao controle sanitário e nutricional dos produtos adquiridos, de maneira que o rigor na aplicação das normativas pode resultar em limitações de acesso, levando a famílias migrarem de uma agência para outra. Por fim, são mencionados conflitos relativos aos arranjos institucionais que se fazem entre agências federais, secretarias municipais e atores locais que implicam formas de “favorecimento”, conforme mencionado.

Contexto de atuação da CONAB

a) *Acesso à informação*: Segundo dados colhidos em entrevista junto a um dos funcionários competentes, não há um procedimento usual de chamada pública para os agricultores participarem do programa. A divulgação dos recursos e a convocação obedecem a uma lógica interna, em conformidade com as modalidades do PAA executadas por esta agência: “compra direta para doação simultânea” e “formação de estoque”. A modalidade de compra direta, então em execução, atende diretamente associações de pequenos produtores. Assim, os representantes de

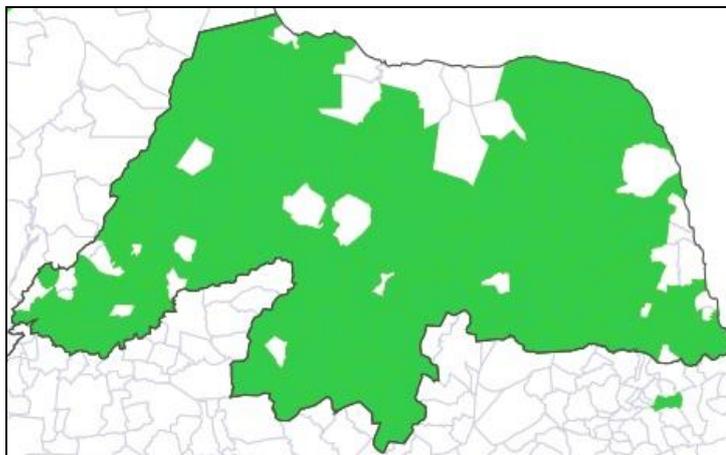
associações que já têm algum vínculo com a CONAB lançam projetos de fornecimento de alimentos para entidades (geralmente) filantrópicas. Os projetos são arquivados e analisados por ordem de chegada. A CONAB, por sua vez, os prioriza segundo critérios de a) relevância social das entidades beneficiadas, b) necessidade dos produtos e c) regularidade do fornecimento de produtos e acesso ao programa.

b) *Operacionalização*: na atualidade da entrevista os projetos lançados pelas associações são, em média, 06 por município e devem ter duração entre 04 e 06 meses, podendo contar com recursos na ordem de 100 mil reais. No segundo ano, o projeto pode aumentar para até 300 mil (já houve casos de projetos com essa dinâmica). No caso de um município lançar mais de 06 projetos, os 600 mil são rateados. No mínimo, cada projeto deverá contar com 22 fornecedores por associação. A base do cálculo prevê que os 100 mil disponíveis para cada associação correspondem a 4.500 (limite para o fornecimento individual de cada agricultor no programa), multiplicado por 22 fornecedores. No projeto já está previsto a entidade para a qual serão destinados os alimentos. A associação abre duas contas: uma de movimentação livre e outra bloqueada. Os recursos caem de uma só vez na conta bloqueada e depois são repassados aos poucos para a conta de movimentação livre, na medida em que a entidade beneficiada declara ter recebido os alimentos. Os projetos são submetidos diretamente ao âmbito de uma plataforma via internet, chamada PAANET. Projetos com problemas de documentação são contatados imediatamente para regularizarem a situação, mas geralmente não o fazem em tempo hábil e ficam esperando pela próxima chamada. Os documentos necessários são entregues na sede da CONAB. A associação, que eventualmente tenha dificuldades em elaborar um projeto, pode solicitar a visita de um técnico para capacitá-los. O técnico pode ser qualquer funcionário da instituição, que tenha ensino superior completo. Os preços praticados equivalem aos do atacado local e a compra dos produtos deve priorizar alimentos que o agricultor tem dificuldade de comercializar.

c) *Desafios*: segundo declaração de servidores da instituição, no Rio Grande do Norte ainda não se constituiu um conselho local de implementação do programa. Isso tem dificultado ações coordenadas – especialmente no que se refere à coerência dos preços praticados pela CONAB e EMATER –, bem como a coordenação articulada num plano mais geral.

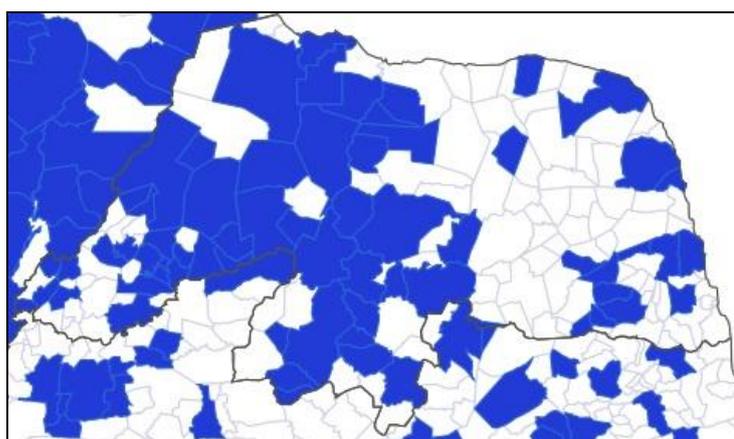
O contexto de atuação dessas duas agências no estado parece ser marcado pelas variações em termos das modalidades que executam. Sendo capaz de absorver todo o público, não necessariamente organizado em associações ou cooperativas, a EMATER oferece uma cobertura maior, abrangendo parte majoritária dos municípios. Já a atuação da CONAB, que implica a existência de organizações formais e aptas ao acesso à modalidade de doação simultânea, cobre justamente as zonas oeste, centro sul e alguns municípios do litoral do estado, conforme ilustrado nos mapas abaixo:

Figura 01 - Cobertura da EMATER na execução do PAA em 2011 – RN



Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MDSMapas/index.php?tema=157>

Figura 02 - Cobertura da CONAB na execução do PAA em 2011 – RN



Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MDSMapas/index.php?tema=157>

Nos lugares onde há cobertura da CONAB, supostamente existe presença de associações e cooperativas de comercialização habilitadas a integrarem o programa. A maior concentração em algumas regiões coincide com zonas de maior dinamismo associativo: Alto Oeste e Bacia Irrigada do Vale do Açu, Mato Grande e zona metropolitana de Natal. Acredita-se que haja significativas variações no perfil associativo das regiões. Essas variações compreendem processos organizativos que estão ligados às diferentes dinâmicas do uso da terra, atuação de movimentos sociais e aspectos da cultura política.

Visto numa perspectiva de longo prazo, as transformações do campesinato potiguar carregam algumas ambivalências: o exponencial incremento de suas possibilidades de reprodução social não foi acompanhado de mudanças substanciais, capazes de mediar suas formas de acesso. Isto é, o acesso às políticas públicas para agricultura familiar é mediado através de recursos (assistência, redes, habilidades, educação formal) que se disseminaram de forma insuficiente, se comparados com as oportunidades de acesso. Como a distribuição muito irregular de certos recursos é compensada?

No capítulo seguinte será exposto o modo como os sujeitos, na experiência concreta de dois assentamentos do RN, compensam a escassez de determinados recursos previstos para a organização interna (coesão, horizontalidade, engajamento nos projetos) com formas de cooperação mais assimétricas, em conformidade com os interesses dos sujeitos, zonas de coesão que se afrouxam na direção da “periferia” dos grupos, o que será chamado de dinâmica faccional.

CAPÍTULO IV

DINÂMICA FACCIÓNAL E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM DOIS ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Dentro dos assentamentos as associações fundam os grupos com base em princípios contratuais, mas esses princípios, por si só, dificilmente oferecem poder de explicação acerca das dinâmicas da ação dos grupos na direção do acesso a políticas públicas. O sentido das associações é, assim como dos assentamentos de forma geral, criados pelo resultado das disputas que concorrem pela significação de suas experiências. A não-coincidência entre os princípios ideológicos que movem as ações dos atores políticos, as normas associativas de direitos e deveres orientados por um objetivo comum e os antecedentes de organização dos sujeitos com base em suas experiências de vida compõem as variáveis que, em contato umas com as outras, produzem contradições e conflitos no interior dos núcleos de organização produtiva.

O ponto a se destacar até aqui é que as associações representam espaços colonizados por “culturas políticas” (CORNWALL et al., 2007) diferenciadas e até contraditórias entre si; às vezes intrínsecas ao comportamento dos sujeitos, às vezes trazidas pela ação dos atores e que pesam sob eles nas diferentes formas de intervenção. A seguir, com a análise dos dados coletados em campo, será verificado o modo como essas tensões se articulam com formas de comprometimento e reciprocidades comuns a alguns sujeitos, ao mesmo tempo em que implicam formas de afastamento e depreciação moral de outros. Esse movimento de aproximações e evitamentos é que garante um caráter provisoriamente estável no contato de centros grupos no acesso às políticas públicas.

4.1 O assentamento Gonçalo Soares Coelho em dois tempos

O estudo do assentamento Gonçalo Soares é particularmente oportuno para se compreender o papel das lideranças na formação dos grupos. Nesta análise enfatizar-se-á como os seguidores são agenciados por relações interpessoais que se conectam diretamente com a liderança. Será também demonstrado que as ações das lideranças ganham suporte de um núcleo de relações mais densas, por trás do qual estão lealdades primordiais de parentesco, vizinhança, religião e amizade. O período de militância é igualmente referido como forma de justificar desafetos e aproximações que se formaram nesta ocasião. Finalmente, buscar-se-á mostrar como os grupos se estruturam numa relação de interdependência e conflito, angariando ou perdendo condições de acesso a políticas públicas.

No ano de 1997, um grupo de 75 famílias apoiadas pelo STR e MST decidem ocupar a Fazenda Jacaracica, propriedade do Banco Bamerindus do Brasil S/A, que nesse período encontrava-se passível de desapropriação. É assim que tem início a história do projeto de assentamento Gonçalo Soares Coelho, localizado no município de São José do Mipibú/RN, Zona do Litoral Oriental, distante poucos quilômetros da BR 101 e 31 km da capital do estado.

primeiros créditos (PRONAF) com aval da empresa para compra de agrotóxicos, roupas, equipamentos e maquinários, como tratores, por exemplo.

Na iminência dessa parceria, é criada uma associação orientada para o acesso aos primeiros créditos e gestão das atividades em torno da qual estão reunidos, a princípio, todos os assentados³⁶. Ao mesmo tempo em que avaliam a possibilidade do contrato, começam a se manifestar as primeiras divergências ideológicas e disputas internas. Seguindo as orientações do MST, as lideranças locais passaram a desencorajar a adesão ao acordo, reunindo em torno de si um grupo de 13 famílias que, ao recusar a proposta da Caliman, resolveram se instalar numa agrovila separada e fundar uma nova associação de nome José Rainha, para gerenciarem de maneira própria os primeiros créditos. As famílias restantes passaram a compor outra agrovila, somando 28 que fizeram adesão ao contrato, mais 03 famílias que optaram por não fazer parte de nenhuma proposta, ficando sem vínculo associativo.

Assim se configura o cenário inicial das tensões no assentamento. Separados geograficamente, de um lado situa-se a agrovila identificada como “do MST”, abrigando aqueles cujas algumas falas projetam uma representação de pessoas beligerantes; do outro lado, está a agrovila onde moram os que se identificavam “dispostos a trabalhar”, salientando suas qualidades relativas, ao fecharem com a agroexportadora.

A partir de agora a análise recairá sobre o desdobramento desses conflitos internos, tomando como referência o acesso a algumas oportunidades de incentivo à produção e reforma das moradias, mediante políticas públicas do governo federal. Primeiramente serão recuperados dados coletados em 2007, durante a pesquisa de mestrado. Em seguida, o trabalho contemplará os dados da pesquisa de campo elaborada pelo autor desta tese, em 2013.

No ano de 2007

Quando da primeira vez neste assentamento, coletando dados para pesquisa do INCRA-Ambiental, no ano de 2007, a maneira como os assentados se referiam a cada uma de suas associações deixava mais ou menos claro como cada grupo era identificado nas dinâmicas de poder: a Associação Gonçalo Soares ocupava uma posição de centralidade em relação à Associação José Rainha, dado que os membros da primeira compartilhavam de relativa prosperidade com o projeto do mamão, em oposição à segunda, que desenvolvia apenas subsistência.

Além de ser referida como associação originária, a AGS era a que, em termos produtivos e para efeitos imediatos, estava cumprindo com os propósitos de garantir melhores condições de vida para seus pares. No momento em que o projeto do mamão esteve em pleno vigor, o rendimento médio para cada assentado era de R\$ 700,00 por quinzena, o que se refletia em melhores moradias e condições de acesso a bens de consumo. Na própria visão dos envolvidos, os rendimentos eram considerados bastante satisfatórios, o que ajudou a manter a coesão dos esforços por algum tempo.

Enquanto isso, os membros da AJR, além de retirarem seus primeiros créditos (PRONAF) tardiamente, ou seja, somente em 2004, aplicaram-nos no roçado e num projeto de criação de abelhas, que, no geral, não rendeu bons resultados, ajudando a reforçar o contraste do desempenho produtivo entre os dois lados.

A gente vivia unido, [foi por causa do mamão?] foi. [Porque eles não quiseram?] Não sei... Eu vou logo dizer, por causa do que não quiseram trabalhar! Foi isso, porque eles aí fizeram esse projeto aí e uns tem plantado aí, mas o lote individual

³⁶ A associação de nome Gonçalo Soares Coelho reproduz o nome do assentamento que, por sua vez, homenageia um homem já falecido, pai de alguns outros assentados, referido nas falas como um “senhor antigo”.

deles lá não tem plantado nada. [...] Plantar que é bom... E a gente vive lutando (Presidente da AGSC, 2007).

A AGSC carrega também o mérito de ter sido aquela que, junto com a Caliman, desenvolveu o plano de construção do assentamento. Conquanto não havia sido ainda formada a outra associação, todos os membros, mesmo os dissidentes em potencial, foram beneficiados indistintamente com obras de infraestrutura. Havia um reconhecimento mais ou menos comum de que a presença da agroexportadora adiantou as obras de ordenamento do espaço, construção das moradias e uma barragem para o abastecimento geral de água. Conforme salientou o então presidente da AGSC sobre as vantagens do contrato com a Caliman:

Foi uma coisa boa, no começo foi uma coisa boa. Porque, primeiro, eu vou logo dizer: esse assentamento só veio cedo, logo, por causa de uma parceria com a Caliman, porque era pra exportar aí podia vir gente de outro país e agente ia estar em barraca né? Sem ter dinheiro, sem banheiro, sem nada. Aí foi isso, essas barragens também, cavaram o poço acolá, aí os técnicos do INCRA vieram ver a água, aí fez a barragem (Presidente da AGSC, 2007).

Em termos de gestão, a organização do trabalho obedecia primeiramente aos critérios da agroexportadora. Cabia à empresa a prestação de assistência técnica, através do ensino das técnicas de plantio a fim de atingir um padrão único para a produção destinada exclusivamente à própria empresa, que, por sua vez, pagava à associação, de acordo com a quantidade de mamão produzido e em conformidade com a cotação do produto no mercado internacional. Cabia à associação gerenciar os rendimentos, destinando uma parte para o pagamento dos empréstimos contraídos, outra parte para manutenção da atividade e outra parte para rateio igualitário entre seus membros.

Esse modelo de organização da produção parece ter sido suportado largamente pela sequência de dois presidentes cuja gestão era identificada pelos assentados como sendo uma só. A maneira como se reportavam a essa gestão leva a crer que eram líderes com forte carisma. Em várias narrativas eles são mencionados como personagens centrais para o êxito do projeto, sendo-lhes atribuídas características pessoais sem as quais o projeto viria posteriormente a declinar. Efetivamente o que ocorria é que seus mandatos atravessaram o período em que o projeto atingiu maior dinamicidade. Enquanto o rateio da renda era abundante, os líderes contavam com aprovação de seus pares, quando, do contrário, passou a declinar, os líderes que o sucederam passam a ser alvo de desconfiança e receber menos colaboração do restante dos membros.

Entender como um líder consegue agenciar a colaboração de seus representados, tanto na forma de garantir coesão às ações comuns, quanto no sentido de evitar críticas e resistências, constitui-se do ponto de partida para entender o comportamento desses grupos enquanto facções. Marshall Sahlins (2004) afirma que a lealdade e a subordinação pessoal ao homem do centro é um ponto crítico na estrutura faccional. A lealdade pessoal tem de ser construída e reforçada constantemente, uma vez que, havendo insatisfação nessa relação, ela tende a ser facilmente rompida.

Pegando emprestado de Malinowski a expressão “fundo de poder”, Sahlins (2004) descreve o que ele chama de “grande homem” como alguém que tem influência sobre a produção alheia, e embora voltado para interesses pessoais, é incumbido do dever de promover o bem-estar de seu grupo. O “fundo de poder” está associado aos estoques materiais que se revertem em estoques de poder, ajudando a compor a imagem do líder como pessoa generosa, com base em que tem condições concretas de promover o bem-estar de seus seguidores. Para criar esses “fundos de poder” faz-se necessário uma relação tensa em que os seguidores devem ser explorados sem que reconheçam essa exploração. Caso contrário, ou se revoltam ou rompem com as relações diádicas.

Embora se esteja discorrendo sobre uma dinâmica faccional tribal, a parte dessa teoria que tão oportuna para lançar luz sobre o exemplo em foco é a referida relação tensa que o líder, no papel de agente central da organização produtiva, enfrenta ao ter que equilibrar o que é benefício pessoal e grupal. Evidentemente que um presidente de associação, diferente de um líder tribal, não acumula estoques de recursos materiais em seu nome, mas, de alguma maneira, ele o faz em nome da associação, pela qual é identificado como principal responsável.

O que de fato se observou no caso em questão é que enquanto se mantiveram as condições de rentabilidade do projeto, os dois referidos líderes conseguiram agenciar o esforço dos membros envolvidos, garantindo que fossem atendidas as expectativas de contrapartida na forma de renda, pagando o empréstimo e reinvestindo o excedente. Eles mantiveram, portanto, o fio da balança equilibrado entre o que poderia ser identificado pelos membros como proveito pessoal da liderança – isto é, os recursos que ele administra e que ficam retidos na própria manutenção do projeto – e os considerados altos rendimentos que animavam o engajamento das famílias.

Esse equilíbrio se rompe justamente quando a empresa Caliman resolve não renovar o contrato e, alegando uma baixa no preço do mamão no mercado, se exime de garantir a compra para o produto. Esse momento coincide mais ou menos com a troca de liderança e é em razão disso que grande parte das narrativas envolvendo o declínio do projeto, que se manteve em plena atividade por aproximadamente 05 anos, aponta para a alternância dos presidentes da associação como fator a partir do qual se rompem os laços de coesão que mantinham o grupo unido em torno dos mesmos propósitos. “Depois que Agripino e Nivaldo saíram, o projeto começou a desandar” - afirmou um assentado³⁷.

Não foi possível identificar nas falas o momento exato em que a relação foi interrompida, mas se sabe que, a partir daí, a associação passou a acumular dívidas e o então presidente começou a ser alvo de acusações de desvio de recursos. Rapidamente, membros desta associação migram para a AJR, trazendo consigo sua cota de fundos investidos na associação, que, por sua vez, teve que se desfazer de parte do maquinário para ressarcir os dissidentes. Isso agravou ainda mais o quadro de precarização em que se encontrava o grupo que, mesmo formalmente unido, começou a se fragmentar em meio a uma trama de intrigas.

Um detalhe das falas em que os assentados se dizem “abandonados pela empresa” que os deixara responsáveis pelas dívidas contraídas em nome da associação, revela também a forma como eles representavam essa parceria, de modo vertical e dependente. Também é ilustrativo os relatos do início da parceria em que se registra “se não fosse a Caliman nada do que temos hoje teria acontecido”.

Uma vez configurado o cenário de desgaste do projeto do mamão, a liderança da AJR entrevistada na época se posicionou diante do fato, dizendo que um dos principais motivos que os fizeram não aderir ao contrato foi o prévio conhecimento de que a Caliman operava segundo acordos nos quais, em suas palavras, agia de má fé. Segundo a presidente, que também era liderança local do MST, a empresa originária do Espírito Santo carregava um rastro de parcerias realizadas em diferentes assentamentos rurais, nos quais se estabelecia utilizando os primeiros créditos das famílias como investimento inicial e, uma vez vencido o contrato, movia-se para outro assentamento onde reiniciava a estratégia.

Ainda que não tivessem mais um comprador certo, as famílias da AGSC se apropriaram da técnica do plantio e muitos continuam produzindo e procurando vender no mercado local. No entanto, nessa altura o quadro de adversidades que havia se instalado inviabilizava a organização da produção tal como fora estruturada – neste ponto, refere-se ao formato de trabalho coletivo. Além da desconfiança em torno da gestão do atual presidente, as

³⁷ Todos os nomes pessoais mencionados são fictícios.

divergências entre os próprios membros também se acirravam. Conforme relatado, “uns trabalhavam mais que os outros e recebiam todos por igual”.

Procurou-se ouvir algumas das 07 famílias que migraram para AJR, que se pronunciavam sempre em tom de desapontamento com relação à gestão do presidente envolvido nos escândalos. Também um deles afirmou que, com o tempo, alguns produtores, prevendo o rateio igualitário dos rendimentos, passaram a trabalhar menos que outros. Não coincidentemente, pelo menos 04 desses 07 membros passaram a se destacar em termos produtivos, fato que os habilita a falar em “nós que trabalhávamos muito e os outros que trabalhavam menos”. No mesmo sentido, alguns deles têm vínculo de parentesco entre si; e os demais parecem ter fortalecido os laços de amizade, na medida em que se apoiavam na decisão de saírem juntos da AGSC.

Nessa altura dos acontecimentos, um fato importante a se observar é que: à medida que os laços de amizade, nutridos pela visão comum de manter o projeto operando, começam a se desgastarem pela própria erosão da coesão das ações, abre-se precedente para uma redefinição dos compromissos que conectam os sujeitos, baseados em outros interesses que, por sua vez, vão mobilizar uma nova rede de compromissos.

Do mesmo modo, é importante ter em mente que não se trata somente da dimensão instrumental dos interesses materiais dos indivíduos. A atmosfera comunitária dos constrangimentos morais, que orbita em torno da fofoca, das conversas de calçada e das infâmias lançadas uns aos outros, colocava a AGSC num quadro de decadência moral. O prestígio social dos sujeitos começa a ser colocado em cheque, em meio a uma série de narrativas que justifiquem suas posições diferenciais no contexto de acirramento das assimetrias grupais.

As fronteiras ideológicas das duas associações começam a serem marcadas com base em argumentos morais que permitem aos sujeitos construir a si mesmos, numa relação de marcas discretas de superioridade e inferioridade. Os membros da AGSC, de orientação mais produtivista – talvez pelo contato mais estreito com o STR e a permeabilidade das orientações de assistência técnica especializada da Caliman e INCRA – apresentam um universo discursivo que mobiliza a noção de *trabalho* para justificarem certa postura de adesão às primeiras oportunidades que chegaram ao assentamento. Ou seja, as opções de parcerias desenvolvidas pela AGSC e seus respectivos resultados – sejam eles, na avaliação dos ouvintes, positivos ou não – se justificam por uma presumida posição de prontidão às estratégias técnicas imediatas de desenvolvimento para essas áreas, fato que os permite se colocar numa posição relativa de “mais trabalhadores que os outros”.

No caso da associação do MST, o modo como as famílias narram as variações em termos de desempenho e resultados são mensurados com base nos códigos valorativos e estatuto ideológico do movimento. Na sequência da trajetória de acesso às diferentes formas de investimento governamental e não governamental no assentamento, os membros da AJR marcam posições de desacordo e assumem os constrangimentos originários dessas opções, tendo como referência o discurso crítico do movimento. Se antes a AGSC havia se estruturado como “o grupo dos que estão dispostos a trabalhar”, agora a AJR se ergue com base na prudência das escolhas feitas com base na orientação do MST. Do ponto da história em que foram narrados os eventos, isto é, a partir do início da decadência do projeto do mamão, frequentemente se ouvia na fala dos membros da AJR dizerem algo nesse sentido: “nós os víamos fazendo tudo errado, mas ficamos quietos, esperando o momento certo para começar a trabalhar”. Já foi mencionado que eles recusaram o projeto do mamão com base em um conhecimento presumido do desastre dessa parceria.

Nesse mesmo contexto, o tempo começa a deixar suas marcas nas habitações, fazendo com que algumas casas da agrovila GSC – que foram construídas mediante contrato com empreiteira – apresentassem problemas estruturais, os quais não se registrava no outro lado do

assentamento. A liderança do MST e do então presidente da associação faz referência a isso, realçando as vantagens das casas em sua agrovila terem sido construídas segundo o regime de mutirão, realçando a bandeira coletivista. Isso os fez economizar recursos de mão-de-obra que passaram a ser aplicados em material de construção, especialmente cimento, que garantiu uma melhor qualidade para as casas.

Em suma, a marca ideológica do MST, que antes era usada para realçar os motivos de seu relativo fracasso ante as opções produtivistas da AGSC, agora aparecem como escolhas mais consequentes em longo prazo. O universo dos significados mobilizados para justificar as posições em cada grupo correspondem a duas matrizes discursivas igualmente presentes na disputa pela viabilidade produtiva dos assentamentos: uma que prioriza a dimensão produtiva e seus resultados na forma de melhorias efetivas nas condições de vida das famílias, defendida por técnicos e agentes governamentais, e outra que envolve uma visão crítica ancorada no estatuto do MST, levado a cabo pelos militantes formados no movimento e residentes no assentamento.

No ano de 2013

No momento de nossa segunda visita ao assentamento Gonçalo Soares, algumas mudanças ocorreram. Visualmente as moradias se apresentavam de maneiras mais robustas e melhor acabadas. Todas as famílias, com exceção de uma, haviam retirado, pouco tempo depois de nossa visita em 2007, a modalidade “recuperação” do Crédito Instalação Incra/Governo Federal no valor de 5 mil reais, aplicado, na maioria dos casos, para construção de um alpendre ao redor da casa original. Alguns incrementaram a reforma com recursos próprios, aplicando revestimento cerâmico, retocando a pintura e instalando portões dianteiros.

A maneira como opera o acesso a essa modalidade de recursos permitiu a participação igual de cada associação, uma vez que é realizada pelo Incra. Este, por sua vez, disponibilizou técnicos para fazerem um projeto de reforma e o dinheiro era liberado diretamente às lojas de material de construção do município, onde os assentados retiravam a mercadoria e procediam à reforma conforme o projeto. Até aí não se registram conflitos relativos ao acesso diferencial por parte dos grupos. Somente um senhor se recusou a receber o benefício um alpendre por ser uma pessoa “muito grossa”, na visão dos assentados.

Em 2013, passados quase 05 anos desde o primeiro acesso ao Crédito Reforma, o atual presidente da AJR afirmou que está em curso um novo projeto para reformar 20 casas no assentamento, que deverão ser alocadas majoritariamente entre membros de sua associação. Diferente do primeiro Crédito Reforma em que o INCRA estava responsável pelo contato com as famílias, os recursos, dessa vez, deverão ser demandados pelas próprias associações, o que fez com que ficassem limitados ao raio dos membros da AJR. Uma vez que seu presidente tem laços estreitos com a representação estadual do MST, ele explicou que teve acesso a uma cota dos recursos por fazer parte da comissão estadual de execução desse programa. Já no primeiro repasse dos recursos (18 mil para cada família), o presidente relatou que o volume desta segunda versão do Crédito Reforma foi destinado a alguns poucos núcleos no RN, dentre os quais ele reservou uma cota de 20 famílias beneficiadas no seu próprio assentamento.

Está sugerido em sua fala que a disponibilidade inicial do crédito era bem escassa; por esse motivo (justifica), conseguiu somente para 16 membros dos 18 atualmente filiados à sua associação, mais 04 da AGSC que ele se dispôs a incluir. Os 02 membros excluídos da AJR e os 04 incluídos da outra associação ajudarão a compor as pistas do atual universo das

coalisões e redes de poder da associação do MST. A centralidade do papel da liderança e a rede de parceria que se constitui a partir de filiações à sua pessoa serão elementos centrais para compreender as atuais dinâmicas de acesso dessa associação ao Programa de Aquisições de Alimentos – PAA.

Tentaremos demonstrar que os laços interpessoais envolvem a combinação de relações diádicas horizontais e verticais, estruturadas na forma de grupos que se definem na dimensão produtiva, quando no contato com políticas públicas e outras formas de investimento local. O caráter horizontal ou vertical das relações é fonte de permanente tensão dentro da organização das associações. De um lado, as condições iniciais de entrada no assentamento, bem como os códigos discursivos da vida comunitária, sugerem que todas as famílias são iguais entre si; entretanto, o acesso a recursos mediante os quais se reproduzem enquanto grupo passa, quase necessariamente, pela participação em associações nas quais as competências requeridas para seu próprio funcionamento estão distribuídas de forma desigual entre seus membros. Isso faz com que as relações interpessoais que contam com uma igualdade em princípio tendam efetivamente para relações que na literatura se caracteriza como “patrão-cliente”.

O fato é que tanto a igualdade absoluta quanto as relações do tipo patrão-cliente são extremos que, na prática, não se estabilizam, nem numa forma nem em outra, considerando-se as tensões geradas pelo contato entre os dois. É assim, por exemplo, que os dados levantados no projeto INCRA/Ambiental mostram que muito frequentemente se cria mais de uma – às vezes várias – associações dentro de um mesmo assentamento. Sempre que as famílias reconhecem, com base na sua experiência de vida anterior, que estão envolvidas em relação do tipo patrão-cliente, elas podem criar uma nova associação, reunindo os descontentes e reestabelecendo (provisoriamente) a horizontalidade das relações internas. Porém, invariavelmente vão se defrontar com o papel de liderança que supostamente deve ser assumido, entre eles, pelo mais escolarizado, o que melhor transita entre agências e atores externos, que melhor convence, articula esforços coletivos e etc. Encontrarão aí novamente os princípios de uma verticalidade que tanto pode ser representada como uma “boa gerência” como “desvio de recursos da associação em proveito próprio”.

Em que pese discutir o papel das lideranças nas dinâmicas internas de organização produtiva dos assentamentos estudados – e aí volta a análise dos dados – é importante compreender a centralidade do papel do presidente na composição da rede de relações interpessoais que viabiliza ou não o acesso a recursos.

Conceitualmente, uma relação de liderança só pode existir enquanto houver seguidores. A capacidade de um líder arregimentar seguidores depende do provimento de benefícios que sejam trocados por lealdade. Isso implica falar numa troca mais ou menos assimétrica de favores com base em recursos aos quais o líder tem acesso privilegiado e troca pela prontidão de seus seguidores em apoiar-lhe em suas ações e objetivos. Essa troca só é assimétrica porque os recursos trocados não são acessíveis de maneira igual para ambas as partes. O favor se configura quando há uma diferença de valor entre os bens ou serviços trocados, e esse valor é tão maior quanto mais escasso for o bem ou serviço.

No caso particular do acesso a políticas públicas nos assentamentos rurais, o bem mais escasso e, portanto, de maior valor, são os contatos externos que viabilizam seu acesso mediante informações privilegiadas³⁸ (chamas públicas, por exemplo), contatos pessoais com agentes encarregados dessa política (CONAB, EMATER), suporte técnico-jurídico (advogado, contador) e etc. No caso específico do PAA, cujo design da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar exige que a associação lide diretamente com as instituições

³⁸A qualidade de privilegiada se deve à falta de padrão na disseminação dessas informações por parte das agências encarregadas, o que faz com que dificilmente atinjam amplamente o público alvo dos assentados em cada assentamento.

para as quais se destinam os produtos, a necessidade desses contatos se torna ainda mais presente.

Conforme já foi mencionado, o presidente da AJR em exercício na época em que foi aplicada a entrevista também transita entre os quadros dirigentes do MST no estado. Na época correspondente à pesquisa de campo com as agências responsáveis pela execução do PAA no Rio Grande do Norte, um evento em particular, ocorrido na CONAB, sinalizou para o prestígio que o presidente contava entre os técnicos. Em busca de referências comuns entre mim e os técnicos da CONAB, enquanto conversava com eles, eu falava aleatoriamente nomes de assentados que conheci em minhas visitas anteriores. Quando cheguei ao nome da liderança, um deles prontamente sacou o celular do bolso, procurou seu número em meio à sua lista de contatos pessoais e afirmou: “ele é nosso parceiro, você precisa do contato dele?”. Mais adiante iria descobrir que o líder é uma pessoa bastante influente dentro do próprio movimento.

Além de compor os quadros de representação do MST no estado e de ter relações pessoais com técnicos da CONAB, o presidente da ARJ também havia se convertido recentemente a evangélico, membro da Assembleia de Deus. Essa informação será muito útil, mais adiante. Nesse momento, faz-se importante enfatizar que dentro do assentamento ele divide opiniões.

Entre os seus pares ele é reconhecidamente uma liderança de peso. Um filho de assentado, que tive a oportunidade de entrevistar, quando questionado sobre quais foram os presidentes da AJR, afirmou: “Eu acho que sempre foi ele”. O único intervalo em que não esteve na liderança parece ter sido justamente na ocasião de nossa visita em 2007, quando encontrei outra líder, também do MST, que, segundo os assentados, mantinha com ele uma amizade. Outros entrevistados, que também demonstraram ter proximidade pessoal com a atual liderança o identificam como “uma pessoa que luta pelo assentamento e que, se pudesse, beneficiava a todos indistintamente”.

Do outro lado, oposto do assentamento, o presidente é comumente identificado como uma pessoa ambiciosa por poder, obstinado em estender seu campo de influência sobre a AGSC. “Ele é doido pra tomar conta disso aqui”, disse um assentado. Já o atual presidente da AGSC se refere a ele com as seguintes assertivas: “Uma pessoa que tem conversa bonita e atrai pela ilusão, eu não tenho ganância por nada” e “O presidente sempre é ele, eles colocam outros, mas é de fachada”.

Apoiado por uns e reprovado por outros, o presidente da AJR detém hoje trânsitos políticos e contatos externos que viabilizam sua permanência no cargo de presidente. No momento em que eu o entrevistava em sua casa, em encontro previamente marcado, dado sua disponibilidade restrita de horário – quanto a isso eu já havia sido alertado por técnicos da CONAB e contatos pessoais da UFRN – percebi as nuances de uma relação assimétrica com uma rede de “seguidores”.

Era uma manhã de domingo quando eu o esperava na varanda de sua casa para nosso encontro marcado. Não posso dizer se foi intencional ou mero acaso, mas recebi em sua casa o assim chamado “chá de cadeira”, ou seja, quando o interessado em falar com alguém de prestígio é levado a esperar durante um longo intervalo de tempo, para perceber que se trata de uma pessoa importante. Quando finalmente fomos apresentados, dei-me conta de que estava diante de um líder, no sentido de que sua linguagem corporal demonstrava isso muito claramente: a postura altiva, a desenvoltura da fala, os argumentos bem tecidos e resolutos sinalizavam para os princípios da pedagogia do MST expressados na performance política de uma pessoa.

Tão importante quanto os dados propriamente coletados na conversa foram os imponderáveis do ambiente da varanda. Durante nossa conversa, fomos, repetidas vezes, interrompidos por assentados que solicitavam um momento à parte para consultar a opinião

do presidente sobre problemas fora (ou na fronteira) da órbita das questões da associação. Uma senhora, por exemplo, veio até ele saber do risco que seu filho, também assentado, corria de perder a titulação do lote, caso pedisse separação de uma mulher que “trouxo para morar no assentamento”. A posição categórica do presidente, comentando a decisão judicial que apontava para a perda da titularidade, confere as pistas da autoridade implícita em sua figura: “Ela está errada”, disse ele, referindo-se à Juíza em comentário. “Ela não pode tomar uma decisão como essa”, complementou contundentemente.

Minutos depois, chega outra assentada, dessa vez da AGSC, que fora saber das condições para trocar de associação. Em outras entrevistas, descobri que essa mulher havia composto o grupo dos 07 assentados dissidentes do contexto do fim do projeto da Caliman. Tendo retornado à sua associação de origem, ela tentava trocar, pela terceira vez, de associação. Ela nos será útil mais adiante, para compreender uma parcela das famílias que se comportam como “clientela”, isto é, está inserida no contexto de relativa dependência da troca assimétrica de favores, aproximando-se de uma relação conceituada como patrão-cliente.

Voltando aos imponderáveis da entrevista, ao mesmo tempo em que o presidente demonstrava ser uma pessoa acolhedora, que recebia a todos indistintamente em sua casa para oferecer algum tipo de suporte, ele também se posicionava com muita cautela em relação a assuntos polêmicos do assentamento. Recusava-se, na medida do possível, a apresentar sua posição pessoal em relação às tensões que envolviam os dois grupos, oferecendo sempre argumentos lógicos e com base nas proposições internas do movimento. Em termos de investigação, na acepção de bisbilhotar, sua entrevista me fazia esbarrar num discurso já pronto, de quem fala em público sobre a mesma coisa, várias vezes, para diferentes pessoas.

Para mapear a rede de relações interpessoais que compõem a organização produtiva que viabiliza o acesso às políticas públicas e, em especial, o PAA/PNAE, tive que percorrer pistas que eu já dispunha (com base em informantes da UFRN que já atuaram no local e minhas visitas anteriores ao mesmo assentamento). De posse desses primeiros dados, mapeei novas rotas: cruzando dados, refutando alguns e confirmando outros, mas, principalmente, elegendo novos informantes-chaves.

Uma semana antes da entrevista com o referido presidente, realizei uma visita de “sondagem” no assentamento. Na oportunidade, passei por 04 pessoas que conversavam numa varanda e então resolvi investir uma conversa mais ou menos despropositada. A partir deles, comecei a tatear as primeiras informações sobre os programas de aquisições (PAA/PNAE) e explorar a participação dos membros da associação. A primeira pista colhida foi a de que, em razão das oscilações da produção de cada membro e dos conflitos internos da associação, haveria um grupo de participantes que manteriam laços mais estreitos uns com os outros, operando de forma orgânica na tomada de decisões e eventualmente “cobrindo” o não fornecimento de outros, em razão de oscilações da produção.

Esse mesmo grupo com alto grau de coesão entre suas ações – que muitas vezes se confundia com a diretoria da associação – também corresponderia aos membros com alto poder produtivo, fazendo com que pudessem contar uns com outros, em caso de emergência. A primeira dedução subtraída dessas pistas foi que haveria um “centro” e uma “periferia” operando no fornecimento do programa, a partir de onde começamos a eleger os informantes-chaves, com base na posição relativa que ocupavam no interior do grupo.

Com base nos informantes eleitos no percurso das entrevistas, pude chegar a uma recomposição de como foi estruturada a organização da produção que fornece ao programa. Esse mesmo quadro servirá de subsídio para entender a formação das redes de relações interpessoais que dão coesão às ações. Reforço que essa coesão sofre variações em relação ao centro e à periferia da associação.

Da mesma forma como se encontrava boa parte das associações de produtores nos assentamentos do estado, a ARJ manteve-se endividada até o momento em que, ante a

possibilidade de acessar o PAA/PNAE, passou por um processo de regularização burocrática. Segundo entrevistados, esse processo foi viabilizado, sobremaneira, graças à rede de contatos externos com que conta o presidente da associação. Segundo ele próprio, esta associação é uma das poucas na região que consegue reunir as condições necessárias de acesso aos programas, uma vez que várias outras, inclusive a AGSC, encontram-se inadimplentes com os bancos.

Os produtos fornecidos, tanto para o PAA quanto para o PNAE, são: macaxeira, mamão, batata e carnes (suínos, bovinos, caprinos e frangos). No que se refere ao PNAE: “Eles me trazem essa mercadoria e eu entrego nas escolas”, disse o presidente. A escola, por sua vez, libera os recursos que caem na conta da associação e são distribuídos para cada um, “de forma legal”, acrescenta. O veículo utilizado para transportar os produtos é uma Combi alugada a um assentado de nome Seu Nico, que, conforme veremos adiante, integra o núcleo das ações da associação.

Quanto ao fornecimento de produtos ao PAA, a ARJ firmou pareceria com 04 entidades beneficiadas – ou consumidoras, na linguagem do programa – todas de natureza filantrópica: 02 relativas à Igreja Pentecostal, 01 relativa à Assembleia de Deus e 01 Católica.

Nem todos os produtores formalmente inscritos no programa têm o mesmo poder produtivo e, mesmo entre os que se destacam nesse sentido, sua capacidade de fornecimento dificilmente é regular, ao ponto de se prever uma cota para cada um sem que isso esteja sujeito a variações de colheita. Diante dessas circunstâncias, começam a operar uma série de trocas que funcionam como estratégias que visam lidar com a regularidade do fornecimento, a participação diferenciada dos membros e contornar problemas ao longo do acesso, por exemplo, de ordem burocrática. Essas estratégias, como se verá logo adiante, mobilizam redes de comprometimento mútuo horizontais e verticais, mantendo presos os sujeitos dentro de uma organização produtiva que tenta lidar, ao mesmo tempo a) com o programa enquanto contrato, com seus termos legais que constroem o formato da ação; b) com as condições reais de organização produtiva em que se encontram as famílias no momento em que se envolvem no programa, cujas contradições não são necessariamente contempladas pelos termos contratuais do programa ou pelos seus princípios de operacionalização; c) a maneira como os sujeitos se conectam em meio a relações de poder, sejam elas por interesses comuns ou pelo relativo consentimento da liderança a seus pares próximos que desempenham um papel mais ativo na viabilização do programa.

Em relação ao restante dos membros da associação que não participam do programa, em sua maioria trata-se de aposentados ou pessoas que, por razões de saúde, estavam limitadas em sua função produtiva. Esse era o caso, por exemplo, da mulher que mencionamos há pouco e que foi até à casa do presidente, para saber como migrar de associação pela terceira vez.

Ela nos serve para ilustrar a dinâmica periférica de acesso ao programa, ou seja, a participação de certos membros que estão nas áreas menos densas da rede de relações interpessoais que operam seu acesso. Essas pessoas estão envolvidas com suas atividades de forma mínima: quase sempre não compartilham competências, reconhecem, portanto, o papel da liderança e oferece-lhe lealdade em troca de vantagens.

Quando cheguei à casa da referida mulher para entrevista-la, de imediato pude notar que suas condições de vida apresentavam-se inferiores à média das famílias. Já havia sido noticiado de que sua produção era mínima e ela mesmo me falou que está em vias de se aposentar, por motivos de complicações de saúde – em suas palavras, do “sistema nervoso” –, contraídas pelo uso intensivo de agrotóxicos com a cultura do mamão³⁹. Em relação à sua

³⁹ No assentamento circula boatos de que um assentado, recentemente falecido em razão de câncer, teria desenvolvido a doença pelos mesmos motivos. Também há relatos de outros que desenvolveram a mesma doença pela mesma razão.

migração frequente entre associações, a síntese de suas justificativas levam a crer que ela muda de associação sempre que prevê algum tipo de vantagem. Ela mesma chegou a declarar sua intenção de voltar à ARJ: porque está almejando o benefício da segunda rodada do Crédito Reforma – o qual somente esta associação terá, em princípio, acesso.

Um dado importante a se notar aqui é que a assentada também não parecia estar presa a nenhuma rede de reciprocidades mútuas dentro do assentamento. Sua fala apontava para um convívio restrito ao seu marido, já aposentado, e seus dois filhos, um filho que trabalhava como mototaxista na cidade vizinha e outro que morava numa casa construída no interior do lote. Obviamente ela deve ter amigos no lugar, se relacionar com seus vizinhos e praticar alguma religião, mas certamente não estava incluída em nenhuma das redes de amizade, vizinhança e religião identificadas como compondo os compromissos mútuos que sustentam o acesso ao programa. Em outras palavras, ela estava na periferia do núcleo denso de relações interpessoais que se conectam à liderança e que estão empregadas em lidar diretamente com o programa.

Efetivamente, o que há em comum entre ela e as outras pessoas com as quais pudemos relacionar a uma participação semelhante é que todas elas não sabiam muitos detalhes sobre o programa, ou porque não estavam interessadas e/ou porque consentiam com a forma de participação que lhes dizia respeito. Todos também apresentavam algum tipo de lealdade ao presidente. Apesar de sua figura ser alvo de muita polêmica, nenhum deles se aliava ao fluxo das depreciações que circulavam, mas, pelo contrário, eram francos em reconhecê-lo com uma pessoa generosa e determinada em trazer benefícios para o assentamento.

Eis aí a razão pela qual esse tipo de lealdade se sustenta: tanto os líderes quanto os seus “seguidores” estão presos pela troca de bens ou serviços de que uns dispõem e outros carecem (SHIMIDT et al., 1977). No caso em particular do acesso ao PAA nesse assentamento, para compor um projeto e fornecer alimentos ao programa a AJR precisava que, pelo menos, 22 participantes⁴⁰ assumissem o compromisso de fornecer regularmente certos gêneros de alimentos que estavam discriminados no projeto inicial, honrando assim o contrato com as instituições consumidoras. Por uma questão de organização interna, dividiram entre os participantes a quantidade e tipo de alimentos que cada um deveria fornecer segundo sua capacidade produtiva. Uma questão prática que se colocava era a falta de regularidade do volume da produção entre os gêneros alimentícios fornecidos por cada produtor individual, de acordo com as variações climáticas e de fornecimento de água nos lotes. Tendo alguns produtores os lotes irrigados e, portanto, uma produção acima da média dos demais, estes assumiam o compromisso de eventualmente “cobrir” a produção daqueles que não conseguissem bater a cota estabelecida nos acordos internos da associação.

A partir disso, cria-se um sistema de recompensas baseadas em trocas de favores que reforcem lealdades de parentesco, amizade e religião. A própria decisão de qual assentado cobria o outro passava por esses tipos de lealdades primordiais. As recompensas aos favores implicavam desde a reposição, com base na próxima colheita, do volume de alimentos “emprestado” até a prestação de serviços nos lotes. Desse modo a associação conseguia cumprir o acordo com as instituições consumidoras.

Outra questão prática que se colocava era a dos prazos e, nesse sentido, a escolha das instituições consumidoras assumia papel providencial.

Conforme foi dito, o projeto da ARJ tinha como instituições consumidoras pelo menos 03 de natureza evangélica, sendo 02 delas com contatos pessoais identificados entre elas e pessoas do assentamento. Desse modo, em caso de um eventual atraso, as instituições consumidoras

⁴⁰ O número mínimo, segundo os técnicos da CONAB, é de 22 participantes por projeto, cuja base de cálculo é $22 \times R\$ 4.500,00$ (valor da DAP) = R\$ 990.000,00 referente ao valor por projeto, debitados os impostos. Com o aumento no valor da Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) para R\$ 4.800, sendo preservada a mesma base de cálculo, o número mínimo de fornecedores caiu para 20 - dados levantados em 2013.

não evangélicas eram atendidas preferencialmente, enquanto que as evangélicas, cujos dirigentes tinham contato pessoais com membros também evangélicos da AJR, eram solicitados a renegociar os prazos.

Todas esses arranjos e negociações ocorrem, primordialmente, entre lideranças e membros próximos a ela. Efetivamente, eles são vistos pelos outros participantes como responsáveis pelo programa, de maneira que os próprios benefícios provenientes do acesso ao programa tendem a ser representados pelos membros fora desse grupo central, que estamos chamando de “periferia”, como que implicando algum tipo de gratidão. Está implícito nos discursos que, sem a ação da liderança e das pessoas diretamente ligadas a ela, que exercem um papel orgânico no acesso ao programa, os membros da periferia sequer estariam acessando o programa. Isso garante alguma coesão das ações, na medida em que implica certo consentimento da “periferia” em relação a decisões necessárias à condução das tarefas, sem que cada decisão tenha que necessariamente ser discutida entre todos os membros e, principalmente, sem gerar controvérsias que obstruam a condução das ações.

A liderança e seus pares são responsáveis também por selecionar as pessoas que irão permanecer, ou não, na renovação dos próximos projetos. Por esse motivo, isso tem sido usado como forma de estender a rede de reciprocidades que liga o líder aos seus seguidores. O ato do líder selecionar pessoas que deverão estar inclusas na renovação do projeto quanto, por exemplo, para receberem a primeira remessa do Crédito Reforma, envolve algum grau de reciprocidade, mas não visa atingir a reciprocidade absoluta. A reciprocidade só existe enquanto é voluntária de ambas as partes. Visa-se atingir o grau máximo de reciprocidade, mas também se evita, com isso, anular a própria reciprocidade pela equivalência absoluta dos bens ou serviços trocados. É desse modo que as pessoas que compõem a periferia do acesso ao programa representam as vantagens provenientes da associação, identificada na pessoa do presidente, como benevolência e não como contrapartida.

Esse tipo de relação é vertical e se aproxima conceitualmente de uma relação patrão-cliente, na medida em que as partes envolvidas diferem entre si em termos de *status* e disponibilidade de recursos. As trocas se dão na expectativa de que o *ego* compense as necessidades dos *seguidores*, principalmente na ordem das mediações necessárias para acessar políticas públicas, enquanto estes oferecem, em troca, lealdade. Indivíduos que dispõem de diferentes *status* e recursos são levados a relacionarem-se entre si, mediante relações de troca, quando um dispõe de algo que o outro carece, isto é, quando cada um dos quais acha vantagens em ter como aliado alguém superior ou inferior a si.

Com isso estreitam-se os laços de comprometimento e lealdade entre liderança e seguidores. De um lado, a associação, personificada na figura do presidente, demanda pessoas que assumam certa relação de cumplicidade. Supõe-se que essas pessoas não vão declinar no meio do processo ou vão passar a exigir outras recompensas além das previstas. Está se falando de uma relação tipicamente de lealdade que encontra correspondência na necessidade que essas pessoas têm de mediação para terem acesso aos recursos que chegam ao local mediante a rede de trânsitos políticos do líder. Em relação a isso, é flagrante os casos em que assentados procuram ajuda ou se dizem terem sido ajudados pelo presidente da AJR.

No entanto, essa lealdade não chega a se caracterizar como algum tipo de subordinação pessoal. O caráter de subordinação dos seguidores em relação ao *ego* diminui, na medida em que todos têm, em princípio, os mesmos direitos de acesso aos benefícios que chegam ao lugar. Ocorre então que o estoque de recursos que o líder pode acumular para reverter em “fundos de poder” (SAHLINS, 1994) nunca estará completamente alienado ao direito dos demais em usufruir desses benefícios. A relação perde seu caráter vertical na própria medida da subordinação: ela só se mantém enquanto houver interesse de ambas as partes nas vantagens provenientes das trocas de favores. O grau de necessidade dessas trocas é quem vai diferir as relações que estamos observando das relações patrão-cliente típicas. Neste

último caso, os sujeitos só podem romper esse tipo de laço sob a pena de estarem despartados da terra em que trabalham e moram.

Nos assentamentos há uma série de condições efetivas e de direito que permitem que os sujeitos vivam simplesmente à parte de qualquer dinâmica de organização grupal. Ao longo de minha trajetória de pesquisa com assentamentos, foi muito comum encontrar famílias que são facilmente identificadas pelos outros como “neutras”, no que diz respeito à polarização dos grupos, recusando-se a receber qualquer benefício que passe por eles. São geralmente aposentados ou pensionistas, sem filhos vivendo às suas expensas, o que as permite não prescindir de uma associação como canal para terem acesso ao que julgam necessário para viver no assentamento. Retiram seus créditos diretamente no banco e dedicam-se ao plantio de subsistência. Eles representam, efetivamente, o oposto da subordinação pessoal.

Em que pese discutir a medida dos interesses que afastam ou aproximam os sujeitos da participação nas associações, uma nova questão se coloca: como se compõe a rede de relações interpessoais entre os membros da associação que formam uma *zona densa* de comprometimentos recíprocos conectados diretamente à liderança. A descrição de relações semelhantes aparecem na obra de John Comerford (1999) sob o nome de “equipe de frente”: um grupo de pessoas que assumem a liderança de certas tarefas mas não necessariamente equivalem a diretoria da associação.

Ao tentar responder a essa pergunta, não se tem a pretensão de propor um esquema genérico de como opera a participação nas associações, mas analisar, com base na literatura sobre relações diádicas e a partir das condições específicas deste estudo, como os sujeitos, ao buscarem seus interesses particulares, compõem ou reforçam laços de reciprocidade.

Conforme já se tem descrito, na associação José Rainha o acesso ao PAA se dá mediante uma participação muito diferencial de seus membros. Há os que participam de um modo meramente instrumental e outros que compartilham entre si as principais funções relativas à gestão do projeto. O grau de engajamento nessas tarefas corresponde às recompensas que cada qual tira de sua participação. O líder, neste caso investido no papel de aumentar o alcance e a intensidade de sua influência política, é o mais interessado na gestão da associação, canal de onde provêm seus “fundos de poder”. Na periferia do acesso ao programa estão os sujeitos que, por falta de interesse e/ou recursos, reservam-se à troca de lealdade pessoal por recompensas gerenciadas pelo líder. Em torno dele está um grupo de pessoas cuja relação não é meramente inscrita no âmbito da troca de lealdade por benefícios – ainda que isso não esteja excluído – mas desempenhando um papel mais orgânico, dado seu diferencial de *status* e de recursos, isso que determinam a natureza das trocas entre eles e o líder. Por outro lado, isso, por si só, não garante que esses indivíduos se liguem entre si em laços de reciprocidade, uma vez que há, na associação oposta, pessoas com o mesmo status e recursos e não fazem parte do mesmo grupo.

Os acordos que dão organicidade à associação envolvem princípios de reciprocidade mais horizontais, baseados em relações de amizade, vizinhança, compadrio e religiosidade. As relações diádicas horizontais são conceituadas por Shimidt et al., (1977) como um acordo voluntário de troca de favores em que os interesses dos sujeitos envolvidos coincidem entre si. O objetivo dessas relações é atingir propósitos privados das partes envolvidas e a troca de favores reforça as relações de reciprocidade, ao manter unidos os aliados que podem contar uns com os outros em tempos de necessidade.

Ao ajudar a manter as alianças, a troca de favores, fica subentendido, entre eles próprios e diante de grupos rivais, que, em casos de enfrentamento, os aliados estarão um do lado do outro. Foi seguindo as pistas dessas normas de reciprocidade que ocorrem numa zona mais densa de trocas de favores que se tornou possível compor o que se chamará de “núcleo dirigente” – com inspiração do que Comerford (1999) chamou de “equipe de frente” –, isto é,

o grupo diretamente encarregado da gestão das associações atreladas diretamente às lideranças⁴¹. Como ponto de partida, reuniram-se informações das famílias que apresentavam maior dinamismo na criação de animais de médio e grande porte. Conforme é sabido, a criação de bois, caprinos, porcos e ovinos, numa escala que excede o autoconsumo familiar, é um indicativo de *status* produtivo, uma vez que está investido um maior volume de recursos nessas atividades.

Contando com dados coletados em entrevistas com esses produtores, assim como assentados que não participavam do programa, chegou-se ao seguinte quadro de fornecedores de carne ao PAA: o presidente da AJR é um grande fornecedor de frango e carne suína, junto com sua filha; o Pastor Anibal, junto com seu filho, fornecem carne bovina; Seu Vitoriano fornece carne caprina e seu filho Alexandre, carne de frango, além deste último ser o único citado como fornecedor de hortaliça. Um detalhe a se notar aqui é que todos estes se referem uns aos outros como “irmãos”, dado que são evangélicos, embora não participem da mesma congregação.

É importante registrar que o presidente da associação havia recentemente se convertido evangélico, fazendo parte da mesma congregação que Seu Anibal, pastor da Igreja Assembléia de Deus com sede no assentamento⁴². Seu Anibal e seu filho – que não era titular de um lote, mas trabalhava no do seu pai – eram identificados pelos outros assentados como entre os maiores fornecedores de carnes ao PAA.

Sebastião e filho (Nivaldo), juntamente com Ivan, fornecem mamão papaya. Eles fazem parte do grupo das 07 famílias dissidentes que mudaram de associação, com o fim do contrato com a Caliman, mas mantiveram a atividade em seus lotes. A este grupo junta-se Seu Ananias, que é citado como grande fornecedor de macaxeira. Equivalente em produção está Seu Nico, identificado pelos outros assentados como parceiro do presidente nos processos de luta, embora não se assuma como membro do MST. É dele também a Combi que faz o transporte das mercadorias até as escolas, no caso do PNAE, ou para as instituições sociais, no caso do PAA.

Em tempo: no momento desta visita, algumas mulheres membros da AJR estavam pleiteando o acesso ao PRONAF Mulher, que seria aplicado na criação de animais de pequeno porte, para fornecer, no ano seguinte a esta pesquisa, carne para o PNAE. Estão inscritas nesse projeto, a esposa de Seu Vitoriano e do Pastor Anibal, a filha do presidente e a filha de Sebastião (irmã de Nivaldo). Esta última passou recentemente a ocupar um lote que vagou, contando com a anuência da associação.

Percebe-se que, entre esse grupo de 15 assentados, há uma rede mais densa de trocas em que se atingem vantagens mútuas. Nesse contexto, o favor se caracteriza como algo que tem valor em si: manter os indivíduos unidos mediante a troca de bens ou serviços que não podem ser meramente adquiridos no mercado. Os laços que se baseiam em troca de favores carecem de garantias contratuais ou rituais, o que faz com que somente se mantenham enquanto houver interesse mútuo de que as trocas sejam renovadas. Quando as trocas acabam, acabam-se as ligações, daí a instabilidade dos laços. Para que eles não se desfaçam facilmente, os laços são reforçados por normas de reciprocidade baseadas em princípios de

⁴¹ A opção aqui pela expressão “núcleo dirigente”, ao invés de “equipe de frente”, dar-se pela ênfase que a primeira oferece em relação ao seu papel no interior do grupo.

⁴² O assentamento conta com duas igrejas, construídas num período relativamente próximo: uma diz respeito à Assembléia de Deus, cujo prédio fica localizado na agrovila Gonçalo Soares Coelho e outra, de denominação Católica, tem sede na Agrovila José Rainha. Os assentados são quase unânimes ao afirmarem que não há conflitos de ordem religiosa no assentamento. Nesse sentido, reportam-se ao fato de que, para a construção da Assembléia de Deus, receberam doações dos próprios católicos, que organizaram uma festa para arrecadar fundos.

parentesco, amizade, vizinhança, compadrio, religiosidade.

A troca de favores dentro da própria família é uma tendência presente não somente na dinâmica desta associação ou deste assentamento. O contato com diversos assentamentos do Rio Grande do Norte mostrou que as relações de parentesco conectam facilmente os sujeitos em obrigações recíprocas, principalmente quando requerido algum grau de cooperação. Há registro de associações em que a grande maioria dos membros era composta de parentes. Em outros assentamentos, havia grupos – não necessariamente associações – que atingiam certo grau de produção cooperando somente entre familiares. Na descrição de Foster (1961), a família é um grupo estruturado a partir do matrimônio e fechado dentro de laços sanguíneos. Em princípio, numa *household* não há razão econômica para cooperação envolvendo grupos para muito além do núcleo familiar, e não há recompensas provenientes dessas relações sociais que atraiam tais grupos familiares. No *household*, a tendência é maximizar as necessidades dentro do núcleo familiar e minimizar a dependência de cooperação externa.

No caso em que estamos estudando, o contexto do acesso ao PAA lança os sujeitos a ampliarem sua rede de cooperação, e as relações familiares não restringem o circuito das trocas. Elas aparecem como direção prioritária para expansão do acesso ao programa. É exemplar a introdução do Pronaf Mulher nessa associação, que a princípio envolve as mulheres das famílias consideradas mais produtivas, reforçando o fornecimento de carnes de animais de pequeno porte para os programas de aquisições. Sendo a produção de carnes uma atividade mais restrita em relação ao fornecimento de alimentos vegetais, o circuito de favores em que um assentado se compromete a “cobrir” o outro, em um eventual caso de insuficiência produtiva, se contrai na direção das lealdades de parentesco. Dessa maneira, torna-se mais previsível as garantias da produção e de cumprimento do acordo de fornecimento às instituições consumidoras.

A amizade é outro traço importante na composição do “núcleo dirigente”. Ele é reforçado principalmente entre aqueles que atravessaram juntos o processo de luta pela desapropriação do imóvel que deu lugar ao assentamento. Segundo Foster (1961), a amizade é um tipo de relação que se sustenta na comunhão de interesses: duas pessoas identificam interesses em comum e passam a gostar uma da outra. Quando um dos amigos desiste de ser amigável, a amizade se dissolve. Nesse caso, a militância muito frequentemente une os sujeitos em relações de amizade, na medida em que oferecem apoio, enquanto estão investidos no propósito comum de luta pela terra. Da mesma maneira, geralmente por discordâncias em relação a procedimentos comuns de ação, os sujeitos tendem a desenvolver formas de afastamento muito marcadas.

O que foi visto no assentamento Gonçalo Soares é que as relações de amizade são reforçadas ou enfraquecidas dentro de um contexto em que se adensam ou afrouxam as relações de reciprocidade. É o caso das pessoas que hoje se identificam como amigos do presidente da associação, desde os tempos de luta pela terra – ou desde “os tempos do MST”, quando se referem à participação no movimento somente durante a ocupação – embora talvez essa amizade não fosse reconhecida quando algumas dessas pessoas estavam participando do projeto do mamão.

Adicionalmente há o componente da religião aproximando os sujeitos tanto nos espaços de sociabilidade específicos da igreja, quanto pela identificação de seus pares como “irmãos” que compartilham normas e valores dentro de uma comunidade relativamente fechada. Conforme foi dito, alguns assentados, incluindo o presidente, são evangélicos e referem-se uns aos outros como “irmãos”, embora se dividam entre duas congregações – uma delas, a Assembleia de Deus, com sede física no assentamento. As afinidades religiosas contam com estruturas formais e rituais que mediam a união dos indivíduos, ampliando o raio dos contatos. Talvez por essa razão a religião tenha papel estratégico na AJR, facilitando o contato com instituições sociais parceiras que se comprometem com alternativas para

enfrentar as dificuldades de acesso ao programa.

Um problema recorrente na narrativa dos membros da associação diz respeito às oscilações que os preços dos alimentos sofrem no mercado, ao longo do período em que o projeto está em execução. Uma vez submetido à CONAB, o projeto fixa os preços dos produtos, de acordo com a tabela praticada por esta agência e assim permanece até que seja renovado. A exemplo do que havia ocorrido pouco tempo antes de nossa pesquisa, o preço da macaxeira, em razão da seca, subiu consideravelmente no mercado, desde a submissão do projeto à CONAB, encarregada da execução do PAA. Diante dessa situação, alguns assentados insinuavam que o programa geraria prejuízo para eles e que os atravessadores estariam praticando melhores preços, sendo estes mais atrativos que as compras institucionais. Os dados coletados em campo não são suficientes para recompor as estratégias que a associação desenvolveu para contornar esse problema e evitar a evasão de produtores em direção aos atravessadores, mas, de acordo com as informações disponíveis, a alternativa encontrada foi um procedimento recorrentemente praticado nas EMATERs quando ocorre o que, na linguagem dos técnicos, se chama de “frustração de safra”, isto é, quando a safra não consegue atingir o volume de alimentos empenhado no projeto. Nesse caso, solicita-se o cancelamento do volume de alimentos não disponível e o valor relativo a ele é convertido para outro alimento.

Essa pode ter sido uma maneira que a associação encontrou de reduzir a defasagem do preço atribuído à macaxeira – um dos principais produtos fornecidos pela associação – abatendo no volume total contratado e compensando com outros produtos cujo preço fosse mais vantajoso. Em que pese discutir esse problema, em particular, é importante registrar uma série de reclamações dos membros da associação, referentes à forma como a CONAB pratica seus preços. Um primeiro problema é que sua tabela de preços é nacional e, portanto, desconsidera as especificidades do mercado local, podendo tornar o programa de aquisições, ao contrário do que ele se propõe, menos atraente, se comparado com os atravessadores. Um segundo problema apontado nas falas é que, na atualidade da pesquisa, a CONAB do Rio Grande do Norte não atualizava seus preços há mais de 03 anos. Isso foi reportado como um motivo pelo qual algumas associações do assentamento que será estudado na próxima sessão se recusavam a trabalhar com a CONAB porque alegavam que os preços eram simplesmente impraticáveis.

Voltando à análise das relações interpessoais que viabilizam o acesso aos programas de aquisições na AJR, pode-se inferir que o líder e as conexões entre os membros evangélicos próximos a ele desempenham papel fundamental numa possível negociação da reposição de parte dos alimentos cujos preços podem estar em baixa.

Propõe-se agora a análise do modo como os grupos se estruturam de forma interdependente e oposta uns aos outros, isso que habilitará a falar, mais adiante, em facções. Na descrição feita a seguir sobre como se encontrava a AGSC no ano de 2013, pode-se perceber como essa associação foi declinando à medida que a ARJ prosperou, ao captar os recursos provenientes de políticas públicas e fortalecer sua rede interna de compromissos produtivos, inclusive contando com membros que migraram fortalecidos de uma associação para outra.

No universo dos constrangimentos morais que um grupo lança para desqualificar o outro, a troca de favores entre seus membros não diz respeito somente a bens e serviços, mas também ao apoio recíproco de seus pares dentro do jogo interno de fofocas e intrigas.

Na oportunidade em que me propus a entrevistar o então presidente da AGSC, encontrei uma pessoa – também em sua varanda, mas dessa vez sem “chá de cadeira” – mostrando os braços cruzados e carregando uma feição pesada. Logo nas primeiras perguntas, despejou sobre mim uma avalanche de reclamações sobre o líder do MST e membros da sua e da outra associação. Pausava, às vezes, para saber dos motivos de minha visita e antes mesmo

que eu os expusesse por completo, ele se adiantava em mais queixas. “Os membros da associação não participam”, foi a primeira delas.

Com o tempo, depois de alguns sorrisos e conversas paralelas sobre a vida pessoal de alguns assentados, o presidente descruzou os braços e falou de maneira mais propositiva. Afirmou que estava vendo a possibilidade, juntamente com mais outros membros, de fornecer produtos ao PAA, via EMATER⁴³, a qual requerer somente a inscrição individual dos membros, sendo uma alternativa perante a situação de endividamento pela qual passa a associação, desde o projeto do mamão. Mesmo assim, acrescentou, os assentados estão com pendências em seus nomes, o que dificulta a abertura de uma conta bancária para onde o dinheiro é individualmente repassado. Para melhorar a participação na associação, em baixa desde o fim da parceria com a Caliman, em 2011 houve a tentativa de compor a diretoria com 70% de participação feminina e 30% masculina. Não funcionou.

A presidenta da AGSC é também zeladora da sede da Igreja Católica no assentamento. Na verdade, ela é identificada pelos outros assentados como uma espécie de liderança paroquial. Apesar do capital político que isso poderia implicar, ela não parece ser uma liderança carismática, tampouco reúne qualidades políticas relativas à arguição, persuasão e poder de convencimento. Do contrário, conforme foi dito, sua fala é muito mais lamuriosa que propositiva; defere críticas aos membros da outra associação e não poupa sequer os seus. Assim, parece ter acumulado desafetos dentre seus pares.

Uma assentada desta associação, com a qual tive contato, declarou que estava pensando em migrar para a ARJ porque “ela [*a presidente*] não resolve nada”. Procurei entrar em detalhes e a assentada prosseguiu dizendo que na época do primeiro Crédito Reforma, uma parcela de seus recursos ficou retida; foi quando recorreu à presidente para uma possível mediação, que não ocorreu; isso fez com que procurasse o presidente da outra associação, que, por sua vez, “resolveu sem pedir nada, sem cobrar nada”. “Tem muita gente querendo ir pro lado de lá”, concluiu a assentada.

Enquanto entre seus pares e seguidores em potencial o líder do MST levanta elogios que compõem uma imagem de homem generoso, qualidade essa tão necessária ao papel de liderança, na outra ponta a presidente da AGSC é frequentemente mencionada entre relatos de inimizade e briga. Circula a informação de que ela disputa o cargo de liderança paroquial no assentamento com outra assentada, o que parece reforçar a percepção comum de que é uma pessoa beligerante. De maneira geral, entre as falas dos assentados da agrovila Gonçalo Soares Coelho não foram recolhidas menções positivas ao papel de liderança da presidente. Ao contrário, a síntese dos comentários sobre sua imagem converge para o significado da palavra “fraca”, conforme alguém afirmou.

Sua rede de contatos também pouco mobiliza reciprocidades de parentesco, religião ou amizade. Segundo informações locais, ela tem uma irmã que mora na mesma agrovila, mas ambas cortaram relações há alguns anos, de maneira que, no momento desta visita, elas não falavam uma com a outra. Sua irmã é casada com Ivan, evangélico, citado anteriormente como membro do grupo dos 07 dissidentes, fornecedor de mamão papaya para o PAA. Ele é irmão de Olívia, futura fornecedora de carnes para o PNAE mediante o Pronaf Mulher. Ambos hoje compõem o quadro de participantes da AJR, apesar do parentesco com o presidente da AGSC.

A única rede de relações interpessoais que parecem se conectar à presidenta pode estar relacionada ao seu cônjuge Anibal Soares, filho de Gonçalo Soares, o falecido assentado que dá nome ao assentamento e a esta associação. Ele, juntamente com mais dois assentados, somam os 03 filhos de Gonçalo Soares hoje residentes no assentamento, todos na agrovila GSC. Há suspeitas de que, no contexto de desestruturação em que se encontra a AGSC, eles

⁴³ A EMATER é encarregada de executar a modalidade de “compra direta com doação simultânea”.

desempenhem alguma posição de centralidade no que permanece como atividades do grupo. Os filhos de Gonçalo Soares já estiveram em maior número no assentamento e possivelmente já contaram com mais prestígio entre seus pares. Contudo, eventos recentes resultaram na saída de dois deles, expondo o nome da família à desmoralização perante a opinião pública.

As narrativas desse episódio colocam filha e neto de Gonçalo Soares numa trajetória comum de perda de reputação diante dos demais que se conectam ao quadro geral de depreciações morais que essa família tem sofrido perante a opinião pública. As narrativas em torno desse evento reforçam o quadro de decadência moral em que se encontra a própria associação diante do julgamento coletivo.

O que se quis demonstrar com os detalhes desses episódios foi que as implicações que constrangimentos morais, criados em torno de um grupo, bem como seus laços de comprometimento recíproco têm interferência direta nas formas de cooperação produtiva em cada associação. Dito em outras palavras, a qualidade das relações interpessoais internas determinam a força ou a fraqueza do grupo em termos de coesão, densidade e permanência das relações. O status diferencial que os sujeitos ocupam na malha das relações políticas pode ser visualizado com relativa clareza pelas posições de prestígio, reputação e carisma, mediante as quais as lideranças exercem influência sobre seus seguidores e podem reforçar seus trânsitos políticos externos.

No assentamento Rosário, que será analisado em seguida, procura-se compreender as bases e o sentido das ações dos grupos, mediante uma superposição de redes horizontais e verticais de relações interpessoais que reproduzem uma dinâmica faccional. Diferentemente do assentamento Gonçalo Soares, o assentamento Rosário tem vários grupos associativos. Esse contexto favorece uma distinção entre o caráter prescritivo das associações e o conteúdo das ações dos sujeitos que será lido a partir do conceito de “conjunto de ação” (Mayer, 2010).

4.2 O conflito organizado no assentamento Rosário

A descrição de como se formaram os grupos associativos neste assentamento não acompanha o corte de dois momentos distintos, conforme foi feito com o assentamento Gonçalo Soares, em 2007 e 2013, dado que neste núcleo não há antecedente de pesquisas próprias dos quais pudéssemos nos valer para descrição detalhada da trajetória das dinâmicas associativas. Contudo, procurou-se nas entrevistas realizadas em 2013 recuperar os momentos que marcam a formação dos grupos associativos, os conflitos, rachas internos e os elementos que fomentaram as disputas.

Assim como em Gonçalo Soares, este assentamento está dividido em duas agrovilas: uma que leva o nome do assentamento e outra que se convencionou chamar de Canudos, dando a impressão de serem dois projetos separados. Para fins oficiais, o conjunto das duas agrovilas leva o nome de Rosário, nome que servirá para se referir ao assentamento como um todo. Em relação às dinâmicas de formação de grupos, no momento de nossa entrevista existiam no assentamento 05 associações e 01 cooperativa. As disputas por liderança estão por trás de praticamente todos os movimentos que originaram a formação desses grupos. Aparentemente, a criação de várias associações permitiu uma relativa estabilidade no trânsito de pessoas entre estes grupos, na busca de vantagens específicas. Nesse sentido, o acesso a políticas públicas será um mote para o alinhamento desses grupos em relações de oposição ou cooperação.

A história do Projeto de Assentamento Rosário tem início no ano de 1997, com a ocupação de 120 famílias acampadas nas Fazendas Santa Maria/São Sebastião/Rosário, localizadas no município de Ceará Mirim, distantes 23 km da sede municipal e 87 km da capital. A propriedade estava registrada no nome da Construtora A. Gaspar S/A, cujo sócio majoritário era Henrique Gaspar. Na propriedade, havia plantações de coco e caju que,

segundo os relatos, estavam abandonadas, justificando assim o pedido de desapropriação por parte das famílias. A construtora do proprietário entrou com uma representação judicial de reintegração de posse. Ao todo, foram executadas 07 medidas judiciais pela Política Militar de Ceará-Mirim, sem que houvesse nenhum confronto físico entre os policiais e os acampados, que, por sua vez, eram deslocados para as margens da estrada.

Em 1998, é deferida a imissão de posse das terras em favor dos acampados. Certamente a agilidade no processo de desapropriação, que durou aproximadamente um ano, se deu pela direção organizada do MST. Desse movimento inicial, algumas lideranças saíram fortalecidas, tendo acumulado trânsitos institucionais e contatos estratégicos com agentes e técnicos. Enquanto representantes dos quadros militantes do MST se dividiam em novas ocupações, uma pessoa, em particular, se qualificava enquanto mediadora das famílias, aos poucos concentrando em torno de si a representação dos acampados.

Tento como antecedente o apoio a várias ocupações na região, a liderança nascida no Sul do país fixou residência no Assentamento Rosário, assumindo o papel de organização das famílias, de acordo com as prerrogativas do MST. Sem ocupar o cargo de presidente da primeira associação que seria posteriormente criada, a líder permaneceu como articuladora do movimento dentro do assentamento. As narrativas que remontam a esse período são sempre contundentes: ou ao reconhecer a importância de seu papel na agilização da construção do assentamento ou ao levantar duras críticas no que consideram a verticalidade e centralismo de suas decisões.

Do ponto de vista analítico, buscaremos descrever o movimento original de surgimento das associações e as dinâmicas de poder que motivam a sua fragmentação em agrupamentos menores. Isto é, entender como estas associações são formalizadas pelos agentes externos e que relações elas contêm em seu interior, fazendo com que sua formação original seja “esgarçada” na forma de novos grupos. Essa análise se torna particularmente oportuna no estudo deste assentamento, por se tratar de um maior número de famílias, pela importância que tem no conjunto dos assentamentos do estado e pela intensidade das disputas dos atores externos por imprimir suas marcas no sentido da organização desse projeto.

A primeira associação surge para prescindir a construção do assentamento, conforme procedimento formal do INCRA: uma organização civil, na forma de pessoa jurídica, que represente o conjunto das famílias acampadas, na intenção de mediar legalmente o diálogo e a execução das tarefas necessárias à criação do projeto. Desse modo, é criada a Associação Rosário, sob a liderança de um senhor que se manterá presidente até o momento de nossa entrevista, com algumas poucas alternâncias. A motivação de criação da associação originária, que parte da iniciativa dos técnicos como procedimento formal para criação de novos projetos de assentamento, traduz, antes de qualquer coisa, a extensão dos domínios da administração pública para domínios não colonizados por esse tipo de relação burocrático-contratual.

A partir de então e com base nisso, esses sujeitos se inscrevem num formato de organização que visa modelar as práticas da gestão produtiva, com base em pressupostos contratuais de livre associação de interesses para os fins específicos de viabilidade produtiva dessas áreas. Não por acaso muitas dessas associações recebem o nome de “associação de produtores”, seguidas do nome de assentamento. As questões que se impõem no momento da construção do projeto e que envolvem a aquisição de maquinário, retirada dos primeiros créditos, construção das agrovilas e da infraestrutura básica, reforçam o aspecto racional-pragmático desse novo enquadramento das relações de gestão, cujos precedentes estão no agenciamento das ocupações pelos movimentos sociais, com base num apelo de solidariedade muito mais moral que instrumental.

Cumprir tratar aqui da mudança nos padrões de cooperação produtiva. Conforme a experiência anterior da grande maioria desses sujeitos, isto se baseava, verticalmente, no

dever de mando e obediência em que predominava a troca de favores amparada nos recursos do antigo proprietário de terras; horizontalmente, a cooperação produtiva se mantinha pelas trocas simétricas de bens e serviços, que se mantinham enquanto as partes envolvidas previssem vantagens nesse tipo de reciprocidade, cujo exemplo clássico é o mutirão. Com a introdução do associativismo, enquanto dispositivo de gestão comum da terra, incorre um modelo de ordenamento da cooperação produtiva em que os sujeitos devem consentir com a imposição legítima de um estatuto que rege obrigações e direitos comuns, em virtude do pressuposto de interesses compartilhados e racionalmente motivados.

Segundo o conceito weberiano, a associação compreende uma relação fechada para fora ou cujo regulamento limita a participação dos sócios no cumprimento de sua ordem, mediante ação de um *dirigente* e, eventualmente, de um *quadro administrativo*, que detém o poder de representação. A ordem estatuída deve conter normas pelas quais as ações de seus participantes devem se orientar. A ação associativa repousa na união de interesses racionalmente motivados e cuja “imposição” da ação sobre os sócios ocorre mediante uma relação de representantes e representados, dirigida por meio de vantagens e obrigações mutuamente consentidas. (WEBER, 2010).

Esses são os aspectos nos quais se baseia a formalização das associações de assentados. A filiação das famílias na qualidade de sócios implica a submissão contratual a esse padrão de ordenamento do espaço do assentamento que, diga-se, não é obrigatório, mas condição necessária para interlocução legítima das famílias com os agentes externos. Apesar dos pressupostos nos quais se baseiam, a instrumentalidade da racionalidade econômica das associações sofre a penetração dos aspectos subjetivos das relações interpessoais. Efetivamente a noção de associação não dá conta das dinâmicas de ação dos sujeitos, uma vez que presume uma uniformidade das interações com base em direitos e deveres legitimamente reconhecidos dentro dos critérios dessa associatividade.

A distinção central a se fazer aqui é que, nas associações, a ação é agenciada presumidamente na interação recíproca dos seus membros, orientados por regras consentidas e uma finalidade comum. Na prática, os dados têm demonstrado que o agenciamento dos propósitos de uma associação ocorre principalmente e conquanto haja o reconhecimento da autoridade de uma liderança – que, por sua vez, para tornar-se e manter-se liderança deve reunir recursos humanos e materiais lançando mão de conexões interpessoais – ao contrário do sentimento de deveres e obrigações recíprocas, contido na relação representante e representado. O ponto fundamental aqui é que a uniformidade das ações que permitem com que a associação alcance seus objetivos é menos racional e baseada em interesses comuns dependentes da figura centralizadora de uma liderança, que reúne, em torno de si, as interconexões pessoais que viabilizam a ação comum.

Sinteticamente, poder-se-ia dizer que o sentido da ação associativa não coincide com os critérios de associatividade. As tensões que dão origem a novos grupos começam justamente quando as dinâmicas sob as quais os sujeitos se orientam para a ação associativa entram em contradição com os princípios que regem a associação, o que, de alguma maneira, corresponde à fronteira das relações entre os sujeitos. É quando um novo líder surge rompendo com seu grupo e carregando consigo certa quantidade de descontentes. Obviamente que o surgimento de uma nova associação dentro do assentamento não depende exclusivamente da iniciativa de uma liderança. Mesmo que o impulso inicial seja seu, supõe-se que nessa altura ele já tenha alguma previsão dos membros que irão acompanhá-lo nessa iniciativa. Prosseguir com essa interpretação requer um detalhamento do cotidiano dessas interações, cujos dados não estão aqui disponíveis.

Conforme constatado na descrição das dinâmicas locais que movem a ação das associações, um grupo que tem por trás uma liderança “fraca” tende a ser envolvido pelo raio de atuação de outro grupo melhor estruturado, isto é, agenciado por uma liderança “forte”.

Daí pode-se debitar que a ação do grupo não coincide com os limites de sua associação, uma vez que uma associação pode “estar contida” nas ações de outra. Para compreender as dinâmicas com base nas quais os sujeitos se movimentam no acesso a políticas públicas, tentaremos interpretar os fatos seguinte à luz do conceito de “quase grupo” e “conjunto de ação” (BARNES, 2009).

Não tendo vínculo reconhecido com nenhum movimento social e sendo identificado por seus pares como uma pessoa com pouca escolarização, a atuação deste líder da primeira associação (Rosário) parece estar muito mais sujeita às mudanças na conjuntura das relações de força dentro do assentamento que as protagoniza. Um assentado, em entrevista, se refere a ele como “uma pessoa muito descuidada”. O rumo que tomou essa associação no momento em que se realizou a pesquisa levou outro assentado à seguinte descrição: “eles não se interessam e ninguém se interessa por eles”.

Sendo identificada por alguns como autoritária e centralizadora, a então líder do MST passa a ser alvo de acusações que a deslegitimam enquanto liderança entre alguns membros. Uma nova associação é então formada, tendo-a como presidente. Da mesma forma como ocorreu no assentamento Gonçalo Soares, o Assentamento Rosário também é dividido no momento em que as famílias são levadas a decidir sobre a construção das agrovilas e destino dos primeiros recursos. Duas agrovilas então são construídas: uma relativa à Associação Rosário e outra relativa à recém criada associação Canudos, nome que se convencionou chamar à parte que se desmembrou da composição originária.

As narrativas em torno desse conflito apontam para diferentes motivações dos sujeitos envolvidos. Uma delas narra que, no momento em que as famílias receberam os recursos iniciais para instalação das famílias, comumente chamado de “fomento”, cujo valor, na época, era de R\$ 2.400,00, surgiram divergências em relação à gerência desses recursos pelo MST ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceará-Mirim e Maxaranguape – entidade que se colocava no segundo plano das negociações, desenvolvendo ações paralelas ao movimento dos sem-terra. Conforme os relatos, a discrepância principal foi relativa a possíveis contribuições de recursos para o movimento. Não concordando com isso, as lideranças da associação Rosário buscaram apoio no STR, entidade representativa da FETARN, deixando o grupo do MST isolado, o qual, por sua vez, decidiu fundar uma nova associação, subtraindo 40 das 120 famílias da associação Rosário, que passou a contar com 80 membros.

Todas as outras falas incluem um forte tom personalístico, ao narrar esse conflito, o que reflete a posição dos sujeitos a favor ou contra os grupos criados. Conforme é usual em praticamente todos os assentamentos, a liderança que deu início à segunda associação é alvo de críticas pelo uso de recursos. Diz-se que as cestas básicas destinadas às famílias no momento da ocupação não eram distribuídas. Também se diz que a liderança do MST agia em nome do movimento, mesmo estando desligada deste. Em sua defesa, alguns assentados afirmam que ela, voluntariamente, se desligou do movimento, em razão de divergências ideológicas e que, pelo antecedente de militância, era confundida como ainda parte do movimento.

Originalmente, a divisão dos grupos é justificada a partir de uma divergência em relação à forma como o MST administra os recursos em sua associação. Daí decorre uma série de outras acusações, de caráter mais pessoal, que justificam a cisão dos grupos, com base em ofensas de natureza moral contra a liderança. Do outro lado, na Agrovila Canudos, os assentados também mobilizam um repertório de constrangimentos comunitários contra o grupo oposto, relativos à pretensa diferença no grau de escolarização entre as partes.

É importante notar que a Associação Canudos desenvolveu atividades de alfabetização dentro do assentamento porque, entre seus membros, havia professoras com experiência anterior de ensino em áreas rurais, dentre as quais se inclui a líder do MST. Além da suposta diferença de escolarização, membros de Canudos se referem à associação Rosário como

“preguiçosos” ou mesmo “drogados”.

A mobilização de constrangimentos comunitários, a partir de ofensas pessoais e morais, é expediente comum nestes e na grande maioria dos assentamentos com os quais tivemos contato, ao longo de toda a minha pesquisa com assentamentos rurais no Rio Grande do Norte. Isso faz parte do jogo de estruturação e fortalecimento dos grupos em oposição uns aos outros, cumprindo o duplo papel de justificar suas posições diferenciais dentro do assentamento e, ao mesmo tempo, desqualificar as ações do outro grupo, a fim de aumentar seu *status* relativo.

Com essa nova composição dos núcleos associativos o jogo de forças no assentamento se mantém estável por certo período – talvez os próximos 02 anos – momento em que são retirados e aplicados os primeiros créditos. A associação Rosário, sendo suportada pelo STR, retira os primeiros créditos e os aplica num projeto de pecuária que, segundo os entrevistados, fracassou logo no começo, pela inadaptabilidade dos animais ao ambiente físico do assentamento. Já a Associação Canudos engatou uma série de projetos num período curto de tempo e cuja ordem cronológica é difícil acompanhar. Isso se deve ao fato de que a líder, mesmo quando assume o rompimento com o MST, trás consigo os trânsitos políticos que havia acumulado na sua experiência com o movimento, o que certamente tem influência na sua reconhecida capacidade de acesso a informações privilegiadas, bem como fontes de investimento na forma de projetos produtivos.

Com os créditos iniciais, a associação Canudos aderiu ao projeto do mamão para exportação, desenvolvido pela mesma empresa Caliman Agrícola S/A e segundo o mesmo modelo desenvolvido na Associação Gonçalo Soares, assentamento Gonçalo Soares Coelho. Com o fim do contrato, a associação buscou renovar o projeto, em parceria com outras empresas, garantindo o escoamento da produção e conferindo certa perenidade à iniciativa.

Desse projeto, 16 famílias parecem ter saído fortalecidas, formando, posteriormente, uma cooperativa de mesmo nome que passou a sediar projetos de alto desempenho – se comparados com o conjunto dos assentamentos do estado. Contando com uma área irrigada de 46 hectares na parte coletiva desta agrovila, os membros da cooperativa cultivam mamão, banana, macaxeira, jerimum, melancia e milho, vendendo para prefeituras do entorno, chegando até à capital, bem como feiras locais e mercados institucionais dos programas PAA e PNAE. Durante dois anos consecutivos, o presidente da cooperativa afirma que forneceram para o PAA, via CONAB e EMATER, como para o PNAE. Foram beneficiadas escolas da sede do município e cidades vizinhas, creches, associações espíritas de caridade e hospitais. Contudo, os projetos não foram renovados nos últimos anos, devido aos mesmos problemas enfrentados pela associação José Rainha no assentamento Gonçalo Soares: a tabela de preços da CONAB está desatualizada e praticam preços defasados, em relação aos preços do mercado local. A cooperativa, por sua vez, parece não ter grandes problemas relativos ao contato com mercados, de modo que seu fornecimento ao PAA/PNAE é descontínuo, na medida em que é ponderado entre as opções concorrentes.

O grande destaque dessa cooperativa é a produção de peixe (tilápia) em cativeiro. No momento da realização da entrevista, havia 07 tanques de criação, com projeto de ampliação dessas unidades e aquisição de um frigorífico para estocar a produção. Segundo relatos dos membros da cooperativa, em 2013 eles haviam vendido 32 mil reais em peixe para modalidade de Compra com Doação Simultânea do PAA, executada pela EMATER/RN⁴⁴. A produção de tilápia é um dos fatores que projeta o assentamento como “modelo” em todo o estado. Não por acaso ele tem sido alvo de muito interesse acadêmico e mesmo político.

⁴⁴ A compra se refere ao período da semana santa em que a demanda é particularmente grande, uma vez que a tradição católica sugere substituir carne vermelha por peixe. É costumeiro que pessoas de prestígio, como políticos ou comerciantes, realizem doações de peixes nesta semana. Sendo as EMATERs um canal de contato com os trabalhadores rurais, é costume em alguns municípios elas realizem a distribuição do produto.

No ano de 2009, o então presidente Lula visitou o assentamento e elogiou em seu discurso local da produção de mamão e tilápia, bem como os rendimentos estimados em R\$ 700,00 por família. No ano seguinte, a líder do núcleo Canudos, ex militante do MST, se lançou numa candidatura a deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sem atingir o pleito. Em relação a isso, assentados dos grupos que lhe fazem oposição dizem que, internamente, sua votação foi mínima, e acrescentam que mesmo quando o então presidente da república visitou o assentamento, ela precisou trazer pessoas de fora para formar uma plateia, tamanha é a rejeição da líder entre seus pares. Daí pode-se debitar uma clara tentativa de sua base de apoio enquanto liderança. A declaração emitida por ela, de que as famílias estariam ganhando R\$ 700,00 por mês e que serviu de referência para o discurso do presidente Lula também serviu de subsídio para controvérsias que, alegando calúnia e superestimação do valor, abriram um processo judicial contra a líder. Conforme será explicitado, os processos judiciais se tornaram bastantes usuais na disputa entre os grupos associativos deste assentamento, que frequentemente recorrem a mediação jurídica, talvez pelo balanço muito instável das forças, bem como pela legitimidade que uma sentença judicial implica, em favor das ações de um grupo.

No mesmo sentido, a presença dos atores políticos e agentes governamentais é disputada de modo muito acirrado, na forma de parcerias que na representação dos assentados são traduzidas como “apadrinhamento”. A esse respeito, cumpre citar a construção de um centro comunitário na agrovila canudos, com fundos do Banco do Brasil, agenciado dentro das redes de contato da líder. Rumores dão conta de que a líder haveria investido uma aproximação pessoal com o técnico da agencia bancária local responsável pela construção do centro, a fim de agilizar o processo, o que pode ser uma tentativa de desqualificação da liderança com base em seu carisma e hospitalidade⁴⁵. Argumentos dessa mesma natureza serão mais adiante usados contra uma forte liderança de outro grupo associativo que se estruturou no desencadeamento das oposições entre os grupos.

Esse mesmo centro comunitário que, conforme foi dito, fica localizado na parte da agrovila Canudos, passou a receber uma série de cursos e eventos abertos para participação de todos os assentados, indiscriminado o grupo do qual fazem parte. No momento de nossa entrevista havia sido concluído um curso à distância de técnico em aquicultura e outro curso de técnico em nutrição. Do primeiro, participaram 28 alunos, sendo 08 da própria cooperativa e 20 da grande região do Mato Grande. Há ainda a expectativa local de receber um curso superior em cooperativismo.

Todos esses projetos são identificados, tanto pelos assentados de um núcleo quanto do outro, como uma realização nominal da líder. Faz-se menção, com muita frequência, aos termos: “a associação de fulana”, “a cooperativa de fulana” e “os projetos de fulana”. É notável que os cursos trazidos para o assentamento ajudam a qualificar os quadros de sua própria associação. A atual presidente desta associação, por exemplo, que concluiu o ensino médio depois de entrar no assentamento, formou-se no curso técnico de aquicultura e já é candidata ao futuro curso superior em cooperativismo. Os assentados que foram perguntados quanto ao acesso a esses cursos foram unânimes em afirmar que são abertos para pessoas interessadas, dentro e fora do assentamento. Os que fazem objeção dizem que não participam porque “não tem interesse”, e que conforme uma de suas principais opositoras, a presidente da associação Nova Esperança – referenciada logo adiante – “o que a gente puder fazer pra ficar

⁴⁵ Na ocasião de outra pesquisa, estivemos em sua casa para uma entrevista e a líder se apresentou muito gentil, oferecendo um pequeno lanche no meio da entrevista que se alongou por algumas horas. Há que se considerar que sua performance política, enquanto liderança, pode implicar um certo carisma com pessoas com quem ela lida para representar os interesses da associação. No jogo dos conflitos internos isso pode ser usado contra ela para insinuar tentativa de cooptação.

longe dela a gente faz”.

É inegável que o projeto do mamão, do tanque de tilápias, do centro comunitário, cursos técnicos e outros projetos menos citados pelos assentados – como, por exemplo, a construção de uma casa de farinha, plantação de girassol em parceria com a Petrobrás para produção de biodiesel e viveiros para criação de abelhas – foram viabilizados mediante rede de influência da líder. Além de se auto identificar como educadora – o que supõe um capital escolar que por si só já a distingue da média dos assentados – sua imersão no MST parece ter sido longa o suficiente para que ela acumulasse trânsitos políticos privilegiados, no contato com os núcleos militância e articulação. No vídeo de divulgação de sua candidatura, a deputada estadual⁴⁶, diz-se que ela apoiou as primeiras ocupações do estado enquanto representante do movimento. Também é divulgado que ela é uma das fundadoras da ARCO⁴⁷, que articula cooperativas de todo o Mato Grande. A Cooperativa dos Produtores de Canudos (COOPEC) tem hoje 126 afiliados em todo o Mato Grande. Atualmente, a ex-presidente ocupa o cargo de Secretária de Pesca na Secretaria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte. É digno de nota que um dos militantes do movimento, que junto com ela participou da ocupação do assentamento Rosário, ocupou a cadeira de vereador no município vizinho.

O conjunto desses fatores demonstra as bases sob as quais a líder – que chega ao estado sem nenhum precedente de contatos pessoais e, em particular, no assentamento sem nenhum laço de parentesco que possa mobilizar para o compartilhamento das ações que concentra – conseguiu se inserir, de maneira muito qualificada, na rede dos atores locais, encabeçando os projetos acima citados, assim como uma série de outros que ainda buscam meios de aplicação. Atualmente, sua atuação parece ter se deslocado para instâncias da administração pública, mas, sendo uma figura de grande projeção tanto local quanto no próprio estado e se mostrando aspirante a carreira política, o assentamento Canudos parece ter se tornado sua bandeira política.

Tanto pela concentração das ações que ela lidera quanto pela projeção pública que ela passou a ter, é previsível que se tornasse o principal alvo de disputas dentro do assentamento. Além dos processos judiciais que ela responde, pelos mais variados motivos, há ainda a suposição de que suas demandas são viabilizadas porque seus projetos são lançados em nome do conjunto de famílias do assentamento (120), ao invés dos membros de sua associação e cooperativa (25). Isso aumentaria o número de demandantes, conferindo mais relevância aos projetos e sua consequente aprovação. Somada a uma imagem de pessoa autoritária e centralizadora – comum à grande maioria dos sujeitos que se profissionalizam no papel de liderança nos assentamentos – o apoio ou objeção à sua pessoa tornou-se um divisor de águas dentro do projeto.

É dessa maneira que, em 2002, é criada a Associação Nova Vida, subtraindo 15 membros da associação Canudos, que passou a contar com 25 famílias. As falas sobre as origens dessa cisão inscrevem-se no momento de acesso à construção das casas e apontam para razões genéricas que orbitam em torno da representação construída sobre a líder de Canudos. A interpretação das queixas leva a crer que a terceira associação do assentamento Rosário surge devido à necessidade de um grupo de participar mais ativamente das decisões da associação, o que supostamente estaria sendo abafado pelo papel da líder. “Ela queria mandar em tudo” disse um dos membros da ANV. A despeito disso, a nova agremiação

⁴⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JffyZocLg>

⁴⁷ A Arco Mato Grande atua na organização social e política de assentados da reforma agrária e comunidades na região do Mato Grande/RN, em quinze municípios. Desde 2003, organiza a produção e comercialização de produtos agrícolas, como: sorgo, mamão, banana, melancia, girassol, etc. Na criação animal o destaque é a criação de tilápia, bovinos e ovinos. Essas iniciativas têm criado uma referência para a reforma agrária regional.

parece ter surgido de forma eminentemente reativa, de modo que não se registra nenhum projeto ou ação concreta sob seu domínio. Atualmente, ela encontra-se completamente inoperante, tendo sido incorporada entre as ações de outra associação que será descrita logo em seguida e que também se coloca do lado da oposição ao núcleo Canudos.

A associação Nova Esperança surge subtraindo, aproximadamente, 20 membros da Associação Rosário e pelo menos 02 membros da Cooperativa Canudos, dentre um grupo de 03 pessoas dos 16 sócios que resolveram revogar sua participação também movendo um processo judicial para serem restituídos de sua cota-parte. Sendo uma das principais do assentamento, conta com diferentes versões para os conflitos que lhe deram origem, todas elas envolvendo conflitos por liderança. Uma dessas versões diz que, com o desligamento oficial da líder de Canudos do movimento dos sem-terra, a presença do MTS no assentamento ficou muito difusa, isto é, sem nenhuma representação efetiva. Foi quando, dentro da Associação Rosário, surge uma mulher, também professora, que passa a reclamar a representação legítima do movimento no lugar. Dado a indefinição da filiação da Associação Rosário com o STRs ou com MST – que, ao que tudo indica, não compartilhavam posições comuns – a decisão de manter parceria somente com o sindicato resultou na saída dos que apoiavam o MST, os quais, por sua vez, fundaram uma nova associação, sob a liderança dessa professora.

Outra versão tem um viés muito mais passional e moral, isto é, um novo relacionamento e a separação da professora do seu esposo, então presidente da Associação Rosário, teriam levado o novo casal a fundar outra associação, assumindo a filiação com o MST e deixando a Associação Rosário sob parceria com o sindicato. A professora, então presidente da associação, narra as origens de sua associação como uma tentativa de reinstaurar “a verdadeira presença do MST no assentamento”.

O quadro dessas ações parece ser muito bem qualificado, em termos de capital cultural: além de, conforme foi dito, a presidente se auto identificar como educadora, sua filha lidera ações no centro de formação do MST que fica na sede do município e seu filho é um dos principais líderes estatuais do movimento. Outros membros da Associação Nova Esperança tiveram acesso ao nível superior de ensino, mediante os cursos de Magistério da Terra, oferecidos neste mesmo centro de formação, em parceria com a UFRN. Com exceção da presidente, que se mantém no cargo, já há algum tempo, e do seu filho, que não participa diretamente das ações desta associação, os demais membros acima descritos se alternam nos cargos da diretoria.

Com essa composição do que se está tratando aqui como “núcleo dirigente”, a Associação Nova Esperança conseguiu estabelecer-se rapidamente entre as principais fornecedoras aos programas PAA e PNAE no município de Ceará-Mirim. Embora o fornecimento ao PAA esteja atualmente interrompido – pelas mesmas razões de depreciação dos preços em relação ao mercado local –, a presidente afirmou em entrevista que sua associação, no começo, fornecia regularmente, mediante a CONAB, para instituições consumidoras como: hospitais e APAEs⁴⁸. Mais recentemente, ela afirma que as instituições consumidoras passaram a ser os acampamentos do MST, de onde se supõe uma articulação com as próprias organizações do movimento que correspondem a associações civis, portanto passíveis de receberem e distribuir os alimentos.

O PNAE é, segundo a presidente, um mercado institucional mais atraente, o qual mantém fornecedores, já há alguns anos, para escolas da rede pública do município em que se insere o assentamento. Sendo justamente o mais atraente, o PNAE é também o maior alvo de disputas e controvérsias. No momento de nossa entrevista, a ANE era, juntamente com outra associação do assentamento vizinho, também ligada ao MST – resultado da desapropriação do conjunto dos imóveis rurais que deram origem a Rosário – os únicos fornecedores ao

⁴⁸ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

programa. A relativa “exclusividade” destas duas associações no acesso ao programa é alvo de muita controvérsia, dentro e fora do assentamento. Na semana anterior à nossa visita, houve uma audiência pública provocada pelas associações interessadas no acesso ao programa que se consideravam excluídas do circuito de informações relativas a chamadas públicas e procedimentos iniciais e acesso.

No Assentamento Rosário, pelo menos duas associações demonstram interesse no acesso ao programa, justificando seu não acesso a partir de uma representação comum de favorecimento dos dois grupos atualmente envolvidos. O presidente da Associação Rosário – a menos ativa e mais dependente do suporte de atores externos – afirma que, apesar do interesse, não acessa o programa porque “os técnicos não convidam”. Mais adiante, ressalta o apoio dos técnicos da secretaria de agricultura na elaboração dos projetos. Conforme foi dito, esse presidente é comumente identificado por outros assentados como uma liderança “fraca”, “sem instrução” e “acomodada”. Desse modo, as críticas feitas em relação ao acesso ao PAA e PNAE os colocam numa posição relativamente passiva: “o problema é que a gente não era comunicado”. Em outro momento: “ano que vem vai abrir recurso para 05 associações acessarem o PNAE, aí o técnico disse que ia botar a gente”.

Por outro lado, há críticas convergentes, com outras falas que apontam sobremaneira para dificuldades no acesso às informações que, segundo afirmam, circulam dentro de um circuito específico que faz com que alguns grupos tomem conhecimento de chamadas públicas, e outros não. Este mesmo presidente afirma que “quando a gente vai procurar saber [do edital de convocação] eles dizem que já passou”. Por sua vez, o presidente da associação Novo Horizonte – a última a surgir neste assentamento e sobre a qual trataremos logo em seguida – apresenta uma queixa na mesma direção: “eles [o MST] estão por dentro da coisa, quando a gente fica sabendo, já passou...”.

A presidente da ANE, por seu turno, contra argumenta, demonstrando que o acesso de sua associação ao PAA, e principalmente ao PNAE, é alvo de polêmica no assentamento. Portadora de uma arguição muito bem articulada, no ponto da entrevista em que é lançado o tema do PNAE, ela parece fazer questão de demonstrar familiaridade com as regras e procedimentos formais de acesso ao programa: “As associações concorrem por chamada pública [ênfase nestas palavras] e vencem por licitação. A ANE venceu 06 itens [do cardápio escolar de Ceará Mirim] e a associação do Riachão venceu os outros 06 itens”. Rebatendo as críticas que sugerem um acesso privilegiado de sua associação, ela afirma: “eles tem que correr atrás também, assim como a gente fez”.

Cumprir notar que, mesmo quando as condições de acesso ao programa são superadas no nível interno, em nível municipal, a associação encontra-se em plena disputa com concorrentes locais. Esta presidente, com muita frequência em sua fala, reclama das barreiras que encontra nas negociações com articuladores responsáveis pelo PNAE no município. A primeira delas é que, apesar de o município ter acrescentado 20% no volume de alimentos provenientes da agricultura familiar para merenda escolar, além dos 30% obrigatórios por lei, há mecanismos – segundo sua sugestão, arbitrariamente criados – para impedir que mesmo a cota dos 30% seja atingida. Em sua entrevista, ela afirmou que a prefeitura deveria gastar 700 mil para cada uma das duas associações fornecedoras, mas a nutricionista do município limita a demanda dos alimentos provenientes da agricultura familiar no cardápio escolar, fazendo com que as associações forneçam menos do que o previsto: dos 700 mil, forneceram, em 2013, somente 400 mil.

Cumprir aqui mencionar que há registros informais de colegas pesquisadores cujos trabalhos envolvem algum contato com o PNAE no estado, apontando que não são incomuns manobras, no nível dos executores, que visam limitar a participação da agricultura familiar criada pelo programa de aquisições. Trata-se de uma tentativa de manutenção das redes precedentes de fornecimento, de algum modo ameaçadas pela inclusão competitiva da

agricultura familiar num espaço em que ela estava ausente.

Em relação ao PNAE, há fontes informais que dizem que é comum escolas no estado desenvolverem estratégias para não cumprirem com cota obrigatória de 30% da merenda proveniente do programa – exemplo é o caso já citado de limitar os itens do cardápio – para benefício de antigos fornecedores, como supermercados, os quais mantêm com a escola algum tipo de troca de favores. Isso não necessariamente envolve troca de favores pessoais com a direção da escola, mas pode incluir acordos em que o supermercado fornece, por exemplo, material para escritório e cobra como alimento, induzindo a escola a lidar com a falta daqueles recursos para a aquisição destes.

Em relação ao PAA, têm-se informações de cooperativas no Oeste do estado que supostamente sofrem perseguições quando membros do conselho municipal da agricultura familiar não reconhecem os certificados que os autorizam a fornecerem alimentos processados ao programa. Acredita-se que eles agem sob influência de empresários locais, concorrentes diretos desta cooperativa, que visam minar a participação da agricultura familiar no mercado de aquisições públicas.

Embora esses fatos só possam ser apresentados aqui enquanto comentários informais, eles sugerem outros obstáculos, num nível fora das dinâmicas internas dos grupos associativos, relativos a disputas que são travadas mesmo pelos grupos que superaram as dificuldades de acesso dentro de suas associações. Ao passo em que se inserem no circuito do mercado local, passam a disputar as aquisições institucionais com comerciantes e empresários que tenderão naturalmente a apelar para a manutenção de suas parcerias já consolidadas, acionando para isso agentes responsáveis pela gestão do programa.

Desses apontamentos, é importante reter que, tanto para superar as dificuldades internas de acesso aos programas de aquisições quanto para criar e manter uma “clientela” de entidades consumidoras, as associações/cooperativas precisam se aparelhar de uma rede de relações, no plano local e na interação com os atores externos. Internamente, foi observado que os grupos que gerenciam as atividades de sua associação, de forma a atingir um nível de produção constante e suficiente para se comprometerem com o fornecimento de alimentos para as entidades consumidoras, o fazem a partir da direção de um “núcleo dirigente” – que coincide, mais ou menos, com a diretoria – de sujeitos conectados por laços interpessoais; mobilizando, consciente ou inconscientemente lealdades de parentesco, amizade, militância, que possam dar coesão interna e estruturação das ações do grupo, inclusive a cooptação ativa ou passiva de outros membros que possam colaborar com essas ações. Uma vez estruturados, eles dependerão de trânsitos políticos e influências também interpessoais, dos quais possam se valer para, por exemplo, pressionar para que seja cumprida a cota obrigatória de 30% de aquisições provenientes da agricultura familiar na merenda escolar, ou capacidade de barganha nos conselhos para evitar arbitrariedades em favor de terceiros.

O fato é que a meta de inserção desse setor no espaço formalmente garantido das compras governamentais passa pela superação de uma série de barreiras. A primeira delas diz respeito à qualidade da organização das famílias, seguida da reestruturação das agências mediadoras, em especial EMATER e CONAB, que, nas décadas anteriores, passaram por um intenso processo de sucateamento. A segunda compreende a maneira como esses grupos se conectam aos atores capazes de dar suporte a suas ações em nível local. Muitas das associações existentes nos assentamentos do Rio Grande do Norte, conforme pude perceber durante meu trabalho no INCRA-Ambiental, simplesmente estão imersas em dívidas e fora de condições burocráticas de acessar os programas de aquisições. Mesmo entre o reduzido número das que estão em condições de acessar os programas, existe uma tendência, pela própria capacidade dessas associações de cumprirem com as contrapartidas estipuladas junto às agências públicas e as instituições consumidoras, de uma relativa “inércia” em torno das mesmas associações que já acessam. A terceira tem a ver com a precariedade do acesso dessas

associações à informação, especialmente relativas às chamadas públicas para submissão de projetos. Na falta de um procedimento padrão de divulgação dessas informações, as chamadas acabam circulando entre laços interpessoais. O fato de haver, na atualidade de nossa pesquisa, apenas 02 associações em toda a região do Mato Grande acessando o programa, fez com que fosse provocada uma audiência pública para discutir as dificuldades de acesso ao programa.

Contando com melhores trânsitos institucionais, as associações que são suportadas pelo MST apresentam os melhores desempenhos em relação às demais no acesso aos programas. O contato com atores políticos e seus respectivos espaços, por onde circulam informações privilegiadas, é componente que projeta essas associações para fora do plano local, colocando suas lideranças em contato com agentes que poderão oferecer suporte para suas ações. Esse movimento é o que descreve o surgimento da Associação Novo Horizonte, a quinta e última associação a ser criada no Assentamento Rosário.

Os conflitos que deram origem à Associação Novo Horizonte têm início quando, segundo narrativas, um antigo membro da associação Rosário “queria ser mais que o próprio presidente” e, por esse motivo, foi desligado. O grupo surge, então, sob essa liderança, contando com 17 membros, sendo 10 provenientes desta primeira associação e 07 da Associação Nova Esperança. Um desses últimos justifica que rompeu laços com a sua associação anterior porque “a gente participava, mas não via a conversa...”. Com o termo “conversa” ele se refere às discussões que ocorrem nos limites do “núcleo dirigente” e que não chegam na forma de resoluções nas assembleias. Na tentativa de chegar a uma afirmação mais conclusiva em relação ao argumento, ele declara: “o problema são as lideranças”. Cumpre mencionar que esta pessoa hoje compõe um seletivo grupo de produtores dentro da associação Novo Horizonte que desenvolvem um projeto de produção de polpa de frutas, participando ativamente das decisões do seu grupo. Sobre isso discutiremos mais adiante, mas, antes, é importante desenvolver algumas questões sugeridas em seus comentários.

Se, formalmente, as assembleias são espaços onde as questões são abertamente discutidas e, com base nisso, decisões são tomadas, efetivamente, há dentro das próprias associações divergências de opiniões e de interesses que, por vezes, se desdobram em divergências pessoais mais ou menos veladas. Partes dessas divergências dificilmente são manifestadas e negociadas no espaço das próprias assembleias, sendo sinalizadas somente de maneira muito discreta. Contudo, é muito provável que os sujeitos ali presentes tenham certa previsão das posições relacionais uns dos outros. Isso porque os temas da pauta das assembleias costumam ser debatidos antes, e fora do seu espaço, circulando entre fofocas, conversas de varanda, isto é, na “consulta” despreziosa da opinião dos amigos. Assim, os temas que são postos numa pauta de assembleia costumam ser anteriormente ensaiados e avaliados em relação aos diferentes interesses que podem estar em jogo na hora do encontro.

Boa parte das divergências que os assentados comumente projetam nas lideranças está baseada no que eles identificam como uma gestão que ocorre à revelia de sua participação nas assembleias. Não por acaso, a Associação Novo Horizonte restringiu a entrada de novos membros, por reunir membros com algum tipo de descontentamento com relação à sua experiência associativa anterior, o que converge, mais ou menos, para os problemas que acabamos de descrever. Esta associação desenvolve reuniões semanais, quando “tudo é discutido dentro da associação”, conforme enfatiza um dos seus membros.

Em razão de ser uma das últimas associações a serem criadas no assentamento e estando mais ou menos fora do raio de influência do sindicato ou MST, a Associação Novo Horizonte parece ter surgido reunindo um grupo pequeno e heterogêneo de sujeitos que parecem ter em comum a intenção de participar mais ativamente das decisões internas. Eles com frequência citam a “transparência” como uma vantagem encontrada nessa associação e a confiança no presidente que se mantém no cargo desde que ela foi criada. Sua dinâmica de organização interna parece recorrer bastante aos princípios contratuais do associativismo, na

forma de deveres e direitos compartilhados entre os sócios e no reconhecimento da liderança como o representante legítimo de todo o grupo.

O presidente tornou-se liderança reunindo capacidades fora do circuito convencional de formação dentro dos movimentos sociais, mediante arranjos tecidos no percurso de oportunidades mais ou menos eventuais. Um ponto de partida que vale a pena recuperar de sua trajetória de trabalho é a profissão de comerciante “de porta em porta”, ocupação que tinha antes de sua chegada ao assentamento. Esse tipo de comércio é comum em zonas rurais e pequenas cidades nas quais uma pessoa, costumeiramente chamada de “prestacionaista”, oferece mercadorias de uso doméstico, mediante venda parcelada, que ela deverá vir, pessoalmente, resgatar, de acordo com as condições e prazos de pagamento estabelecidos. Nessa mesma oportunidade, oferece novos produtos, reforçando ou rompendo as relações de clientela e crédito.

Esse tipo de ofício é reconhecidamente desenvolvido por pessoas bem articuladas, dotadas de capacidade de persuasão – na medida em que tentam convencer outras a comprarem produtos que não necessariamente necessitam no momento de visita –, habilidade de negociar e fazer cobranças sem que isso gere constrangimentos na sua relação com os clientes. A partir dessa conjectura, infere-se que o líder passou a ter uma participação dentro da associação anterior que justifica que o olhar de alguns assentados sobre ele: “uma pessoa que queria ser mais que o próprio presidente”. Adiciona-se a isso um curso que fez de formação de lideranças, oferecido no assentamento pelo SEBRAE, um componente que ele destaca em sua entrevista como tendo sido de grande ajuda na sua trajetória de liderança.

Uma questão fundamental é como o líder reuniu contatos interpessoais que o inserissem num circuito de informações, parcerias e suportes institucionais, a partir dos quais pudesse rapidamente estruturar sua associação como uma das mais produtivas do assentamento. Sobre isso ele é contundente em salientar o papel que teve sua participação nas reuniões mensais do Fumac: “a gente vai andando e acaba conhecendo todo mundo. Comecei no Fumac e lá vai... lá vai... já era tesoureiro”. Ao longo de toda a sua fala, o presidente faz questão de expor, com uma leve sugestão de vaidade, o contingente de relações pessoais que ele havia acumulado entre técnicos e agentes de empresas públicas. Remontando às origens de cada projeto, ele cita o nome das pessoas com as quais “conversou”, insinuando algum tipo de proximidade e conferindo um tom quase de amizade com elas. Esse é mais outro exemplo de como os sujeitos representam os contatos institucionais entre eles e os agentes externos. Isto é, na forma de mediações informais e pessoais. Fazendo um balanço das associações no Assentamento Rosário, poder-se-ia dizer que das 05 associações – não fazendo aqui distinção entre a associação e a Cooperativa Canudos – 03 encontravam-se, na atualidade desta pesquisa, desenvolvendo atividades produtivas e acessando políticas públicas. As outras duas associações, Rosário e Nova Vida, foram absorvidas pelas ações das associações Canudos e Nova Esperança, respectivamente. A associação Novo Horizonte, ao mesmo tempo em que tentava reforçar os traços de sua autonomia, também demonstrava um alinhamento com a associação Nova Esperança, particularmente no que diz respeito ao apoio moral no enfrentamento de questões judiciais.

É fácil perceber que as ações desses grupos, quando vistas ao longo do tempo e menos que num momento específico, correspondem a uma superposição de conjuntos-de-ação, agenciados pela figura de um líder, que se aglutinam conferindo as fronteiras instáveis aos grupos e o sentido das dinâmicas de sua organização. Essas relações são egocêntricas, uma vez que se constituem a partir de um “ego”, sem o qual toda ação pode se desfazer. Dentro dessas redes de ação, que se constituem de interações interpessoais em que o “ego” se conecta diretamente com cada membro do grupo, há zonas em que essas conexões adquirem maior *densidade*, na medida em que os membros estão conectados não somente à liderança, mas também entre eles mesmos. Isso coincide conceitualmente o clique: um conjunto de pessoas

nas quais cada uma é adjacente a todas outras (HARARY, 19959 apud BARNES, 2010, p. 188). Ou segundo a noção de Mayer (2009, p. 164): “um conjunto de indivíduos associados informalmente, mantendo elevado nível de interação e ‘uniformidade’ em suas atividades”. Também pode ser confundido com o que chamamos aqui de “núcleo dirigente”, referindo-nos a laços de comprometimento horizontais que se ligam organicamente à liderança no desenvolvimento das ações da associação. A ideia de um núcleo remete à descrição de Mayer de “quando os membros mais constantes também estão, ao mesmo tempo ligados, diretamente ao ego” (2010, p. 164).

O que aqui se refere aqui como faccionalismo como lente de análise das dinâmicas de organização associativa voltada para o acesso de políticas públicas, tenta, antes de qualquer coisa, desvincular o sentido da ação dos grupos dos princípios estatutários de uma associação – o que inclusive orienta pressupostos da produção acadêmica. Nesse sentido, é muito mais oportuno a ideia de conjuntos-de-ação e quase grupo, tal qual formulação de Mayer (2010, p. 164): ações sucessivas originadas a partir de um ‘ego’, que criam um contexto de atividade permanente, associando indivíduos sem nenhum laço formal.

Segundo o mesmo autor, as facções são quase grupos, na medida em que são unidades de conflito acionadas em ocasiões específicas. Elas são vagamente ordenadas e suas bases de arregimentação aparecem mediante de uma serie de interconexões da autoridade pessoal do líder com seus seguidores. Baseiam-se, portanto, muito mais em transações que em questões de princípio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço empreendido neste trabalho de tese tem o sentido de refletir sobre alguns dos princípios que norteiam a leitura da organização produtiva em assentamentos rurais. A opção pelas “dinâmicas faccionais” como chave interpretativa se deu em razão desta oferecer uma abordagem que, indo além das convencionais, recupera a centralidade dos conflitos enquanto elemento estruturador da organização dos grupos.

Quisemos fazer um contraponto com o que se considera uma *substancialização* de certos padrões coletivos de organização, traduzido na maneira como é pensada a participação nesses núcleos, e que parece ter conduzido a uma explicação normativa e polarizada desses contextos. Nesse sentido, é flagrante a forma de qualificar as ações dos grupos em termos de “mais organizadas” ou “menos organizadas”, “participativas” ou “não-participativas”, “coletivistas” ou “individualistas”.

A ideia de compreender as dinâmicas locais de organização produtiva a partir de uma abordagem faccional, remete ao que Bourdieu (1989) se refere no capítulo “Introdução a uma sociologia reflexiva”, de *O poder simbólico*, como questionar o lugar canônico de objetos científicos pré construídos. A apreensão da organização nos assentamentos, enquanto objeto de pesquisa sociológica no Brasil, longe de ser um esforço descontínuo de intelectuais isolados, responde a um exercício mais ou menos articulado de escolha de fontes bibliográficas, metodologias e abordagens comuns, inscritas, basicamente, no universo das produções sobre assentamentos rurais no campo da sociologia rural.

É previsível que as interpretações sobre um mesmo objeto (pré-construído) conduza a certo grau de inércia em relação à escolha dos parâmetros de análises. Um sociólogo, para contar com o reconhecimento de outros que compartilham de um mesmo saber específico, tem que necessariamente entrar em contato com o que já foi produzido sobre o tema. “Uma apreensão modesta de suas capacidades científicas só pode crescer na medida que cresce o conhecimento do que mais recentemente foi adquirido em matéria de métodos, de técnicas, de conceitos ou de teorias” (BOURDIEU, 1989, p. 22-23).

Pensar a organização dos assentamentos como faccional representa um esforço um tanto ousado, na medida em que se distancia dos métodos e formas de abordagem já constituídos em torno do objeto. Obviamente seria mais “seguro” pensá-lo do ponto de vista das teorias sobre participação, capital social ou redes. Mas a escolha da abordagem faccional se justifica pela capacidade que tem de realçar algumas ambivalências presentes na forma como a organização dos assentamentos vem sendo abordada.

Seria impossível para um trabalho de quatro anos, que se dividiu em disciplinas acadêmicas, pesquisas de campo e estágio doutoral no exterior, disputar, de maneira suficientemente qualificada, o modo como se interpreta a organização dos assentamentos. Trata-se muito mais de acrescentar uma possibilidade de abordagem, dentro do repertório das abordagens já existentes. E, ainda assim, o que está aqui escrito é apenas um esforço inicial.

É importante reforçar aqui que o sentido da organização produtiva nos assentamentos é um processo em aberto e em plena disputa. Da mesma forma que o curso da reforma agrária foi disputado, conforme visto, por atores com propostas divergentes, como o Banco Mundial e o MST, no microuniverso de cada assentamento é possível visualizar grupos alinhados com empresas agroexportadoras, outros com o MST e outros com a prefeitura local – uns apresentando alto dinamismo produtivo e outros com existência meramente formal. Tanto pela diversidade de interesses que famílias podem reconhecer na participação de suas associações, quanto pela não-coincidência dos significados investidos pelos atores, é

impossível interpretar a organização de um assentamento a partir de categorias que supõem homogeneidade.

Conforme exposto no capítulo II desse trabalho, a tentativa de explicação das dinâmicas locais de organização dos grupos na produção acadêmica recente tem buscado nas noções de “*ethos* camponês”, “economia moral” e “identidade” princípios gerais de solidariedade, cooperação, agregação e pertencimento, fora dos quais as diferentes formas de tensões, conflitos e enfrentamentos aparecem como desvios da “natureza” desses grupos.

A maneira como foi pensado o caráter “coletivo” das famílias certamente carrega traços de como o campesinato foi interpretado, desde o debate clássico entre populistas russos e marxistas ocidentais – conforme descrito no capítulo I. A busca de constituição do campesinato como sociedade autônoma, contra as investidas dos marxistas clássicos que afirmavam que o campesinato era residual e em vias de decomposição, levou os populistas e as correntes de pensamento neles inspiradas a desenvolverem princípios de agregação que permitiam a continuidade da forma camponesa, ao longo do tempo.

Sendo um segmento social que se reproduz pela relação com a terra, explorando o trabalho familiar e motivado pela autossatisfação de suas necessidades, é possível falar das famílias assentadas como camponesas. Contudo, sendo o assentamento também um território de “desenraizamentos e descartes” (DUARTE, 2005), é impossível interpretar a ação desses grupos com base só no reconhecimento de lógicas de ação comum, mesmo que sejam os direitos e deveres contraídos no ato de se tornarem assentados.

Nesse sentido, a noção de facção como chave analítica faz-se oportuna em, pelo menos, dois sentidos: primeiro, incorpora a dimensão do conflito como a própria maneira mediante a qual os grupos se estruturam e se movimentam na disputa por *status* relativamente diferencial dentro do assentamento, buscando reunir condições materiais e simbólicas para esses propósitos; segundo, porque esse esquema de análise realça a distribuição desigual de recursos que estão na base de organização desses grupos – contatos externos, trânsitos políticos, habilidades técnico-burocráticas; terceiro, porque a noção de facção propõe outros princípios de análises fundados em relações no conjunto de retribuições e lealdades políticas, a partir de uma diversidade de laços solidários que organizam a ação coletiva dos sujeitos para além dos princípios de classe ou identidades sociais (ALAVI; HOBBSAWM, 1976)

As relações interpessoais, baseadas em forma de amizade, vizinhança, laços de pertencimento religioso ou militância, também são estratégicas, do ponto de vista da organização produtiva. Elas preenchem o vazio que as regras não cobrem ou não operam efetivamente. Tentou-se demonstrar que esses “princípios de solidariedade” são reforçados ou enfraquecidos dentro de coalizões de poder, criadas a partir da necessidade de acessar políticas públicas. Por essa razão, recorreu-se ao modo como as famílias acessam políticas públicas para a agricultura familiar - com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - como recurso heurístico que favorecesse a construção da interpretação que nos dispusemos a criar. A ênfase nesses dois programas se deu em razão de, na atualidade desta pesquisa, se constituírem como os principais programas de estímulo à produção agrícola no setor.

Em relação ao associativismo, amplamente abordado nesse texto, é importante recuperar dois pontos. Primeiro, que ele se situa na fronteira difusa das responsabilidades do Estado para com o conjunto dos assentados e a autonomia das famílias. Dependendo das circunstâncias, a tônica pode pesar tanto para um lado como para o outro. Se, durante o período de desmonte do Estado, no marco do neoliberalismo, o papel do associativismo nos assentamentos foi muito mais enfatizado em seu aspecto autônomo, de que os sujeitos buscassem por conta própria e a partir das fontes de recursos existentes uma inserção ativa no mercado; como o atual perfil das políticas públicas para agricultura familiar, em especial as

que contam com um mercado de compras institucionais (PAA/PNAE), o papel do Estado tornou-se bastante sobressalente. Sobre esse último aspecto, arriscaria afirmar que, em regiões em que ainda há um vazio de mediações formais capazes de fazer a ponte entre políticas públicas e famílias assentadas, apostar na profissionalização das associações talvez fosse uma alternativa interessante. Profissionalização, no sentido de garantir atenção específica à capacitação dos dirigentes e reconhecer o trabalho das lideranças como uma atividade que dispensaria o trabalho nos lotes, implicando alguma forma de remuneração. Um líder num assentamento trabalha duplamente: em seu lote e dentro da associação.

Segundo, não se deve confundir os contornos das associações com os dos grupos mais ou menos identificáveis dentro de um assentamento. Vistos ao longo do tempo, a permanência de um grupo, acessando políticas públicas, mantendo alternativas produtivas e sustentando um grau razoável grau de coesão nas ações internas, implica uma superposição muito frágil e instável de redes de relações. O que se pode identificar como uma organização que efetivamente opera como um coletivo não são as associações; é, na verdade, uma malha de relações tecida por grupos de parentesco, famílias extensas, afinidades religiosas, ideológicas e de militância que assume uma forma mais densa no centro – concentrando, em torno de um grupo relativamente restrito e coeso, as funções orgânicas da associação – estendendo-se para a periferia na forma de relações interpessoais menos coesas, geralmente trocas de favores entre núcleo e periferia.

Além de muito instáveis, as condições de coesão de um determinado grupo também implicam uma relação de interdependência com outros. O reforço de certos laços de comprometimento entre membros da diretoria que se pronunciam como “amigos desde o tempo da ocupação”, tem, geralmente, como contrapartida a aquisição de desafetos com pessoas de grupos rivais, ainda que isso varie muito em grau. Fato é que o jogo de oposições é uma contingência, e permanecer indiferente a isso é tarefa muito difícil. São poucos os registros de famílias que são identificadas pelos outros como “não envolvida em confusão”, de modo que é a “confusão” e não as regras formais que aglutinam ou separam os sujeitos em grupos.

O grupo se estrutura na ação. Sobre isso, foi visto que, no caso do acesso ao PAA e PNAE, nem todos os membros de uma associação colaboram como fornecedores, da mesma forma que membros de outras associações podem ser acionados a compor o quadro dos fornecedores, dependendo das afinidades e de sua capacidade produtiva. Perseguir o problema da forma como famílias assentadas se organizam para acessar políticas públicas, sob a luz de uma abordagem faccional, é, antes de qualquer coisa, uma tentativa de compreensão desta realidade em que os conflitos e as assimetrias de poder estão no primeiro plano da análise. No fundo dessas questões está o entendimento de que os assentamentos são povoados por uma diacronia entre os atuais *formatos* que interpelam as bases de formação dos grupos e o *conteúdo* das ações que efetivamente operam dentro desses formatos.

O associativismo enquanto moldura da ação dos grupos é resultado de um esforço de *disciplinarização* da ação pública, principalmente como resposta de uma série de conflitos engatilhados pelos movimentos sociais do campo e sua respectiva reação por parte do Estado. O sentido da palavra disciplinarização aqui não implicou dizer que no contato com o Estado toda forma de ação autônoma se degenera. Significa admitir que os acordos agenciados pelo Estado, na tentativa de administrar os conflitos e promover a conciliação de interesses, conduzem a certo enquadramento da ação combativa para produção de um consenso que leva à criação de procedimentos formais de ação pública que necessariamente reorientam o movimento original.

Esses encaixes foram necessários para que se constituísse uma interface de diálogo sobre as políticas públicas em operação. Para abordarmos seu acesso é preciso ter em mente,

pelo menos, três variáveis: 1) que institucionalidades/procedimentos de ação governamental são criados sob pressão dos conflitos levados a cabo por atores organizados; 2) que tipos de interface se estabelecem entre Estado e famílias dentro da lógica de ação governamental. 3) as articulações, estratégias e arranjos organizativos criados entre o público beneficiário, visando viabilizar o acesso e operacionalização do programa.

Este último ponto foi o foco desta tese. A partir dele, buscaremos caracterizar o que se chama de uma dinâmica faccional imanente à ação dos sujeitos e que se atualiza no contato com as políticas públicas. A dinâmica faccional aparece como uma superposição de disposições anteriores e comuns aos sujeitos, ante a necessidade de agirem de forma coordenada. Ela coloniza o formato associativo, sendo compatível com ele até certos limites de conflito. Isto é, a facção preenche o vazio das reciprocidades contratuais previstas pela ação associativa, mas que efetivamente não sustentam ações de longo prazo. A facção também é resultado da inconstância dos projetos, programas e orientações ideológicas que concorrem pela significação de suas relações domésticas.

Finalmente, é difícil dizer se a facção implica uma ampliação ou restrição do acesso às políticas públicas oferecidas para famílias assentadas, dado o curto período das observações de campo. É verdade que na dinâmica faccional se compatibilizam uma série de contradições, como por exemplo, a concentração de trânsitos políticos em torno de poucas lideranças, mas cujos benefícios oriundos desses contatos se tornarão acessíveis para seus “seguidores”, ainda que sob uma insinuação de favor. Também é possível inferir que, sendo o acesso a informações privilegiadas e contatos facilitadores das políticas públicas um recurso raro nos contextos pesquisados, o fato de haver um grupo que os gerencia de maneira satisfatória pode ser exemplar para os demais grupos. Isto é, ao identificar como alguns grupos são capazes de acessar recursos, outros podem se apropriar e reproduzir os mesmos mecanismos de acesso. Isso nos leva a suspeitar de um sentido positivo para a relação entre dinâmica faccional e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Tese de Doutorado . Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- ABREU E LIMA, M. do S. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- ALAVI, Hamza; HOBBSAWM, Eric. *Los campesinos e La política. Las classes campesinas e las lealdades primordiales*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, J. P. de. *Impasses, desafios e brotos: o papel da assessoria na transição agroecológica em assentamentos rurais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- ARAÚJO, Severina G. de. *Assentamentos rurais: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política*. Natal: EDUFRRN, 2005.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: UNESP, 2010.
- BARONE, Luís Antônio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1994.
- BARONE, Luiz Antônio. *Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2002.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. Ferreira e NORDER, Luiz A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).
- BOISSEVAIN, J. Apresentando. Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Editora Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de aquisição de alimentos PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!* 1ª ed. Brasília, DF: MDS.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CARDOSO, Miriam Limoeiro Cardoso. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Coleção Documentos*, n. 18, Série História Cultural 6, Instituto de Estudos Avançados, USP, julho de 1997.

CAUME, D. J.. *A tessitura do assentamento de reforma agrária: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CAZELLA, Ademir Antônio. Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. *O caso do assentamento 30 de Outubro - S.C. Itaguaí, RJ: UFRRJ-CPDA*, 1992.

COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CORNWALL. A., ROMANO, J.O.; SHANKLAND, A. Posfácio. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: Romano, J.O, Andrade, M. de P. e Antunes, M. (orgs). *Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 257-291.

CORREIA, Cícero Gomes. *As ações político-pedagógicas do Serviço de Assistência Rural-SAR*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

COSTA, Maria José da. *Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gerard. *Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 23, p. 83-106, 1991.

DA SILVA TELLES, Vera. *Direitos sociais: afinal do que se trata?*. Vol. 6. Editora UFMG, 1999.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DE OLIVEIRA, Alexandra Maria. *A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará-Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

DELGADO, G.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Texto para Discussão N° 1145. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, Nelson G. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.). *Mundo Rural Brasileiro*. Ensaios interdisciplinares Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, 2008.

DUARTE, M. M. *Entre enigmas, rupturas e identidades*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, 2005.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.jahr.org>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

FALLERS, L. A.. *Are African Cultivators to Be Called "Peasants"?* Current Anthropology. Vol. 2, No. 2. April, 1961, pp. 108-110.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5ª Edição. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Melquisedeque de O. *A encruzilhada da vida política em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

FERRANTE, VLSB; ALY JUNIOR, Osvaldo. *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRA/Uniará, 2005.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea*. *Em Debate*, n. 4, p. 1-23, 2010.

FERREIRA, L. d. F. *O Tempo e o Voto: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 24, n. 1, p. 37-69, 1998.

FOSTER, George M. The Dyadic Contract: A Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 63, No. 6, pp. 1173-1192. 1961.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. J. Olympio, 1961.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOUVEIA, Eliezer et al. *Memória da Escola de Serviço Social de Natal: 1945-1955*. Natal: EdUFRN, 1993.

GRISA, Cátia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HEREDIA, B. M. A. Conflitos e Desafios. Lutas no interior de uma facção. *Caderno Nuap*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 12-20, 1999.

HEREDIA, B. M. A.; SOARES, P. M. G. *Os Comícios e A Política de Facções*. Anuário Antropológico, TEMPO BRASILEIRO- RJ, v. 94, p. 31-94, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. Os Camponeses e a Política. In: *Pessoas extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOUTART, François. *Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico*. Enpublicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.

JUSTO, M. G. *“Exculhidos”*: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÉS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. Maceió: Editora da UFAL, 2012.

LEACH, E. R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Edunesp, 2004.

LEITE, Sergio; WESZ JÚNIOR, Valdemar João. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 4, p. 645-666, 2012.

LUKÁCS, G. A consciência de classe. In: VELHO, O; PALMEIRA, M; BERTELLI, A. (org.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MACIEL, M. C. *Tupanciretã: Deus passou por aqui: um estudo sobre as relações entre os*

movimentos sociais e as religiões nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no Pontal do Paranapanema/SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2009.

MARTINS, J. de Souza. *Reforma agrária: o diálogo impossível*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde et al. (org.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. *BIB, São Paulo*, v. 59, p. 5-42, 2005.

MIRANDA, Alexandre; TIBURCIO, Breno (org.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. San José: IICA, 2011. p. 61-88. (Série desenvolvimento rural sustentável, 14).

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Senhores e camponeses na construção do Mundo Moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MÜLLER, Ana Luiza. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MÜLLER, Ana Luiza et al. *A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul*. *Sociedade e desenvolvimento rural*, v. 1, n. 1, 2007.

NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Estado do Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NETO, G. I. *Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido: o Projeto Lumiar na Paraíba*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, 2005.

NEVES, Delma P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas de assentamento rural. In: FERRANTE, V. B. L. e WHITAKER, D. C. A. (org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.

NICHOLAS, Ralph W. Segmentary Factional Political Systems. In: SWARTZ, Marc J.; VICTOR W. Turner; TUNDE, Arthur (editors). *Political Anthropology*. Aldine Publishing

Company: Chicago, 1966.

OLIVEIRA, A. R. d. *O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2010.

OLIVEIRA, M. d. L. S. *Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, V. L. de. *A ironia da realidade e os paradoxos da razão política: diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

PAIVA, I. A. de. *Os aprendizados da prática coletiva: assentados e militante no MST*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

PALHANO, Paulo R. da Silva. *O novo na luta pela terra: quando o patrão sai de cena*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1995.

PALMEIRA, Moacir. Modernização e reforma agrária. In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.). *Mundo Rural Brasileiro*. Ensaios interdisciplinares Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, 2008.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). *Estud. av.*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 111-136, Ago. 2012 .

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMIRO, Patrícia Alves. *Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2008.

REDFIELD, Robert. *Social Anthropology*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. *O parto dos caminhos: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960 - 1964)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde; et al. (orgs).

Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).

ROMANO, Jorge Osvaldo. *Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

RUSCHEL, V. B. (2010). *Pátria livre, meu roçado: sociabilidade e configuração social em assentamentos rurais*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SABOURIN, Eric. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 02, Rio de Janeiro, 2008.

SAHLINS, Marshall. Homem pobre, homem rico, big-man, chefe: tipos políticos na Melanésia e na Polinésia. In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, [1963] 2004.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 25, n. 9, p. 26-37, 1994.

SANTOS, Boaventura de S. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, São Paulo, março de 1998.

SCHMIDT, Steffen W.; GUAISTI, Laura; LANDÉ, Carl; SCOTT, James C. *Friends, Followers and Factions: a Reader in Political Clientelism*. Los Angeles: University of California Press. 1977.

SCHMITT, C.J. *Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional*. *Revista de Política Agrícola*, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

_____. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SCHREINER, D. F. (2002). *Entre a exclusão e a utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.

SEN, Amartya Kumar; MENDES, Ricardo Doninelli. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERI, F. C. *Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto-SP*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

SIGAUD, Lygia. "Se eu soubesse". *Os dons, as dívidas e suas equivalências*. In *Ruris*. Vol.1 no. 2, 2007.

_____. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, v. 58, p. 73-92, 2000.

_____, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, p. 256, 2005.

SILVA, Denise Maria Melo da. *Desafios e limites da prática política do sindicalismo rural: um estudo de caso em São Paulo do Potengi/RN*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Editora UFMG, 2006.

VASQUEZ, G. C. F. *Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2009.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2005.

WALICKI, Andrzej. *The controversy over capitalism: studies in the social philosophy of the Russian populists*. Indiana: Univ. of Notre Dame Press, 1989.

WEBER, Max. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: Lusosofia press, 2010.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEITZ, Raanan. *Desenvolvimento rural integrado*. BNB, 1979.

WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996); In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 139-170.